

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS

**LEITURAS DOS *TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS* DA
GEOGRAFIA AGRÁRIA: ANÁLISE DOS GRUPOS DE
PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Presidente Prudente
2012

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS

**LEITURAS DOS *TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS* DA
GEOGRAFIA AGRÁRIA: ANÁLISE DOS GRUPOS DE
PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Teoria e Método

PRESIDENTE PRUDENTE
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Campos, Janaina Francisca de Souza.
C213L Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária:
análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo / Janaina
Francisca de Souza Campos. - Presidente Prudente: [s.n.], 2012
388 f.: il.

Orientador: Bernardo Maçano Fernandes
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Grupo de pesquisa 2. Paradigma 3. Território 4. Geografia
Agrária I. Fernandes, Bernardo Maçano. II. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Leituras dos
territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de
pesquisa do estado de São Paulo.

BANCA EXAMINADORA



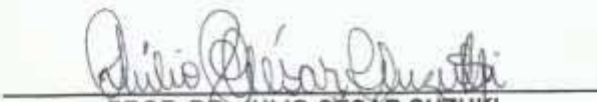
PROF. DR. BERNARDO MANGANÓ FERNANDES
ORIENTADOR



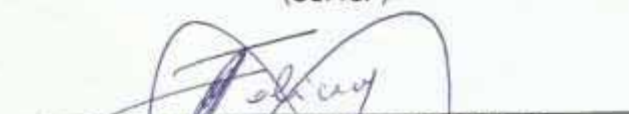
PROF. DR. ELISEU SAVERIO SPOSITO
(FCT/UNESP)



PROF. DR. JOÃO CLEPS JUNIOR
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU)



PROF. DR. JULIO CÉSAR SUZUKI
(USP/SP)



PROF. DR. MUNIR JORGE FELÍCIO
(UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA-UNOESTE)



JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS

PRESIDENTE PRUDENTE (SP), 29 DE OUTUBRO DE 2012

RESULTADO: APROVADA

À minha fortaleza, meus amados pais: minha mãe Marilene que, com sua força, coragem, esperança, alegria e fé ensinou-me a manter a cabeça erguida, lutando sempre, desistindo jamais; meu pai João que, repleto de bondade, generosidade e humildade nunca mediu esforços para me apoiar;

Ao Tiago, mais que um marido, um verdadeiro cúmplice, sempre solícito e alto-astrol, um ser humano amoroso, um amor além-vida;

Aos meus irmãos, Patricia, Douglas e Luiz, pelo amor incondicional e, por vezes, um tanto quanto excêntrico;

À tia "Cida", um exemplo de mulher, que superou as "convenções sociais";

À Bizuca (in memoriam);

Aos meus avós (in memoriam);

De formas distintas, cada um, à sua maneira, me fez enxergar o verdadeiro significado da nossa existência: o amor. A todos vocês, eu dedico esse trabalho.

Agradecimentos

Desde o início, escrever esta parte sempre me pareceu incrivelmente difícil. Afirmar isso pode soar estranho, mesmo porque, como se sabe, aqui, não se exige qualquer tipo de discussão teórica ou que envolva a questão central proposta nessa tese, muito menos que agradecer seja uma ação que não faça parte do meu feito. Por saber que esse trabalho é fruto indubitável de um esforço de várias “mãos”, “olhos”, “ouvidos” e “corações” palpitantes que torceram calorosamente, o medo de esquecer alguém que viabilizou esse processo me assombrava. Aliás, esse não foi o único medo. Na verdade, criei muitos medos durante essa trajetória acadêmica e um deles era esquecer sujeitos que em algum momento foram fundamentais para que essa jornada fosse “concluída”. A preocupação era tamanha e demasiada que cheguei a ler agradecimentos alheios – como se isso adiantasse algo!

Falar dessas “mãos”, “olhos” “ouvidos” e “corações” é cruzar o tempo e o espaço, é entender que o resultado alcançado foi fruto colhido da semente que um dia foi plantada. Era preciso, antes de tudo, recorrer às minhas raízes, à minha base, ao meu refúgio: a minha família.

Por isso, agradeço à minha mãe (Marilene) pelo incentivo, apoio, amor e carinho de todas as horas; ao meu pai (João) que, mesmo distante, sempre se fez presente na minha vida. Amo-os incondicionalmente.

À minha irmã Patricia, amiga de todas as horas, uma “mãezona”; ao meu irmão Luiz, pelo jeito sempre sublime, leve e bem humorado de levar a vida, tem um coração maior que ele; aos meus sobrinhos José Renato (eterno Escravo da Senzala), Tatiana (Tati Quebra-Barraco), aos gêmeos João Pedro (Jô) e Lívia (Lica), Gabriel, Miguel e Júlia. Seus sorrisos e olhares me alimentaram a cada instante; à Chimbica, fiel escudeira, felina que me acompanhou nas altas madrugadas, “teseando” à sua maneira. Ela literalmente comeu os livros! Aproveito para pedir desculpas por ter me feito ausente da vida de vocês durante 7 anos – se bem que sei que, por vezes, vocês gostaram...rs!

Ao professor Bernardo Mançano Fernandes, um amigo, pessoa transparente, acreditou no meu trabalho antes que eu pudesse acreditar. Obrigada pela orientação sempre segura e criativa, pelo incentivo, pela liberdade e autonomia.

Aos professores Júlio César Suzuki e Eliseu Savério Sposito pelas valiosas contribuições nos dois exames de qualificação e na banca, e pelo voto de confiança depositado rumo ao desafio de transformar a dissertação em tese. Aos demais professores da banca examinadora que realizaram uma avaliação criteriosa e cuidadosa deste trabalho: João Cleps e Munir Jorge Felício.

Aos professores entrevistados: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Enéas Rente Ferreira, Ricardo Abid Castillo, Júlio César Suzuki, Bernardo Mançano Fernandes, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Antonio Nivaldo Hespanhol, Rosa Ester Rossini, Antonio Thomaz Júnior e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Obrigada por fazerem das entrevistas aprendizados fascinantes e conversas agradáveis e descontraídas.

Aos professores do PPGG, em especial “Carminha”, João Osvaldo Rodrigues Nunes, Antonio Cezar Leal, Arthur Magon Whitacker, Everaldo Santos Melazzo, João Lima Sant'anna Neto, José Tadeu Garcia Tomasselli, Marcos Aurélio Saquet, Paulo Cesar Rocha, Margarete Cristiane C. Trindade Amorim, Carlos Alberto Feliciano, Clifford Andrew Welch e Ruth Künzli.

À Fapesp que, desde 2008, apoiou essa pesquisa e deu condições plenas para a sua conclusão; ao CNPq pelo breve apoio, mas não menos importante.

Ao professor Wilder Robles que proporcionou e supervisionou o estágio na *University of Manitoba*, no Canadá, e aos colegas do grupo de estudos *Power and Resistance in Latin American*, em especial ao professor Jorge Nallim; à família que me acolheu em “Winterpeg” (Winnipeg), Diane Gourluck e Sylvia; à Kristy Rebenchuk, pela paciência e disponibilidade em transformar as nossas aulas de inglês em momentos descontraídos e divertidos; às minhas filipinas mais queridas e alegres que alguém já poderia ter encontrado: Mayra McDaniel, Mary Jane, Cathya Miguel e Myrabel; ainda, ao querido George Lee e aos meus anjos canadenses: Myra, Emily Barker e Ila Barker.

À família prudentina que me acolheu no retorno para cursar a pós-graduação: “Su” (Suelen) e “Jana” (Janaina). Obrigada pela amizade construída e vivência sempre harmoniosa;

Aos amigos Thais e “Malcom” (Alex), pessoas incríveis cuja simplicidade, generosidade e determinação me inspiram. Em especial à Thais que me acolheu por inúmeras vezes com o seu *strogonof* delicioso! Não posso deixar de agradecer aos amigos Sirley e Eduardo Girardi, sempre receptivos, e a Nallígia Tavares e Camilia Origuela pela hospedagem calorosa e divertida. À Ceres, excelente profissional que me ajudou muito a descobrir e superar meus medos e anseios.

À “Japinha” (Denise), uma irmã para mim, uma pessoa do bem. Independentemente do tempo longe, cada reencontro continuava sendo único.

Ao pessoal que fez e faz parte do NERA, em especial ao “Tom” (Herivelto), Matuzalem, Anderson, Munir, Tiago, Rodrigo, “Nino” (José), Lara, Hellen, Lorena, Vinicius, Mayara, Nívea, Anna, Estevan, “Nai” (Elienai) e Elenira. Também agradeço ao Jeferson e à Paula do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP) da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

Aos colegas da pós-graduação, em especial Rafael Catão, Natacha Aleixo, Claudia Tsukada, Renan Boscariol, Francilane Souza, Carlos de Castro, Pilar Anibar, Carlos Vacaflores, Juscelino Bezerra, ao casal Adriano e Adriana Oliveira, Caio Augusto, Erika Nesta, “Fred” (Frederico) e “Téo” (Altieres).

Aos funcionários da biblioteca da FCT-Unesp, sobretudo à Fátima, sempre prestativa e me auxiliando no EEB; aos funcionários da biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP); à Lucia do Departamento de Geografia e ao Luciano; aos funcionários do PPGG, em especial Cinthia e André.

Aos rotulados infamemente de “MalhaGeo”. Desde a graduação, com eles aprendi o verdadeiro valor de uma amizade: “Bariri” (Clayton), “Pam” (Pâmela), “Lu” (Luiza), “Jaquinha” (Jackeline), “Orlis” (Orlando), Vanessa, “Lu” (Luis Henrique), “Muri” (Jacqueline), “Zé” (Marcus), “Pat” (Patrícia), “Val” (Valéria), “Vivi” (Viviane) e “Rafa” (Rafael).

Por fim, àquele que agradecerei infinitamente: meu amado Tiago. Ele compartilhou cada momento de medo, angústia, ansiedade, alegria e superação. Com certeza, a realização desse sonho teria sido muito mais difícil sem a sua companhia e compreensão. Nunca mediu esforços para me ajudar, escutar e me “levantar” nas horas dos tropeços. Além de um companheiro, é um “chef” nato, fez de Prudente um lugar mais delicioso de viver! Te amo!

A Deus pelo dom da vida!

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos” (Fernando Pessoa).

“Mentes são como paraquedas. Elas só funcionam quando são abertas” (James Dewar).

RESUMO

Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo

Esta pesquisa teve como objetivo principal a identificação e a análise das temáticas e dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo. Os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que, com suas teorias, métodos, conceitos, intencionalidades e ideologias, compartilham paradigmas e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária. Amparados por estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo, os grupos disseminam e disputam poderes explicativos. Foi realizado um amplo levantamento crítico da produção de oito grupos, tendo como base teses, dissertações, trabalhos publicados em eventos científicos e entrevistas. Dois paradigmas orientaram a nossa leitura: o PCA e o PQA – Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária. No primeiro paradigma, a tendência da agricultura familiar foi predominante e agrupou quatro territórios paradigmáticos: o NEA, o Logística, o Geografias da Modernidade e o GEDRA. A questão agrária não comparece como uma problemática e os eventuais problemas do capitalismo são resolvidos pelo próprio sistema, sem alteração da ordem vigente. Transitando por duas tendências (proletarização e campesinato), o segundo paradigma reúne outros três territórios paradigmáticos: o Geografia Agrária, o CEGeT e o NERA. Para estes grupos, a questão agrária é intrínseca ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e a possibilidade de solução da problemática agrária está fincada na perspectiva de superação desse sistema. Enquanto no PQA as pesquisas se direcionam na luta contra o capital e nas práticas de resistência, no PCA, as soluções estão nas políticas públicas desenvolvidas em aliança com o capital e na integração ao mercado. A principal diferença entre os dois paradigmas é a perspectiva de superação do capitalismo. Também encontramos um grupo que transita na faixa de contato entre estes dois paradigmas, o Agricultura e Urbanização. Através da proposição da leitura dos territórios paradigmáticos, observamos a conflitualidade presente no pensamento geográfico, em que os estudos desenvolvidos pelos grupos, na busca de firmarem poderes explicativos de interpretação do espaço, conformam territórios paradigmáticos distintos e apontam para a unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária paulista e brasileira.

Palavras-chave: Grupo de pesquisa. Paradigma. Território. Geografia Agrária.

ABSTRACT

Paradigmatic readings of the territories of Agrarian Geography: analysis of the research groups of the state of São Paulo

This research was aimed at the identification and analysis of themes and paradigms of research groups in Agrarian Geography of São Paulo. The research groups are paradigmatic territories, with their theories, methods, concepts, intentions and ideologies, paradigms share and represent part of the unity, diversity and difference of Agrarian Geography. Supported by socialization structures, practices, actions and thematic study groups and disseminate competing explanatory powers. We conducted a broad survey of the critical production of eight groups, based on theses, dissertations, papers published in scientific events and interviews. Two paradigms guided our reading: PCA and PQA - Paradigm of Capitalism and Paradigm of Agrarian Question. In the first paradigm, the tendency of family farming is predominant paradigm and brings together four territories: the NEA, Logística, Geografias da Modernidade and GEDRA. The agrarian question does not appear as a problem and possible problems of capitalism are resolved with the action of capital itself, without changing the existing order. Transiting two trends (proletarianization and peasantry), the second paradigm paradigmatic meets three other territories: the Geografia Agrária, CEGeT and NERA. For these groups, the agrarian question is intrinsic to the uneven development of capitalism and contradictory and the possibility of a settlement of problematic land is planted with a view to overcoming this system. While the surveys are directed PQA in the struggle against capital and practices of resistance, the PCA, the solutions are in the public policies developed in alliance with capital and market integration. The main difference between the two paradigms is the perspective of overcoming capitalism. We also found a group that moves in the range of contact of these two territories, Agricultura e Urbanização. Through reading the proposition territories paradigm, we observe the present conflict in geographical thought in that the studies undertaken by groups seeking to enter into explanatory powers of interpretation of space, shape and show distinct territories paradigmatic unity, diversity and difference Geography Agrarian São Paulo and Brazil.

Keywords: Research group. Paradigm. Territory. Agrarian Geography.

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo.....	31
Organograma 2	Constituição do território (i)material entre paradigmas e grupos de pesquisa.....	155
Organograma 3	Estratégias de difusão dos paradigmas e de poderes explicativos dos grupos de pesquisa.....	157
Organograma 4	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>Agricultura e Urbanização</i>	162
Organograma 5	Redes de socialização com grupos de pesquisa – <i>Agricultura e Urbanização</i>	163
Organograma 6	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação - <i>Agricultura e Urbanização</i>	164
Organograma 7	Principais temáticas - <i>Agricultura e Urbanização</i>	164
Organograma 8	Principais temáticas – <i>Geografias da Modernidade</i>	168
Organograma 9	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>Geografias da Modernidade</i>	170
Organograma 10	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano e criação – <i>Geografias da Modernidade</i>	170
Organograma 11	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – <i>Geografia Agrária</i>	171
Organograma 12	Principais temáticas – <i>Geografia Agrária</i>	173
Organograma 13	Redes de socialização com grupos de pesquisa – <i>Geografia Agrária</i>	174
Organograma 14	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>Geografia Agrária</i> ...	175
Organograma 15	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – <i>Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro</i>	177
Organograma 16	Principais temáticas – <i>Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro</i>	178
Organograma 17	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro</i>	179
Organograma 18	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>CEGeT</i>	184
Organograma 19	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – <i>CEGeT</i>	185
Organograma 20	Principais temáticas – <i>CEGeT</i>	186
Organograma 21	Redes de socialização com grupos de pesquisa – <i>CEGeT</i>	187
Organograma 22	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – <i>NEA</i>	190
Organograma 23	Principais temáticas – <i>NEA</i>	191
Organograma 24	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>NEA</i>	193
Organograma 25	Redes de socialização com grupos de pesquisa – <i>NEA</i>	193
Organograma 26	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – <i>GEDRA</i>	195
Organograma 27	Principais temáticas – <i>GEDRA</i>	196
Organograma 28	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>GEDRA</i>	197

Organograma 29	Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano e criação – <i>NERA</i>	200
Organograma 30	Principais temáticas – <i>NERA</i>	201
Organograma 31	Publicações – Principais eventos e periódicos – <i>NERA</i>	202
Organograma 32	Redes de socialização com grupos de pesquisa – <i>NERA</i>	203
Organograma 33	Disputa Paradigmática – PQA e PCA.....	221
Organograma 34	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – <i>NEA</i>	224
Organograma 35	Principais conceitos – <i>NEA</i>	225
Organograma 36	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas e publicações – <i>Logística</i>	239
Organograma 37	Principais conceitos – <i>Logística</i>	240
Organograma 38	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas e publicações – <i>Geografias da Modernidade</i>	252
Organograma 39	Principais conceitos – <i>Geografias da Modernidade</i>	253
Organograma 40	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – <i>GEDRA</i>	264
Organograma 41	Principais conceitos – <i>GEDRA</i>	265
Organograma 42	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – <i>Geografia Agrária</i>	290
Organograma 43	Principais conceitos – <i>Geografia Agrária</i>	291
Organograma 44	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – <i>CEGeT</i>	306
Organograma 45	Principais conceitos – <i>CEGeT</i>	307
Organograma 46	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – <i>NERA</i>	321
Organograma 47	Principais conceitos – <i>NERA</i>	322
Organograma 48	Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – <i>Agricultura e Urbanização</i>	334
Organograma 49	Principais conceitos – <i>Agricultura e Urbanização</i>	335
Organograma 50	Disputa paradigmática – <i>Territórios paradigmáticos</i> da Geografia Agrária paulista.....	347

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Autores e produções selecionados para análise da produção do <i>CEGeT</i>	33
Quadro 2	Autores e produções selecionados para análise da produção do <i>GEDRA</i>	34
Quadro 3	Autores e produções selecionados para análise da produção do <i>NERA</i>	34
Quadro 4	Autores e produções selecionados para análise da produção do <i>NEA</i>	35
Quadro 5	Autores e produções selecionados para análise da produção do grupo <i>Logística</i>	35
Quadro 6	Autores e produções selecionados para análise da produção do grupo <i>Agricultura e Urbanização</i>	36
Quadro 7	Autores e produções selecionados para análise da produção do grupo <i>Geografias da Modernidade</i>	36
Quadro 8	Autores e produções selecionados para análise da produção do <i>Geografia Agrária</i>	37
Quadro 9	Entrevistas realizadas: grupo, professor(a) e local.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de grupos de pesquisa – Brasil (1993-2010).....	124
Gráfico 2	Distribuição dos grupos de pesquisa segundo o ano de formação (1978-2010).....	125
Gráfico 3	Distribuição dos grupos de pesquisa por região geográfica (%) – Brasil (1993 e 2010).....	125
Gráfico 4	Número de grupos de pesquisa no Brasil – Geografia (1993-2010).....	128
Gráfico 5	Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a grande área do conhecimento predominante do grupo - 1993-2010.....	129
Gráfico 6	Número de grupos de pesquisa – Brasil – Antropologia, Psicologia, Letras, Filosofia, Geografia e História (1993-2010).....	129
Gráfico 7	Distribuição dos estudantes em grupos de pesquisa – Brasil – Nível de treinamento (2000-2010).....	131
Gráfico 8	Número de empresas mencionadas pelos grupos segundo a natureza jurídica– 2010.....	140
Gráfico 9	Produção bibliográfica – Brasil (2000-2010).....	144
Gráfico 10	Número de artigos de pesquisadores residentes no país em periódicos internacionais indicado pelo ISI (Censo 1993-2004).....	144
Gráfico 11	Vinculação institucional dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 O desenvolvimento da ciência e a ruptura segundo Thomas Kuhn.....	70
Figura 2 Modelo esquemático de desenvolvimento da ciência de Kuhn	71
Figura 3 Ilustração de modelo de organização do sistema de C,T&I.....	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a Unidade da Federação – Brasil – 2010.....	127
Mapa 2 Localização dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária no estado de São Paulo – territórios paradigmáticos.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição dos grupos de pesquisa do Brasil – Região geográfica (1993-2010).....	126
Tabela 2 Número de grupos que relataram pelo menos um relacionamento com empresas, segundo a grande área do conhecimento predominante do grupo – 2010.....	141
Tabela 3 Frequência de tipos predominantes de relacionamento entre grupos e empresas conforme relatado pelos grupos – 2010.....	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A – Anomalia
ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANPEGE – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPOCS – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BPG – Boletim Paulista de Geografia
C – Crise
CAI – Complexo Agroindustrial
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT – Centro de Assistência Técnica
CBTR – Congresso Brasileiro de Turismo Rural
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEFET – Centro Federal de Escola Tecnológica
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical
CGC – Cartografia Geográfica Crítica
CIC – Congresso de Iniciação Científica
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAGRI – Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná
COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT – Comissão de Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DGPB – Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil
EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária
ENGRUP – Encontro de Grupos de Pesquisa
ERC – A Estrutura das Revoluções Científicas
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente
FEALQ – Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNDUNESP – Fundação para do Desenvolvimento da Unesp
GAsPERR – Produção do Espaço e Redefinições Regionais

GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
GEIDA – Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento e Agricultura
GEOLUTAS – Geografia das Lutas no Campo e na Cidade
GEOPLAN – Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial
GERET – Grupo de Estudos Reestruturação do Espaço e do Trabalho
GESTAr – Território Trabalho e Cidadania
GESTOS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia do Trabalho e Organização Sindical
GPET – Grupo de Pesquisa em Educação e Território
GPTER – Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural
GRAPP – Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEGA – Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento da Galícia
IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISI – Institute for Scientific Information
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
ITR – Imposto Territorial Rural
LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária
LABERUR – Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
LEAA – Laboratório de Estudos em Agricultura e Agrometeorologia
LEADER – Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA – Núcleo de Estudos Agrários
NEAD – Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Agrário
NEAG – Núcleo de Estudos Agrários
NEAT – Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais
NEG – Núcleo de Estudos da Globalização
NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense
NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PAC – Política Agrícola Comum
PACTI – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria
PBQT – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PNRF – Plano Nacional de Reforma Agrária

PQA – Paradigma da Questão Agrária
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PROCANA – Programa de Expansão da Canavicultura para Produção de Combustíveis do Estado de São Paulo
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRODER – Programa Plurirregional de Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROESTE – Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo
PT – Partido dos Trabalhadores
RAM – Reforma Agrária de Mercado
RET – Rede de Estudos do Trabalho
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SINARUB – Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil
SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração de Sociologia Rural
UDR – União Democrática Ruralista
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF Universidade Federal Fluminense
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal do Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFTM – Universidade Federal do Mato Grosso
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UGI – União Geográfica Internacional
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
Procedimentos metodológicos: metodologia dos territórios paradigmáticos	27
1.1 Levantamento das temáticas	29
1.2 Seleção dos grupos de pesquisa	30
1.2.1 Seleção dos membros e produções científicas dos grupos.....	31
1.2.2 Forma de análise das produções científicas dos membros dos grupos.....	38
1.3 Entrevistas.....	39
CAPÍTULO 2	
Estilos de pensamento e paradigmas: contribuições da abordagem paradigmática para o estudo do pensamento geográfico	42
2.1 Contextualizando a obra de Kuhn: descortinando o debate paradigmático	44
2.1.1 Paradigma: Ciência normal, ciência pré-paradigmática, anomalia, crise, ciência revolucionária e incomensurabilidade das tradições científicas.	46
2.2 O pensamento kuhniano, sua interpretação e contribuições para a epistemologia da ciência	55
2.3 Redescobrimo o pensamento de Ludwik Fleck e os estilos de pensamento	59
2.3.1 Estilo de pensamento, coletivo de pensamento, fato científico, protoideias, circulação intracoletiva/circulação intercoletiva, círculo esotérico/círculo exotérico.....	60
2.4 O pensamento fleckiano: sua interpretação, contribuições para a epistemologia da ciência e aproximações com Kuhn.....	66
2.5 Os limites das propostas de Kuhn e Fleck para a análise do pensamento geográfico: aguçando as diferenças.....	68
2.5.1 Sobre Kuhn: ausência de um entendimento histórico sobre o desenvolvimento da ciência: a incomensurabilidade das tradições científicas e o significado do conceito de pré-paradigma para as ciências sociais e humanas.....	68
2.5.2 A particularidade das ciências humanas e sociais	72
2.5.3 As diferenças entre paradigmas e estilos de pensamento	75
2.6 “Geografias”: unidade, diversidade e diferencialidade.....	79
2.7 Da crítica à construção: outras dimensões para a interpretação do pensamento geográfico sob o enfoque paradigmático	87
2.7.1 Paradigma e Geografia: dimensões para a análise dos grupos de pesquisa	90
CAPÍTULO 3	
Breve histórico da universidade e da pesquisa e o contexto de institucionalização e formação dos grupos de pesquisa no Brasil	107
3.1 Contextualizando a universidade e a pesquisa no Brasil: alguns apontamentos.....	108
3.2 Pós-graduação e pesquisa: amadurecendo a ideia da organização em grupos.....	110
3.3 Grupos de pesquisa no Brasil e a sua relevância para a pesquisa, ensino e extensão: espaços de socialização do conhecimento.	118
3.4 Os grupos de pesquisa sobre o crivo da reestruturação produtiva e do neoliberalismo	134

CAPÍTULO 4

Territórios paradigmáticos – unidade, diversidade e diferencialidade temática dos grupos de pesquisa de Geografia Agrária do estado de São Paulo: estrutura de socialização, práticas e ações

4.1 Espaço e território em movimento: o conceito de território (i)material na análise paradigmática do pensamento geográfico - <i>territórios paradigmáticos</i>	151
4.2 Estruturas de socialização dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo: histórico, práticas, ações e temáticas	158
4.2.1 <i>Agricultura e Urbanização – USP</i>	160
4.2.2 <i>Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho – USP</i>	165
4.2.3 <i>Geografia Agrária– USP</i>	171
4.2.4 <i>Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro – Unicamp</i>	175
4.2.5 <i>CEGeT– Unesp</i>	180
4.2.6 <i>NEA – Unesp</i>	188
4.2.7 <i>GEDRA – Unesp</i>	194
4.2.8 <i>NERA – Unesp</i>	197
4.3 A unidade, diversidade e diferencialidade das estruturas de socialização e das temáticas dos grupos de pesquisa: adentrando nos <i>territórios paradigmáticos</i>	205

CAPÍTULO 5

Territórios paradigmáticos: análise dos grupos de pesquisa a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)

5.1 Características do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).....	214
5.2 PCA.....	223
5.2.1 <i>NEA</i>	223
5.2.2 <i>Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro</i>	237
5.2.3 <i>Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho</i>	250
5.2.4 <i>GEDRA</i>	263

CAPÍTULO 6

Territórios paradigmáticos: análise dos grupos de pesquisa a partir do Paradigma da Questão Agrária (PQA).....

6.1 PQA.....	288
6.1.1 <i>Geografia Agrária</i>	288
6.1.2 <i>CEGeT</i>	305
6.1.3 <i>NERA</i>	319
6.2 PQA <--> PCA.....	333
6.2.1 <i>Agricultura e Urbanização</i>	333
6.3 <i>Territórios paradigmáticos</i> da Geografia Agrária paulista.....	345

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

Introdução

“O primeiro território que deve ser libertado é a nossa mente” (EZLN).

Antes de adentrar efetivamente na proposta da tese, é preciso que sejam tecidos alguns esclarecimentos que suscitaram o seu desenvolvimento. Seu plano sofreu as transformações e os rearranjos necessários daqueles propostos inicialmente. Este processo, repleto de desvios, encontros e desencontros, é parte inerente do andamento de qualquer pesquisa. Contraditoriamente, “traçar rumos” e “desviar a rota” foi o “caminho” para a maturação e construção desta pesquisa.

Em 2008, ano de ingresso no mestrado, nossa preocupação fundamentou-se em contribuir com o pensamento geográfico através do cadastro, atualização, mapeamento e análise da produção científica da Geografia Agrária, tendo como critério os temas e paradigmas de pesquisadores e grupos de pesquisa brasileiros. A abrangência de tal propósito colocou empecilhos para a realização de uma pesquisa em escala nacional, o que nos fez traçar o primeiro rumo: adotar o recorte espacial para o estado de São Paulo.

Contudo, o levantamento realizado nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), considerado um dos principais eventos da Geografia Agrária, chamou a atenção para um dado extremamente singular: o predomínio de estudiosos ligados a grupos de pesquisa. Tendo em vista esse fato, compreender as temáticas e paradigmas da Geografia Agrária via grupos, transformou-se no enfoque para a atualização da história do pensamento geográfico brasileiro.

Em Campos e Fernandes (2009) discutimos a representatividade que os grupos de pesquisa no estado de São Paulo conquistaram, bem como os principais temas¹. No SINGA de 2005, dentre os 242 trabalhos inscritos, 63 foram produzidos por pesquisadores do estado de São Paulo – 26% em relação à produção nacional. Destes 63 trabalhos, 40 são produções de pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa de São Paulo (63%). A mesma tendência foi revelada no SINGA de 2007, em que dos 307 trabalhos – divididos em Comunicações Coordenadas e Comunicações Livres –, 53 foram produzidos por pesquisadores de São Paulo (17%). Destes 53 trabalhos, ao que cabe aos grupos de pesquisa, foram identificados 30 trabalhos inscritos (65%) (CAMPOS; FERNANDES, 2009).

A Geografia Agrária também apresentou essa realidade, isto é, a articulação, cada vez mais expressiva, de pesquisadores em grupos de pesquisa. A constituição

1. Neste trabalho, foram reunidas todas as produções científicas apresentadas nas duas edições do simpósio, de modo a cadastrar e mapear as influências, temas e áreas do conhecimento deste evento. O levantamento das duas edições do simpósio não se limitou às produções dos grupos de pesquisa/pesquisadores que possuem a Geografia Agrária como foco de estudo.

de grupos de estudos, compostos por docentes e discentes, sempre foi elemento recorrente nas universidades, no entanto, a Geografia ainda não atentou para a importância que exercem na construção do conhecimento geográfico. As pesquisas sobre o pensamento geográfico dão ênfase à investigação de escolas, tendências e correntes, nos quais os docentes e/ou pesquisadores expoentes são tomados para análise. Ao interpretar o pensamento geográfico, os geógrafos não se preocuparam em inverter essa lógica e fazer o processo inverso, ou seja, identificar e analisar como pesquisadores dos mais distintos níveis acadêmicos socializam e constroem, a partir de um jeito singular, suas pesquisas, produzindo seus próprios estudos e criando e aderindo grupos de pesquisas.

Compreender o pensamento geográfico brasileiro tem sido tarefa realizada por inúmeros estudiosos², com diferentes ênfases e concepções. No que tange à Geografia Agrária, a situação é semelhante. Esses estudiosos³ preocuparam-se em conhecer melhor as temáticas desenvolvidas nas pesquisas, apontar as escolas geográficas e as perspectivas teórico-metodológicas, elaborar periodizações e discutir o objeto de estudo da Geografia Agrária. Comprometidos com determinadas concepções, estes pensadores demonstraram a necessidade de aprofundar a compreensão da Geografia Agrária para discutir e analisar suas transformações, tendências e influências.

Entre os trabalhos mais recentes e significativos sobre o estudo do pensamento geográfico em Geografia Agrária, destacamos *O Mundo Rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil 1930-1990*, da professora e geógrafa Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e o artigo *A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*, do professor e geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Esses dois trabalhos, embasados em paradigmas diferentes, são contribuições importantes para compreender a formação do pensamento geográfico em Geografia Agrária, considerando a escassez desses tipos de estudos. Diniz (1987), na década de 1980, já apontava para essa lacuna, ao constatar a ausência

2. Dentre os autores que realizaram estudos a respeito do pensamento geográfico, destacamos: ANDRADE (1987), CORRÊA (1982), GOMES (1996), MONTEIRO (1978), MORAES (1981), QUAINI, (1992), MOREIRA (1986; 2000), MACHADO (2005), VALVERDE (2007), FERREIRA (2002), SILVEIRA (2006), LENCIONI (2009) e ALVES (2010).

3. O trabalho realizado por Darlene Aparecida Ferreira intitulado *O Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil de 1930-1990* resgata os estudiosos que se concentraram em discutir a Geografia Agrária. Os trabalhos elaborados por BRAY (1987), CERON, GERARDI (1979), GUSMÃO (1978), GALVÃO (1989), OLIVEIRA (1994;1995;1999), FERNANDES (1998), RODRIGUES (2007), SUZUKI (2007) e ALVES (2010) também fazem parte deste grupo de estudiosos.

de informações mais precisas sobre pesquisas, eventos e trabalhos, sem as quais não se pode reconstruir de forma prudente a trajetória da Geografia brasileira. É fundamental a realização de estudos sobre a atualidade do pensamento geográfico, visto as rápidas mudanças que ocorreram nas últimas duas décadas do século XX (OLIVEIRA, 2005).

Propomos dar continuidade aos estudos sobre o pensamento geográfico, atualizando-o. O constante movimento da realidade implica em refletirmos as “novas” dimensões que permeiam a construção do conhecimento. Grande parte dos pesquisadores que se dedicam ao estudo da Geografia Agrária nas universidades paulistas se encontra hoje ligado a um tipo de organização acadêmica ainda pouco estudada no Brasil: os *grupos de pesquisa* (CAMPOS, 2009).

Mais do que um espaço acadêmico que recentemente foi institucionalizado pelas agências de auxílio e fomento para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a hipótese desta pesquisa partiu do pressuposto de que os grupos de pesquisa estabelecem e selecionam temas e paradigmas de estudo (PCA e PQA) que são compartilhados por seus membros. Orientados por interesses em comum e fundados em teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, os grupos tomam frente no processo de construção do conhecimento e representam uma das mais ricas fontes para o estudo do pensamento geográfico. Compreender as transformações temáticas e paradigmáticas da Geografia Agrária, com destaque para os grupos, colocou-se como o primeiro enfoque para a atualização da história do pensamento geográfico.

No exame geral de qualificação realizado em outubro de 2010, a banca examinadora indicou nosso trabalho para o doutorado, e, mais uma vez, a rota foi desviada, novos rumos foram traçados e o desafio de redigir a tese foi lançado. Continuamos a investigar os temas e paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária, contudo, o tom geográfico e territorial foi atribuído à análise do pensamento geográfico: a leitura dos *territórios paradigmáticos*.

Conduzidos por seus coordenadores, os grupos de pesquisa são os principais responsáveis pela socialização e construção dos estudos rurais na atualidade. Estabelecidos e formados por diversos pesquisadores (as) – professores (as), doutores (as), doutorandos (as), mestres (as), mestrandos (as), graduandos (as) e técnicos (as) –, os grupos promovem a discussão, sinalizam tendências, disputam territórios, elegem temas de estudo e sustentam paradigmas. Por isso, nesta tese,

apresentamos nossas reflexões de forma a acompanhar a unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária, agregando grupos de pesquisa e paradigmas, *territórios paradigmáticos*, como partes significativas do processo de construção do conhecimento geográfico.

Ao efetuar uma leitura paradigmática e territorial dos grupos, a intenção não é mostrar a sua hegemonia frente à produção do conhecimento, tampouco dicotomizar e dualizar as formas de organização temática e paradigmática dos grupos, mas elucidar que são *territórios paradigmáticos*, espaços que compartilham paradigmas distintos e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária. É preciso desnudar a trama objetiva que o pensamento geográfico se encontra submerso, em que grupos de pesquisa e paradigmas constituem *territórios paradigmáticos*. Amparados por estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo, os grupos disseminam e disputam *poderes explicativos* dentro e fora da comunidade científica na defesa de seus *territórios*.

A pesquisa teve como objetivo principal a identificação e análise das temáticas e dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo a partir de uma leitura paradigmática e territorial que exalta a unidade, a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico. Para tanto, é proposto o método dos *territórios paradigmáticos* e uma metodologia para que o movimento de construção do conhecimento que a Geografia Agrária participa seja apreendido. Um amplo levantamento crítico da produção desses grupos foi realizado, tendo como base teses de doutorado e livre-docência, dissertações e trabalhos publicados em eventos científicos: conhecimentos construídos a partir dos paradigmas desenvolvidos pelos pesquisadores e respectivos grupos⁴. Libertar a mente e entender o território para além do seu significado clássico e tradicional e adentrar a natureza material e imaterial dos paradigmas da Geografia Agrária é uma das propostas desta tese.

A proposição do método dos *territórios paradigmáticos* evidenciou a diversidade do pensamento na Geografia e, longe de tipificá-las, valorizou a construção paradigmática de cada grupo de pesquisa, superando as imprescindíveis categorizações em correntes teórico-metodológicas, métodos e escolas. Mesmo reconhecendo a importância deste tipo de estudo, é preciso recorrer a uma

4. Os procedimentos metodológicos serão devidamente apresentados no capítulo 1.

abordagem paradigmática e territorial do conhecimento, em que os pesquisadores, dos mais variados níveis acadêmicos, contribuem com este processo e conformam *territórios paradigmáticos*. Ao trazer para o debate essa abordagem, acredita-se que a Geografia não pode ser desvincilhada de seus componentes político-ideológicos que toda forma de conhecimento abriga, veiculada, neste caso, por seus pesquisadores e respectivas produções acadêmicas.

Da mesma forma, esta tese não pode ser desarticulada de uma postura política-ideológica e paradigmática, bem como do grupo de pesquisa no qual foi construída, o NERA, e, por isso, representa apenas uma leitura diante das inúmeras possibilidades de interpretação do pensamento geográfico.

Ao apresentar a leitura dos *territórios paradigmáticos* da Geografia Agrária paulista com base nos grupos de pesquisa, dois paradigmas orientaram a análise deste estudo: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Além desta introdução e das considerações finais, a tese está organizada em 6 capítulos:

O capítulo 1 discute os procedimentos metodológicos empregados para a execução da pesquisa, propondo uma metodologia de análise. Além do levantamento bibliográfico, foi feito um levantamento documental no *Directorio dos Grupos de Pesquisa do Brasil* (DGPB) e no *Currículo Lattes* para identificar grupos, pesquisadores(as) e produções científicas. Também foi realizado um levantamento bibliográfico para a análise de artigos, dissertações e teses, assim como entrevistas com os coordenadores(as) dos grupos selecionados.

No capítulo 2 são apresentadas as contribuições do enfoque paradigmático para o pensamento geográfico. É a partir da leitura paradigmática que a questão agrária e o pensamento geográfico foram interpretados. O conceito de paradigma ainda é pouco explorado pela Geografia, o que fez com que esse debate ganhasse centralidade e profundidade em nosso trabalho. A partir dos conceitos de paradigma e estilo de pensamento, realizamos um diálogo crítico entre Thomas Samuel Kuhn e Ludwik Fleck. Este capítulo traz considerações sobre a abordagem paradigmática com que os grupos de pesquisas foram analisados, e evidencia, além das contribuições, exaltadas pela multiplicidade e conflitualidade, os limites para a interpretação do pensamento geográfico brasileiro. Ao apontar os limites epistemológicos dessas duas leituras, travamos uma discussão sobre o caráter

social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais do paradigma* e as teorias, os métodos, as ideologias e as intencionalidades são *dimensões do paradigma*.

No capítulo 3 contextualizamos a dimensão institucional na qual os grupos de pesquisa foram oficializados. Iniciamos o debate com breves considerações sobre o contexto histórico que subsidiou a implantação da atividade científica no Brasil, efetuando um paralelo com a organização do sistema universitário e com o processo de institucionalização dos grupos de pesquisa do país, iniciado na década de 1990. Sobre os grupos, dois aspectos foram retratados: sua relevância como espaço de socialização do conhecimento e como desdobramento do processo de reestruturação produtiva e da política neoliberal.

O capítulo 4 traz uma leitura geográfica sobre o pensamento geográfico, no qual esclarecemos o significado espacial e territorial que sustenta a análise paradigmática dos grupos de pesquisa, proposta no capítulo 2. Para isso, a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa são interpretadas à luz do conceito de território (i)material, denominado *territórios paradigmáticos*. Nesta parte, direcionamos a atenção para as temáticas selecionadas pelos grupos de pesquisa, considerados *territórios paradigmáticos* que, sustentados por estruturas de socialização, práticas e ações, disseminam e disputam *poderes explicativos*. Este capítulo também esclarece sobre os dois paradigmas que orientaram a nossa análise: o PCA (Paradigma do Capitalismo Agrário) e o PQA (Paradigma da Questão Agrária). Partimos do princípio de que as pesquisas elaboradas pelos grupos estudados são desenvolvidas dentro desses dois paradigmas cuja conflitualidade é o aspecto central. A conflitualidade está presente nas pesquisas dos grupos, na busca de firmarem *poderes explicativos* que interpretem o espaço geográfico.

Os capítulos 5 e 6 aprofundam o caráter territorial e paradigmático dos grupos de pesquisa. A análise direcionou-se para os paradigmas que, em conjunto com as temáticas, influenciam os estudos dos grupos e os consolidam em *territórios paradigmáticos*. A unidade, a diversidade e a diferencialidade da Geografia Agrária foi apreendida pelo exame do PCA e do PQA. No capítulo 5 reunimos aqueles grupos que direcionaram suas pesquisas para o PCA e mostramos os principais referenciais teóricos, os conceitos e, sobretudo, a tendência da agricultura familiar

que orientou o NEA, *Logística*, *Geografias da Modernidade* e GEDRA e demarcou *territórios paradigmáticos*. No capítulo 6, agora com vistas ao PQA, também refletimos sobre os referenciais teóricos e conceitos compartilhados pelo *Geografia Agrária*, CEGeT e NERA, apontando para as tendências da proletarização e do campesinato para a conformação de seus territórios. Além desses dois paradigmas (PCA e PQA), neste capítulo, também encontramos um grupo que transita na *faixa de contato* destes dois paradigmas, o *Agricultura e Urbanização*. Por fim, são realizadas algumas reflexões sobre estes dois paradigmas, apontando para a unidade, diversidade e diferencialidade dos *territórios paradigmáticos* da Geografia Agrária paulista e brasileira.

Ao realizar a análise para as leituras dos *territórios paradigmáticos*, o objetivo é confrontar as perspectivas de mundo e evidenciar o tom de conflitualidade que o pensamento geográfico contempla. As teorias, métodos, conceitos, intencionalidades e ideologias mostram a unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia.

CAPÍTULO 1

Procedimentos metodológicos: metodologia dos territórios paradigmáticos

“Todo conhecimento humano é incerto, inexato e parcial” (Bertrand Russel).

Para identificar e analisar a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária e apresentar uma leitura dos *territórios paradigmáticos*, nesta parte, são apresentados os procedimentos metodológicos realizados para a execução da pesquisa e que resultam na metodologia dos *territórios paradigmáticos*.

Como aporte metodológico, além do levantamento bibliográfico, foi feito um levantamento documental junto à base de dados, organizado pelo *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil* (DGPB) e patrocinado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como ponto de partida, o DGPB possibilitou a sistematização e organização de dados que permitiram a identificação dos grupos de pesquisa, a partir da coleta de informações como: líderes, ano de fundação, linha(s) de pesquisa, *website*, projetos desenvolvidos e membros do grupo.

Como parte de um processo dinâmico e que está em constante movimento, há de se considerar que alguns grupos de pesquisa foram registrados no DGPB após o período de coleta e sistematização dos grupos de pesquisa que fariam parte do universo da análise (2009). Um destes casos constatados é o grupo coordenado pela professora Marta Inez M. Marques, ex-orientanda do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira e pesquisadora do *Geografia Agrária*, que desde 2011 coordena o grupo *Desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo: o campo e a cidade em movimento* junto ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

Este foi um dos grupos cadastrados na base no decorrer da pesquisa e, embora tenha sido registrado apenas em 2011 no DGPB, as entrevistas revelaram que o *Geografia Agrária* envolve outros “grupos de pesquisa” que não estão institucionalizados via CNPq. Isso porque, como será visto no desenvolvimento deste trabalho, a criação dos grupos de pesquisa de Geografia Agrária foi realizada tanto antes como depois da institucionalização dos grupos no DGPB. No caso do grupo da professora Marta, ele pode ser considerado parte de um conjunto de grupos que precedeu a institucionalização instaurada com o DGPB, no qual grupos pré-existentes foram sendo credenciados e oficializados.

No intento de mapear as publicações, também foram coletadas informações dos pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa na *Plataforma Lattes* (CNPq). Com o auxílio dessas duas ferramentas, foram registrados arquivos com informações sobre os membros dos grupos de pesquisa. Somadas as informações

consultadas nas páginas eletrônicas dos grupos, conseguimos obter acesso às atividades desenvolvidas pelos pesquisadores, com destaque para as dissertações e teses.

São apresentados os procedimentos metodológicos empregados, a começar pelo levantamento das temáticas, perpassando os critérios de seleção e análise dos grupos de pesquisa, dos membros e das produções científicas e as entrevistas realizadas.

1.1 Levantamento das temáticas

Objetivando o levantamento das principais temáticas estudadas pelos grupos de pesquisa, foram consultadas, além das dissertações e teses dos coordenadores e pesquisadores do grupo, os anais do SINGA (2003⁵, 2005, 2007 e 2009) e do ENGRUP (2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)⁶.

Este universo de análise contou com a sistematização de 1.346 trabalhos – 1.069 do SINGA e 277 do ENGRUP, incluindo resumos e trabalhos completos. Para esta sistematização e posterior análise das temáticas, foi organizado um banco de dados no *Microsoft Excel* no qual foram registradas todas as obras publicadas, reunindo as seguintes informações: autor(es), título do trabalho, nome do evento, data e edição do evento, temática do trabalho, grupo de pesquisa estado, região e nível acadêmico do autor⁷ e o tipo de publicação do trabalho. Para os trabalhos realizados em coautoria, consideramos as informações do primeiro autor.

A análise do ENGRUP contribuiu com a pesquisa, pois três grupos que fazem parte do nosso universo de análise (GEDRA, *Agricultura e Urbanização* e o NEA) também participam desse encontro. A realização de um encontro específico que coloca em evidência o pensamento elaborado por integrantes de uma rede de grupos de pesquisa é imprescindível para a análise paradigmática e merece ser analisada futuramente.

5. A primeira edição do SINGA aconteceu em 1997, na USP. Contudo, não foram publicados anais sobre o evento.

6. Outro importante evento temático da Geografia que não foi agregado ao escopo metodológico é o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). O encontro reúne pesquisadores da Geografia Agrária brasileira e teve sua primeira edição em 1978, na cidade de Salgado (SE). Inicialmente, como já descrito, um dos objetivos da tese era dar continuidade ao trabalho realizado por Ferreira (1998) e realizar o levantamento das temáticas da Geografia Agrária brasileira a partir dos anais do SINGA, ENGA e ENGRUP, no entanto, no decorrer da pesquisa, centralizamos a atenção nas dissertações e teses. A compilação do SINGA e do ENGRUP permitiram um primeiro levantamento e análise das temáticas elegidas pelos grupos de pesquisa.

7. Quando o autor do trabalho não explicitou a filiação a um grupo de pesquisa, foi utilizada a *Plataforma Lattes* para a complementação do registro.

A análise dos grupos de pesquisa fundou-se na produção intelectual dos seus membros. Inicialmente, além desses dois eventos (SINGA e ENGRUP), a produção foi consultada no formato de revistas, livros e periódicos. Entretanto, a leitura destes trabalhos não se consolidou como um procedimento eficaz para uma análise contundente dos paradigmas. Embora permitisse o mapeamento das temáticas, eles apresentavam os mais variados níveis acadêmicos e de aprofundamento, com diferentes estágios de desenvolvimento. Mesmo assim, esse levantamento foi extremamente importante, pois permitiu que fossem traçadas, num contexto geral, as temáticas da Geografia Agrária e analisada, preliminarmente, os paradigmas de estudo dos grupos.

É necessário ressaltar que a restrição à análise da produção de mestres e doutores não negou a condição que os pesquisadores graduados exercem, pelo contrário, assumem papel determinante diante do processo de construção do conhecimento. Contudo, são os pesquisadores vinculados à pós-graduação que desenvolvem trabalhos com maiores níveis de aprofundamento e repercussão e, neste sentido, o recorte metodológico baseado na leitura das dissertações e teses foi mecanismo representativo e exequível para os propósitos dessa tese. Nunes (2004) também adotou esse mesmo procedimento metodológico ao selecionar teses como instrumento de identificação e análise das principais influências do pensamento econômico na produção geográfica brasileira. Ao optar por essa escolha, a autora entendeu “[...] que as teses de doutorado expressam reflexões mais aprofundadas no que diz respeito a produção científica acadêmica (NUNES, 2004, p. 90).

Para que o processo de identificação e análise das temáticas e dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária fosse alcançado, foram obedecidos os seguintes critérios e procedimentos:

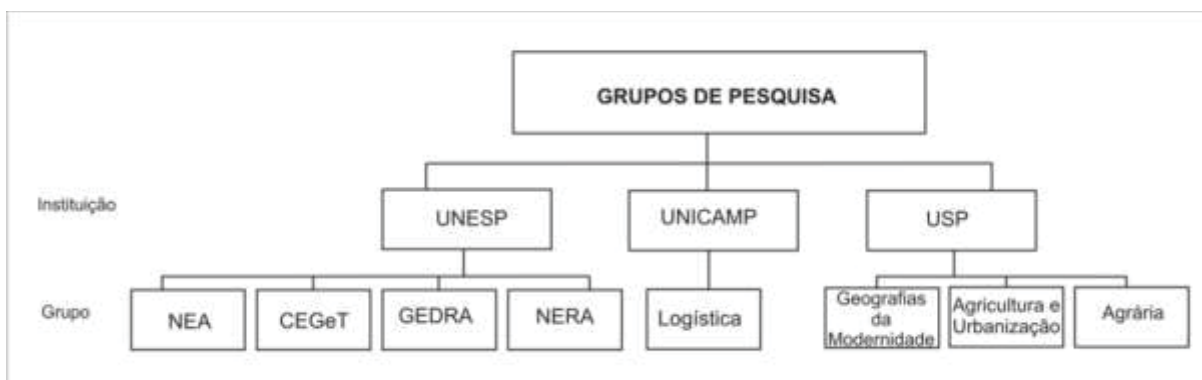
1.2 Seleção dos grupos de pesquisa

– *Recorte temático*: a) grupos de pesquisa em Geografia cadastrados no DGPB; b) grupos de pesquisa cujas linhas e líderes se dedicam, em especial, a estudos associados à Geografia Agrária; c) grupos de pesquisa localizados em instituições que oferecem o curso de graduação e pós-graduação em Geografia e d)

grupos de pesquisa formados por pesquisadores vinculados à mesma instituição acadêmica, isto é, que não possuem abrangência interinstitucional⁸.

– *Recorte espacial*: a) grupos de pesquisa localizados no estado de São Paulo.

A partir desses critérios, foram selecionados oito (8) grupos de pesquisa: NEA, CEGeT, GEDRA, NERA, *Logística*, *Agricultura e Uso do Território Brasileiro*, *Geografias da Modernidade*, *Agricultura e Urbanização* e o *Geografia Agrária* (Organograma 1).



Organograma 1: Grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

1.2.1 Seleção dos membros e produções científicas dos grupos

– *Formação acadêmica dos membros*: pesquisadores mestres e doutores indicados pelos coordenadores dos grupos⁹. Cada coordenador sugeriu os trabalhos acadêmicos mais relevantes do ponto de vista teórico-metodológico e que fossem representativos para o grupo;

8. Ao não incluir os grupos de caráter interinstitucional, o grupo “Território, Desenvolvimento e Agricultura” foi, em parte, excluído da análise. Em parte porque, por meio de consultas na base de dados do DGPB e nas entrevistas, percebemos que os pesquisadores deste grupo já estavam vinculados a outros grupos nas suas próprias instituições acadêmicas de origem, não revelando membros ou produções diferentes. Assim, optou-se pela análise dos grupos de origem institucional.

9. O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, fundador do grupo de pesquisa *Agrária*, não fez a indicação dos trabalhos acadêmicos mais relevantes do ponto de vista teórico-metodológico. Para que a pesquisa não fosse prejudicada, recorremos a outro procedimento metodológico que será exposto neste capítulo: as entrevistas realizadas com os coordenadores dos grupos. Através da entrevista concedida pelo autor, foi possível obter as dissertações e teses que fizeram parte da análise.

– *Produção científica dos membros de acordo com o recorte temporal:* dissertações e teses de pesquisadores desenvolvidas durante o período de existência do grupo e/ou durante o período de orientação do coordenador de cada grupo;

– *Produção científica dos coordenadores e fundadores dos grupos:* por considerar que o grupo de pesquisa é resultado da trajetória acadêmica dos coordenadores/fundadores, foram analisadas as dissertações e teses para verificar de que forma a formação acadêmica desses influenciaram na delimitação de temas e paradigmas dos grupos;

– *Produção científica dos membros de acordo com a orientação:* para aqueles grupos que possuem mais de um coordenador(a), como é o caso do NEA, GEDRA e CEGET, no intuito de compreender a contribuição de cada um, foram elegidas dissertações e teses orientadas pelos dois coordenadores;

– *Amostra representativa da produção científica dos membros dos grupos:* um dos grandes desafios foi a eleição dos trabalhos para a análise. Como já salientado, primeiramente foram selecionados os trabalhos e artigos publicados em eventos científicos da Geografia Agrária. Tal procedimento foi indispensável para que as temáticas fossem identificadas, todavia, posteriormente, ele se mostrou insuficiente, pois muitos destes trabalhos não revelaram as tendências temáticas e paradigmáticas dos grupos. Diante dessa situação, optamos pela análise de dissertações e teses.

Dada a amplitude da produção intelectual de alguns grupos – principalmente daqueles que tinham maior tempo de existência – a banca do exame geral de qualificação sugeriu a leitura de 5 trabalhos para cada grupo – dissertações e teses. Esse critério foi considerado válido para os propósitos da tese, uma vez que priorizou o aspecto qualitativo dos trabalhos acadêmicos. À estes 5, foram incluídos as dissertações, teses de doutorado e de livre-docência defendidas pelos coordenadores e fundadores do grupo, totalizando entre 7 e 10 trabalhos acadêmicos para efetuar a leitura paradigmática de cada grupo de pesquisa¹⁰.

Com esse procedimento, os grupos puderam ser analisados de forma mais “equânime”, no sentido de que nenhum foi prejudicado em razão do seu curto período de existência, ou o oposto, favorecido pela sua extensa trajetória. A leitura paradigmática baseada nos principais trabalhos não toma como princípio o recorte temporal e não delimita um período de análise específico, mas valoriza uma parte representativa da produção dos grupos dentro dos seus períodos de criação ou de orientação do fundador e/ou coordenador.

Os quadros a seguir pormenorizam as dissertações e teses tomadas para análise, apontando o autor (a), título, data da defesa e tipo de trabalho (Quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8):

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Antonio Thomaz Jr.	A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal	1988	Dissertação
2	Antonio Thomaz Jr.	Por trás dos canaviais os (nós) da cana. (Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)	1996	Tese
3	Antonio Thomaz Jr.	Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)	2009	Tese (livre-docência)
4	Alexandre Domingues Ribas	Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)	2002	Dissertação
5	Maria Franco García	A Luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema	2004	Tese
6	Marcelo Rodrigues Mendonça	A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste goiano	2004	Tese
7	Sérgio Gonçalves	Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná	2008	Tese
8	Sônia Maria Ribeiro de Souza	A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo	2011	Tese

Quadro 1: Autores e produções selecionados para análise da produção do CEGeT

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Obs.: Todos os trabalhos foram orientados pelo professor Antonio Thomaz Júnior. Não houve registros de trabalhos de doutorado orientados pelo professor Marcelo Dornelis Carvalhal

10. Para aqueles grupos que apresentaram fundadores e/ou coordenadores que defenderam tese de livre-docência, foram lidos 3 trabalhos acadêmicos (dissertação, tese e tese de livre-docência). Este mesmo procedimento guiou o levantamento e a análise de grupos que possuem dois coordenadores, condicionante que aumentou e diversificou o número de trabalhos analisados para cada grupo.

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Antonio Nivaldo Hespanhol	O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu	1990	Dissertação
2	Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	O tomate a caminho da indústria: a influência da Cica na Alta Sorocabana de Presidente Prudente	1991	Dissertação
3	Antonio Nivaldo Hespanhol	Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina-SP	1996	Tese
4	Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP	2000	Tese
5	Celso Donizete Locatel ¹	Mudanças e permanências no perfil da agropecuária nas Regiões de Jales e Fernandópolis-SP	2004	Tese
6	Estevane de Paula Pontes Mendes ²	A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no Município de Catalão	2005	Tese
7	Dianice Oriane da Silva ²	Transformações no espaço rural do Norte Pioneiro Paranaense: estratégias de resistência e permanência dos agricultores familiares do Município de Jacarezinho/PR	2008	Tese
8	Elias Noronha ²	O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiá (SP)	2008	Dissertação
9	Adriano Rodrigues de Oliveira ¹	O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural	2010	Tese

Quadro 2: Autores e produções selecionados para análise da produção do GEDRA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Obs: ¹ Trabalhos orientados pelo professor Antonio Nivaldo Hespanhol; ² Trabalhos orientados pela professora Rosângela Ap. M. Hespanhol

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Bernardo Maçano Fernandes	Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo	1994	Dissertação
2	Bernardo Maçano Fernandes	Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro – formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979/1999	1999	Tese
3	João Edmilson Fabrini	Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Centro-Oeste-PR enquanto território de resistência camponesa	2002	Tese
4	Eraldo da Silva Ramos Filho	Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)	2008	Tese
5	Eduardo Paulon Girardi	Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira	2008	Tese
6	Nelson Rodrigo Pedon	Movimentos socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica	2009	Tese

7	Munir Jorge Felício	Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário	2011	Tese
---	---------------------	--	------	------

Quadro 3: Autores e produções selecionados para análise da produção do NERA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de Trabalho
1	Enéas Rente Ferreira	A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço	1987	Dissertação
2	Darlene Ap. de Oliveira Ferreira	A persistência da unidade familiar de produção e a sericultura em Charqueada.	1988	Dissertação
3	Darlene Ap. de Oliveira Ferreira	O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90	1998	Tese
4	Enéas Rente Ferreira	Trólebus, espaço e sociedade	1995	Tese
5	Enéas Rente Ferreira	O transporte coletivo intermunicipal no Estado de São Paulo: as linhas suburbanas	2006	Tese (livre-docência)
6	Cecilia Hauresko ²	Entre tradição e modernidade: O lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul-PR) e Anta Gorda (Prudentópolis-PR)	2009	Tese
7	Flamarion Dutra Alves ²	Evolução teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2008	2010	Tese
8	Marcos Antonio de Castro Marques Teixeira ¹	Agricultura urbana na cidade de Teresina: hortas comunitárias – Políticas públicas ou segurança Alimentar?	2011	Tese
9	Michelle Lindner ²	A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul	2011	Tese
10	Suelen de Leal Rodrigues ¹	O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento rural: território da cidadania região central/RS	2011	Tese

Quadro 4: Autores e produções selecionados para análise da produção do NEA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Obs: ¹ Trabalho orientado pela professora Darlene A. O. Ferreira; ² Trabalho orientado pelo professor Enéas Rente Ferreira.

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Ricardo Abid Castillo	A fragmentação da terra: propriedade fundiária absoluta e espaço mercadoria no município de São Paulo	1993	Dissertação
2	Ricardo Abid Castillo	Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro	1999	Tese
3	Samuel Frederico	Sistemas de movimento no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja	2004	Dissertação
4	Fabiano Biudes	Tecnologias da informação e novos usos do território brasileiro: uma análise a partir do zoneamento agrícola de riscos climáticos para a soja	2005	Dissertação

5	Marcel Petrocínio Esteves	Tecnologias da informação e organização do território brasileiro: implicações do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR)	2010	Dissertação
6	Vitor Pires Vencovsky	Ferrovia e logística do agronegócio globalizado: uma avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro	2011	Tese
7	João Humberto Camellini	Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial: o caso emblemático de Quirinópolis, GO	2011	Dissertação

Quadro 5: Autores e produções selecionados para análise da produção do grupo *Logística*
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Júlio César Suzuki	De povoado a cidade - A transição do rural ao urbano em Rondonópolis	1997	Dissertação
2	Júlio César Suzuki	A gênese da cidade moderna de São Paulo: uma contribuição da Geografia Urbana à história da cidade	2002	Tese
3	André Eduardo Ribeiro da Silva	A territorialização da agroindústria sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP	2007	Dissertação
4	Amauri Tadeu Barbosa Nogueira	Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da fazenda Jupirá no município de Porto Feliz-SP	2007	Dissertação
5	Camilo Alejandro Bustos Ávila	O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do Departamento do Putumayo (Colômbia)	2008	Dissertação
6	Alberto Pereira Lopes	Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas fora do compasso	2009	Tese
7	Sérgio Aparecido Nabarro	Reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana-PR	2010	Dissertação

Quadro 6: Autores e produções selecionados para análise da produção do grupo *Agricultura e Urbanização*

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Rosa Ester Rossini	Serra Azul – O homem e a cidade	1971	Dissertação
2	Rosa Ester Rossini	Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo	1975	Tese
3	Rosa Ester Rossini	Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista	1988	Tese (livre-docência)
4	Joaquim Correa Xavier de Andrade Neto	O Estado e a agroindústria canavieira no nordeste oriental: modernização e proletarização	1990	Tese
5	Maria da Silva	A linha de subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano	1994	Tese
6	Tito Carlos Machado de Oliveira	Agroindústria e reprodução do espaço – o caso soja no Mato Grosso do Sul	1994	Tese

7	Jeani Martha Boabaid	Os meandros da sobrevivência: previdência social rural (Mato Grosso-Brasil)	1996	Tese
8	Isamara Lima de Jesus	As "Marias" canaveiras e a participação sindical: Sertãozinho (SP) ontem e hoje	1999	Dissertação

Quadro 7: Autores e produções selecionados para análise da produção do grupo *Geografias da Modernidade*

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

	Autor (a)	Título	Data da defesa	Tipo de trabalho
1	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen	1979	Tese
2	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência	1997	Tese (livre-docência)
3	Antonio Thomaz Júnior	A territorialização do monopólio: as agroindústrias canaveiras em Jaboticabal	1988	Dissertação
4	Virginia Elizabeta Etges	Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo	1989	Dissertação
5	Valéria de Marcos	Comunidade Sinsei: utopia e territorialidade	1996	Dissertação
6	Bernardo Mançano Fernandes	Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro – formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979/1999	1999	Tese
7	Eliane Paulino Tomiasi ¹¹	Terra é vida – a Geografia dos camponeses no norte do Paraná	2003	Tese

Quadro 8: Autores e produções selecionados para análise da produção do *Geografia Agrária*

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A metodologia preconizou a análise de grupos de pesquisas que possuem como principal denominador o estudo da Geografia Agrária. No total, foram analisados 63 trabalhos (dissertações e teses) no período de 1971-2011.

É evidente que o levantamento baseado nesses parâmetros apresenta limites e fragilidades, uma vez que podem existir grupos vinculados a outras áreas do conhecimento, mas que, da mesma forma, desenvolvem estudos sob a ótica espacial. Outro limite refere-se ao grande número de trabalhos orientados por alguns coordenadores e fundadores de grupos, como é o caso de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Rosa Ester Rossini, cujas trajetórias acadêmicas são extensas. Todavia, diante do tempo de exequibilidade que toda pesquisa dispõe, é difícil a inclusão de um grande número de grupos, pesquisadores e trabalhos para serem analisados. Mesmo que esta proposta metodológica de análise paradigmática não abarque a

11. Eliane Paulino Tomiasi concluiu o doutorado em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), *Campus* de Presidente Prudente.

totalidade, consideramos que o universo elegido permitiu investigar os temas e paradigmas que influenciaram os grupos paulistas de Geografia Agrária.

1.2.2 Forma de análise das produções científicas dos membros dos grupos

A identificação dos temas e paradigmas dos grupos de pesquisa não se resume em desvendar os pressupostos “científicos” da Geografia. Na procura de realizar uma Geografia comprometida e preocupada em entender as vinculações sociais e as concepções políticas e ideológicas, compreender a atuação de grupos que defendem paradigmas é de suma importância, já que estes apresentam uma produção científica que, em hipótese alguma, é neutra diante da realidade.

A análise deteve-se, inicialmente, no mapeamento da produção dos coordenadores e fundadores, destacando o objetivo proposto, as principais problemáticas, referenciais teórico-metodológicos, métodos, conceitos, intencionalidades e ideologias, conjunto este que, como será abordado no capítulo 2, conforma a dimensão paradigmática. Estes trabalhos foram tomados como ponto de partida, nos quais se procurou estabelecer a gênese que construiu a unidade e as influências de cada grupo de pesquisa.

A adoção desse procedimento foi capaz de detectar as vinculações estabelecidas entre a produção acadêmica do coordenador/fundador do grupo com os temas e paradigmas dos grupos de pesquisa. A relação orientador-aluno é condição que estabelece a organização dos grupos de pesquisa. Explorar essa relação é elementar, de modo que fica explícita as origens e as fundamentações construídas. É a partir dos professores-coordenadores que os temas e paradigmas são selecionados, direcionados e compartilhados e ajudam a conformar *territórios paradigmáticos*.

Da Ros (2000) fez exatamente essa relação. A ligação orientador-aluno auxilia numa definição mais precisa dos estilos de pensamento. A análise com foco para os grupos de pesquisa facilita esse mapeamento, já que são compostos pelo orientador (geralmente o coordenador do grupo) e os demais pesquisadores (os discentes). Como critério para a análise dos estilos de pensamento, Da Ros (2000) abordou as formas de conceber os problemas, temáticas, conceitos e referenciais teóricos. Para a Geografia, introduzimos mais duas dimensões: a intencionalidade e a ideologia.

Com o levantamento dos eventos científicos, a diferencialidade temática pôde ser confirmada, cabendo-nos, posteriormente, a análise da unidade, diversidade e diferencialidade dos paradigmas, agora por intermédio da leitura das dissertações e teses. A intenção dessa análise foi vislumbrar as semelhanças e as diferenças que conferem unidade, diversidade e diferencialidade paradigmática entre os grupos. No entanto, na falta de trabalhos que detalhassem a produção dos grupos de pesquisa, buscou-se analisar autor por autor, de modo que ficassem esclarecidos os seus paradigmas.

1.3 Entrevistas

Além do levantamento documental e bibliográfico, foram realizadas entrevistas (roteiro) com os coordenadores e fundadores dos grupos de pesquisa¹², apresentados no quadro 9. Com as entrevistas, foram confirmadas, complementadas e/ou corrigidas as informações sobre a estrutura do grupo, temas e paradigmas.

Grupo	Professor(a)	Local
CEGeT	Antonio Thomaz Junior	Presidente Prudente
Logística	Ricardo Abid Castillo	Campinas
NEA	Darlene Ap. F. de Oliveira	Rio Claro
<i>Geografias da Modernidade</i>	Rosa Ester Rossini	São Paulo
GEDRA ¹³	Rosângela Ap. M. Hespanhol	Presidente Prudente
GEDRA	Antonio Nivaldo Hespanhol	Presidente Prudente
<i>Agricultura e Urbanização</i>	Júlio Cesar Suzuki	São Paulo
Agrária	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	São Paulo
NERA	Bernardo Maçano Fernandes	São Paulo

Quadro 9: Entrevistas realizadas: grupo, professor(a) e local

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

12. No caso do NEA, a entrevista foi realizada com os dois coordenadores e com parte dos membros do grupo.

13. Não foi possível finalizar a entrevista com a professora Rosângela Ap. de M. Hespanhol devido à incompatibilidade da sua agenda. Para obter as informações almeçadas, foi necessário entrevistar o fundador do grupo, o professor Antonio Nivaldo Hespanhol.

O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes: A) coleta e confirmação de informações dos grupos de pesquisa e B) sobre a Geografia Agrária:

A) Coleta e confirmação de informações dos grupos de pesquisa: 1) nome; 2) sigla; 3) registro no CNPq; 4) área do conhecimento; 5) ano de fundação; 6) líder(es) do grupo; 7) endereço; 8) universidade; 9) campus universitário; 10) município; 11) *website*; 12) linha(s) de pesquisa; 13) dentre as linhas de pesquisas destacadas, quais também referem-se a extensão?; 14) projetos de pesquisa realizados; 15) projetos de pesquisa em andamento; 16) principais temáticas do grupo; 17) membros do grupo; 18) o grupo organiza ou organizou algum tipo de evento (s) e/ou possui publicação(s) própria(s)? (modalidade – tipo de participação – apoio); 18) principais eventos que o grupo participa e apresenta trabalhos; 19) os encontros, de uma forma geral, tem possibilitado a troca de experiências?; 20) principais revistas/periódicos que os membros do grupo publicam suas pesquisas; 21) a partir da sua experiência no grupo, como o senhor(a) definiria um grupo de pesquisa?; quais são as características principais desse grupo?; 22) em qual contexto os grupos de pesquisa em Geografia surgiram? O que motivou a criação do grupo de pesquisa liderado pelo senhor(a)?; 23) existe alguma razão do porquê o grupo se denomina núcleo, laboratório, centro, grupo? Qual motivo para a seleção desta nomenclatura?; 24) o grupo recebe apoio de alguma agência de fomento? Se sim, qual (is)? Qual a importância das agências financiadoras?; 25) o grupo mantém relação com outros grupos de pesquisa? Se sim, como se efetiva essa relação?; 26) existe um tipo de organização interna do grupo de pesquisa? (interação entre os membros da graduação e pós-graduação, atividades do grupo, como colóquios, reuniões, orientação, trabalhos de campo, etc.); 27) o grupo possui desdobramentos fora do campus universitário, isto é, por meio de projetos com a comunidade local, políticas públicas, monitorias, etc.?; 28) recentemente, foram surgindo novos modelos de organização acadêmica para produção do conhecimento: os grupos de pesquisa. No que tange à Geografia Agrária, é possível afirmar que esses grupos contribuem com o pensamento geográfico, que são novos sujeitos deste processo? Quais os pontos positivos e/ou negativos?

B) Sobre a Geografia Agrária: 29) quais são os referenciais teóricos que orientam o grupo? Principais obras? (nome e título); 30) quais são os conceitos/categorias principais desenvolvidos nos projetos do grupo de pesquisa?; 31) há diferença entre Geografia Agrária, Agrícola, Agricultura, Rural? Por quê?

Como o senhor(a) as definiria?; 32) quais são os principais pressupostos teórico-metodológicos da Geografia agrária?; 33) na pluralidade paradigmática que constitui o pensamento geográfico, quais as influências que contribuíram com a sua produção teórica? Como o grupo se posiciona diante dessas correntes?; 34) qual a relação da sua trajetória de vida com a sua formação e produção intelectual?; 35) o que é paradigma? Quais as diferenças paradigmáticas internas do grupo?; 36) com a produção do conhecimento centrada, principalmente, nos grupos de pesquisa, tal forma auxilia na aproximação entre os grupos, facilitando a sua comunicação, ou o reverso, distanciando-os?; 38) se os grupos paulistas de geografia agrária sustentam paradigmas diferentes, é possível falarmos em um embate-debate entre esses grupos, isto é, por uma disputa para além do campo, mas no campus?; 39) o que é campesinato e o que é agronegócio?; 40) o que é ser pesquisador na Geografia hoje?

CAPÍTULO 2

Estilos de pensamento e paradigmas: contribuições da abordagem paradigmática para o estudo do pensamento geográfico

*“Os paradigmas são algo compartilhado pelos membros de tais comunidades”
(Thomas Kuhn).*

Este capítulo visa contribuir com a interpretação paradigmática do pensamento geográfico, a partir dos conceitos de paradigma e estilo de pensamento. Procuramos estabelecer um diálogo crítico entre Thomas Samuel Kuhn e Ludwik Fleck, dois grandes estudiosos que, de modos distintos, dedicaram-se a compreender o processo de construção e desenvolvimento da prática científica em seus tempos. Kuhn tratou a prática científica com base nos paradigmas, ao passo que Fleck apoiou-se nos estilos de pensamento.

Antes que possamos apresentar os *territórios paradigmáticos*, é preciso que tanto o território como o paradigma tenham seus marcos teórico-metodológicos bem definidos. Por ora, neste capítulo, iniciamos com considerações sobre os conceitos de paradigma e estilo de pensamento. Embora bastante recorrente, muito pouco se tem feito para compreender a essência do conceito de paradigma na Geografia e, muito menos, estilo de pensamento, cuja discussão não adentrou os estudos geográficos. Por essa razão, o leitor observará que nos alongamos neste debate, contudo, esse exercício reflexivo é imprescindível se considerarmos que pouco foi explorado dessas duas contribuições para a interpretação da produção geográfica.

Tendo esses dois autores como referência, questionamos suas análises e iniciamos um caminho que levou a proposição de um método de análise (*territórios paradigmáticos*) para a leitura dos grupos de pesquisa. Enfatizamos o caráter histórico e a multiplicidade do conhecimento, nos quais a conflitualidade paradigmática toma como princípio uma perspectiva dialética. Ao invés de desqualificar a proposta desses autores, avançamos rumo à superação, na qual se buscou explicitar suas contribuições, limitações e diferenças e apresentar uma abordagem paradigmática que colabore com a interpretação do pensamento geográfico brasileiro. Sem negá-los, este trabalho demonstrou o limite epistemológico e a contribuição propiciada por essa interlocução.

Tanto Kuhn como Fleck não são modelos teóricos explicativos, são apenas referenciais para que a Geografia seja pensada. É preciso ter cautela com seus pensamentos, mantendo e guardando a originalidade das suas linguagens, mas ao mesmo tempo recolher suas contribuições para avançar no processo de construção do conhecimento. Seus pensamentos proporcionaram elementos críticos, trazendo a discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais do paradigma*. O pensamento de Thomas Kuhn que inicia o

início deste capítulo e afirma que os paradigmas são compartilhados pelos membros das comunidades científicas, retrata o que chamamos de propriedades estruturais, questão importante dos paradigmas. Tratando o conhecimento científico como um processo construído por coletivos de pensamento/comunidades científicas, ele nunca é neutro por ser uma parte da *universidade* e por ser produzido por sujeitos políticos que produzem *dimensões do paradigma*: teorias, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades. Saímos do campo da crítica para o campo da construção do conhecimento, incluindo as propriedades e dimensões acima indicadas para a interpretação do pensamento geográfico sob o enfoque da abordagem paradigmática, como demonstraremos a seguir.

2.1 Contextualizando a obra de Kuhn: descortinando o debate paradigmático

O conceito de paradigma alcançou grande repercussão na história das ciências, especialmente nas ciências exatas e naturais, difundido indiscriminadamente na linguagem corrente, tornando-se polissêmico¹⁴ (MASTERMAN, 1979). No meio acadêmico, em especial, nas ciências humanas e sociais, a situação repete-se, amplamente empregado e suscetível a múltiplas interpretações e leituras. Inúmeros são os estudiosos que expandiram o conceito, ocasionando modismos e servindo como instrumento de retórica, dando lugar a empregos desenfreados (DOMINGUES, 2004) e transformando-o numa verdadeira “colcha de retalhos”.

O mesmo acontece com a Ciência Geográfica. Há uma ausência reflexiva sobre esse conceito, convertendo seu uso numa verdadeira panaceia. Dotado de inúmeros significados, ele vem sendo utilizado de forma confusa, desprovido de preocupações que esclareçam devidamente a abordagem dispensada à sua aplicação, tornando-o “filosoficamente obscuro” (MASTERMAN, 1979). Muitos pesquisadores recorrem à utilização do conceito, porém, seu conteúdo não é explicitado e seu processo reflexivo é sublimado. Aliás, até mesmo os principais

14. A proposta de Kuhn fez do paradigma um conceito que inclui um amplo, diverso e disperso espectro de significados, já que abarcou um extenso rol de sentidos. Tal fator foi proeminente para a proliferação indiscriminada do seu significado nos demais campos do conhecimento. Em meio a essa multiplicidade, no pós-fácio de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn (2007) substitui o conceito de paradigma por outros dois conceitos: primeiramente é introduzida a ideia de *matriz disciplinar* e, posteriormente, a ideia de *léxico*. Masterman (1979) identificou 21 diferentes interpretações possíveis para o conceito, e o classificou como polissêmico. A autora agrupou os sentidos em três: *paradigmas metafísicos* ou *metaparadigmas*, *paradigmas sociológicos* e *paradigmas de artefato* ou *paradigmas de construção*.

conceitos que referendam esse campo disciplinar apresentam lacunas quando analisados epistemologicamente (FERREIRA et al., 2008)¹⁵.

O conceito de paradigma pode ser entendido em dois momentos diferentes: segundo uma concepção clássica e segundo uma concepção contemporânea. Na primeira, o conceito originou-se na Grécia (*paradeigma*), a partir de Platão, com a Teoria das Ideias. De natureza filosófica, seu significado remete a um modelo, um exemplo, referente às formas e às ideias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Mais tarde, na década de 1960, o conceito foi retomado por Thomas Samuel Kuhn em seu trabalho seminal e pioneiro intitulado *A Estrutura das Revoluções Científicas* (ERC), cuja primeira edição foi publicada no ano de 1962. Segundo a concepção contemporânea, neste trabalho, Kuhn delineou outra linha de interpretação sobre a ciência, com a introdução de uma nova proposta para o tratamento das questões concernentes ao desenvolvimento científico.

Entendidos esses dois momentos e concepções, procuramos “desinflacionar” o conceito, alvo de inflações vocábulas e vícios de linguagem que o ampliaram descomedidamente e o introduziu nas mais diversas áreas do conhecimento (DOMINGUES, 2004), inclusive na Geografia. Na tentativa de evitar modismos, esta primeira seção foi pensada, de maneira que retomaremos o contexto no qual o conceito de paradigma foi cunhado para que, posteriormente, possamos apresentar nossas objeções. Este retorno é importante, pois permitirá compreender a gênese, a complexidade e realizar considerações mais concisas a respeito.

Para enriquecer o debate paradigmático, é fundamental que o mesmo seja contextualizado com outras construções conceituais que são elementares na obra kuhniana. Para tanto, retomamos o pensamento kuhniano a partir dos aspectos cruciais de ERC para a apreensão do conceito e sua contribuição junto ao pensamento geográfico. São apresentados as principais noções cunhadas por Kuhn (2007) – *ciência normal, ciência pré-paradigmática, anomalia, crise, ciência revolucionária e incomensurabilidade das tradições científicas*. É evidente que ao fazer essa contextualização, o intuito não é realizar uma síntese da sua obra, mas acreditamos que seja impreterível investigar sua natureza, para que possamos aprofundar nossas considerações sobre seus limites e contribuições para o estudo teórico-metodológico da Geografia.

15. Ainda, mesmo diante desse quadro, estudiosos como Vitte (2009), Sposito (2001), Monteiro (1978), Fernandes (2008), Cidade (2001), Capel (1999), Johnston (1986), Santos (1978) e Gusmão (1978) dedicaram-se, de diferentes formas, a discutir os paradigmas da Geografia.

2.1.1 Paradigma: ciência normal, ciência pré-paradigmática, anomalia, crise, ciência revolucionária e incomensurabilidade das tradições científicas

Ao investigar as etapas de desenvolvimento da ciência, Kuhn (2007) entende que uma comunidade científica sempre procurará manter-se nos parâmetros ditados pela *ciência normal*, caracterizada pela aceitação de um determinado paradigma pelos membros de uma comunidade científica para a resolução de questões. Este é o período de desenvolvimento da ciência na qual uma dada comunidade científica aceita um paradigma como prática de construção do conhecimento científico em comum:

Para que exista a prática da ciência, é imprescindível a adoção de um paradigma em comum, ou seja, que seja universalmente aceito, já que um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma (KUHN, 2007, p. 221).

Em outra definição de Kuhn, a *ciência normal* “[...] significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas” e que são partilhadas por uma comunidade científica (KUHN, 2007, p. 29). Essas realizações são constituídas por conhecimentos consolidados e sustentados por um conjunto de elementos, como leis, teorias, métodos, aplicações e metodologias. É este conjunto de elementos que Kuhn irá chamar de paradigmas e que possibilita o surgimento da *ciência normal*.

Estas duas definições, articuladas à *ciência normal*, são referências importantes que consubstanciam o paradigma: no primeiro, Kuhn (2007) enfatiza o critério do compartilhamento, no qual o desenvolvimento da ciência só pode ser concretizado a partir da adesão dos membros da comunidade científica a um paradigma (MASTERMAN, 1979); o segundo sentido atribuído diz respeito à composição deste partilhamento, isto é, das teorias e dos métodos que servirão como referência para o paradigma. Na verdade, essas concepções são apenas dois dos múltiplos significados que Kuhn conferiu ao conceito e, como o intuito dessa parte busca apenas contextualizar a obra kuhniana, não serão efetuadas, neste momento, maiores considerações a respeito. A discussão dos limites deste enfoque será protelada para as páginas subsequentes, momento no qual será destinado um espaço específico para maiores reflexões sobre o pensamento geográfico. Até aqui, o que interessa saber é que, segundo Kuhn (2007), para que a atividade científica se

realize (ciência *normal*), é imprescindível a vinculação a um paradigma. Assim, por ora, ficamos com essas duas definições, entendendo o paradigma como um eixo de maior abrangência, que inclui um conjunto de elementos compartilhados pela comunidade científica, constituído, especialmente, por teorias, métodos, metodologias e atitudes que proporcionam aos seus membros uma visão de mundo.

Para Kuhn (2007) não caberia à *ciência normal* a produção de novas formulações, leis, métodos ou conceitos. Este período centra-se no estabelecimento e na consolidação do paradigma, ou seja, na resolução de questões e problemas previamente definidos, denominados por Kuhn (2007) de “quebra-cabeças”. Assim, a *ciência normal* também é chamada de período paradigmático, de maneira que o paradigma em questão se limitará à resolução do quebra-cabeças proposto. Sobre o período, Kuhn faz a seguinte assertiva:

O problema da pesquisa na ciência normal não constitui a produção de novidades de grande destaque (conceitos e fenômenos). Então, por que os cientistas se dedicam a pesquisas desse porte? [...] o desenvolvimento de pesquisas em um dado paradigma aumenta as possibilidades de aprofundamento da ciência. Todavia, existe uma outra razão: resolver um problema da pesquisa normal é alcançar o antecipado de uma nova maneira. Isso requer a solução de todo o tipo de complexos de quebra-cabeças [...] O desafio apresentado pelo quebra-cabeça constitui uma parte importante da motivação do cientista para o trabalho (KUHN, 2007, p. 59).

Para que o conjunto de questões possa ser classificado como um “quebra-cabeças” a ser resolvido, não é necessário que o paradigma ofereça respostas de imediato. Kuhn (2007) adverte que um paradigma, em sua fase inicial, não necessita apresentar as respostas que as questões demandam no ato de sua proposição. Entretanto, essas questões devem, obrigatoriamente, “obedecer as regras” (KUHN, 2007, p. 61), isto é, a uma visão de mundo postulada pelo paradigma, fazendo com que seus membros se comprometam no seu compartilhamento. É justamente “[...] esse comprometimento e o consenso aparente que se produz que são pré-requisitos para a *ciência normal*, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada” (KUHN, 2007, p. 30). É função da *ciência normal* e dos seus “bons membros” que trabalhem na resolução e na validade do paradigma adiante. Além da obediência e do cumprimento das regras implícitas, as questões que orientarão o período da *ciência normal* são previamente selecionadas para que o paradigma possa encaminhar o processo de desenvolvimento da ciência:

A ciência não se ocupa com todas as manifestações possíveis do laboratório. Ao invés disso, seleciona aquelas que são relevantes para a justaposição de um paradigma com a experiência imediata, a qual, por sua vez, foi parcialmente determinada por esse mesmo paradigma (KUHN, 2007, p. 164).

Ou seja, para Kuhn (2007), os pesquisadores admitem um rol de problemas e os ajustam aos pressupostos estabelecidos pelo paradigma adotado. Kuhn (2007) também ressalta a intolerância e a inflexibilidade, fazendo com que a pesquisa, em determinados períodos, seja guiada conforme os preceitos articulados pelo paradigma filiado. De certo modo, Kuhn faz uma crítica contundente à *ciência normal* e à aceitação de um paradigma:

A maioria dos cientistas, durante toda a sua carreira, ocupa-se com operações de acabamento. Elas constituem o que chamo de ciência normal [...] esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma (KUHN, 2007, p. 44-45, grifos nossos).

Ao selecionar as questões, neste período, o paradigma restringe a visão do pesquisador, pois o limita a problemas e questões enunciadas pelo paradigma vigente:

[...] uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, podem ser considerados como dotados de uma solução possível [...] esses são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver [...]. Assim, um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma (KUHN, 2007, p. 60).

Além de circunscrever os pesquisadores filiados a uma concepção particular no desvendamento dos fenômenos, a *ciência normal* mostra-se intransigente às questões que se colocam à margem do paradigma, ignorando os problemas que não

foram previamente sinalizados e praticando somente as atividades de pesquisa consoantes ao paradigma elegido. Para melhor ilustrar esse processo de ajustamento ao paradigma, pode-se recorrer para o uso da metáfora da forma: é como se as questões adotadas para o estudo de um paradigma fossem colocadas em uma forma, em algo pré-moldado e que adquira a forma almejada. O que não consegue harmonizar-se à forma, ou seja, o que não se adapta ao paradigma escolhido é descartado, pois não são consideradas questões que não se adaptam ao “quebra-cabeça” que o paradigma propôs estudar na *ciência normal*.

Mesmo coibindo o pesquisador a uma visão de mundo específica, o comprometimento com um paradigma é condição proeminente, pois favorece o avanço e o desenvolvimento das pesquisas ao limitar os esforços de seus membros a um dado espectro elegido para a interpretação da realidade. Um corte vertical necessita ser feito para que o pesquisador aprofunde seus estudos. A filiação a um paradigma é o motor que impulsiona e motiva a atividade científica.

Ora possibilitando o desenvolvimento da ciência, ora confinando a compreensão dos pesquisadores envolvidos, “a existência dessa sólida rede de compromissos ou adesões – conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais – é a fonte principal da metáfora que relaciona ciência normal à resolução de quebra-cabeças” (KUHN, 2007, p. 66). A relação entre *ciência normal*, *quebra-cabeça* e *paradigma* é intrínseca, isto é, devem ser pensadas de maneira conjunta, já que qualquer um desses elementos determina a existência dos outros dois. Na perspectiva kuhniana, falar em *ciência normal* é também falar de um paradigma que possui uma espécie de “quebra-cabeça” que deve ser solucionado.

Contudo, o processo de desenvolvimento da ciência possui um momento que antecede o período da *ciência normal*. A este respeito, Kuhn (2007) traz para o debate o período *pré-paradigmático*. Diferentemente da *ciência normal*, este período caracteriza-se por situar fortes divergências e disputas intelectuais, recheadas de debates sobre as teorias e os métodos empregados, com a adoção de inúmeros e controversos paradigmas. O período *pré-paradigmático* “é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito dos métodos, problemas e padrões de solução legítimos” (KUHN, 2007, p. 73). As práticas de pesquisa ainda não estão bem definidas, de modo que não existe um corpo acadêmico maduro para que a disciplina seja fundamentada. Este período está presente nos momentos de

gestação (rumo à *ciência normal*) e crise (rumo à *revolução científica*) de um campo científico (FOUREZ, 1995).

Tal posicionamento custou caro a Kuhn. Em obras posteriores a primeira edição da ERC, Kuhn esclareceu sobre o período *pré-paradigmático*. Ele afirmou que as inúmeras escolas e vertentes que compõem este período podem conformar paradigmas distintos, entretanto, não faria parte do que ele chamou de *ciência normal*, mas do período *pré-paradigmático*. Por ainda não ter adquirido uma visão hegemônica na comunidade científica, neste período, são formuladas inúmeras hipóteses e realizados vários ensaios, situando-se num estágio anterior ao que ele chamou de *ciência normal*.

Embora tenha esclarecido que uma comunidade científica pode eleger mais de um paradigma, Kuhn (2011) manteve esses campos disciplinares no chamado período *pré-paradigmático*. Mesmo deixando claro que os paradigmas são inerentes a todos os campos científicos, conceber as ciências que possuem mais de um paradigma dentro do período *pré-paradigmático* é colocá-las num estágio inferior, isto é, que precede à verdadeira *ciência normal*:

A consequência mais danosa surge do uso que faço do termo “paradigma” quando distingo um período anterior e outro posterior ao desenvolvimento de uma ciência particular. Durante o período que, em A estrutura das revoluções científicas, foi chamado de “período pré-paradigmático”, os profissionais de uma ciência são separados em diversas escolas rivais [...]. Esse estágio de desenvolvimento é seguido de uma transição relativamente rápida, em geral, como resultado de alguma realização científica notável, para um suposto “período pós-paradigmático”, caracterizado pelo pensamento de todas ou da maioria das escolas [...]. Ainda penso que esse padrão é tanto típico quanto importante, mas pode ser discutido sem referência à primeira realização como paradigma. O que quer que sejam, os paradigmas são posse de qualquer comunidade científica, inclusive das escolas do chamado período pré-paradigmático. Minha incapacidade de perceber esse ponto com clareza ajudou a tornar o paradigma uma entidade quase mística ou uma propriedade que, como o carisma, transforma aqueles que são atingidos por ela (KUHN, 2011, p. 313).

Para o autor, o desaparecimento desse período acontece quando, finalmente, um dos paradigmas concorrentes domina o campo da ciência em questão, obtendo hegemonia dentre os demais. Na compreensão de Kuhn (2007), só há *ciência normal* no momento em que a comunidade científica aceita um paradigma. Quando existe mais de um paradigma, o período caracteriza-se como *pré-paradigmático*.

Seu instrumental teórico assenta as disciplinas humanas e sociais num *período pré-paradigmático* em direção à *ciência normal*. Tal assunto será devidamente aprofundado mais tarde, quando abordaremos os limites da proposta kuhniana para as ciências humanas e sociais.

Sobre o estágio final do período *pré-paradigmático*, Kuhn realiza mais considerações:

As divergências realmente desaparecem em grau considerável e então, aparentemente, de uma vez por todas. Além disso, em geral, seu desaparecimento é causado pelo triunfo de umas das escolas pré-paradigmáticas, a qual, devido as suas próprias crenças e preconceitos característicos, enfatizava apenas alguma parte especial do conjunto de informações demasiado numeroso e incoativo (KUHN, 2007, p. 37).

O abandono da *ciência normal* acontece quando novos e expressivos fenômenos não conseguem ser explicados pelo paradigma vigente, chamados neste momento de *anomalias*. É somente através da *anomalia* que se consegue penetrar em novos e desconhecidos processos investigativos, elemento estrutural no processo de reestruturação da ciência:

[...] a percepção da anomalia – isto é, de um fenômeno para qual o paradigma não prepara o investigador – desempenhou um papel essencial na preparação do caminho que permitiu a percepção da novidade (KUHN, 2007, p. 83-84).

Ao reconhecer o papel das *anomalias*, Kuhn (2007) abre um novo e importante debate sobre a prática científica, concebendo o paradigma em decadência e a *anomalia* como momentos necessários para o desenvolvimento da ciência que está em constante movimento. Mergulhada num processo de (re)construção, a *anomalia* pode possibilitar o desenvolvimento da ciência. Kuhn (2007) não nega tais *anomalias*, mas as considera fenômenos regulares e inerentes ao paradigma, pois, de certa forma, já nascem com elas, sendo superadas mais tarde. São elas que irão engendrar as descobertas científicas e forjar uma nova visão de mundo no exercício de desvendamento da realidade. Sobre as *anomalias*, sua tomada de consciência e descoberta, Kuhn salienta:

Essa consciência da anomalia inaugura um período no qual as categorias conceituais são adaptadas até que o que inicialmente era

considerado anômalo se converta no previsto. Nesse momento completa-se a descoberta (KUHN, 2007, p. 91).

De acordo com Kuhn (2007), é só a partir do conhecimento da *ciência normal*, e, por conseguinte, com a percepção da *anomalia*, que é possível atingir as *revoluções científicas*. Isso porque, tais “desajustes”, evidenciados pelas *anomalias* que a *ciência normal* não consegue explicar, concedem espaço para que a ciência adentre num período de *crise* e questionamento do paradigma vigente. Para Kuhn (2007), a *crise* é uma condição fundamental para a emergência de uma nova teoria, indicando que é preciso reformular o paradigma em vigor.

Mas para que a *anomalia* se converta em *crise*, a mesma deve conter um fato relevante para que o paradigma em voga possa ser descartado. O período responsável por despertar o interesse da comunidade científica e atuar como instrumento de entrada para um novo período da ciência é chamado por Kuhn de *ciência extraordinária*:

[...] para uma anomalia parecer ser algo mais que um novo quebra-cabeça da ciência normal, é sinal de que se iniciou a transição para a crise e para a ciência extraordinária. A própria anomalia passa a ser mais comumente reconhecida como tal pelos cientistas (KUHN, 2007, p. 113).

Com a *anomalia* reconhecida, o período de *crise* é encetado. Tal momento põe o paradigma vigente em xeque, de modo que a comunidade científica identifica incongruências em seu interior e seus postulados sofrem questionamentos dos pesquisadores que até então o compartilhavam. “Todas as crises iniciam com o obscurecimento de um paradigma e o conseqüente relaxamento das regras que orientam a pesquisa normal” (KUHN, 2007, p. 115). É também, neste mesmo período, que a comunidade científica passa por uma fase de instabilidade e insatisfação de seus membros, uma vez que os pilares que sustentam as pesquisas são abalados.

É justamente nesta ocasião, que Kuhn (2007) retoma o período *pré-paradigmático* – já explicitado nas páginas anteriores – e o relaciona com a *crise*. Como um momento conturbado, o período de *crise* demarca a transição entre a *ciência normal* e a *ciência extraordinária*, etapa na qual a ciência volta ao período de competição paradigmática, com forte retorno à Epistemologia e à Filosofia. Logo, “a pesquisa dos períodos de crise assemelha-se muito à pesquisa pré-paradigmática,

com a diferença de que no primeiro caso o ponto de divergência é menor e menos claramente definido” (KUHN, 2007, p. 115). Sobre esta fase de transição entre a *ciência normal* e a *extraordinária* e sua similaridade com a fase *pré-paradigmática*, Kuhn afirma que os embates paradigmáticos retornam com o advento da *revolução científica*:

[...] Debates dessa natureza não desaparecem de uma vez por todas com o surgimento de um paradigma. Embora eles quase não existam durante os períodos de ciência normal, ocorrem periodicamente pouco antes e durante as revoluções científicas – os períodos durante os quais os paradigmas são primeiramente atacados e então modificados (KUHN, 2007, p. 73).

Para que a transição seja finalizada (*revolução científica*), é necessário que o paradigma seja revisto, transformando-o profundamente, modificando as práticas que os pesquisadores empregam, principalmente no que tange a abordagem teórico-metodológica. Em relação a esse período, Kuhn faz as seguintes considerações:

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações [...]. Completada a transição, os cientistas terão modificado a sua concepção da área de estudos, de seus métodos e de seus objetivos (KUHN, 2007, p. 116).

Segundo Kuhn, a transição ao novo paradigma não acontece de maneira repentina, com o reconhecimento e a adesão simultânea de toda a comunidade científica, pelo contrário, exige um intervalo de tempo razoável e é gradual, já que, frequentemente, os membros da comunidade formados pelo paradigma em decadência nunca aceitam por completo o novo paradigma. Entretanto, com o decorrer dos anos e com o falecimento destes membros, o paradigma anterior deixa de agrupar defensores e dá lugar a um novo (KUHN, 2007).

Só após o reconhecimento social – que deve ser validado por boa parcela da comunidade científica – é que haveria espaço para o surgimento de um novo paradigma. Neste contexto, aceitar a *crise* é fundamental para o aparecimento de uma *revolução científica*: “[...] debilitam a rigidez dos estereótipos e ao mesmo

tempo fornecem os dados adicionais necessários para uma alteração fundamental de paradigma” (KUHN, 2007, p. 121). Quando o problema constatado é significativo para atrair a atenção da comunidade científica, a *crise* impulsiona uma *revolução científica*, período de novas descobertas e de inserção de um novo paradigma. Esta mudança acontece quando o paradigma pretérito, em seu momento de *crise*, é parcial ou totalmente substituído por um novo, incompatível com o anterior.

Ao tratar as mudanças ocorridas no interior da ciência, isto é, as chamadas *revoluções científicas*, o autor critica a invisibilidade de tais revoluções, uma vez que o desenvolvimento do conhecimento científico é comumente exposto como linear e cumulativo, desprovido de tensões, *anomalias*, *crises* e *revoluções*. São as publicações científicas, chamadas por Kuhn (2007) de *manuais*, as responsáveis por apresentar esse perfil de ciência evolutiva que camufla os períodos revolucionários.

Com a emergência do novo paradigma, ocorre uma profunda transformação no domínio científico, reorganizando-o abruptamente. O novo paradigma não surge como um processo cumulativo, como ocorre na *ciência normal*, mas emerge como algo inovador. Neste momento, segundo Kuhn (2007), a ciência passa por um salto qualitativo que rompe com o paradigma até então aceito, reestruturando por completo a ciência. Para Kuhn, a introdução de um novo paradigma exige uma redefinição da ciência em questão, pois “a tradição científica normal que emerge de uma revolução científica não é somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com aquela que a precedeu” (KUHN, 2007, p. 138). Esse processo de ruptura é melhor explicitado no fragmento a seguir:

[...] a ciência normal leva [...] apenas ao reconhecimento de anomalias e crises. Essas terminam não através da deliberação ou interpretação, mas por meio de um evento relativamente abrupto e não estruturado semelhante a uma alteração da forma visual. Nesse caso, os cientistas falam frequentemente de ‘vendas’ que caem dos olhos’ ou de uma ‘iluminação repentina’ que ‘inunda’ um quebra-cabeça que antes era obscuro, possibilitando que seus componentes sejam vistos de uma nova maneira (KUHN, 2007, p. 160).

A *incomensurabilidade das tradições científicas* aludida pelo autor, materializa a ideia de revolução científica, em que os paradigmas concorrentes sempre irão apresentar elementos de discordância. A incomensurabilidade e a revolução são perspectivas polêmicas de Kuhn e trazem problemas, como será visto, à teoria da ciência (CONDÉ, 2005). Não é possível, na visão de Kuhn, um entendimento entre

os paradigmas, pois como afirmado pelo estudioso, para que a ciência possa prosseguir seu processo de desenvolvimento, é necessário haver a sobrepujança de um dos paradigmas em disputa. Para Kuhn (2007), a comensurabilidade dos paradigmas é tarefa impossível e pode ser comparada a um “diálogo de surdos”.

O autor assegura que a incomensurabilidade paradigmática, marcada pela divergência de opiniões, não pode ser solucionada por três motivos: o primeiro diz respeito ao conflito instaurado, já que existe uma profunda incompatibilidade, tanto nos problemas, quanto nas questões que serão aceitas para estudo, bem como nas soluções que serão apresentadas. O segundo ponto reporta-se aos novos significados que são atribuídos aos mesmos conceitos, mantendo a forma e alterando o conteúdo. O último e mais importante aspecto diz respeito à incapacidade de compreender os elementos que fazem parte dos paradigmas competidores, pois cada um irá desenvolver seu pensamento em mundos completamente opostos.

Mesmo observando o mesmo objeto, o autor também observa que os membros de paradigmas distintos não possuem o mesmo grau de relação com a natureza e, por isso, não conseguem captar os mesmos fenômenos, sendo, desta forma, paradigmas incomensuráveis. São duas visões radicalmente diferentes do mundo, o que torna impossível o estabelecimento de um compromisso. Em sua concepção, para que seja possível o progresso científico, é imperativo que um dos paradigmas em disputa aceite o outro como legítimo para que a ciência possa avançar.

Enfim, segundo Kuhn (2007), o processo de desenvolvimento científico retorna ao seu período de “normalidade” quando a disputa paradigmática é concluída e é cessado o debate em torno dos princípios a serem adotados. As escolas paradigmáticas que estudam determinado conjunto de fenômenos entram em consenso, concordando ser uma delas o enfoque mais promissor, dando sequência, mais uma vez, à *ciência normal*.

2.2 O pensamento kuhniano, sua interpretação e contribuições para a epistemologia da ciência

Baseado no estudo das chamadas ciências “naturais”, com referência, sobretudo, nas ciências exatas – Física e Química –, Kuhn (2007) realizou um

estudo na sociologia da ciência com o objetivo de verificar o modo no qual se apresentara o domínio científico. Sua ideia apoiou-se na construção do conhecimento como um processo mediado por constantes transformações, em que o desenvolvimento da ciência não é concebido dentro de princípios baseados na continuidade, mas nos mecanismos de ruptura, chamados por Kuhn (2007) de *revoluções científicas*.

Kuhn é considerado um marco importante na perspectiva do desenvolvimento científico, pois se opôs a uma concepção da ciência puramente explicativa, tal como vinha sendo defendido e idealizado pelo filósofo Karl Popper. A argumentação popperiana desmistificou uma ciência até então idealizada como absoluta, afirmando que as teorias científicas deveriam ser encaradas sempre como provisórias, isto é, que nunca poderiam ser provadas em sua totalidade. Seu pensamento baseou-se na relatividade do conhecimento científico, em que uma hipótese, para ser científica, deve sujeitar-se a testes que levem a sua refutação e nova explicação (POPPER, 1972), e que o conhecimento, assim como as espécies, evolui por meio da difusão e correção das teorias (FREITAS, 1998).

Contudo, Kuhn (2007) propôs uma alternativa que discordou das postulações popperianas. Sua proposição defendeu que o desenvolvimento de uma ciência não se restringe apenas à observação dos fenômenos e dos critérios embasados na lógica e na refutação, mas se trata de uma "[...] atitude governada por hábitos, de solução-de-enigmas, e não de uma atividade fundamentalmente perturbadora ou falseadora [...]" (MASTERMAN, 1979, p. 74). Em outras palavras: se para Popper o desenvolvimento linear da ciência é cumulativo e gradual, sem rupturas ou pontos de descontinuidades, Kuhn entende que a ciência é descontínua, avança por meio de revoluções, tensões e conflitos na eleição de um paradigma, determinados por valores adotados pelas comunidades científicas.

Para Kuhn (2007), a ciência também é inerente à práticas socialmente compartilhadas que progride em meio a um contexto de disputas, crises e rupturas, e é a partir desse cenário que o conceito de paradigma é cunhado. Guardadas as devidas proporções, ao lado de Paul Feyerabend, Kuhn destruiu a ortodoxia reinante sobre a natureza da ciência e propôs novos atributos para explicar as mudanças científicas, em que os fatores sociais desempenham um papel determinante (LAUDAN, et al., 1993).

Ao entender a ciência como uma prática compartilhada socialmente, Kuhn revelou momentos da atividade científica que até então não haviam sido colocados, expondo a ideia de “deterioração” da ciência (MASTERMAN, 1979, p. 102), o que lhe conferiu originalidade. O modelo de desenvolvimento da ciência proposto pelo estudioso transcendeu Popper, no qual a atividade científica faz parte de uma prática social partilhada e governada por visões de mundo. Seu embasamento não está fundamentado nos critérios experimentais da regularidade e da quantificação, que reduzem a complexidade dos fatos. O desenvolvimento científico é uma prática compartilhada que escolhe e direciona quais e como as questões deverão ser tratadas, bem como as formas ou procedimentos adotados para o seu estudo. Certamente, muitas são as contribuições desse pensador, mas é exatamente por desvelar esses processos sociais que Kuhn contribuiu para uma leitura dos grupos de pesquisa, pois, como veremos adiante, o direcionamento, a orientação, o compartilhamento, a seleção e a coesão são *propriedades estruturais* e fazem-se presentes nas escolhas paradigmáticas que o pensamento geográfico abrigou e ainda abriga.

Ele mostra que, tanto as ciências naturais quanto as sociais, neste ponto, seriam equivalentes, pois ambas estão situadas para além de fenômenos que fogem do campo da experimentação:

Nesse ponto, entra a leitura estreita de Kuhn. Aí, inverte-se o argumento positivista. Não é a física semelhante às ciências sociais (ou seja, não existiria entre elas apenas diferença de grau)? Kuhn não mostra — segundo essa leitura — que as ciências naturais carecem de base racional? Sim e sim. Logo, nem ciência social, nem ciência natural mereceriam logicamente o adjetivo *científico*. Elas estariam em pé de igualdade em termos metodológicos e, assim, ambas teriam o mesmo direito à cientificidade. Ou vale o mérito de *científico* para ambas ou para nenhuma delas. Kuhn é apresentado como o autor que mostraria que o arcabouço lógico das ciências naturais não existe, não passa de retórica ou de ideologia (ASSIS, 1993, p. 154, grifos do autor).

O pressuposto da verdade e neutralidade científica também foi desmitificado. Kuhn deu a devida “importância sociológica do conjunto real de hábitos que, de fato, caracteriza toda a ciência nova, e é anterior a qualquer formulação teórica, conseguindo estabelecer, como elemento central de sua filosofia, o concretismo

essencial, característico da ciência” (MASTERMAN, 1979, p. 89). Ele foi capaz de vincular a “[...] natureza do conhecimento científico aos valores e critérios de decisão adotados pelos membros da comunidade científica, e associou revoluções científicas a mudanças de compromissos e de crenças comunalmente partilhados” (FREITAS, 1998, p. 187).

De acordo com Kuhn (2007), mesmo sendo originada sob o enfoque das ciências exatas, é possível que sua tese seja utilizada por outras áreas do conhecimento. A constante discordância dos cientistas sociais chamou a sua atenção, e as divergências de concepções sobre objeto e método nessas áreas foi um dos motivos que ensejou a sua reflexão:

Fiquei especialmente impressionado com o número de desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e dos problemas científicos legítimos [...]. A tentativa de descobrir a fonte dessa diferença levou-me ao reconhecimento do papel desempenhado na pesquisa científica por aquilo que, desde então, chamo de paradigma (KUHN, 2007, p. 12-13).

Mas, apesar de situar a discussão neste nível interpretativo, será que podemos corroborar integralmente com Kuhn (2007), se para ele a coexistência de paradigmas em um dado período histórico continua reservado ao período *pré-paradigmático*? Se considerado esse ponto de vista, o conceito de paradigma, tão recorrente no linguajar das ciências humanas e sociais, não estaria de acordo com a realidade apresentada pela Ciência Geográfica, porque o debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos e a convivência de diferentes visões de mundo fazem parte da sua história. É evidente que esse não é o tratamento que será dado e, diferentemente de Kuhn, este texto aponta outros caminhos para a leitura da Geografia.

Ao contrário do uso recorrente com que o conceito de paradigma foi explorado por diversos campos científicos, o debate sobre o pensador que inspirou Thomas Kuhn, Ludwik Fleck, ainda permanece incipiente e carece de reflexões. É tentando introduzir esse debate na Geografia que iniciamos a seção a seguir.

2.3 Redescobrimo o pensamento de Ludwik Fleck e os estilos de pensamento

O pensamento do médico polonês Ludwik Fleck foi a principal fonte de Kuhn ao fundar suas proposições sobre a importância da abordagem social e paradigmática no estudo do desenvolvimento da ciência. A obra considerada o principal trabalho de Fleck, intitulada *Genesis and Development of a Scientific Fact*, publicada pela primeira vez em alemão¹⁶, em 1935, inspirou Kuhn a assumir uma posição contrária aos preceitos do empirismo lógico. Por ser um judeu que vivenciou o contexto histórico-político manipulado pelo Estado nazista, as condições da época foram desfavoráveis para a aceitação de sua obra e, por isso, Fleck não obteve a devida repercussão merecida (DELIZOICOV et al., 2002; FEHR, 2012)¹⁷.

Nesta obra, Fleck (1979) fez uma análise sobre o desenvolvimento da sífilis e das distintas interpretações que o conceito adquiriu ao longo da história. A escolha da temática abordada nesse trabalho condiz com sua formação, já que o estudioso formou-se na Escola de Medicina, na Polônia. Desvendando os diferentes sentidos atribuídos à relação da sífilis com a reação de Wassermann, Fleck (1979) realizou um conjunto de reflexões que desmistificou o pressuposto da verdade absoluta e da neutralidade científica, relativizando-as. Tal fato já indica as aproximações entre Kuhn e Fleck, mas de fato, como será mostrado, ambos possuem, também, pontos que os distanciam.

Dada a sua antecedência com relação a Kuhn, Fleck (1979) é considerado o precursor de uma epistemologia crítica do conhecimento científico. No prólogo da sua obra, Kuhn (2007) afirmou que o livro de Fleck proporcionou a inspiração necessária para que suas ideias pudessem ser amadurecidas e elaboradas. É só a partir da publicação da obra de Kuhn, em 1962 – mesmo ano de falecimento de Fleck –, que o autor polonês passou a ser referência para outros estudiosos. Mais precisamente, é somente na década de 1980, com a realização de dois encontros que homenagearam Fleck, que a sua produção foi efetivamente redescoberta (PARREIRAS, 2006). É por essa razão que optamos em acompanhar esse

16. FLECK, Ludwik. *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache. Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv*. Benno Schwabe & Co. Switzerland: Basel, 1935.

17. Entretanto, outras condições foram decisivas para explicar o pequeno impacto que a obra obteve. A dissertação de Márcia Maria Martins Parreiras intitulada *Ludwik Fleck e a historiografia da ciência. Diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida*, defendida em 2006, aprofunda essa questão.

raciocínio e inverter a lógica cronológica, elucidando, primeiro, a proposta kuhniana para depois situar Fleck neste debate.

Investigando a história da sífilis desde o século XV até o início do século XX, Fleck (1979) discutiu as ideias sobre a construção coletiva desse fato, dando ênfase à prática social na construção do conhecimento. Segundo Fleck (2010), o que existe são diferentes pontos de vista para uma mesma questão e não é possível acreditar na unicidade do conhecimento. Mesmo reconhecendo os distintos pontos de vista, afirmou que estes encontram dificuldade de entendimento, o que Fleck denominou de incomensuralidade e incomunicabilidade.

Partindo desse posicionamento, Fleck (1979) opôs-se às visões de cunho positivista¹⁸ de sua época e inaugurou uma nova abordagem, centrada nos aspectos sociais e históricos, e contrária às premissas ancoradas na neutralidade científica. Fleck (1979) interpretou o desenvolvimento científico como parte inerente do processo histórico e cultural que envolve a sociedade humana, marcado por sinais de continuidade, desenvolvendo seu raciocínio em torno de duas ideias principais: estilo de pensamento e coletivo de pensamento (CONDÉ, 2005).

A partir destes dois conceitos, o autor discute outros, como *fato científico*, *protoideias*, *circulação intracoletiva/circulação intercoletiva* e *círculo esotérico/círculo exotérico*. Consideramos importante suscitá-los para que a concepção de Fleck seja compreendida com mais afinco e para estabelecer a interlocução e a aproximação da Ciência Geográfica com a sua proposta.

2.3.1 Estilo de pensamento, coletivo de pensamento, fato científico, protoideias, circulação intracoletiva/circulação intercoletiva, círculo esotérico/círculo exotérico

É a partir da eleição de um *fato científico* que Fleck desenvolveu sua proposta. A escolha do fato consiste na identificação de um problema de estudo, ou seja, no objetivo no qual o pesquisador se debruçará. Fleck escolhe um dos fatos mais aceitos no seu tempo e na sua área: a reação de Wassermann e a sua relação com a sífilis.

Para fazer essa relação, o autor examinou historicamente as ideias e concepções com que a sífilis foi apreendida. Fleck contabilizou, pelo menos, três

18. A década de 1930, período em que Fleck escreve sua obra, é caracterizada pela corrente neopositivista, conduzida pelos estudiosos que compunham o Círculo de Viena.

sentidos atribuídos ao conceito de sífilis, e o relacionou com outros: 1) o conceito da epidemia venérea; 2) o conceito empírico-terapêutico (mercúrio) e 3) os conceitos patológico-experimentais. Mais tarde, o conceito de sífilis foi tratado como entidade nosológica patogênica e como entidade especificamente etiológica.

É apresentada uma crítica à visão de *fato científico* como concepção imutável e engessada. A transitoriedade das ideias no desenvolvimento da ciência deve ser considerada, exaltando o movimento histórico dessa prática, que também é social. Fleck (2010) acredita na articulação e continuidade dos conceitos, no qual o papel da História não pode ser deixado para trás:

[...] não conseguimos deixar para trás o passado – com todos os seus erros. Ele continua vivo nos conceitos herdados, nas abordagens de problemas, nas doutrinas das escolas, na vida cotidiana, na linguagem e nas instituições. Não existe geração espontânea (*Generatio spontanea*) dos conceitos; eles são, por assim dizer, determinados por seus ancestrais. O passado é muito mais perigoso, isto é, só é perigoso quando os vínculos com ele permanecem inconscientes e desconhecidos (FLECK, 2010, p. 62).

Tomando a sífilis como referência, Fleck deslindou que a continuidade conceitual é resultado de inúmeras temporalidades. Afirmou que “[...] não se chega a um conceito de sífilis sem uma abordagem histórica [...] e não se pode, de modo algum, dissolver os vínculos históricos” (2010, p. 62 e 63). Diferentes épocas elaboraram explicações variadas para sífilis e, o que é chamado de sífilis hoje, foi compreendido de forma distinta por diferentes e pretéritos *coletivos de pensamento*.

Ao exaltar papel da História, o trabalho coletivo é agente que locupleta a prática científica, devendo a sífilis ser investigada como fruto do desenvolvimento de linhas coletivas de pensamento herdadas com o tempo (FLECK, 2010). A concepção do trabalho individual é descartada, e todo o conjunto de ideias relacionadas à sífilis é resultado de um grupo, de um *coletivo de pensamento* que se organiza consciente ou inconscientemente em torno de um mesmo *estilo de pensamento*.

Para Fleck (2010), as concepções não são sistemas lógicos, mas “unidades estilísticas”. Sobre o *estilo de pensamento*, Fleck afirma: “[...] definimos o estilo de pensamento como disposição a uma percepção direcionada e um processamento correspondente do percebido” (FLECK, 2010, p. 198):

Como todo estilo, o estilo de pensamento também consiste em uma determinada atitude e de um tipo de execução que a realize. Uma atitude tem duas partes estritamente relacionadas: disposição para um sentir *seletivo* e para a ação conseqüentemente *dirigida* (FLECK, 1979, p. 99, grifos nossos)¹⁹.

Ao direcionar e selecionar o modo de pensar, o *estilo de pensamento* promove a permanência de teorias em um determinado sistema de conhecimento e de opinião, o que Fleck chamou de “harmonia das ilusões”. Quando a harmonia das ilusões do sistema de opiniões é comprometida, o *estilo de pensamento* pode ser transformado. É a harmonia que gera a aplicabilidade e a crença no *estilo de pensamento*.

O sistema de opiniões é caracterizado por uma constante luta pela permanência das ideias que constituem um *estilo de pensamento*. Estes sistemas de opiniões são unidades autônomas de um estilo que apresenta marca própria, isto é, possuem uma unidade e singularidade que determina e condiciona as ideias.

O *estilo de pensamento* não se caracteriza pela combinação de determinados conceitos ou teorias, mas, sobretudo, pela coerção do pensamento que a impede de aceitar outros sistemas de ideias. “O estilo de pensamento não é apenas esse ou aquele matiz dos conceitos e essa ou aquela maneira de combiná-los. Ele é uma coerção definida do pensamento e mais: a totalidade das disposições mentais, a disposição para uma e não para outra maneira de perceber e agir” (FLECK, 2010, p. 110).

O *estilo de pensamento* é responsável por selecionar as questões de estudo que serão cotejadas. Suas características mais importantes residem nos critérios de orientação e direção:

O estilo de pensamento contém regras para o funcionamento [...] consiste numa determinada atmosfera (Stimmung) e sua realização. Uma atmosfera possui dois lados inseparáveis: ela é disposição (Bereitschaft) para um sentir seletivo e para um agir direcionado correspondente [...]. Podemos, portanto, definir o estilo de pensamento como percepção direcionada em conjunção com o processamento correspondente no plano mental e objetivo. Este estilo é marcado por características comuns dos problemas, que interessam a um coletivo de pensamento (FLECK, 2010, p. 149).

19. “Like any style, the thought style also consists of a certain mood and of the performance by which realized. A mood has two closely connected aspects: readiness both for selective feeling and for correspondingly directed action. [...] We can therefore define thought style as [readiness for] directed perception with corresponding mental and objective assimilation of what has been so perceived”.

Os estilos carregam características semelhantes, como o método e o emprego de uma linguagem específica. “Este estilo é marcado por características comuns dos problemas, que considera como evidentes os métodos, que aplica como meios do conhecimento. É acompanhado, eventualmente, por um estilo técnico e literário do sistema do saber” (FLECK, 2010, p. 149). Cada *estilo de pensamento* traça um conjunto de conceitos correspondentes:

[...] uma proposição, uma vez publicada, pertence aos poderes sociais que formam conceitos e criam hábitos de pensamento, junto com todas as outras proposições; ela determina o que “não pode ser pensado de outra maneira”. Mesmo quando combatida, as pessoas crescem com a problemática levantada por tal posição, que, circulando na sociedade, acaba sendo socialmente fortalecida. [...] Assim, surge um sistema fechado e harmonioso, dentro do qual a origem lógica de determinados elementos não pode mais ser encontrada (FLECK, 2010, p. 80).

Alguns fatos científicos, inicialmente, são *protoideias* para Fleck (2010). Elas são constituídas por ideias vagas e confusas, em que seus conteúdos não são cientificamente reconhecidos. Se considerado o fato tomado por Fleck, a reação de Wassermann é a expressão científica moderna de uma protoideia pré-existente que contribuiu para o desenvolvimento do conceito da sífilis. Sem opinar sobre juízo de valor entre ideias certas ou erradas, Fleck afirma que o “valor dessa pré-ideia não reside em seu conteúdo lógico e ‘objetivo’, mas unicamente em seu significado heurístico enquanto potencial a ser desenvolvido” (FLECK, 2010, p. 67).

Voltando ao *estilo de pensamento*, o que lhe confere estabilidade, de acordo com Fleck (2010), é a aceitação e o compartilhamento de um grupo de pesquisadores, isto é, de um *coletivo de pensamento*:

Se definirmos o “coletivo de pensamento” como a *comunidade de pessoas que trocam pensamento ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico, uma área do conhecimento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo de pensamento específico de pensamento*. Assim, o coletivo de pensamento representa o elo que faltava na relação que procuramos (FLECK, 2010, p. 82, grifos do autor)²⁰.

20. “If we define thought collective as a community of persons mutually exchanging ideas or maintaining intellectual interaction, we will find by implication that it also provides the especial “carrier” for the historical development of any field of thought, as well as for the given stock of knowledge and level of culture. This we have designated thought style. The thought collective thus supplies the missing component.”

Logo, o *coletivo de pensamento* é definido por abranger pesquisadores que promovem a interação de pensamento ao compartilhar um determinado *estilo de pensamento* de forma disciplinada. O *estilo de pensamento* seleciona e direciona a percepção dentro de um estilo próprio, relacionando-se e incorporando-se à estrutura de um *coletivo de pensamento*. Fleck (2010) alerta que o *coletivo de pensamento* não é a simples soma de indivíduos, já que dificilmente seus membros estão conscientes dos estilos aderidos, mas é a coerção do pensamento que define a filiação à um estilo, na luta contra qualquer possível contradição. As pessoas podem pertencer a vários coletivos simultaneamente, atuando como veículos na transmissão de ideias entre os coletivos. Assim, o *estilo de pensamento* da ciência moderna, em oposição à religião, arte, moda esporte ou política, entre outros, podem comparecer simultaneamente.

A dimensão social construída pelo *coletivo de pensamento* é responsável por atribuir especificidade ao *estilo de pensamento*, dá particularidade literária à pesquisa e evidencia a tensão entre os pesquisadores:

Essa característica social do universo científico não passa sem consequências para o conteúdo do trabalho. As palavras, antes simples significações, transformam-se em lemas; as frases, antes simples constatações, transformam-se em gritos de batalha. É algo que muda completamente o seu valor social (*denkozial*): elas ganham uma força mágica, mas não mentalmente pelo seu sentido lógico – até contra ele –, mas por sua mera presença. [...] A força mágica desses lemas alcança até as profundezas da investigação de especialistas: “vitalismo” na biologia, “especificidade” na imunologia e “transformação de bactérias” na bacteriologia. Quando uma dessas palavras é encontrada num texto científico, ela não é verificada pelo seu teor lógico; ela divide imediatamente as pessoas entre amigos e inimigos (FLECK, 2010, p. 86).

O verdadeiro/falso e o mau/bom são adjetivos que não podem ser aplicados aos *estilos de pensamento*. Os modos de pensar devem ser coerentes com as referências que o *estilo de pensamento* abarca, mas, em hipótese alguma, podem ser considerados certos ou errados:

Na opinião desses filósofos, as nossas concepções atuais parecem estar numa oposição completa a todas as outras maneiras de pensar, como se nós, tornados inteligentes e clarividentes, por assim dizer, tivéssemos simplesmente nos livrado da prisão infantil do

pensamento primitivo e arcaico. Possuiríamos o “pensamento verdadeiro” e a “observação verdadeira” e, por isso mesmo, é verdadeiro o que declaramos como verdadeiro, sendo que aquilo que aqueles outros, os primitivos ou os velhos, os deficientes mentais ou as crianças declaram como verdadeiro, parece ser verdadeiro apenas para eles [...]. O antigo ponto de vista, que não passa de constatações normativas do “mau” e “bom” pensamento, é ultrapassado (FLECK, 2010, p. 94-95).

O *estilo de pensamento* não pode sofrer juízo de valor, nem mesmo ser considerado equivocado. Para Fleck (2010), o desenvolvimento da ciência é um processo em movimento, é histórico, em que os estilos sempre se superarão, pois o pensamento é dinâmico, isto é, sempre estará em constante mutação. A verdade só pode ser determinada dentro de um mesmo *estilo de pensamento*, sendo a coerção e a ação dirigida as responsáveis pela validade de uma ideia dentro de um estilo específico de pensamento:

Nunca se pode dizer que o mesmo pensamento seja verdadeiro para A e falso para B. Se A e B pertencerem ao mesmo coletivo de pensamento, o pensamento é verdadeiro ou falso para ambos. Contudo, se pertencerem a coletivos de pensamento diversos, o pensamento deve ser pouco claro ou entendido por ele de maneira diferente. A verdade também não é convenção, *mas um acontecimento no corte longitudinal no contexto do momento: coerção do pensamento conforme o estilo* (FLECK, 2010, p. 151, grifos do autor).

O autor distingue os *coletivos de pensamento* em *círculos esotérico* e *exotérico*. O primeiro é formado pelos principais estudiosos de uma determinada área, em que a coerção os atinge em menor grau, enquanto o segundo representa o senso comum e os pesquisadores iniciantes:

Essa estrutura universal do coletivo do pensamento consiste no seguinte: em torno de qualquer formação do pensamento, seja um dogma religioso, uma ideia científica ou um pensamento artístico, forma-se um pequeno círculo esotérico e um círculo exotérico maior de participantes de um coletivo de pensamento. Um coletivo de pensamento consiste em muitos desses círculos que se sobrepõem, e um indivíduo pertence a vários círculos exotéricos e a poucos esotéricos [...] O pesquisador altamente qualificado que trabalha de forma criativa num problema (em pesquisas sobre rádio, por exemplo), ocupa, enquanto “profissional especializado”, o centro do círculo esotérico desse problema. Fazem parte desse círculo ainda os pesquisadores que trabalham com problemas afins, na qualidade de “profissionais gerais” – tais como os físicos, por exemplo. No círculo exotérico, encontram-se os “leigos mais ou menos instruídos

[...] o *saber especializado* e o *saber popular*” (FLECK, 2010, p. 157 e 165, grifos do autor).

Esses dois círculos sobrepõem-se e estabelecem relações dinâmicas que contribuem para a ampliação da área de conhecimento, denominadas por Fleck (2010) de *circulação intracoletiva* e *circulação intercoletiva*. A primeira ocorre no interior de um *coletivo de pensamento* e compartilha as ideias do *estilo de pensamento*, de modo que o direcionamento do pensamento forma mais adeptos e estende o estilo em questão. A segunda ocorre quando há circulação, interlocução entre dois ou mais *coletivos de pensamento*. Este tipo tem um papel importante, pois é a partir dele que os *estilos de pensamento* podem ser transformados.

A dimensão social é o que rege o universo científico. O processo de construção do conhecimento é um produto social por excelência (FLECK, 2010). Assim, é difícil compreender o desenvolvimento da ciência a partir de um único pesquisador e, para Fleck, a descoberta da reação de Wasserman para detectar a sífilis fundamentou-se na cooperação de inúmeros pesquisadores em diferentes tempos históricos. Todo campo disciplinar deve ser concebido a partir de um *coletivo de pensamento* que compartilha um *estilo de pensamento*.

2.4 O pensamento fleckiano: sua interpretação, contribuições para a epistemologia da ciência e aproximações com Kuhn

O debate contemporâneo sobre a epistemologia e história das ciências teve no pensamento de Ludwik Fleck mais um aporte. Ele apresentou uma nova perspectiva para compreender o desenvolvimento da ciência, muito antes de Kuhn, tendo no estilo e no coletivo de pensamento as ideias centrais de sua argumentação. O fato científico é parte de uma construção da comunidade científica em um complexo processo de interações sociais que atravessa o tempo.

Portanto, os fatores históricos e sociais cimentam todo e qualquer fato científico. Fleck é o precursor e desvenda essas dimensões, em que a ciência é parte de uma atividade eminentemente coletiva, tanto em seus aspectos teóricos como práticos. A ciência possui cunho social e histórico que se desvencilha das teorias do Círculo de Viena, no qual a ciência é verificada, apenas, a partir da objetividade, isto é, de dados e experimentos desvinculados de aspectos sociais e históricos. Para Fleck, o fato científico está imbuído de uma construção social e

coletiva (CONDÉ, 2005), assim como a ciência é um esforço coletivo dos seres humanos (LÖWY, 2012).

Sobre essa dimensão social, num primeiro momento, concordamos com Condé (2005) ao afirmar que, guardadas suas especificidades, é possível admitir similitudes entre as propostas de Fleck e Kuhn. O conceito fleckiano de estilo de pensamento assemelha-se à concepção kuhniana de paradigma, uma vez que ambas podem ser interpretadas como portadoras de um conjunto de elementos que guiam as análises dos pesquisadores. O mesmo pode ser dito da comunidade científica e do coletivo de pensamento, responsáveis por aderir, compartilhar, selecionar, orientar e difundir paradigmas e estilos de pensamento. “Para Kuhn, assim como para Fleck, paradigma e estilo de pensamento, respectivamente, se instalam na medida em que são compartilhados por grupos de indivíduos, originando dessa forma, uma comunidade de cientistas ou um coletivo de pensamento (DELIZOICOV et al., 2002, p. 63).

Fleck (2010) afirma que não é possível que juízos de valor sejam aplicados a distintos estilos de pensamento. Não existem estilos de pensamento ruins ou bons, o que existe é a coerência e a lógica que devem ser investigadas dentro de um mesmo estilo de pensamento. A comparação entre estilos também não deve ser efetuada, pois cada estilo foi fundado de acordo com os aspectos espaciais e temporais da sua época. Para Fleck, os estudos epistemológicos devem considerar sempre o contexto social, cultural e histórico do desenvolvimento dos conhecimentos (LÖWY, 2012).

Imputado por uma dimensão social, Kuhn e Fleck se opuseram as premissas ancoradas na verdade e neutralidade científica. Mesmo sem mencionar a ideologia ou a intencionalidade, dimensões paradigmáticas que serão tratadas posteriormente, Fleck apresentou outra leitura que até então era velada, mostrando que as ciências estão apoiadas para além dos critérios da lógica formal, em meio a relações de poder que permeiam a comunidade científica.

Semelhante ao poder dos paradigmas, Fleck (2012) também deslindou sobre as propriedades estruturais dos estilos de pensamento e que perfazem uma percepção direcionada ao coletivo de pensamento. A coerção definida, a seleção, a orientação, o compartilhamento e o direcionamento são propriedades importantes para a compreensão dos estilos de pensamento e coletivos de pensamento.

Fleck (1979) enfocou os processos sociológicos, históricos, psicológicos e culturais em que a atividade científica se fundamenta, defendendo o “fato científico” como um fenômeno em constante processo de transformação, como elemento efêmero, desprovido de uma verdade absoluta e passível de questionamentos. Para conhecer a gênese e o desenvolvimento de um fato científico, Fleck (1979) retornou ao passado e procurou entender como esse fato foi construído ao longo do tempo.

As propostas teóricas de Kuhn e Fleck são sugestivas e instigantes para a análise de campos de estudo específicos, e não há como negar ou ocultar as contribuições de ambos, o que nos impõe a tarefa de inseri-los no debate. Todavia, também trazem limites e apresentam diferenças. Contextualizadas as duas propostas, suas contribuições e aproximações, acreditamos ser necessário colocar em evidência os seus limites e expor suas diferenças para o estudo do pensamento geográfico.

2.5 Os limites das propostas de Kuhn e Fleck para a análise do pensamento geográfico: aguçando as diferenças

Num primeiro momento, são apresentadas duas questões da proposta kuhniana que merecem a nossa atenção e impedem uma leitura das ciências humanas e sociais, bem como da Ciência Geográfica: a *incomensurabilidade das tradições científicas*, de maneira que o novo paradigma é incompatível com o seu precedente, cuja possibilidade de comunicação é tortuosa, e o *sentido concedido ao conceito de paradigma durante o período pré-paradigmático*, visto como um período no qual a comunidade científica estaria sujeita a desenvolver suas práticas em torno de mais de um paradigma. Estas duas questões referem-se a uma mesma problemática: a *ausência de um entendimento histórico* sobre o desenvolvimento da ciência e que relegou a *multiplicidade paradigmática* para o *período pré-paradigmático*.

2.5.1 Sobre Kuhn: ausência de um entendimento histórico sobre o desenvolvimento da ciência: a incomensurabilidade das tradições científicas e o significado do conceito de pré-paradigma para as ciências sociais e humanas

Começamos com a questão da incomensurabilidade. Para Kuhn (2007), uma *revolução científica* é sinônimo de profundas transformações paradigmáticas, ou

seja, é constituída por mudanças radicais que dificultam o diálogo entre “velhos” e “novos” paradigmas, fenômeno chamado de *incomensurabilidade das tradições científicas*. Logo, a ciência sempre se desenvolveu mediante a existência de eventos revolucionários, como indica o próprio título de seu livro - ERC.

“Apesar de Kuhn (2007) valorizar a dimensão histórico-social do empreendimento científico, seu determinismo ao definir os conceitos principais de sua teoria, provavelmente uma influência proveniente de seu campo de formação, implica em uma necessária descontinuidade” (PARREIRAS, 2006, p. 171). É justamente em relação à essa descontinuidade na comunicação e no movimento de transição de um paradigma à outro que Condé (2005) também fez críticas contundentes a Kuhn. Questiona-se o critério da incomensurabilidade, já que esse fenômeno não se mostra válido quando analisada a dependência histórica do movimento da sociedade, inclusive da atividade científica. Nesse aspecto, a tese kuhniana apresenta-se incoerente, pois se dissocia de uma perspectiva histórica da prática científica, em que as ideias que compõem um paradigma são marcados por processos de continuidade entre paradigmas e não de abruptas rupturas, ou de *revoluções científicas*, como assinalado por Kuhn (2007). A leitura paradigmática trazida pelo PCA e PQA, proposta neste trabalho, deixa clara a existência de mais de um paradigma para a leitura da Geografia Agrária e será devidamente exaltada nos capítulos posteriores.

É interessante ressaltar que Kuhn conseguiu captar as rupturas no entendimento da ideia de continuidade do positivismo linear, mas não conseguiu apanhar as continuidades nas rupturas ocasionadas nos períodos de *crise paradigmática*. Kuhn tratou o conhecimento científico através de *revoluções científicas* e, com referência na Física, considerou apenas as rupturas e menosprezou as interdependências e as continuidades, tornando os paradigmas sempre incompatíveis, ou nas palavras de Kuhn (2007), *incomensuráveis* (PARREIRAS, 2006). “O problema está exatamente na identificação do paradigma novo que vai, assim, condenar ao olvido o velho paradigma e abrigar todo o aparelho de uma renovação. Essa questão não pode ser resolvida fora da História [...]” (SANTOS, 1978, p. 157).

A seguir, a figura 1 ilustra o desenvolvimento científico segundo a concepção kuhniana, sintetizando melhor a ideia da incomensurabilidade:

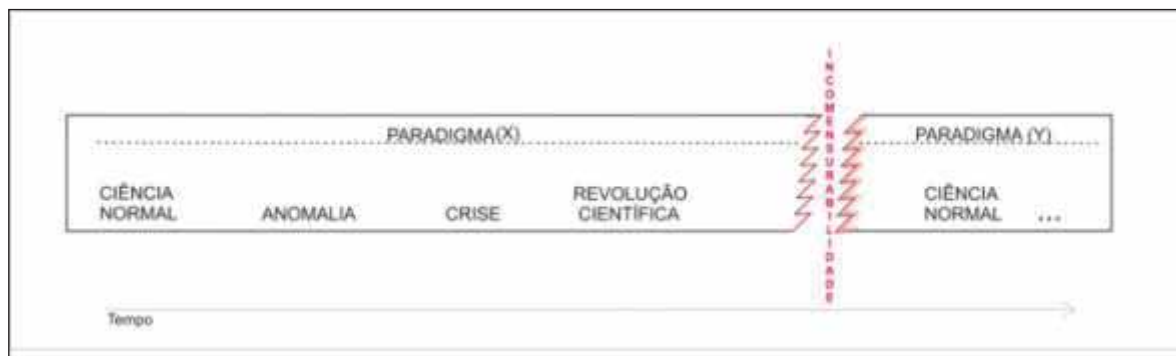


Figura 1: O desenvolvimento da ciência e a ruptura segundo Thomas Kuhn

Fonte: Adaptação do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2007) KUHN, Thomas Samuel
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Ao conceber a incomensurabilidade paradigmática, na qual o paradigma “x” não se comunica com o paradigma “y”, fica a dúvida se seu pensamento permite a coexistência de dois paradigmas ou mais, ou seja, uma possível multiplicidade paradigmática. Esta é a segunda questão proposta para reflexão, e refere-se à atribuição dada ao conceito de paradigma no período *pré-paradigmático*.

Embora Kuhn interprete o conhecimento científico como uma prática em meio às transformações, tensões e conflitos, sua proposição enclausurou a ciência em etapas, isto é, num modelo explicativo contido e rígido, composto por início, meio e fim pré-determinados, sem que possa haver, dentro da *ciência normal*, a existência de mais de um modelo interpretativo para a realidade. A concorrência paradigmática é concebida por Kuhn apenas no momento que precede uma revolução, isto é, no momento de crise ou de emergência de uma ciência – período *pré-paradigmático*. Neste ponto, temos que admitir que a proposta de Kuhn “[...] não ultrapassa por completo uma visão evolucionista e cumulativa do desenvolvimento da ciência [...]” (RAMOS, 1994, p. 341), embora tenha atingido êxito ao expor os processos de ruptura existentes em seu interior.

A proposta é análoga a um ciclo (figura 2), de modo que os acontecimentos se repetem em uma dada ordem pré-estabelecida. A seguir, é apresentado um esquema síntese do modelo kuhniano de desenvolvimento da ciência:

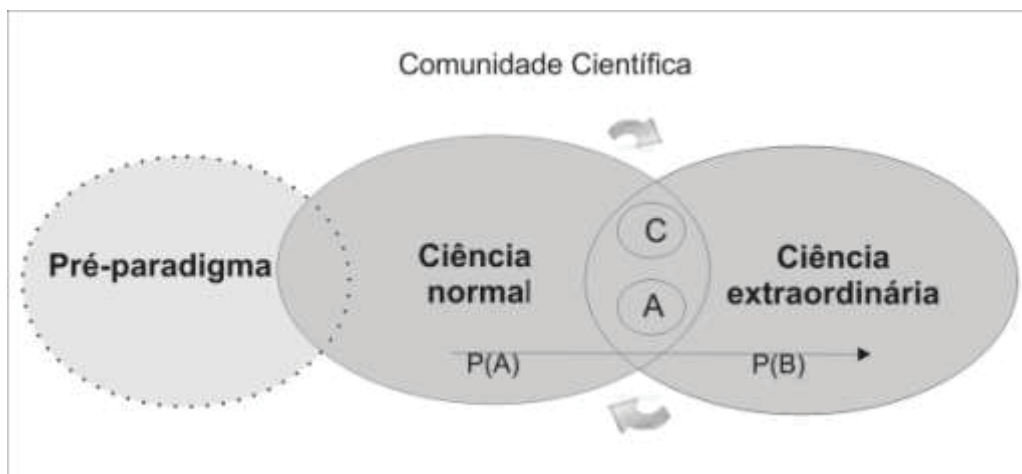


Figura 2: Modelo esquemático de desenvolvimento da ciência de Kuhn

Fonte: Adaptação do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2007). KUHN, Thomas Samuel
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Como demonstrado no esquema acima, para Kuhn, a cada passagem da “ciência normal” para a “ciência revolucionária”, existe espaço para apenas um paradigma, isto é, não há a possibilidade da multiplicidade paradigmática, passando de P (A) a P (B). O período *pré-paradigmático* é a etapa na qual a ciência comportaria a multiplicidade. A *crise* (C) e a *anomalia* (A) estão alocadas na confluência dos dois períodos, pois são intrínsecas ao desenvolvimento da atividade científica.

No momento de consolidação rumo à ciência *normal*, Kuhn (2007) enfatizou que um paradigma só pode ser considerado como tal se for aceito pela comunidade científica:

[...] Quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes da ciência da geração seguinte, as **escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente**. Seu desaparecimento é, em parte, causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma. Mas sempre existem alguns que se aferram a uma ou outra das concepções mais antigas; são simplesmente **excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados**. O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos (KUHN, 2007, p. 39, grifo nosso).

Se partirmos desta visão, toda a forma de conflito teórico-metodológico existente definiria, pois seria aceito, a cada momento histórico, a presença de, no máximo, dois paradigmas para o encaminhamento da atividade científica – o antigo e o novo. Mas, será que a Geografia, assim como as ciências humanas e sociais

assistiram esse mesmo processo relatado por Kuhn, com a proeminência de exíguos paradigmas sobre o conhecimento produzido, esmorecendo e/ou eliminando os demais, ou concebendo a disputa paradigmática apenas no período *pré-paradigmático*? E no caso da incomensurabilidade paradigmática? É possível, na Geografia, entender a incompatibilidade entre dois paradigmas concorrentes? Cremos que não. A particularidade das ciências humanas e sociais é o ponto de partida que instrumentaliza o debate a seguir.

2.5.2 A particularidade das ciências humanas e sociais

A abordagem dispensada por Kuhn é margeada nas grandes teorias e descobertas, característica peculiar das ciências exatas e naturais. As preocupações que afligem esse grupo não são as mesmas que inquietam as ciências humanas e sociais, por isso, devem ser resguardadas suas especificidades, já que trazem interpretações sobre a sociedade e o espaço habitado, permeadas por constantes controvérsias e debates²¹ (SCHWARTZMAN,1987).

Em uma das passagens de sua obra, Kuhn (2007) deixou evidente esse discernimento, afirmando que o grupo de pesquisadores ligado às ciências humanas e sociais está calcado em propostas conflitantes com os ligados às ciências naturais e exatas:

[...] tem constantemente frente a si numerosas soluções para tais problemas, conflitantes e incomensuráveis, soluções que, em última instância, ele terá que avaliar por si mesmo. Já o grupo dos cientistas naturais [...] dada a confiança em seus paradigmas, que torna essa técnica educacional possível, poucos cientistas gostariam de modificá-la (KUHN, 2007, p. 209).

Em outro trecho, Kuhn (2007) reafirmou a peculiaridade das ciências humanas e sociais e reconheceu ser-lhe difícil a tarefa imposta, pois “permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais

21. É pertinente atentar que o próprio surgimento das ciências humanas (século XIX), mesmo trazendo diferentes interpretações, condensou-se sob os efeitos da lógica positivista, assentada no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano, concebidas de acordo com o modelo mecanicista das ciências naturais. Este modelo gerou a criação de duas vertentes distintas, consideradas antagônicas: a primeira e também a mais dominante, optou por dar continuidade à lógica positivista, aplicando ao estudo da sociedade os seus princípios, concebendo-a como um fenômeno natural, isto é, o reduzindo a sua dimensão mensurável; já a segunda, decidiu pela compreensão das particularidades inerentes aos seres humanos, avocando uma epistemologia própria (SANTOS, 1988).

paradigmas. A história sugere que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua” (KUHN, 2007, p. 35).

Mesmo reconhecendo a especificidade dessas ciências, Kuhn questiona o estatuto das ciências humanas e sociais e as coloca num período *pré-paradigmático*, já que para ele a divergência teórica faz parte deste período, como já elucidado. As ciências humanas e sociais não estariam aptas a atender tal condição, pois constantemente apresentam disputas internas. Santos (1988) faz considerações à respeito e afirma:

Na teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn, o atraso das ciências sociais é dado pelo caráter pré-paradigmático dessas ciências, ao contrário das ciências naturais, essas sim, paradigmáticas. Enquanto nas ciências naturais, o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e de teorias sobre a estrutura da matéria que são aceitas por toda a comunidade científica, conjunto esse que designa por paradigma, nas ciências sociais não há consenso paradigmático, pelo que o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido (SANTOS, 1988, p. 21).

Mas, será que essas ciências, em especial a Geografia, podem ser representadas pela proposta de Kuhn e deixar por suspenso toda a tensão que as acompanha? Retomar o debate paradigmático sem entender a natureza do conceito de paradigma, é cair nessa armadilha, por isso, fez-se importante a retomada do contexto do pensamento de Kuhn. Aceitar que as ciências humanas e sociais devem seguir o mesmo caminho das ciências exatas e naturais implica na seleção de estratégias que as aproximem de uma *ciência normal*, ou seja, na perseguição de um consenso para o alcance de um paradigma consensual que as levem ao status de ciência. A defesa desse argumento parece muito apropriado ao pensamento dos cientistas humanos e sociais da vertente positivista. Na verdade, esse era o intuito encabeçado por Augusto Comte, estudioso que argumentou a favor de um único método, o das ciências naturais, para o tratamento dos fatos sociais (NEHMY et al., 1996).

Corroborando com Alexander (1987), que afirma sobre o caráter multiparadigmático da Sociologia, cabem às ciências humanas e sociais percorrerem um caminho distinto das ciências exatas e naturais. Seu objeto de estudo e formas de análises perpassam por canais que transitam mais de uma matriz discursiva, interpretativa e política, uma vez que a postura adotada pelos pesquisadores

ocasiona leituras distintas para o mesmo objeto. Definitivamente, empregar o uso do conceito de paradigma kuhniano sem retomar o seu contexto interpretativo e ressignificá-lo é, sem dúvida, mais uma tentativa de “engavetar” as ciências humanas e sociais sob o crivo das ciências duras e da “tirania” de uma lógica estritamente positivista. Thiollent (1992) argumenta sobre a especificidade das ciências humanas e sociais e postula:

No caso particular da pesquisa social (e também psicossocial), os fenômenos não possuem o caráter de perfeita repetitividade, como no caso de fatos mecânicos, e além do mais o papel do pesquisador nunca é neutro do campo observado. [...] Outro aspecto negativo do esquema hipotético associado ao experimentalismo – particularmente sensível em ciências humanas – está no fato de que, ao procurar as informações necessárias à verificação das hipóteses, o pesquisador é frequentemente induzido a distorções quanto à observação dos fatos e à seleção das informações pertinentes (THIOLLENT, 1992, p. 34).

Comumente, o conceito de paradigma empregado pelos cientistas sociais refere-se a dimensões mais amplas, dizendo respeito aos conflitos e disputas entre escolas de pensamento e/ou abordagens teórico-metodológicas (EKBERG & HILL, 1979). O conceito deveria abranger uma dimensão relacional, em que paradigmas possam conviver paralelamente, pois conforme Moraes:

A compreensão do conceito de paradigma com base em um enfoque relacional, em que conceitos e teorias soberanos convivem com teorias rivais, está mais de acordo com o nosso ponto de vista, pois não apenas amplia o enfoque excludente de Kuhn, que faz desaparecer escolas e teorias rivais, a partir do surgimento de um consenso entre os membros de determinada comunidade científica, como também reconhece que as mudanças paradigmáticas convivem, simultaneamente, com outras experiências, teorias, outros conceitos ou fenômenos recalcitrantes que não se ajustam facilmente ao paradigma vigente (MORAES, 1997, p. 32).

Dado um mesmo período histórico, a multiplicidade paradigmática não faz parte da concepção kuhniana, ou melhor, faz, mas em sua fase *pré-paradigmática* ou de *crise*, na qual as ciências humanas e sociais estariam num eterno devir de se efetivarem junto às ciências exatas e naturais. Ao responder as críticas que recebeu, Kuhn fez alguns ajustes e admitiu que uma disciplina desprovida de uma matriz disciplinar poderia sim apresentar paradigmas, todavia, o autor manteve a ideia etapista rumo à *ciência normal*.

A complexidade e a imprecisão da era moderna não permitem que modelos explicativos rígidos e estáticos sejam adotados. A dinamicidade da realidade recoloca a todo instante as interpretações. É preciso que as ciências humanas e sociais tomem frente, isto é, que atuem como “motores”, recusando o positivismo lógico e valorizando os estudos baseados na esfera social. É necessária a proposição de uma reflexão epistemológica diversificada e o rompimento com o dualismo imposto entre sujeito/objeto (SANTOS, 1988).

2.5.3 As diferenças entre paradigmas e estilos de pensamento

Embora haja similitudes no pensamento de ambos os autores, há, também, diferenças fundamentais que tornam suas perspectivas opostas e conflitantes (PARREIRAS, 2006). Mesmo tendo acesso as ideias de Fleck, Kuhn não atentou para suas contribuições, negligenciando duas questões que fizeram a sua proposta adentrar um campo emblemático: a incomensurabilidade das tradições científicas e o significado do conceito de paradigma no período *pré-paradigmático*.

Fleck (1979) tratou as atividades tangentes ao desenvolvimento da ciência sob uma visão histórica e processual, em que “um estilo de pensamento instalado contém vestígios que decorrem do desenvolvimento histórico de muitos elementos de outros estilos” (DELIZOICOV, et al., 2002, p. 12). Um novo estilo de pensamento não consegue romper totalmente, ou revolucionar com as acepções passadas, como defendido por Kuhn (2007). Pelo contrário, o estilo de pensamento sempre mantém elementos precedentes de outro estilo de pensamento:

É difícil, quando não impossível, descrever corretamente a história de um domínio do saber. Ele consiste em numerosas linhas de desenvolvimento das ideias que se cruzam e se influenciam mutuamente e que, primeiro, teriam que ser apresentadas como linhas contínuas e, segundo, em suas respectivas conexões. Em terceiro lugar, teríamos que desenhar ao mesmo tempo e separadamente o vetor principal do desenvolvimento, que é uma linha média idealizada. É como se quiséssemos reproduzir por escrito uma conversa agitada em sua sequência natural, onde várias pessoas falam desordenadamente ao mesmo tempo (FLECK, 2010, p. 55-56).

O raciocínio fleckiano advém de uma formação de corrente evolucionista, influenciado pelo darwinismo, que concebe o conhecimento de modo linear, análogo a um sistema contínuo. Se comparada, a proposta renovada por Kuhn (2007)

traduziu-se como entrave para o acompanhamento dessa dinâmica. Em virtude de um pensamento mais flexível, Fleck (1979) não admite a incomensurabilidade paradigmática, pois mesmo admitindo a existência de dificuldades entre estilos de pensamento, essa comunicação pode acontecer - embora seja feita de modo um tanto quanto precária. Sobre as duas obras, Parreiras (2006) esclarece:

Fleck, semelhantemente a Kuhn, percebe a possibilidade de um paralelo entre evolução darwiniana e desenvolvimento científico, porém, sua proposta evolucionária, por não assumir a ideia de incomensurabilidade, de revolução ou mesmo do conceito fechado de paradigma, parece oferecer respostas onde Kuhn encontra suas limitações. Além disso, os pressupostos desse médico polonês oferecem possibilidades para o melhor desenvolvimento e exploração da metáfora que o próprio Kuhn reconheceu como muito adequada para a história da ciência, mas que não foi capaz de desenvolver plenamente, devido à sua inserção numa tradição revolucionária (PARREIRAS, 2006, p. 180).

Mesmo sabendo que um estudo comparativo entre os dois autores possui limitações, a proposta de Fleck não abarca revoluções ou rupturas radicais, como argumentado por Kuhn, mas “uma reorganização das práticas e teorias científicas constituindo um novo estilo de pensamento, processo este que implica numa certa relação entre os estilos, já que um se originou de outro” (PARREIRAS, 2006, p. 185). Tais diferenças podem ser explicadas se analisadas as influências que cada um sofreu ao longo de suas jornadas acadêmicas, permitindo que elaborassem visões distintas: “[...] Fleck, em um fundamento evolucionário e com referência nas Ciências da Vida, e Kuhn, revolucionário” (PARREIRAS, 2006, p. 182).

Como aludido, o conceito de sífilis, fato científico estudado por Fleck, é interpretado diante da história e, desta forma, enxerga conexões conceituais entre diferentes estilos de pensamento. Estilo e coletivo de pensamento, na visão de Fleck (1979), possuem articulações com o contexto histórico e cultural do seu tempo, sendo importantes para a compreensão de como o desenvolvimento da ciência é constituído. “Fleck adverte que há uma dependência histórica entre os distintos estilos de pensamento. Um estilo de pensamento instalado contém vestígios que decorrem do desenvolvimento histórico de muitos elementos de outros estilos” (DELIZOICOV et al., 2002, p. 63).

Há sempre traços da descendência de muitos elementos da história evolutiva. Provavelmente, poucos conceitos novos se formam sem

qualquer relação com os estilos de pensamento anteriores [...]. Surge uma coesão histórica dos estilos de pensamento. Encontramos linhas evolutivas das ideias, que muitas vezes levam, de maneira contínua, das pré-ideias primitivas às opiniões científicas modernas. Uma vez que tais linhas evolutivas das ideias se entrelaçam entre si, encontrando-se permanentemente numa relação com todo o saber do coletivo de pensamento, sua respectiva expressão concreta ganha a marca da singularidade de um acontecimento histórico (FLECK, 2010, p. 150).

Lefebvre corrobora a ideia de movimento em que todo conhecimento deve ser apreendido, não existindo um corte longitudinal, mas a permanência e a continuidade:

A ciência não é uma coleção ou uma soma de resultados mortos, mas um conjunto vivo, **um movimento total, um organismo que conserva em si, depois de renová-lo, todo o passado. A ciência feita não se separa da ciência que se está fazendo. A ciência adquirida posteriormente implica, verifica, completa a ciência anterior**: situa-a em sua verdade (LEFEBVRE, 1983, p. 99, grifo nosso).

Fleck (2010) não nega os estilos pretéritos, mas, como debatido, entende que todos foram necessários. Ao inclinar-se a uma visão histórica na qual um estilo de pensamento não é revolucionado e nem sobreposto por outro, Fleck percebe a diferença entre os estilos e os enxerga não pela incomensurabilidade, mas pelas dificuldades de linguagem. A incomensurabilidade existe para Fleck, mas não é tão radical como comparece em Kuhn.

Fleck (2010) admite que uma mesma pessoa pode pertencer a estilos de pensamento diferentes, participando, ao mesmo tempo, de circuitos acadêmicos, religiosos, artísticos etc.. Ele também se refere aos distintos estilos de pensamento nas disciplinas e pesquisadores. No entanto, em alguns trechos de sua obra, o autor lança tanto a ideia de um único estilo de pensamento a cada momento histórico e, em outros, trabalha com a ideia de distintos estilos entre disciplinas e no interior das disciplinas (PFUETZENREITER, 2003).

Entendemos que a segunda suposição é válida, em que distintos estilos de pensamento podem circular no interior das disciplinas. O próprio estilo de pensamento de Fleck pressupõe a existência de mais de um estilo de pensamento num mesmo momento histórico, se for considerado que suas ideias são divergentes

daquelas em voga na sua época e vão ao encontro da visão positivista do coletivo de pensamento do Círculo de Viena.

Fleck (2010) deixa claro que sua obra teve caráter introdutório, sendo imprescindível que outros campos investiguem os estilos de pensamento de outras áreas do conhecimento. Delizoicov et al. (1999) afirma que a proposta de Fleck é interessante, pois pode ser empregada para o estudo de vários tipos de comunidades. Todavia, para as ciências humanas e sociais, nada ainda foi encontrado.

Fleck (2010) ajuda na interlocução sobre a multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas das ciências humanas e sociais, pois ao contrário do conceito de paradigma, que permite a coexistência de paradigmas no período *pré-paradigmático*, o estilo de pensamento admite a convivência com outros estilos:

Um estilo de pensamento é pautado por um coletivo de pensamento. Portanto, o estilo de pensamento é vivo, dotado de uma plasticidade que permite que se adapte às mudanças e se submeta às constantes transformações desencadeadas pelo ritmo dos avanços tecnológicos. Como consequência, é admitida a convivência de inúmeros estilos de pensamento simultaneamente, que trazem como marca a participação de diversos grupos de indivíduos que se relacionam mutuamente permitindo o livre trânsito de ideias inter-coletivas (PFUETEZENREITER, 2003, p. 132-133).

Schäfer & Schnele (1986) sinalizam para essa mesma questão, ou seja, para a multiplicidade paradigmática. Mesmo que em um campo disciplinar exista um pensamento predominante, não é possível afirmar que um único estilo ou paradigma possa ter o poder de homogeneizar o conhecimento, pois diversos ângulos podem ser encontrados para o estudo de uma mesma questão. Todavia, é preciso ter cautela, mantendo o referencial de Fleck como inspiração para que a Geografia seja repensada, e não como modelo explicativo para delinear a história da Geografia brasileira.

Representada pela unidade, diversidade e diferencialidade da organização do pensamento, a multiplicidade é considerada noção fundamental para uma fecunda interpretação geográfica. O sentido da proposta merece atenção, já que a Geografia, ao longo de sua trajetória, esteve imersa num intenso debate teórico-metodológico. Buscando aludir para esse debate, nas páginas ulteriores, realizamos uma breve reflexão sobre a unidade, diversidade e diferencialidade de abordagens e sobre a trajetória da Ciência Geográfica, apontando, para as várias “*geografias*”.

2.6 “Geografias”: unidade, diversidade e diferencialidade

Nesta seção, foram elucidados autores que se propuseram, de alguma forma, ao estudo das abordagens teórico-metodológicas da Geografia sem que necessariamente tenham recorrido ao emprego do conceito de paradigma ou estilo de pensamento. A preocupação foi revelar a multiplicidade do pensamento, em que a unidade, diversidade e diferencialidade são partes inerentes da história do pensamento geográfico e, da mesma forma, dos grupos de pesquisa, expressões da produção intelectual da Geografia brasileira. Não é possível entender os grupos de pesquisa sem que seja analisado o contexto no qual se inserem, isto é, o pensamento geográfico²² e as “geografias”.

Para iniciar a discussão sobre as “geografias” da Geografia, é impreterível esclarecer o que entendemos por unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento, noções fundamentais deste estudo. Por unidade, estamos nos referindo à especificidade, particularidade e singularidade da forma de organização do pensamento (imaterial) e dos grupos (material), por meio de paradigmas, estilos de pensamento e/ou correntes teóricas, cuja ação é orientada para uma determinada interpretação da realidade. A diversidade é o conjunto das unidades, reconhecido por sua pluralidade, horizontalidade e generalidade das distintas formas de pensar e de construir o determinado paradigma que o grupo de pesquisa participa e auxilia na sua construção. A diferencialidade faz parte da diversidade, caracterizada quando duas ou mais unidades e/ou paradigmas/correntes/estilos de pensamento são justapostos e/ou confrontados, compreendendo-se as diferenças pelas particularidades e verticalidades, suas visões de mundo e temáticas. É neste campo que analisamos os *territórios paradigmáticos*, através dos pensamentos construídos pelos grupos de pesquisa. Estes grupos são territórios materiais que elaboram territórios imateriais por meio da construção dos paradigmas/correntes/estilos de pensamento.

A Geografia, desde a sua gênese, percorreu variados caminhos teórico-metodológicos, marcada por movimentos de superações na construção do conhecimento. O pensamento geográfico “não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”, se “justapõe e se supera, movimentos que não podem ser limitados, nem

22. Além do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa podem ser apreendidos de acordo com os contextos institucional, financeiro (recursos), educacional e político, conforme será discutido no próximo capítulo.

definidos claramente [...]” (CARLOS, 2002, p. 163). A diversidade de abordagens contribui significativamente, pois fomenta o constante debate em torno da ciência geográfica, questionando o seu papel frente à sociedade.

Sobre essa diversidade, Cidade (2001) aponta para as diferenças teórico-metodológicas, indagando se as mesmas podem ser chamadas de paradigmas. Valendo da flexibilidade do conceito, a autora considera que um paradigma envolve o compartilhamento de valores exercidos pelas comunidades científicas:

Ao longo da consolidação da geografia como campo de conhecimento e após a sua sistematização como ciência, no século XIX, apresentaram-se diferentes correntes teóricas e metodológicas. Os desdobramentos, rupturas e transformações e recombinações expressam-se até os dias atuais, também sob diferentes linhas. Na busca do conhecimento, diferenças de abordagem teórica e metodológica fazem parte da dinâmica normal de crescimento e consolidação de uma ciência. No entanto, há discussões sobre se diferentes correntes dentro de um corpo disciplinar constituem-se em paradigmas distintos (CIDADE, 2001, p. 102).

O paradigma é encarado com uma determinada abordagem eleita pelos pesquisadores para interpretar seu objeto de estudo, ou seja, pela organização do pensamento que pode expressar-se em correntes teóricas, escolas e linhas de pensamento, temáticas, autores, épocas e/ou grupos (SPOSITO, 2010)²³.

De acordo com Berry (1978), a Geografia presenciou um longo processo de transição paradigmática, pois mesmo em determinados períodos de sobrepujança de um paradigma, a disciplina sempre abarcou a multiplicidade paradigmática. Sposito (2001) também tratou dessa questão e agrupou os paradigmas em dois grandes eixos: o neopositivismo e o materialismo histórico. O primeiro se traduz pelo uso de uma linguagem matemática e estatística, fortemente referendado na neutralidade científica, e o segundo, está fundado no rompimento da neutralidade e da crítica social, cujo método de análise é a dialética.

Para Galvão (1989) e Sposito (2001), a Geografia passou por dois períodos importantes de renovação que ajudam compreender o debate sobre as contribuições teórico-metodológicas da Geografia Agrária: a revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico-dialético. Galvão não os denomina de paradigmas, chama de

23. Informação verbal concedida pelo professor Eliseu Savério Sposito em 28 de janeiro de 2010.

“momentos específicos do processo de renovação da Geografia no Brasil” (GALVÃO, 1989, p.16). A inserção dessas duas correntes de pensamento provocou disputas, cujas posturas se preocuparam em defender suas teorias diante da comunidade científica.

Da mesma forma, Gusmão (1978) realizou uma breve revisão dos estudos referentes ao campo e apontou as tendências desse ramo dentro da Geografia. Assim como Galvão (1989), seu pensamento procurou compreender os *enfoques preferenciais* (GUSMÃO, 1978, p. 57), também denominados de *paradigmas* (GUSMÃO, 1978, p. 62) que os estudos sobre o campo desenvolveram, destacando três fases: 1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural. Gusmão (1978) deixou claro que, embora esses três paradigmas tenham alcançado ápices em determinados períodos, essas concepções estiveram justapostas e influenciaram o direcionamento das pesquisas.

Segundo Andrade (1995), a Geografia pode ser caracterizada como um campo disciplinar plural, fator fundamental para a ciência:

Admitamos que a Geografia brasileira chegou ao estágio das **opções, as mais diversas, de domínio de um pluralismo que, longe de homogeneizar, heterogeniza as soluções, trazendo um enriquecimento à produção científica.** Passaram as fases do tradicionalismo ambientalista, da geografia teórica, da geografia crítica marxista, da geografia da percepção, como fases “imperialistas” que hostilizavam uma às outras, para entrarmos em uma fase de maturidade em que os geógrafos se posicionem de acordo com sua formação filosófica e dialogam com aqueles de quem divergem (ANDRADE, 1995, p. 12-13, grifo nosso).

Para Andrade (1995), no que concerne aos estudos sobre o campo em escala nacional e internacional, seria perigoso formular um único paradigma para a compreensão da realidade:

No caso específico da Geografia Rural se teria dificuldade de generalizar uma teoria que explicasse, englobando a superfície da terra, de vez que o rural não se constitui uma unidade, em escala mundial, havendo um rural na Europa, outro na Ásia e outro na América Latina [...] (ANDRADE, 1995, p. 11).

Andrade (1995) faz referência às influências descritiva, quantitativa, sociológica e fenomenológica. Ao mencionar o quantitativo, o autor destaca a

Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Rio Claro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda, de acordo com o autor, a influência da escola anglo-saxônica propiciou que os geógrafos prestassem atenção especial aos dados quantitativos e maior interdisciplinaridade com outros ramos do conhecimento, como por exemplo, com a Economia. Acreditamos que além de haver um paralelo entre escolas geográficas e universidades, há também um paralelo entre paradigmas e grupos de pesquisa, como será visto nas próximas páginas.

Bombardi (2003) também retoma a questão dos paradigmas na Geografia Agrária e atesta sua hibridez. Ao afirmar que a gênese da Geografia Agrária brasileira foi fundada pelo paradigma alemão historicista, em que as questões relativas às relações sociais permaneciam fora do debate acadêmico, a autora atesta a hibridez paradigmática: “Evidentemente, não há um “purismo historicista”: há traços de positivismo especialmente na separação homem/natureza e, sobretudo, na força tremenda pela ‘neutralidade científica’” (BOMBARDI, 2003, p. 45).

De acordo com Oliveira (1995 e 1999), a história do pensamento geográfico, assim como a própria Geografia Agrária, foi e ainda é fortemente influenciada pelo *embate e debate* de três correntes filosóficas de pensamento: o positivismo, o historicismo – denominados, respectivamente, de neopositivismo e neohistoricismo – e a dialética. O autor também destaca o avanço dos estudos fenomenológicos no pensamento geográfico nos últimos anos. Interessante é notar que Oliveira (1995) reconhece a influência do positivismo nas outras correntes do pensamento, atingindo, por exemplo, o historicismo e o marxismo. Isso ajuda a compreender que os trabalhos realizados pelos geógrafos, de alguma forma, são passíveis de apresentar uma dimensão híbrida:

A difusão dessas ideias, particularmente do postulado de uma ciência axiologicamente neutra, apareceu também, fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Este fenômeno, revela antes de tudo, uma certa **dimensão positivista** no interior de vertentes destas escolas de pensamento (OLIVEIRA, 1995, p. 19, grifo do autor).

Com a institucionalização da Geografia no Brasil na década de 1930, foi a orientação de cunho positivista e, posteriormente, neopositivista, que encaminhou a produção geográfica. Porém, mesmo neste período de forte influência positivista, em

que o pressuposto da neutralidade científica exerceu papel preponderante para a legitimação da ordem social burguesa cometida pelo Estado, notou-se a presença de estudiosos que rompiam com tal pressuposto. Neste grupo, destacam-se Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro. Em 1963, com o lançamento da obra *A terra e o homem no nordeste*, Manuel incorporou à Geografia a discussão sobre os movimentos de luta pela terra nesta região. Ao discutir a problemática da fome, o médico e geógrafo Josué de Castro foi além das questões tratadas pela Geografia de sua época, trazendo elementos até então ignorados pelos estudiosos. O autor preocupou-se em denunciar as desigualdades sociais e econômicas existentes no país, indo contra os temas investigados pela corrente francesa.

Contudo, mesmo os autores que desenvolveram trabalhos perante uma vertente mais crítica, o positivismo esteve presente, atingindo também o historicismo e o marxismo (OLIVEIRA, 1995). Ainda, a corrente positivista, a partir da década de 1960, trajada com uma roupagem moderna e atraente, permaneceu na Geografia sob o enfoque neopositivista. Sobre essa influência, Oliveira afirma que “parece óbvio, insistir que o movimento neopositivista, também denominado de empirismo lógico, manteve praticamente intacto esses postulados básicos, sobretudo a objetividade/neutralidade” (OLIVEIRA, 1995, p. 20).

Oliveira (1995) ajuda a demonstrar o entrave kuhniano da incomensurabilidade paradigmática. A reincidência da corrente positivista mostra que, por vezes, os “paradigmas” em decadência podem conviver com os novos, havendo, por vezes, a retomada de princípios de “paradigmas” pretéritos. Cidade (2001) argumenta sobre a hibridiz das pesquisas em Geografia, enfatizando as permanências, rupturas e novos direcionamentos da disciplina, e assegura que:

[...] As permanências podem ser consideradas continuações da geografia moderna inicial, que foram se atualizando e, em maior ou menor grau, incluindo formulações teóricas e metodológicas próprias. Exemplos de permanência são o determinismo ambiental, a geografia cultural, a geografia regional e a geografia analítica. Os novos direcionamentos e rupturas representam o deslocamento da construção da temática em estudo, para refletir a adoção de perspectivas teóricas de compreensão da realidade diferentes das até então privilegiadas. Exemplos de novos direcionamentos são a geografia humanística [...], a geografia marxista, crítica ou radical; as geografias pós-modernas; e a geografia de gênero (Peet, 1999). Assim como em outras áreas do conhecimento, **a convivência entre paradigmas tradicionais e paradigmas renovadores**

também se refletiu na geografia (CIDADE, 2001, p. 115, grifo nosso).

Em outro trecho, Oliveira (1995) reafirma a hibridez nas pesquisas e aponta a influência do corrente historicista na dialética:

Retomada, sobretudo, na década de 40 por um grupo de geógrafos franceses (Pierre George, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Jean Dresch, Jean Tricart, entre outros) a dialética constitui-se na base filosófica de parte das obras desses autores. Muitas vezes, a influência historicista mesclava os trabalhos dessa corrente (OLIVEIRA, 1995, p. 21).

Ainda com relação ao caráter híbrido da pesquisa em Geografia, Oliveira (1995) acrescenta que no momento em que o geógrafo Orlando Valverde escreveu o livro *Geografia Agrária do Brasil* (1964), seu pensamento passava por um momento de transição, dividido pela corrente historicista e com o compromisso político perante as questões que a sociedade vivenciava:

[...] VALVERDE, a nosso juízo, vivia quando escreveu este livro, a contradição intelectual daquela época, entre uma visão historicista da Geografia enquanto ciência, e a sua firme posição política de compromisso com a transformação da sociedade (OLIVEIRA, 1995, p. 21).

Para Oliveira (1995), o estudo do campo brasileiro vem sendo realizado sob diferentes vertentes da corrente marxista. Entre as distintas interpretações da corrente marxista, o geógrafo frisa a existência de pelo menos 3 vertentes marxistas no interior da Geografia:

[...] temos autores que acreditam que no Brasil existiu feudalismo, ou mesmo relações semi-feudais de produção. Por isso eles advogam a seguinte tese: **para que o campo se desenvolva é preciso acabar com estas relações feudais ou semi-feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo**. Para esses autores a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária é um instrumento que faz avançar o capitalismo no campo. [...] Outra vertente entende que **o campo brasileiro está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses devem desaparecer, pois eles seriam “resíduos” que o progresso capitalista extinguiria**. Ou seja, os camponeses ao tentarem produzir para o mercado acabariam indo a falência e perdendo suas terras para os bancos, ou mesmo, teriam que vender suas terras para saldar as dívidas (OLIVEIRA, 1995, p. 23, grifos do autor).

A partir dessas duas caracterizações, com a inserção cada vez mais intensa, contraditória e desigual do modo de produção capitalista, não haveria espaço para existência do campesinato no Brasil. Oliveira (1995) discorda dessas duas formulações e elabora outra. Para ele, o estudo do campo no Brasil:

[...] deve ser feito levando-se em conta que **o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado**. Isso quer dizer que, **ao mesmo tempo que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “boia-fria”), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo)** (OLIVEIRA, 1995, p. 24-25, grifos do autor).

Recorrendo à Oliveira (1995), Fernandes (1998) sinaliza para os paradigmas que o pensamento geográfico abarca, reconhecendo sua diversidade. “O embate entre ‘quantitativistas’, ‘tradicionalistas’ e ‘críticos’ proporcionou a existência de um espaço interativo para o debate teórico entre os geógrafos, o que resultou em diferentes propostas teóricas que se refazem a cada dia” (FERNANDES, 1998, p. 8). Dentre a diversidade de paradigmas que a ciência geográfica contempla, Fernandes (1998) destaca a Geografia Crítica como a mais disseminada no país.

Posteriormente, Fernandes (2005) e Felício (2011) balizaram a discussão em direção aos paradigmas presentes nos estudos do campo, analisando os trabalhos dos estudiosos que se dedicam à esta temática em dois paradigmas distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). No PCA, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade. Para este paradigma, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais do modo capitalista de produção. A solução se respalda na integração e adaptação da organização camponesa ao sistema capitalista cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo. Por outro lado, o PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma das formas de desenvolvimento para o campo. Mesmo distintos, PQA e PCA possuem espaços justapostos e uma visão crítica sobre a realidade. Enquanto o primeiro enfoca a

conflitualidade inerente às relações capitalistas e não-capitalistas de produção, o segundo focaliza as relações capitalistas como condição de reprodução do capital e dos agricultores familiares. É diante desses dois paradigmas que o debate sobre os grupos de pesquisa será realizado, aprofundado devidamente nos próximos capítulos.

De fato, a produção intelectual da Geografia brasileira continua marcada pela multiplicidade do pensamento, representada pela unidade, diversidade e diferencialidade. Alves (2010), ao estudar a produção da Geografia Agrária nacional, também aponta para a pluralidade metodológica destes estudos a partir da década de 1990. Se tomado como referência o conceito kuhniano, poderíamos afirmar que a Geografia nunca saiu do período *pré-paradigmático*, na medida em que abrange uma multiplicidade de interpretações. A incomensurabilidade paradigmática também não encontraria fundamento, já que simultaneamente existe o desenvolvimento de estudos que não são guiados por uma mesma visão de mundo, assim como também assistimos, frequentemente, a insurgência de práticas e saberes pretéritos. Na Geografia, os períodos de *anomalía* e *crise* seriam uma constante, pois comportaria a diversidade e a diferencialidade de uma série de formas de organização do pensamento para o entendimento da realidade.

A contribuição de outras ciências à Geografia é outro episódio que merece destaque, fato que levou, por muitas vezes, a uma modificação de sua abordagem ao longo de sua trajetória. George (1972) mostra a dependência deste campo disciplinar em relação às outras ciências, já que a interface desponta como uma de suas características fundamentais e impôs conflitos de atribuição e delimitação com os outros campos do saber (CLOZIER, 1972).

A heterogeneidade de enfoques acentuou ainda mais a situação, pois ao longo de sua trajetória, a “[...] Geografia tem cultivado um discurso e uma prática que são tanto sociais como naturais” (CIDADE, 2001, p. 100) na tentativa de interpretar o espaço geográfico. Como se não bastasse, constantemente, o conhecimento produzido no interior dessa ciência é “revirado”, de modo que suas ideias dificilmente tornam-se obsoletas e são frequentemente “ressuscitadas” (JOHNSTON, 1986; STODDART, 1981).

Ao contrário da depreciação e desqualificação da miscelânea de ideias que o pensamento geográfico se encontra mergulhado, é através do reconhecimento dessas formas de pensar que o processo de construção do conhecimento deve ser

encarado. É preciso avançar e iniciar a construção de um método de análise para a leitura dos grupos de pesquisa. Para isso, além das propriedades paradigmáticas – compartilhamento, orientação, direcionamento, seleção e coesão – trabalhadas por Kuhn e Fleck, a leitura do pensamento geográfico, baseada na análise dos grupos de pesquisa, necessita de dimensões que devem ser incorporadas para que o enfoque paradigmático possa ser delineado.

2.7 Da crítica à construção: outras dimensões para a interpretação do pensamento geográfico sob o enfoque paradigmático

Apesar das contribuições, as construções conceituais de Kuhn e Fleck apresentam limitações inerentes a sua natureza. Por serem concebidos para a interpretação do desenvolvimento científico de outras áreas do conhecimento, constituem-se, apenas, como canais de interlocução e diálogo que subsidiam a interpretação da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia, representada, nesta pesquisa, pela análise dos grupos de pesquisa. Consequentemente, os conceitos de paradigma e estilo de pensamento, também nascem ancorados com preocupações distintas daquelas que tangenciam a Geografia. Santos (1996) argumenta para a especificidade da Ciência Geográfica, cabendo aos geógrafos a construção dos seus próprios referenciais:

[...] os conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. [...] É à Geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulas de outros campos (SANTOS, 1996, p. 70-71).

De certa forma, Kuhn (2007) também reconheceu as peculiaridades intrínsecas de cada área do conhecimento, mostrando que os cientistas sociais enfrentam problemas, questões e soluções diferentes daqueles colocados aos pesquisadores das ciências exatas e naturais. Compreende-se que cada área do conhecimento deve ser analisada levando em conta sua natureza e especificidade, e as ciências humanas e sociais devem ser compreendidas à luz da sua multiplicidade e pluralidade.

As propostas de Kuhn e Fleck devem servir como referência para os estudos sobre o pensamento geográfico, mas seus limites não podem ser ignorados e/ou negados, mas superados. Ao argumentar sobre o processo de superação entre a

lógica formal para a lógica dialética, Lefebvre (1983) enfatizou o caráter histórico do conhecimento. Para alcançar a superação, é necessário ultrapassar seus conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer a sua importância, pois é só a partir dos resquícios do passado que a superação torna-se possível. “A consciência primitiva, portanto, comporta elementos válidos [...], embora superados, depurados de suas interpretações [...]” (LEFEBVRE, 1983, p. 72):

Na superação, o que é superado é abolido, suprimido – num certo sentido. Não obstante, em outro sentido, **o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior;** certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação (LEFEBVRE, 1983, p. 230-231, grifo nosso).

Desta forma, é a **partir** e não **através** das proposições elaboradas por Kuhn e Fleck que a discussão dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária é encaminhada. A conflitualidade paradigmática desses grupos, expressa pela multiplicidade e confronto de opiniões e pontos de vista, é intrínseca à adoção de uma perspectiva dialética. O pensamento formulado por Kuhn e Fleck encarou a ciência como uma organização formada por homens e ilumina o pensamento geográfico pela seguinte razão: ambos proporcionam elementos críticos que estremeceram as estruturas tradicionais empíricas, trazendo a discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* do paradigma, o que remete ao tratamento de uma ciência que, em hipótese alguma, é neutra, mas é condicionada por ideologias e intencionalidades veiculadas por grupos e comunidades. A unidade, diversidade e diferencialidade afloram a multiplicidade que o conhecimento comporta.

Essas *propriedades estruturais* dos paradigmas fazem parte do que estamos chamando por paradigmas filosóficos e dão identidade, conteúdo e essência aos paradigmas. São pensamentos ofensivos que disputam o poder explicativo das mais diversas formas, utilizando estratégias de difusão do conhecimento, materializadas, principalmente, em livros, artigos, dissertações, teses, monografias e projetos de pesquisa.

É neste sentido que os paradigmas geográficos serão concebidos, pois, como visto, embora Fleck conceba o movimento histórico e a multiplicidade de estilos de pensamento, sua perspectiva assentou-se em uma realidade distante da Geografia. A posição consensualista de adesão a um paradigma está de acordo com o projeto teórico de Kuhn, todavia, também contém a percepção gestáltica que a comunidade de cientistas se dedica, numa visão de mundo, não podendo ser reduzida à mera questão do método. Ademais, o referencial kuhniano não é proprietário do conceito de paradigma e, por isso, não deve ser limitado ao mesmo, podendo ganhar outras significações quando compreendidos à luz da Geografia.

Por isso, recorreremos ao conceito de paradigma e às contribuições de Fleck tendo em vista as *propriedades estruturais* de compartilhamento, direcionamento, orientação, seleção e coesão dos paradigmas, elementos consistentes para o estabelecimento de um diálogo junto à Geografia. As contribuições de Fleck também ajudam a compreender a unidade, diversidade e diferencialidade da prática científica.

A conflitualidade, expressa pelo confronto de opiniões e pontos de vista, são inerentes à perspectiva dialética. É claro que ao sinalizar para a multiplicidade paradigmática, não se admite, como propôs Feyerabend (1977), a adoção do anarquismo metodológico, isto é, a regra do “vale tudo”. O intuito é esclarecer as diferentes formas de construção do conhecimento geográfico e sobressaltar a sua complexidade, conflitualidade e multiplicidade.

Ancorados numa visão dialética do conhecimento, acreditamos que tanto Kuhn como Fleck devem ser considerados como referências para a leitura do pensamento geográfico. Mostrar, justamente, essa interlocução teórico-metodológica, até então não realizada, é que parte deste capítulo se dedicou, demonstrando as escolhas e esclarecendo os rumos tomados para a leitura dos *territórios paradigmáticos*.

Também acreditamos que existem outros elementos que despontam das duas propostas que não foram explicitados, tampouco aprofundados pelos estudiosos. No intuito de qualificar e superar esse debate é que encaminhamos as próximas linhas. É evidente que não buscaremos esgotar o rol de reflexões que o assunto enseja, mas, sim, expandir algumas das questões trazidas pelo referencial kuhniano e fleckiano, através das quais pretendemos debater sobre o estatuto da Geografia e

dos grupos de pesquisa, entendidos aqui sob a representatividade das comunidades científicas e dos coletivos de pensamento.

Além das propriedades estruturais, apresentamos as dimensões que devem ser identificadas para a discussão da unidade, diversidade e diferencialidade paradigmática dos grupos de pesquisa na Ciência Geográfica, com destaque para a teoria, o método, a ideologia e a intencionalidade. A posição político-ideológica dos estudiosos(as) é a dimensão paradigmática primária para a leitura dos *territórios paradigmáticos* dos grupos de pesquisa, e relaciona-se à métodos, teorias, conceitos e metodologias.

2.7.1 Paradigma e Geografia: dimensões para a análise dos grupos de pesquisa

Para qualificar a abordagem paradigmática dispensada a leitura dos grupos de pesquisa, é importante que seja ressaltado que o conhecimento científico é, sobretudo, elemento que participa do debate político-ideológico. Fundamentado no pressuposto de que os estudos científicos são veículos capazes de validar concepções políticas e ideológicas, pode-se afirmar que a Geografia, também, se configura como um saber eminentemente estratégico e vinculado a interesses, sujeitos e classes sociais (LACOSTE, 1988). Os estudos geográficos convertem-se em força política e ideológica e, por isso, possuem papel central, colocando conhecimento e poder como instâncias fundamentalmente necessárias para uma interpretação crítica que toda a forma de produção do conhecimento abrange (FOCAULT, 2009). A universidade constitui-se em um espaço de luta, e à Geografia cabe incorporar essa conflitualidade independente da posição assumida (GERMANI, 2005). Na atualidade, essa condição é deliberada explicitamente ou implicitamente por geógrafos e geógrafas que, amparados por seus respectivos projetos de pesquisa e extensão, relatórios científicos, monografias, dissertações e teses alinham-se, impreterivelmente, a concepções políticas e ideológicas de mundo.

Além de identificar teorias, métodos, conceitos, períodos, temáticas, escolas, correntes e/ou contextos em que os estudos geográficos foram elaborados, é preciso recorrer a outros aportes que atualizem a história do pensamento geográfico. É necessário entendê-los como estudos que se inserem numa lógica ampla e complexa, compartilhada por estudiosos ligados a grupos de pesquisa. No que diz

respeito aos grupos de pesquisa, consideramos as expressões do conhecimento geográfico e da diversidade paradigmática existente na Geografia, sujeitos de produção, construção e difusão do conhecimento e que se alinham a diversas “geografias”, paradigmas e concepções políticas e ideológicas.

Os grupos de pesquisa são analisados de acordo com as propriedades estruturais paradigmáticas, uma vez que compartilham, direcionam, orientam e selecionam suas atividades para determinadas práticas, ações, temáticas, referenciais teóricos, conceitos, problematizações, intencionalidades, teorias e posições político-ideológicas, conjunto este que conforma uma maneira singular de ver o mundo e dá unidade ao pensamento, isto é, conforma paradigmas. O conjunto de grupos de pesquisa e paradigmas manifesta a unidade, a diversidade e a diferencialidade da Geografia. Eles atuam por intermédio de estratégias de consolidação e expansão, conformando redes de pesquisa, organizando publicações, revistas e encontros. Os grupos de pesquisa selecionam e compartilham paradigmas, fornecendo uma visão de mundo a partir de uma perspectiva particular. Entendê-los é tarefa necessária para que o pensamento geográfico possa ser delineado.

Miorin discute a contribuição que os grupos trazem para a Geografia Agrária. Sua constituição permite o desenvolvimento de olhares diferentes para as mesmas questões:

Isto permite reconhecer que a despeito dos avanços que os geógrafos agrários têm alcançado, ainda há o que fazer e avançar em termos teórico-conceituais e metodológicos. Acredita-se que a interdisciplinaridade que os geógrafos agrários encontram nos **grupos de pesquisa** a que pertencem se revela como salutar no sentido de permitir o diálogo, a reflexão e conhecendo **novos ângulos de olhar para as mesmas questões permita a formação de novos “insights”** (MIORIN, 2005, p.15, grifo nosso).

A questão é saber, com foco nos grupos de pesquisa, como a Geografia Agrária vem sendo impactada pelos diferentes paradigmas (PQA-PCA), mapeando e analisando o pensamento geográfico. Isso não significa afirmar que os grupos de pesquisa estão condenados permanentemente a determinados paradigmas, porém, é necessário qualificar o pensamento geográfico, apresentando a unidade, a diversidade e a diferencialidade de seus estudos e que o pressuposto da neutralidade científica seja superado, de modo que passemos a identificar os

paradigmas que os grupos de pesquisa tomam para o desenvolvimento de seus estudos. De acordo com Germani:

Não é mais uma questão de você contar população, ver se é urbana, ver se é rural, ver o que produz, como produz, localização, condições climáticas, usar imagens de satélite, GPS... Mas você tem um conflito explicitado que vai parecer mesmo que não se queira mostrar... **O próprio pesquisador passa a se sentir, obrigatoriamente, parte dessa realidade, ele deve não só interpretar, mas ele deve tomar posições que tem a ver com posições de classe desse pesquisador** (GERMANI, 2005, p. 62, grifo nosso).

A passagem destacada por Germani (2005) reconhece a produção do conhecimento como uma dimensão político-ideológica a partir da tomada da postura daqueles que estudam o campo e a “[...] impossibilidade de neutralidade sobre o conhecimento e seus usos” (SOUZA, 2008, p. 171). Admitir essa condição permite o reconhecimento das tendências temáticas e das influências intra/interdisciplinar, bem como dos paradigmas e grupos que influenciam os estudos geográficos. Assim, além das *propriedades estruturais do paradigma* – compartilhamento, seleção, direcionamento, coerção e orientação (KUHN, 2007; FLECK, 2010) –, os grupos devem ser entendidos pela dimensão primária político-ideológica que os paradigmas carregam. As opções teóricas não são neutras e, portanto, portam consigo essa dimensão. Os conceitos e as teorias consolidadas são consequência direta da capacidade e liberdade de assumir posições no processo de construção do conhecimento científico.

A dimensão político-ideológica dos paradigmas está inscrita na linguagem. Como bem frisado por Kuhn (2007), um paradigma é sustentado por um arsenal científico capaz de evidenciar a posição político-ideológica dos estudiosos(as), sendo esta a dimensão primária que funda a leitura dos *territórios paradigmáticos* dos grupos de pesquisa. Na prática científica, essa dimensão relaciona-se a métodos, teorias, conceitos e metodologias.

Teoria e método constituem uma via de “mão-dupla”, uma “relação recorrente”, pois “[...] uma teoria só ganha vida com o pleno emprego da atividade mental do sujeito” (MORIN, 2008, p. 335). É somente a partir da intervenção do sujeito, neste caso do pesquisador, que o método ocupa papel indispensável no processo de construção do conhecimento.

Na Geografia, o método é “[...] um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado a *priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída [...]” (SANTOS, 1996, p. 62). É com o método que o pesquisador constrói um sistema de conceitos, é nele que está a sua visão de mundo. As ideias só se tornam coerentes se estiverem em consonância com o método e é a partir dele que se pode fazer a leitura da realidade. O método possibilita ao pesquisador manipular a realidade estudada segundo a sua lógica. A lógica é construída pela liberdade e autonomia de escolha dos referenciais teóricos, o qual pode ser constituído pelo seu próprio pensamento ou pela subordinação a outros pesquisadores (FERNANDES, 2009).

O método “é atividade pensante do sujeito” que refaz a todo instante as teorias. O método “[...] é a atividade reorganizadora necessária à teoria: essa, como todo sistema, tende naturalmente a degradar-se, a sofrer o princípio da entropia crescente, e, como todo sistema vivo, deve regenerar-se [...]” (MORIN, 2008, p. 337 e 339). Ainda, de acordo com Maia (2000), o método é análogo ao “solo”, cuja edificação possibilita o desenvolvimento de “frutos”. O método ajuda na construção de uma reflexão e constitui-se no fundamento que ratifica as reflexões do pesquisador. É a partir do método que podemos entender como são utilizados os conceitos (OLIVEIRA, 1978).

De fato, é por meio do diálogo entre teoria e método que o pensamento científico é promovido, ou seja, a interpretação do objeto de estudo é mediado por esse diálogo. Contudo, é o método que estabelece esse movimento, de maneira que atua como pensamento pensante e a teoria como pensamento pensado. “[...] Com o auxílio do método, podemos ler a realidade, por várias “portas de entrada”: podemos interpretar, dialeticamente, o que produziram autores neopositivistas ou fenomenólogos e vice-versa [...]” (SPOSITO, 2004, p. 50).

A teoria é composta por um corpo de conceitos sistematizados de uma ciência. De fato, as teorias, os métodos e os conceitos compõem os paradigmas e dão coesão à linguagem utilizada pelos grupos de pesquisa. O conceito é estabelecido na relação entre método e teoria, ou seja, o conceito se dá no movimento entre pensamento-pensante, pensamento-pensado e realidade. O método, a teoria e a realidade são elementos cruciais que dão relevo ao conceito. “A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o

abstrato e o concreto ou do movimento entre o *método* (pensamento pensante), a *teoria* (pensamento pensado) e a *realidade* [...]” (FERNANDES, 2008, p. 3).

De acordo com Fernandes (2008), o método e a teoria estão imbricados de intencionalidades. A intencionalidade é compreendida por ser uma propriedade dos estados ou eventos mentais capazes de dirigir a ação (SEARLE, 1995). Ela pode atuar de maneira consciente ou inconsciente, já que no caso da última, apesar de poder não estar em vigor no ato de uma situação, pode, mesmo assim, exprimir a intencionalidade de um indivíduo, que por alguma circunstância não foi exaltada num dado momento. A “[...] intencionalidade é compreendida como propriedade do pensamento que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação [...]” (FERNANDES, 2008, p. 277). Quando um pesquisador se propõe a investigar, ele delimita e seleciona os conceitos e/ou categorias que serão empregados no seu estudo e, por isso, age com Intencionalidade. “A intencionalidade expressa, portanto, um ato político²⁴, um ato de criação, de construção” (FERNANDES, 2008, p. 277). “[...] Atrás da demanda explícita que recebem, os pesquisadores esclarecem as *intenções subjacentes* e aplicam táticas de pesquisa visando compatibilizar os objetivos de conhecimento e os objetivos de ação” (THIOLLENT, 1992, p. 94, *grifo nosso*). Assim, até aqui, à teoria e ao método, soma-se a intencionalidade como elemento constituinte de um paradigma.

Todavia, não se pode esquecer que o processo de construção do conhecimento acontece, também, através da influência de traços individuais dos pesquisadores envolvidos (JOHNSTON, 1986). Embora o binômio coletivo/individual não seja oposto, mas sim complementar, é importante discernir e reconhecer suas diferenças para que não sejam efetuadas generalizações grosseiras. Logo, concordamos com Kuhn que:

Em suma, embora os valores sejam amplamente compartilhados pelos cientistas e esse compromisso seja ao mesmo tempo profundo e constitutivo da ciência, algumas vezes a aplicação dos valores é consideravelmente afetada pelos traços da personalidade individual e

24. “Um dos pressupostos mais difundidos no século XIX era o de que, graças à ciência, a humanidade poderia livrar-se da política. A ciência era considerada o domínio da lógica e da razão, enquanto a política era a órbita da emoção e da paixão. [...] Embora questionados tanto pela experiência histórica como intelectualmente, esses pressupostos não desvaneceram. [...] Na realidade, a ciência não eliminou, nem sequer reduziu a presença da política na vida social. Mas eliminou sua base de legitimidade, fazendo-a ser desdenhada como desprezível, irracional e indigna. Afastada a política do caminho, está aberta a via pela qual a ciência e a tecnologia podem transformar-se em tecnocracia” (SCHWARTZMAN, 198, p. 13).

pela biografia que diferencia os membros do grupo (KUHN, 2007, p. 232).

Ainda que os pesquisadores possuam liberdade de pensamento – elemento fundamental na produção acadêmica – e idiosincrasias, os pesquisadores agrupam-se em torno de questões em comum, compartilhando paradigmas para o encaminhamento de seus estudos. Nesse sentido, compreender as razões que envolvem os pesquisadores na escolha de um paradigma é fator importante, sendo a trajetória pessoal um dos elementos que podem explicar essa escolha. A “[...] objetividade científica não exclui a mente humana, o sujeito individual, a cultura, a sociedade: ela os mobiliza” (MORIN, 2008, p. 58). Destaca-se a realidade objetiva das pessoas, já que a visão de mundo de cada pesquisador, de alguma maneira, interfere na escolha de determinadas questões e hipóteses para o encaminhamento da pesquisa. No entanto, apesar de considerar importante essa questão, neste trabalho, ela não assumirá uma das dimensões que conformam os paradigmas, mas reconhecemos que ela merece ser destacada.

Ao atribuir importância aos fatores sociais, psicológicos e culturais que são intrínsecos a cada pesquisador e, por conseguinte, à comunidade científica, Fleck (1979) mostrou que a ciência se baseia além da “racionalidade” científica, incluindo esses fatores como partes expressivas do desenvolvimento científico. O conhecimento deixa de ser reduzido aos critérios da lógica matemática, dos experimentos e práticas de laboratório e incorpora outros sentidos, revela-se mais abrangente, pois engloba outras esferas que escapam do que comumente se entende por ciência:

Porém, a ciência está longe de ser só isso e é aqui que muitos cientistas caem num círculo vicioso, numa auto-idealização; eles se apresentam como pesquisadores puros, iguais aos anjos e aos anjos que contemplam o senhor nas reproduções da Idade Média... A ciência não é só isso e, constantemente, ela é submergida, inibida, embebida, bloqueada e abafada por efeito de manipulações, de prática, de poder, por interesses sociais etc. (MORIN, 2008, p. 57).

Com isso, considera-se de suma relevância a discussão travada por Kuhn (2007) e Fleck (2010). O conhecimento científico é um objeto construído e compartilhado por homens que selecionam recortes da realidade e explicitam seus interesses:

Não existe objetividade ou neutralidade em ciência, não cabendo, pois, forjar isenções suspeitas. Quer porque a ciência trabalha com objetos construídos, ou porque os objetos históricos já são

ideológicos intrinsecamente, ou porque os cientistas são responsáveis pelas consequências do que constroem, a pregação da objetividade ou da neutralidade coincide com ideologias sub-reptícias que perseguem acatamentos acríticos. Este é, na verdade, o argumento cabal contrário: se a ciência fosse objetiva e neutra não seria questionável. A pretensão da indiscutibilidade é apenas golpe (DEMO, 1996, p. 25).

“Aliás, é característico do discurso científico apagar as suas origens; ele se apresenta muitas vezes como o da objetividade, fazendo rapidamente esquecer que um ponto de vista foi selecionado de início” (FOUREZ, 1995, p. 107). Não existe o fato “puro”, mas um processo de seleção e eliminação dos fatos em que a realidade é captada e o objeto de pesquisa é construído, como *flashes*:

[...] o conhecimento não é uma coisa pura, independente de seus instrumentos e não só de suas ferramentas materiais, mas também de seus instrumentos mentais que são os conceitos; a teoria científica é uma atividade organizadora da mente, que implanta as observações e que implanta, também, o diálogo com o mundo dos fenômenos. Isso quer dizer que é preciso conceber uma teoria científica como uma construção (MORIN, 2008, p. 43-44, grifo nosso).

O fato de que os métodos são, de modo geral, ‘menores’ que a realidade, no sentido de que esta é mais rica, abrangente e complexa que seus instrumentos de captação, já leva a reconhecer que não trabalhamos com a realidade pura e simplesmente, mas com um objeto construído (DEMO, 1988, p. 23).

Ao questionar quais seriam os sujeitos integrantes dessa construção “impura”, Morin afirma que as crenças são as responsáveis por atuarem “detrás” da teoria: “[...] existem crenças não-experimentais e não testáveis por trás das teorias, isto é, na mente dos sábios e dos pesquisadores. Existem impurezas não só metafísicas mas, sem dúvida, também sociológicas e culturais” (MORIN, 2008, p. 44).

A crença e a confiança são pontos de convergência entre Morin, Kuhn e Fleck, já que os três as consideram como elementos que atuam nos “bastidores” do conhecimento científico. Morin remete suas considerações a Kuhn e enfatiza a contribuição que o conceito de paradigma detém:

Nesse aspecto Thomas Kuhn [...] trouxe uma coisa muito importante que ele chama de paradigma. O paradigma também é alguma coisa que não resulta das observações. De alguma forma, **o paradigma é aquilo que está no princípio da construção das teorias, é o núcleo obscuro que orienta os discursos teóricos neste ou naquele sentido** (MORIN, 2008, p. 45, grifo nosso).

O aspecto que está por “de trás” dos paradigmas e os sustentam refere-se à uma dimensão primária e fundante que caracteriza a leitura paradigmática: a posição político-ideológica. Ao se relacionar a métodos, teorias, conceitos e metodologias, a ideologia interfere na interpretação do objeto, e está intimamente interligada às opções e interpretações do pesquisador(a). O que pesquisar, como pesquisar, os critérios elegidos, a fundamentação e o método estão imersos em opções ideológicas.

O conceito de ideologia é permeado por diversas leituras e interpretações, por isso, são realizados breves esclarecimentos sobre o sentido que o conceito apreende na interpretação paradigmática.

Compreendemos que os processos que envolvem a ideologia são mais amplos que o sentido proposto por Karl Marx, balizado pela falsa consciência. A ideologia não se reduz à esta concepção, mas também incorpora em seu movimento conhecimentos verdadeiros (KONDER, 2002). Marx conferiu ao conceito um tom comprometido com a luta de classes, entre dominantes/dominados:

O que ele acrescenta é essa ideia de que a função justificadora da ideologia aplica-se, por privilégio, à relação de dominação oriunda da divisão em classes sociais e da luta de classes. É dessa forma que lhe somos devedores desta temática específica do funcionamento ideológico em relação com a posição dominante de uma classe (RICOEUR, 1983, p. 74).

No entanto, é também a partir desta interpretação, embasada no marxismo tradicional e determinado pelas estruturas macroeconômicas, que o conceito ganhou um sentido pejorativo:

Em “A ideologia alemã”, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. [...] Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica em ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade (LÖWY, 1991, p. 12).

O conceito de ideologia, proposto por Marx, é hegemônico diante das demais definições, todavia, optamos pela diversidade, uma vez “[...] que a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social

sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social” (RICOEUR, 1983, p. 75).

Ao negar o pensamento do outro, considerando-o irreal, Marx pressupõe-se que somente um pensamento pode ser dotado de validade. Mas o que seria “verdadeiramente real”, isto é, o que poderia ser caracterizado como não-ideológico? Seria possível afirmar que o pensamento do outro não tem coerência sem que a mesma acusação recaia sobre o meu pensamento? Ricoeur (1983) atenta sobre essas armadilhas que recaem sobre o conhecimento científico. Para ele, classificar a ciência como dimensão isenta de ideologias é um erro extremamente recorrente nas ciências humanas:

Admite-se com muita facilidade que o homem da suspeita está isento de tara que ele denuncia: a ideologia é o pensamento do meu adversário; é o pensamento do *outro*. *Ele* não sabe, *eu*, porém, sei. Ora, a questão é a de saber se existe um ponto de vista sobre a ação que seja capaz de escapar à condição ideológica do conhecimento engajado na práxis. A essa pretensão, acrescenta-se uma outra: não somente há um lugar não-ideológico, mas este lugar é o de uma *ciência*, semelhante à de Euclides com referência à geometria, e à de Galileu e de Newton, com referência à física e à cosmologia (RICOEUR, 1983, p. 65, grifos do autor).

Considerado um revisionista das obras de Marx, Gramsci (1978) atenta para o sentido negativo até então difundido pelo pensador sobre o conceito de ideologia:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, é devido ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de **ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos**. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia [...] (GRAMSCI, 1978, p. 62, grifo nosso).

Gramsci retoma e interpreta a ideologia como uma concepção de mundo necessária à sociedade que se revela “[...] em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 16). Ao conferir esse significado, Gramsci distingue o conceito em *ideologias historicamente orgânicas* cujo sentido é positivo, e em *ideologias arbitrárias*, de sentido negativo. As ideologias historicamente orgânicas “[...] são necessárias a uma determinada estrutura” (GRAMSCI, 1978, p. 62) e correspondem a uma “determinada estrutura social,

constituindo a base da coesão social e da atividade que os homens desenvolvem no interior da sociedade [...]. Seu conteúdo é o conjunto de ideias e valores que asseguram a regularidade e a estabilidade das relações sociais [...]” (SEVERINO, 1986, p. 42). Já as *ideologias arbitrarias* são “[...] racionalistas, ‘desejadas’ e merecem ser submetidas a críticas” (GRAMSCI, 1978, p. 62).

É diante da concepção de Gramsci sobre a ideologia que uma das dimensões paradigmática devem ser pensadas. Não é possível que o conhecimento científico alcance a objetividade, pois “[...] é uma concepção de mundo, uma filosofia, não podendo ser um dado científico. [...] A ciência seleciona as sensações, os elementos primordiais do conhecimento [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 69).

A ideologia também é capaz de impulsionar as ações dos indivíduos. Ela orienta o comportamento e as decisões e encaminha à ação. Mesmo quando essa ação visa a omissão, também estamos marcando uma posição, ou seja, a ideologia é necessariamente uma tomada de posição, já que o ser humano é sempre motivado por escolhas que o leva a tomar partido sobre o mundo. É em razão desse posicionamento que a ideologia sempre foi recorrente na construção do conhecimento científico, pois o pesquisador sempre seleciona um método para encaminhar a sua pesquisa e, neste sentido, ele também se posiciona:

[...] não obstante todos os esforços dos cientistas, **a ciência jamais se apresenta como uma noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia** e, concretamente, **a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo** (GRAMSCI, 1978, p. 71, grifo nosso).

Sob o referencial de Kuhn e Fleck, o pensamento de Gramsci (1978) ganha fundamento, de maneira que o mito da neutralidade científica é negado, vinculando-o à ideologia. De fato, não há ciência sem ideologia e, neste sentido, como já tratado, o paradigma também traz em si esse aspecto. Entretanto, a ideologia constitui-se, apenas, como parte do conhecimento científico, pois um paradigma não é sinônimo de ideologia e nem pode ser reduzido à mesma categoria. “Ao reconhecer, todavia, que ideologia faz parte da ciência, deve-se também reconhecer que é preciso distinguir da forma mais acurada possível, dentro do compromisso de pesquisa da realidade, não de sua deturpação” (DEMO, 1996, p. 20).

Frequentemente, na Geografia, a questão da ideologia também está associada à falsa consciência, principalmente no período em que a disciplina foi fortemente conduzida pelas correntes positivista e neopositivista, considerada como ciência legitimadora dos interesses do modo capitalista de produção. O historiador Nelson Werneck Sodré, em sua obra *Introdução à Geografia (Geografia e Ideologia)*, publicado em 1976, entendeu a Geografia como um saber ideológico que serviu como instrumento aos interesses da classe dominante. Para Machado (2005), Nelson Werneck Sodré,

[...] é mais radical ainda, ao considerar o pensamento geográfico moderno como criação e instrumento do colonialismo e do imperialismo, porém, ao contrário de Prado Jr., atribuiu à geografia alemã, especificamente a F. Ratzel, a responsabilidade pelos descaminhos da geografia, ao divulgar, através de suas obras, o determinismo geográfico (MACHADO, 2005, p. 315).

Machado (2005) aponta que para o historiador, enquanto a Geografia teria sido assentada como disciplina ideológica que subsidiou o colonialismo, a História teria feito a verdadeira crítica científica, situada sob o nacionalismo que se contrapõe ao modelo burguês vigente. O autor tratou as duas disciplinas de maneira dual, quase maniqueísta, em que a Geografia representou o espaço sob uma concepção alienada do mundo:

[...] a geografia é uma disciplina que está à “direita”, na medida que o pensamento geográfico, dominado pelas teorias colonialistas, é utilizado por aqueles que subordinam o projeto de modernização à manutenção da ordem vigente, subproduto da ordem colonialista mundial. Ao contrário, a disciplina da História teria se posicionado “à esquerda”, ao adotar a teoria marxista como subsídio para um projeto de modernização libertador da nacionalidade (MACHADO, 2005, p. 316).

É de amplo conhecimento que a Geografia, desde sua gênese, na Alemanha, atuou como ciência que participou da consolidação do expansionismo e do imperialismo alemão. Mesmo assim, diante deste cenário de legitimação dos interesses da burguesia, a Geografia manteve também opiniões que divergiam da ordem estabelecida e contra os postulados imperialistas. Exemplos dessa bifurcação são Elysée Reclus, Camille Vallaux e Piotr Kropotkine cujas concepções iam ao encontro do projeto de transformação da sociedade (SANTOS, 1978).

Como Sodré, outros autores também acusaram a Geografia de ser uma disciplina eminentemente ideológica, ligando-a ao sentido pejorativo do termo, de inversão da realidade e de produção de ilusão, em que “[...] a crítica da ideologia aparece como um exercício de inteligência (como tarefa exclusiva do intelectual), desabando sobre os ‘dominados’ enquanto ‘esclarecimento’, ‘reeducação’” (MORAES, 1988, p. 39-40).

Ainda, se encararmos sob essa acepção, percebe-se que não só a Geografia, assim como a História, a Economia e a Psicologia desenvolveram-se, em determinados momentos históricos, de acordo com interesses e exigências de setores privilegiados da sociedade:

A história nos mostra que a Geografia não foi a única ciência utilizada na legitimação dos interesses do Estado. As ciências sociais, com a primazia da Economia, estava centrada em encontrar alternativas para a grande depressão de 1929. A Psicologia foi empregada na avaliação de grupos militares. Não ficaram de fora as outras ciências sociais, nem mesmo, como sabemos, a Geografia (JOHNSTON, 1986, p. 46).

Todas as formas de atividade social estão mergulhadas de interesses, preferências, interpretações, valores e crenças. Destacamos a necessidade de compreender o estudo do espaço geográfico de acordo com o sentido gramsciano, em que a ideologia é entendida como visão de mundo, força histórica, dimensão política, valor produzido e consumido socialmente, pois a:

[...] ideologia não detém apenas significações negativas. Ao contrário. Primeiro, é parte inevitável do negócio científico, ou no sujeito, ou no objeto, ou em ambos. A própria condição de sujeito cognoscente acarreta o reconhecimento de que ideologia é intrínseca na própria interpretação da realidade. Pelo fato de a ciência não tratar da realidade diretamente, mas de um objeto construído, ou seja, de uma construção científica, implica participação do sujeito como construtor (DEMO, 1996, p. 19-20).

Compartilhar paradigmas também pode conduzir ao que Morin chamou de “cegueiras paradigmáticas”. Ao privilegiar determinadas ideias em detrimento de outras, o paradigma atribui validade e universalidade à lógica que o elegeu. É por conter esse caráter que o paradigma controla e impõe características da verdade, podendo levar a cegueiras paradigmáticas. As cegueiras são equiparadas a doutrinas e ideologias, que “[...] dispõem, igualmente, da força imperativa que traz a

evidência aos convencidos e da força coercitiva que suscita o medo inibidor nos outros, provocando também erros e ilusões antagônicas ao conhecimento ideal” (MORIN, 2000, p. 27).

O paradigma pode transformar-se em dogmas e doutrinas quando “aprisiona” o conhecimento ao invés de conduzi-lo, vedando o debate e o questionamento, condicionando as ideias. Nesse caso, o conhecimento científico deixa de ser um atributo do paradigma e metamorfoseia-se em dogmas e doutrinas. Em relação a estes, Sposito esclarece:

A palavra verdade comparece de maneira enfática na definição de doutrina porque ela é a referência principal do sistema em questão, por se constituir uma referência indiscutível e, conseqüentemente, dogmática. O caráter dogmático da verdade nas doutrinas encerra seu modo “impositivo e sem contestação por uma escola ou corrente de pensamento, fazendo apelo a uma adesão incondicional” (SPOSITO, 2004, p. 56).

Todavia, doutrina e dogma não confundem-se com paradigma. As primeiras não são passíveis de refutação, dominadoras e impositivas; os paradigmas estão sempre em processo de redefinição e abertos à discussão, liberta o pesquisador para outra visão de mundo, uma vez que está em permanente processo de transformação.

O paradigma desempenha o papel de fio condutor que organiza o conhecimento produzido, aceito conscientemente ou inconscientemente pelos seus adeptos. A expressão utilizada por Morin (2000) para exprimir essa relação repousa na ideia de “zona invisível”, responsável por exercer:

[...] um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia. O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o e, neste sentido, é também supraconsciente. Em resumo, o paradigma instaura relações primordiais que constituem axiomas, determina conceitos, comanda discursos e/ou teorias. Organiza a organização deles e gera a geração ou a regeneração (MORIN, 2000, p. 26).

O objeto de estudo da Geografia é o espaço e, para analisá-lo, é preciso tomar como referência a relação entre ciência e sociedade. “O espaço é essencialmente um ente social”, isto é, é um espaço socialmente produzido (MOREIRA, 2007, p. 64). Todas as relações sociais se dão no espaço, sendo o “[...]”

espaço do geógrafo o espaço da sociedade, forjado, construído por ela e condição para a sua reprodução e produção do próprio espaço” (GONÇALVES, 1982, p. 110).

Para acompanhar a produção do conhecimento na Geografia, deve-se considerar, também, a influência do próprio contexto socioeconômico, ou seja, é necessário compreender o pensamento geográfico associado à realidade social e econômica, desmistificando os postulados que embasam a neutralidade científica:

[...] a produção científica, em que pese sua especificidade, não pode ser pensada fora do contexto histórico em que foi elaborada. Por mais que queiramos expressar ou colocar o discurso científico como uma “visão” neutra e acima de qualquer outro discurso, ele se inscreve naquilo que Marx chamou de superestrutura. O discurso científico é uma aproximação do real efetivada por indivíduos inscritos em relações sociais, que, no caso da sociedade de classes, é de onde emanam os antagonismos através dos quais a história se move (GONÇALVES, 1982, p. 97).

Fleck (2010) versou sobre a influência do contexto socioeconômico nas pesquisas. A gênese da reação de Wassermann também deve ser analisada de acordo com o contexto social do período, no qual havia uma competição de nações e interesses que determinavam a demanda do que deveria ou não ser estudado. Fleck (2010) fez uma comparação da sífilis com a tuberculose, em que a segunda, mesmo sendo grave, não obteve a demanda e a tensão social necessária que fomentasse seus estudos, considerada como uma doença romântica para sua época.

Kuhn (2007) não trouxe à tona questões concernentes a essa dimensão e que são fundamentais para a compreensão do modo que um paradigma é formulado (FOUREZ, 1995). Foram desprezadas as pressões, conflitos e tensões sociais de que a sociedade participa, não fazendo a devida articulação entre ciência e sociedade, ficando restrita à esfera interna da comunidade científica (FOUREZ, 1995).

É diante desse rol de dimensões expostas que os paradigmas, compartilhados pelos grupos de pesquisa, são entendidos. Os grupos expressam a unidade, a diversidade e a diferencialidade da Geografia, e para a análise dos seus paradigmas, levar-se-á em conta a complexidade paradigmática e a multicruzalidade de dimensões, dando ênfase à teoria, ao método, ao conceito, à intencionalidade e, sobretudo, à posição político-ideológica.

A Geografia Agrária como subárea do conhecimento geográfico dialoga constantemente com outras áreas e subáreas, como por exemplo: Sociologia, Economia, Antropologia, História etc. Esse diálogo acontece dentro de paradigmas produzidos e produtores do conhecimento científico, e é neste contexto que se inserem os grupos de pesquisa. Como estudado por Fernandes (2005, 2006, 2008 e 2009) e Felício (2011), nenhum pesquisador ou área do conhecimento está fora do debate paradigmático construído e construtor dos grupos de pesquisa. Os paradigmas entendidos como referências no processo de elaboração do saber envolve a todos pela interlocução na forma de ideia, no texto, na tese, no livro etc. Os Paradigmas da Questão Agrária (PQA) e do Capitalismo Agrário (PCA), estudados por Fernandes e Felício e já indicados neste trabalho, estão presentes nas produções dos grupos, como será analisado nesta tese.

O Paradigma da Questão Agrária (PQA) possui duas tendências: uma que entende a hegemonia das relações capitalistas no desenvolvimento da agricultura como processo de eliminação das relações não-capitalistas e introdução do trabalho assalariado, denominada de *proletarização*. Esta tendência concebe a possibilidade de superação da sociedade capitalista e centra seus estudos nessa perspectiva; existe também outra tendência que entende a hegemonia das relações capitalistas, mas não aceita a proletarização como único caminho. Esta tendência, a do *campesinato*, foca seus estudos na recriação do campesinato no desenvolvimento do capitalismo, observando as possibilidades de superação deste modo de produção.

O Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), igualmente, possui duas tendências e ambas não questionam a superação do capitalismo. A tendência do *agronegócio* investe na análise da modernização da produção de *commodities*, estruturas e globalização, em que não é visto outro modelo possível de sociedade; e a tendência da *agricultura familiar*, que analisa o desenvolvimento da agricultura no capitalismo como condição de integração dos pequenos agricultores ao mercado, focando temáticas voltadas para as estruturas, produtos, cadeias, redes, etc.

Junto com os grupos de pesquisa, estas referências foram consideradas *territórios paradigmáticos* que possuem uma *faixa de contato* difusa. Analisamos a produção do conhecimento dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária diante destes dois paradigmas, procurando compreender a unidade, diversidade e diferencialidade a partir das propriedades estruturais, indicando, aproximadamente,

as faixas de contato destes grupos no interior dos territórios. Esta é a nossa proposta de leitura do pensamento geográfico na Geografia Agrária. Vale lembrar que esta é apenas *uma* leitura e, por isso, não faz parte da totalidade, é parcial. No entanto, ao ler a produção dos grupos, encontramos neles às características destes dois paradigmas, como será evidenciado nos próximos capítulos.

Antes de iniciar nossas reflexões na leitura dos *territórios paradigmáticos*, o próximo capítulo faz um breve histórico da universidade e da pesquisa e contextualiza a institucionalização e a formação dos grupos de pesquisa no Brasil.

CAPÍTULO 3

Breve histórico da universidade e da pesquisa e o contexto de institucionalização e formação dos grupos de pesquisa no Brasil

“O portador do saber é um coletivo bem organizado, que supera de longe a capacidade de um indivíduo” (Ludwik Fleck).

Este capítulo realiza considerações sobre a dimensão institucional na qual os grupos de pesquisa são contextualizados. Iniciamos o debate com breves considerações sobre o contexto histórico que subsidiou a implantação da atividade científica no Brasil, efetuando um paralelo com a organização do sistema universitário e com o processo de institucionalização dos grupos de pesquisa do país. O processo de institucionalização da pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil é fundamental para compreender o contexto de surgimento e fortalecimento dos grupos de pesquisa. A formação de grupos de pesquisa perpassa a institucionalização dos grupos criada pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB) e percorre o processo de institucionalização da pesquisa nas instituições universitárias, especificamente na consolidação dos cursos de pós-graduação.

São explicitadas as condições de criação da universidade e da pesquisa no Brasil, o papel da pós-graduação na pesquisa e a institucionalização dos grupos de pesquisa, elucidando para dois aspectos: a sua relevância como espaço de socialização do conhecimento e como desdobramento do processo de reestruturação produtiva.

3.1 Contextualizando a universidade e a pesquisa no Brasil: alguns apontamentos

Diferentemente dos países que compunham a América Espanhola²⁵, no Brasil, foi tardia a instalação do sistema educacional universitário (SCHWARTZMAN, 1981). Essa condição retardou o desenvolvimento da ciência no país, pois enquanto se instalava o sistema superior de ensino nos países vizinhos, a atividade científica no Brasil estava a serviço de pequenos grupos (SCHWARTZMAN; PAIM, 1976), permanecendo, por muito tempo, imune ao movimento de "reforma universitária".

Porém, a necessidade da instituição de universidades estava na pauta do movimento inconfidente mineiro que, desde 1789, já propunha a criação de um centro de formação superior para o país. Mas é só após a chegada da família real portuguesa, em 1808, que as primeiras escolas de nível superior são implantadas. Todavia, a fundação dessas escolas não primou pelo desenvolvimento científico e

25. A América Espanhola, desde o início do século XIX, apoiada pelos movimentos de independência, começando pela Argentina, em 1918, e estendendo-se a outros países, como México, Peru, Cuba, Guatemala e Chile, já reivindicava a criação de universidades.

são os imigrantes, no final do século XIX – que trabalharam junto aos órgãos de pesquisa governamentais, como o Instituto de Geologia e Instituto de Geografia –, os responsáveis por trazer a pesquisa científica aos países da América Latina.

É somente com o advento da Segunda Guerra Mundial que a pesquisa científica adentra com ímpeto a universidade em alguns países da América Latina, tornando-se plausível a ideia de associar o ensino universitário com a pesquisa científica, integração até então inexistente (SCHWARTZMAN, 1981). Contudo, mesmo antes deste período, países como a Argentina e o Brasil destacaram-se neste intento, atingindo significativo reconhecimento: o primeiro concentrou esforços para a implantação do Instituto de Fisiologia, na Universidade de Buenos Aires, e posteriormente, o segundo, sobressaiu-se com a implantação do Instituto de Biofísica da Universidade do Rio de Janeiro e com a criação da Universidade de São Paulo, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)²⁶, traduzindo-se como um centro de pesquisa acadêmica e universitária conduzida por professores europeus (SCHWARTZMAN, 1981) que articulou as atividades de ensino e pesquisa.

Esse processo é cessado com a vigência do regime militar instaurado na década de 1960, destituindo a universidade do gozo da sua autonomia. Assim, a pesquisa científica e a mobilização estudantil estiveram ausentes das universidades latino-americanas neste período (SCHWARTZMAN, 1981). A própria criação da USP é desfalcada de um conteúdo sociopolítico, já que FFCL foi instituída sobre uma pressão exercida pela classe dominante que exigia a formação de uma elite cultural para o país. Acreditava-se que através da formação de uma classe dirigente intelectual, o Estado brasileiro ganharia posição de destaque, capaz de conduzir o país ao verdadeiro desenvolvimento (SOARES, et al., 2002).

De acordo com Schwartzman (1981), a fragmentação entre ensino e pesquisa no sistema universitário brasileiro advém da adoção de um modelo de ensino superior francês. A tradição de articular ensino e pesquisa é fruto do sistema universitário de origem alemã, que resistiu ao processo de profissionalização do ensino superior promovido pelo governo prussiano ao manter um estilo de ensino integrado, tendo como base a filosofia naturalista. É justamente esse sistema educacional integrado o responsável por conseguir, pela primeira vez, articular

26. Mesmo com a instalação da USP na década de 1930, é válido ressaltar que outras faculdades já estavam em funcionamento antes desse período, como é o caso da Escola Universitária Livre de Manaus, hoje denominada Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que iniciou suas atividades no ano de 1909.

ensino e pesquisa, elemento que se constituiu como o cerne da reforma do sistema educacional alemão. O marco inicial desse projeto centrou-se na criação da Universidade de Berlim, no início do século XIX, (1809) cujo molde serviu, mais tarde, para a modernização do sistema universitário norte-americano (SCHWARTZMAN; PAIM, 1976).

A década de 1950, em razão da criação das agências de fomento, foi considerada um período importante para a realização da atividade científica no país. A criação do CNPq pela Lei 1.310, em 15 de janeiro de 1951, tornou a entidade responsável pelo incentivo à atividade científica e tecnológica. A entidade é resultado de interesses públicos e privados, em que, de um lado, o governo se preocupava com a segurança nacional e, de outro, a comunidade científica buscava o apoio e institucionalização da prática científica no país. Ainda neste mesmo ano, com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ambas as entidades podem ser consideradas decisivas para a institucionalização da atividade de pesquisa no país (ROMÊO; ROMEO; JORGE, 2004).

3.2 Pós-graduação e pesquisa: amadurecendo a ideia da organização em grupos

A pós-graduação brasileira nasceu motivada por necessidades e interesses que extrapolam a dimensão acadêmica e adentram o campo do contexto histórico, propiciado pelo avanço do modo capitalista de produção. Com o advento do regime militar, era necessário atender às demandas propiciadas pelo avanço do processo de modernização da sociedade, e com isso, tornava-se imprescindível a formação de recursos humanos capacitados. A substituição das importações, atrelada à substituição de *know-how*, fez com que as universidades fossem instrumentos importantes para que este processo de modernização e expansão fosse legitimado (SCHOR, 1997). É diante deste cenário que a pós-graduação foi concebida, selecionada como a instituição condutora e estratégica dessa dinâmica.

A partir da década de 1970, a pesquisa ganhou contornos mais significativos no ensino superior, com a criação dos cursos de pós-graduação. Particularmente, o ano de 1968 foi um momento importante para o desenvolvimento das atividades científica e tecnológica brasileiras, pois a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), aprovada pelo Congresso Nacional, implantou, oficialmente, a pós-

graduação no Brasil, a partir da reforma do ensino superior, complementando e redimensionando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/Lei nº 4.024/61).

Em virtude das heranças culturais e históricas, as duas tendências predominantes que influenciaram fortemente o sistema de pós-graduação no Brasil foi a europeia – USP – e a norte-americana – ITA, UFV e UFRJ (SANTOS, 2003). A combinação destes dois modelos resultou na construção de um modelo híbrido nos programas de pós-graduação brasileiros (VERHINE, 2008).

Em 1934, ano de fundação da USP, a prática da pesquisa já estava associada, no Departamento de Geografia, às atividades de ensino e pesquisa²⁷ (USP, 2012). Nesta instituição, foi defendido o primeiro trabalho de pós-graduação em Geografia do país, a tese de doutorado intitulada *Santos e a Geografia Urbana do Litoral Paulista*, de Maria da Conceição Vicente de Carvalho, em 1944 (ANDRADE, 1996). O baixo número de pesquisas da época impulsionou a formação de um quadro de docentes doutores, fato que, junto com a ausência de cursos de mestrado no Brasil e na USP, explica a defesa de teses antes mesmo de dissertações.

A partir de então, além de atuar na formação de docentes, a universidade estimulou o avanço da pesquisa em Geografia, com a divulgação de trabalhos pioneiros. As pesquisas de geógrafos como Pasquale Petrone sobre os estudos regionais, agrários e urbanos, de Aroldo de Azevedo nos estudos urbanos, de Aziz Nacib Ab'Saber nos estudos de Geomorfologia, e de pesquisadores sociais franceses, como Pierre Monbeig, Emmanuel de Martonne, Pierre Deffontaines, Fernand Braudel e Jean Bastide, são exemplos de estudiosos que se dedicaram nestas áreas.

Dentre as alterações da Reforma Universitária, além da oficialização da pós-graduação, foram extintas as cátedras e instituída a organização via departamentos, requisitando dedicação exclusiva dos docentes e o regime de trabalho em tempo integral, além de sacramentar a união entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades (SOARES et al., 2002).

Entretanto, para Miranda (1988 *apud* FÁVERO, 2000), a organização via departamentos merece ser revista, pois serve como um espaço burocrático de alocação dos docentes e, na maioria das vezes, limita a associação entre ensino,

27. Mesmo com a defesa da referida tese em 1944, os cursos de pós-graduação na USP surgiram em 1969, ano em que o MEC promoveu a criação oficial dos cursos de pós-graduação no país. Assim, percebe-se que a formação de doutores pela USP é anterior à iniciativa do governo federal.

pesquisa e extensão. Uma das alternativas para superar essa condição é a criação de núcleos, centros, grupos e laboratórios de pesquisa, espaços mais propícios, mas que ainda são incipientes como meios de organização. Entretanto, a extinção da estrutura catedrática e a adoção do formato departamental, promovidas pela reforma, podem ser considerados indicativos que estimularam a aproximação dos docentes e o trabalho em equipe.

No Departamento de Geografia da USP, com a extinção das cátedras, o trabalho em equipe ganhou mais espaço. Os projetos temáticos foram integrados a grupos, núcleos, centros e laboratórios e tiveram o apoio e auxílio das agências de fomento, como a FAPESP e o CNPq²⁸.

A Reforma Universitária complementou a regulamentação de leis e diretrizes para o ensino superior no país. O Conselho Federal de Educação passou a ser o órgão centralizador e responsável pela normatização dos cursos de pós-graduação no país. A partir deste momento, o controle do Estado e a adoção de um modelo norte-americano são tomados como referência. A Reforma Universitária rompe com o caráter independente que as universidades detinham, entretanto, tal centralização foi responsável pela promoção de programas de desenvolvimento da pesquisa científica no país (SCHOR, 1997). Assim, ao passo que a centralização e a burocratização do ensino superior ocorriam, simultaneamente, assistiu-se à expansão de auxílios à pesquisa, principalmente às Ciências Humanas (SCHOR, 1997).

É diante deste cenário, ainda no final da década de 1970, que se inicia o estímulo à formação dos grupos de pesquisa no país, período em que a CAPES ganha novas atribuições junto às universidades brasileiras (ROBL; MENEGHEL, 2003). O ano de 1974 marcou esse período de renovação da entidade e inaugurou uma nova fase a partir da vigência do Decreto 74.299, instrumento que deliberou maior autonomia aos setores financeiros e administrativos e instituiu uma política nacional voltada à pós-graduação (CAPES, 2010). Os programas de pós-graduação deveriam firmar “identidades”, organizados por áreas e competências de pesquisa. Com o propósito de alavancar o trabalho em equipe e o diálogo entre docentes e

28. Todavia, é importante destacar que mesmo sob a instituição catedrática, vários foram os pesquisadores que se articularam em prol da atividade científica. Desde a sua fundação (1934), a USP incentivou trabalhos (publicações) em que os professores atuavam de forma conjunta, como é o caso dos trabalhos coordenados pelo professor Aroldo de Azevedo no estudo da cidade de São Paulo (ANDRADE, 1987).

discentes, os grupos e linhas de pesquisa foram chamados para atender a esta demanda, responsáveis por condensar identidade e facilitar a interação entre os docentes e o trabalho em equipe (ROBL; MENEGHEL, 2003).

Neste período, de maneira embrionária, buscava-se firmar o compromisso com os programas de pós-graduação para o estabelecimento de áreas de interesse, isto é, com as linhas de pesquisa que se aproximassem do perfil dos programas. Destarte, tanto os grupos como as linhas de pesquisa, auxiliaram na construção de identidades entre os diversos programas de pós-graduação do Brasil (ROBL; MENEGHEL, 2003).

A Resolução nº 05 de 1983 estabeleceu novas normas de organização da CAPES, promovendo a participação de discentes da pós-graduação em grupos de pesquisa. Segundo Robl e Meneghel (2003), é na década de 1980 que os grupos adquirem importância, pois, como a resolução permitia que a pós-graduação se reunisse fora das áreas de concentração, muitos programas, sobretudo da área de Educação, estruturaram-se a partir das linhas ou dos grupos de pesquisa que já estavam em curso (ROBL; MENEGHEL, 2003). De acordo com essa concepção, o discente ingresso na pós-graduação deveria estar articulado às linhas de pesquisa do orientador, fazendo do seu projeto uma das práticas que entraria em ressonância com o grupo de pesquisa. Por meio da resolução, induziu-se a formação de grupos de pesquisa, confluindo interesses e afinidades temáticas e/ou paradigmáticas. Segundo as autoras:

Os **grupos de pesquisa**, a partir deste período, passaram a assumir grande importância, podendo existir inclusive programas sem áreas de concentração, bastando para isso apenas que houvesse linhas de investigação que estabelecessem as suas diretrizes. As **linhas de pesquisa** deveriam ser criadas/geradas naturalmente, a partir do desenvolvimento das linhas. Segundo esta concepção, os alunos, ao ingressarem na PG, também entrariam/participariam diretamente de projetos de pesquisa dos docentes da sua linha de pesquisa, fazendo ao mesmo tempo sua dissertação e vivenciando a prática da pesquisa em um GP com competência estabelecida (ROBL; MENEGHEL, 2003, p. 7, grifos das autoras).

Do ponto de vista dos programas de pós-graduação, os grupos de pesquisa,

[...] devem estruturar a formação do aluno, com disciplinas, atividades de pesquisa e outras que culminam com a defesa da dissertação. A organicidade das atividades pós-graduadas, na formação do pesquisador, dá-se em função dos grupos e linhas de

pesquisa, que devem revelar objetivos/ focos comuns de atuação dos pesquisadores, incluindo publicações (ROBL; MENEGHEL, 2003, p. 2).

Mesmo de maneira vaga e imprecisa, dentre os objetivos e diretrizes da pós-graduação na década de 1970, o incentivo à formação de núcleos e centros para ensino superior já estava posto: “[...] formar pesquisadores para o trabalho científico, a fim de possibilitar a formação de núcleos e centros, atendendo as necessidades setoriais e regionais da sociedade” (BRASIL/MEC, 1975).

O incentivo à formação de grupos e núcleos também teve como diretriz os programas institucionais de capacitação de docentes e o intercâmbio de recursos humanos para propiciar a consolidação de grupos vinculados ao ensino e à pesquisa no país. Sobre a proposição de conformação dos grupos, o I Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) postulou:

As instituições de ensino superior devem, a partir de agora, concentrar esforços e iniciativas para a melhoria de qualificação de seus recursos humanos, para poder cumprir, a médio prazo, os objetivos de formação autônoma de grupos e núcleos capacitados a preencher áreas deficientes e abrir áreas novas em seus programas de ensino e pesquisa (BRASIL/MEC, 1975, p. 138).

O I PNPG incentivou a articulação de docentes em grupos e equipes como atividade que potencializa a pós-graduação e os próprios grupos:

[...] a seleção do pessoal neste nível é importante para que se eleve a potencialidade dos cursos de mestrado e dos núcleos de pesquisa, em conjunto. Como as atividades de trabalho docente e de pesquisa são tipicamente de grupos, a diversidade de aptidões deve contribuir para uma melhor articulação das equipes, e não para a sua separação (BRASIL/MEC, 1975).

Mesmo não se referindo propriamente a grupos de pesquisa, mas sim a ‘núcleos’, o I PNPG já direcionava suas diretrizes para a conformação de grupos, especialmente para aqueles que envolvessem docentes e que garantissem a promoção e o desenvolvimento.

Na década de 1980, o III PNPG (1986-1989) reconheceu, com maior clareza, a importância dos grupos de pesquisa para a pós-graduação brasileira, colocando-os como instrumentos para o desenvolvimento da capacidade científica do país.

Também reconheceu-se a instabilidade dos grupos de pesquisa, prejudicados pelo curto apoio financeiro e a consequente interrupção das pesquisas.

Cabe ressaltar, portanto, que os financiamentos exclusivamente de curto prazo têm contribuído sobremaneira para a instabilidade dos grupos de pesquisa, os quais, frequentemente, interrompem, temporária ou definitivamente, seus trabalhos de investigação científica; as administrações das instituições e os pesquisadores têm sido obrigados a despender enorme esforço e tempo na elaboração continuada de projetos destinados à captação de recursos para manutenção de atividades de pesquisa (BRASIL/MEC, 1986).

Foi reforçada a política de continuidade ao financiamento de pesquisadores filiados a grupos de pesquisa, exprimindo uma nova tendência à prática científica: “assegurar a continuidade de trabalho dos grupos de pesquisa consolidados, garantindo-lhes a infraestrutura por meio de programas de apoio de longa duração” (MEC/CAPES, 1986, p. 210). Como o recurso financeiro é um dos fatores determinantes para a continuidade e desenvolvimento de pesquisas, observa-se, na década de 1980, que a consolidação de grupos de pesquisa coloca-se como uma nova tendência.

O apoio à criação de novos programas de pós-graduação é atrelado à existência de grupos de pesquisa com produção científica regular na área de atuação (BRASIL/MEC, 1986). Igualmente, procurou-se, por intermédio dos grupos, fomentar a criação de programas de mestrado, com base nos grupos emergentes de pesquisa (BRASIL/MEC, 1986), e ampliar a formação dos grupos para além dos domínios da pós-graduação, através do apoio à participação da graduação.

Acompanhando esta mesma lógica de estímulo à criação de grupos de pesquisa, as diretrizes promulgadas pelo PNPG (2005-2010)²⁹ prezaram pelo estabelecimento de grupos de pesquisa em regiões brasileiras cuja densidade da organização científica fosse pequena e em regiões capazes de potencializar o desenvolvimento científico do país. Neste plano, os grupos de pesquisa também são avaliados como parte das estratégias de desenvolvimento dos programas de cooperação interinstitucional, com o intuito de tornar mais simétrica a disposição de recursos humanos. Programas de bolsas de estudos para a promoção da interlocução e compartilhamento do conhecimento, bem como para propiciar a

29. “Uma série de circunstâncias, envolvendo restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacional, impediu que o Documento Final se concretizasse num efetivo Plano Nacional de Pós-Graduação” (MEC/CAPES, 2010, p. 29). Assim, o IV PNPG não foi formulado.

mobilidade entre os membros, são instrumentos que visam atender os pesquisadores nucleados em grupos de pesquisa.

No que concerne aos processos avaliativos, a participação dos alunos da pós-graduação em grupos de pesquisa é um dos índices propostos pelo plano. “A pós-graduação deve ser auferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem” (MEC/CAPES, 2004, p. 63). Este PNPG ainda propõe a flexibilização do modelo de pós-graduação, através da substituição do cursamento de disciplinas pela participação dos discentes em atividades de pesquisa, isto é, junto a grupos de pesquisa.

A proposta do último PNPG (2011-2020) visou estimular grupos de pesquisa interdisciplinares e multidisciplinares, seja dotando-os de espaço físico ou de linhas de financiamento:

O desafio será, então, assegurar a esses grupos: 1 – o espaço que eles procuram em suas e entre as instituições – desafio organizacional e cuja necessidade de apoio deverá ser sinalizada pelo PNPG; 2 – a montagem, pelas agências federais e as FAPs, de linhas de financiamento voltadas para esses grupos, com comitês atentos às suas particularidades [...] (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 133).

A CAPES deve priorizar propostas que apresentem uma organização estruturada em grupos de pesquisa interdisciplinares e multidisciplinares, cuja atividade seja considerada de excelência:

Vendo nas experiências Multi e Interdisciplinar algo avançado e de ponta [...], a CAPES dará prioridade para o credenciamento de propostas provenientes de departamentos consolidados ou de programas disciplinares de propostas bem avaliados ou oriundas de grupos de pesquisa envolvidos com atividades de excelência, como os INCTs, PRONEX e CEPIDs. Evidentemente, essa diretriz deverá ser vista como uma meta a ser atingida, levando-se em conta os legados e a situação real dos grupos de excelência, em grande parte ultradisciplinares, além da necessidade de fomentar a interiorização da pós-graduação, assim como a de apoiar iniciativas de grupos com potencial interiorização da pós-graduação, para a pesquisa Inter e Multi, espalhados em vários pontos do país (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 141).

Além do incentivo à formação dos grupos de pesquisa considerados de “excelência”, o PNPG visou a consolidação dos grupos “emergentes” para auxiliar na qualificação dos cursos de mestrado com nota 3 (nota mínima):

A necessidade de consolidação dos grupos emergentes fica evidente quando se observa o alto percentual de cursos de mestrado avaliados pela CAPES com nota 3, conforme mostrado no documento referência do PNPG 2011-2020. Se a expansão do SNPG for ampliada como as demandas de formação de recursos humanos do país requerem, será necessário desenvolverem-se estratégias efetivas para que a curva de distribuição dos programas de pós-graduação em nível de mestrado (atualmente concentrada na nota 3), assuma um padrão gaussiano com uma maior proporção de programas com conceitos 4 e 5 (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 153).

O PNPG deixa explícito o novo padrão de pesquisa, estruturado na institucionalização dos grupos, em que a abertura de editais específicos os tem favorecido. “Nos últimos tempos, paralelamente à Fapesp, houve a ação indutora do MCT através de editais temáticos – coordenados pelo CNPq e pela FINEP – favorecendo a constituição de grupos transversais de pesquisa, os quais têm um grande potencial e poderão levar à oferta de novos cursos de pós-graduação” (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 136).

Os grupos de pesquisa também passaram a ser referência para a avaliação da desigual distribuição geográfica da pesquisa realizada no Brasil:

Cerca de 57% destes indivíduos atuam na região Sudeste. O PIB da região Sudeste é da ordem de 57,8% do PIB Nacional. Para todas as demais regiões, a relação entre a massa crítica de pesquisa medida pelos grupos de pesquisa em atividade em cada região e o PIB regional mostra correlação estreita. Assim, por exemplo, se somarmos a massa crítica das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, chegaremos a 23% da massa crítica nacional. O PIB das três regiões somadas é da ordem de 24% do PIB Nacional (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 219-220).

Em 2007, com a criação da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), os programas de cooperação internacional da CAPES também se organizam para atender os grupos de pesquisa:

A Diretoria de Relações Internacionais – DRI da CAPES, foi instituída no final de 2007, sendo responsável pelos programas de bolsas no exterior (CGBE) e cooperação internacional (CGCI). Foram incrementadas associações com diversas agências congêneres de outros países, visando à concessão de bolsas em parceria e de maneira induzida, em torno não apenas de solicitações individuais, como também a partir de demandas de grupos de pesquisa e instituições de ensino superior e ainda de demandas governamentais, estas, em especial, através da interação com o

Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 234).

Alguns programas foram instituídos em áreas consideradas estratégicas e objetivaram estimular a criação de novos grupos e cursos (mestrado e doutorado) em assuntos pouco estudados e considerados estratégicos para o desenvolvimento e a soberania do país³⁰ (BRASIL, MEC/CAPES, 2010, p. 287).

Dentre os parâmetros definidos pelo “Critério de Avaliação Trienal” da CAPES (2004-2006) para a avaliação dos cursos de pós-graduação em Geografia, a existência de grupos de pesquisa é um dos requisitos (peso 30%) para a atribuição das notas máximas 6 e 7 aos programas. Isso pode ser identificado especificamente no item 2, que aprecia sobre a “consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação” (BRASIL, MEC/CAPES, 2007, p. 25). É avaliado o nível de consolidação do programa na capacitação dos pesquisadores, tendo a formação de grupos de pesquisa na pós-graduação como uma das estratégias (BRASIL, MEC/CAPES, 2007).

Feitas breves considerações sobre o contexto histórico e as políticas que subsidiaram a implantação da atividade científica nas universidades, com destaque para os grupos de pesquisa, serão abordados alguns aspectos sobre a organização, constituição e institucionalização desses grupos no Brasil. São elucidados os programas e incentivos direcionados a este tipo de organização, o aumento do número dos grupos de pesquisa e sua relevância para a prática científica do país, de modo que reúne pesquisa, ensino e extensão e atuam como espaços de socialização do conhecimento.

3.3 Grupos de pesquisa no Brasil e a sua relevância para a pesquisa, ensino e extensão: espaços de socialização do conhecimento

Uma das principais características que compõem a atividade científica nas universidades consiste na formação de grupos de pesquisa e redes acadêmicas³¹. Motivado pelo expressivo número de pesquisadores e grupos de pesquisas, só a Fapesp, no período de 1995 a 1998, destinou a maior parte dos seus recursos às universidades estaduais paulistas (SOARES, et al., 2002). Com o objetivo de

30. Dentre os programas instituídos, destacam-se: Pró-Defesa, Nanobiotecnologia, TV Digital e Pró-Engenharias (BRASIL, MEC/CAPES, 2010).

31. No entanto, é importante lembrar que embora possamos sinalizar para uma tendência na formação dos grupos, não se pode ignorar os pesquisadores que não possuem vínculo algum com esse tipo de organização, mas que, igualmente, desenvolvem pesquisas e contribuem significativamente.

estabelecer uma consciência sobre a importância do trabalho em equipe para o desenvolvimento de pesquisa junto à comunidade acadêmica, as agências de fomento têm apoiado sistematicamente a vinculação de pesquisadores a grupos de pesquisa. Os grupos de pesquisa conquistaram expressividade neste processo, na medida em que as agências de fomento dirigiram suas atenções não só aos programas de pós-graduação, mas também entenderam a importância dos grupos junto à prática educacional e científica (ARMELIN, 2001).

A preocupação com essa organização efetivou-se somente no início da década de 1990, (ROBL; MENEGHEL, 2003) período em que o CNPq, entendendo a relevância dos grupos de pesquisa, criou, em 1992, o projeto denominado *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil* (DGPB) e oficializou a atividade no país.

O DGPB é uma fonte de informação sobre a pesquisa realizada no Brasil. Sua base de dados contém diversos tipos de informações: dados sobre os recursos humanos constituintes dos grupos, linhas de pesquisa, especialidades do conhecimento, setores de atividade envolvidos, produções científicas dos participantes e padrões de interação dos grupos com o setor produtivo. Essas informações são atualizadas permanentemente (a cada dois anos) e oferecem um panorama geral das pesquisas realizadas no país. Já foram realizados nove levantamentos: versão 1.0 (1993), versão 2.0 (1995), versão 3.0 (1997), versão 4.X (2000), versão 5.0 (2002, 2004, 2006, 2008 e 2010) (CNPq, 2008).

O DGPB possui dois tipos distintos de base de dados: a *base corrente* e a *base censitária*. Na primeira, são registrados dados diariamente a partir de uma avaliação permanente, em que grupos podem ser incluídos ou excluídos do diretório, conforme a sua atividade; já o segundo tipo fundamenta-se no censo dos grupos de pesquisa, contendo os dados registrados na base corrente, divulgado pelo CNPq, a cada dois anos.

De acordo com o CNPq (2008), a constituição do DGPB está centrada em três objetivos: 1) fonte de dados que disponibiliza informações sobre a atividade científica dos grupos de pesquisa; 2) instrumento digital e interativo que favorece múltiplos aprofundamentos analíticos sobre os grupos cadastrados, permitindo o planejamento, seja para a esfera acadêmica, institucional, empresarial ou político-administrativa; e, por último, 3) resguarda a memória e a história da pesquisa no país:

1) [...] é um eficiente instrumento para o intercâmbio e a troca de informações. Com precisão e rapidez, é capaz de responder quem é quem, onde se encontra, o que está fazendo e o que produziu recentemente; 2) Seja no nível das instituições, seja no das sociedades científicas ou, ainda, no das várias instâncias de organização político-administrativa do país, a base de dados do Diretório é uma fonte inesgotável de informação. Além daquelas informações diretamente disponíveis sobre os grupos, seu caráter censitário convida ao aprofundamento do conhecimento por meio das inúmeras possibilidades de estudos de tipo survey. A construção de amostras permitirá o alcance de respostas sobre campos não cobertos pelos dados, como, por exemplo, o financiamento, a avaliação qualitativa da produção científica e tecnológica, bem como o padrão fino das interações entre grupos de pesquisa e o setor produtivo. Desta forma, é uma poderosa ferramenta para o planejamento e a gestão das atividades de ciência e tecnologia; 3) [...] a base de dados, na medida em que é recorrente (realização de censos bi-anuais), virá a ter cada vez mais um importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil (CNPq, não paginado, 2008).

Para o CNPq, um grupo de pesquisa é definido por se tratar,

[...] de um grupo de pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico que está organizado em torno à execução de linhas de pesquisa segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica. Esse conjunto de pessoas utiliza, em comum, facilidades e instalações físicas (CNPQ, 2008, não paginado).

O CNPq entende que o objetivo dos grupos é fortalecer a pesquisa e integrar o conhecimento. Os docentes devem compor temáticas de estudo abrangentes e articulá-las em projetos específicos a partir da inclusão dos seus orientandos (SILVA, 2010)³².

Silva (2010) ainda destaca a existência de dois projetos que fazem parte das discussões do CNPq: a integração da base de dados entre o CNPq e a Fapesp e a identificação das redes de pesquisa firmadas entre grupos de pesquisa. Uma das expressões das redes é a *Plataforma Lattes*, que têm o objetivo de identificar e analisar as formas de colaboração científica através de um sistema nacional. Um dos projetos relacionados é o *Lattes Redes-GP* cujo intento baseia-se no estudo das

32. Informação verbal concedida pelo professor titular da FCT-UNESP, Erivaldo Antonio da Silva, em 07 de junho de 2010. O professor faz parte da comissão de assessoria da Pró-Reitoria de Pesquisa e da coordenação do PIBIC/PIBITIPIBIC JUNIOR/CNPq/UNESP.

redes formadas pelos pesquisadores que participam de mais de um grupo. Com ele, é possível verificar o grau de colaboração entre os grupos de pesquisa por áreas de conhecimento e/ou instituições.

Os grupos podem estar vinculados a universidades federais, estaduais, municipais e privadas, instituições de educação superior não-universitárias – que possuam pelo menos um curso de pós-graduação reconhecido pela CAPES/MEC – institutos públicos de pesquisa científica, institutos tecnológicos públicos, centros federais de educação tecnológica e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais (CNPq, 2008).

Para o registro dos grupos são coletadas informações preenchidas pelo líder. É necessário que o líder do grupo registre seus dados na *Plataforma Lattes*, aliás, é obrigatório que todos os membros participantes estejam cadastrados na *Plataforma Lattes* (CNPq, 2008).

O Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), criado em 1995 pela Portaria nº 365, do MCT, também conjuga esforços nesta mesma direção, ao enfocar a ação da pesquisa sob a organização e constituição de grupos de pesquisa. Uma comissão de trabalho foi criada entre o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a CAPES, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com o intuito de fomentar uma linha de apoio a “núcleos de excelência”³³. O apoio é condicionado a estes núcleos, considerados grupos de “alta competência”, compostos por pesquisadores e técnicos, sendo que, no mínimo, três pesquisadores devem estar ligados à categoria I do CNPq – ou obter perfil equivalente (CNPq, s.d.).

O Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), por meio do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), além de outras ações, também centralizou suas políticas na ação dos grupos de pesquisa. Os recursos advêm do CNPq, FINEP, Capes, Petrobrás, BNDES, Ministério da Saúde e fundações estaduais de amparo à pesquisa (MCT, 2008).

A organização do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, objeto de reflexões e discussões durante a elaboração do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, deve ter como base: o conjunto de **grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, distribuídos pelo território nacional**; institutos formados por grupos

33. A “execução do programa, anteriormente a cargo da FINEP, foi transferida para o CNPq em 10 de agosto de 2000, com a reestruturação do sistema de C&T coordenado pelo MCT” (CNPq).

de maior experiência e competência científica, predominantemente em universidades públicas federais e estaduais; e institutos de pesquisa científica e/ou tecnológica, não universitários, vinculados ao governo federal ou aos governos estaduais, como também aqueles de caráter privado (MCT, 2008, p. 1, grifo nosso).

O PACTI busca atingir, sobretudo, um nível de “excelência nas atividades em ciência e tecnologia em nível internacional, uma vigorosa integração do sistema de C&T com o sistema empresarial, a melhoria da educação científica, e a participação mais equilibrada das diferentes regiões do país no esforço produtivo com base no conhecimento” (MCT, 2008, p. 1). Dentre os programas que visam alcançar estes objetivos, destacam-se os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

Os INCTs possuem um foco temático bem delimitado, apresentam propostas consideradas complexas e são compostos por pesquisadores de reconhecida competência nacional e internacional em sua área de atuação. Sua organização não deve ser mediada por apenas um grupo de pesquisa, mas por uma rede de grupos de pesquisa:

Cada Instituto deverá ter um tema ou uma área de atuação claramente definidos. Estes devem estar lastreados em um programa bem estruturado de pesquisa científica ou tecnológica que permita avanços científicos substanciais ou desenvolvimento tecnológico inovador, e não apenas em um projeto de pesquisa ou um conjunto de projetos de pesquisa, mesmo que aparentados ou vinculados. Cada Instituto será constituído por uma entidade sede e por uma rede de grupos de pesquisa organizados regional ou nacionalmente. A entidade sede deverá demonstrar que já tem capacidade de alavancar recursos de outras fontes e dispor de espaço (MCT, 2008, p. 2).

A organização do Sistema de Tecnologia, Ciência e Inovação propôs um modelo hierárquico que coloca os grupos de pesquisa como base desse processo (Figura 3).

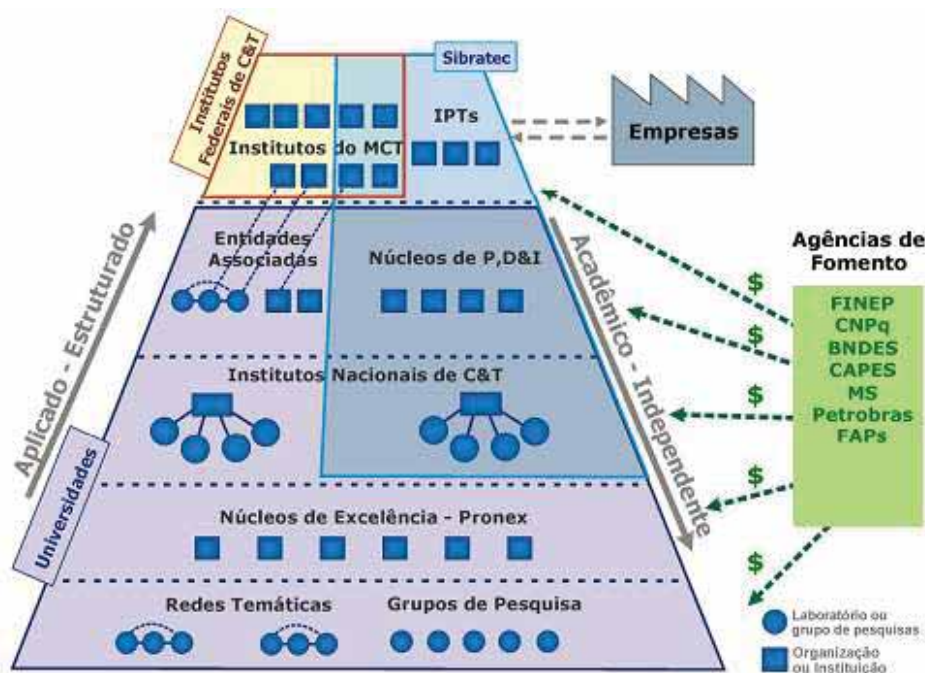


Figura 3: Ilustração de modelo de organização do sistema de C,T&I

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia. Programa Institutos Nacionais de C&T. Documento de orientação aprovado pelo comitê de coordenação, MCT (2008)

A partir desta organização e nucleados por redes temáticas, esses grupos atingiriam progressivamente patamares superiores, estruturados nos Núcleos de Excelência (PRONEX) que, por sua vez, ascenderiam aos chamados Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) e, conseqüentemente, a outros níveis, como os institutos federais de Ciência e Tecnologia do MCT e os Institutos de Pesquisa Tecnológica (IPTs) – ambos articulados Ao setor produtivo. A cada ascensão, mais aplicada é a natureza da pesquisa e mais estruturados se tornam os grupos.

Como visto, as políticas educacionais, científicas e tecnológicas coloca a pesquisa realizada pelos grupos no centro da construção e difusão do conhecimento. A institucionalização dos grupos de pesquisa no Brasil, através do CNPq, com a ampliação e atualização dos mesmos, é uma prática que tem consolidado a pesquisa. Em relatório divulgado pela Capes, a entidade apontou a tendência da formação desses espaços de pesquisa (SOARES, 2002). Esses grupos são responsáveis por grande parte das investigações realizadas na atualidade e também pela formação de inúmeros pesquisadores (MARAFON, 2006;

MIORIN, 2005; FERREIRA, 2011). O último censo divulgado pelo CNPq, em 2010, levantou a existência de 27.523 grupos de pesquisa no Brasil (Gráfico 1).

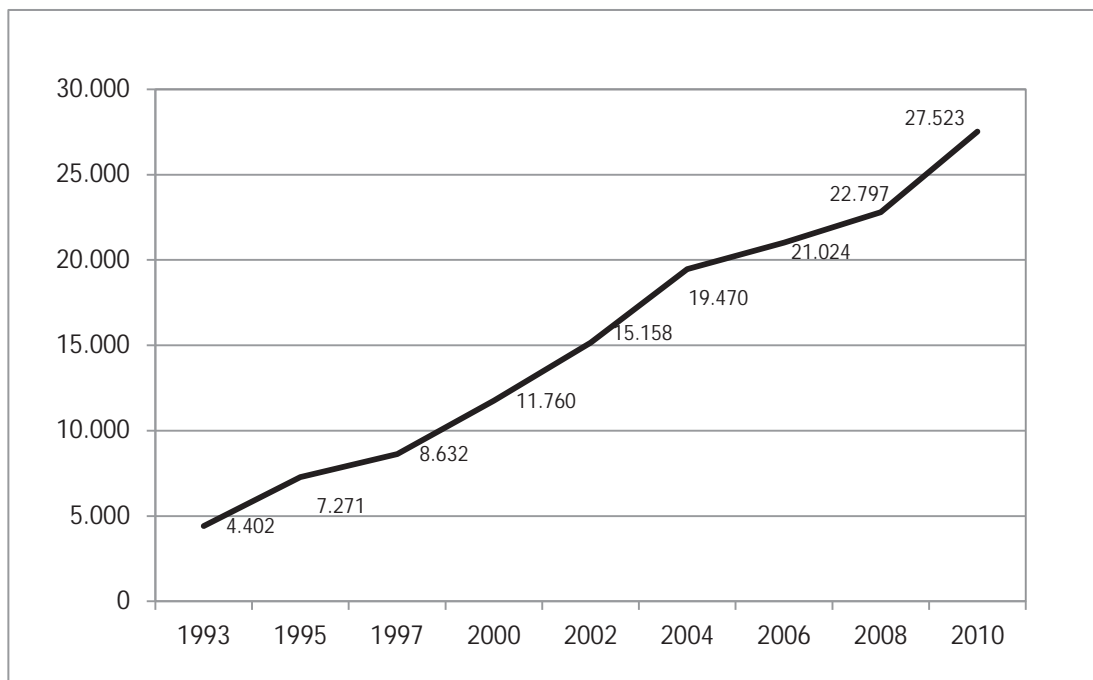


Gráfico 1: Número de grupos de pesquisa - Brasil (1993-2010)

Fonte: *Directorio dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O gráfico acima confirma essa recente condição da atividade científica no país. O DGPB registrou o aumento contínuo dos grupos de pesquisa: 4.402 (1993), 7.271 (1995), 8.632 (1997), 11.760 (2000), 15.158 (2002), 19.470 (2004), 21.024 (2006), 22.797 (2008) e, por fim, 27.523 grupos cadastrados na base até o ano de 2010. Se comparada a série inicial de 1993 com a última, realizada em 2010, verifica-se um aumento significativo dos grupos de pesquisa de mais de 600%.

O gráfico 2 mostra a distribuição dos grupos de pesquisa de acordo com o ano de formação. Ele revela a maior incidência de grupos formados a partir de 1991-1994, período de ascensão até o último período analisado (2007-2010), o que confirma a consolidação dos grupos a partir da década de 1990. A ampliação do número de grupos de pesquisa ocorreu, de fato, nos anos 1990, quando houve o aumento da concorrência. Isso não significa que não havia a formação de grupos de pesquisa antes da criação do DGPB, mas que o movimento mais forte de formação e institucionalização de grupos ocorreu na última década (Gráfico 2).

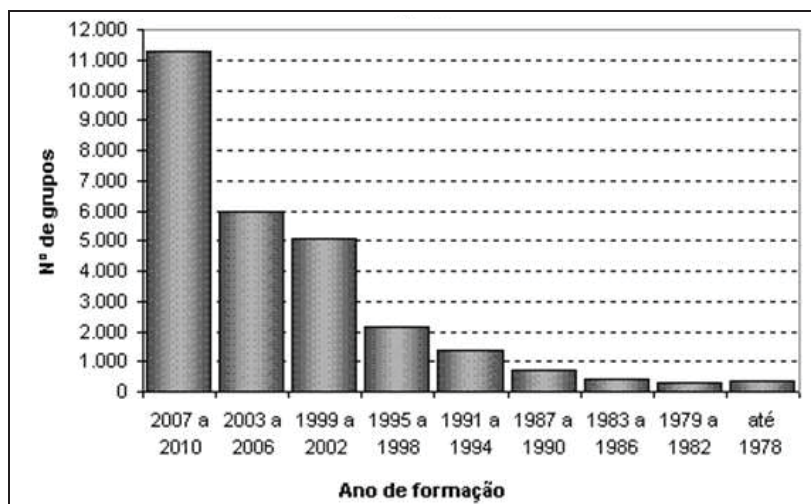


Gráfico 2: Distribuição dos grupos de pesquisa segundo o ano de formação (1978-2010)

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010

Acompanhando a evolução desta mesma série histórica, no que diz respeito à distribuição dos grupos de pesquisa de acordo com as regiões geográficas, segundo o DGPB, a presença de grupos encontra-se ainda concentrada na região Sudeste (46,8% no ano de 2010). Só o estado de São Paulo, em 1993, participou com 68,5% dos grupos de pesquisa do país. Depois da região Sudeste, destacam-se as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente (Tabela 1). O gráfico 3 considera a distribuição geográfica dos grupos, só que agora enfocando as séries iniciais (1993) e finais (2010) do período coletado. O gráfico evidencia a desconcentração dos grupos na região Sudeste e o crescimento para as demais regiões brasileiras.

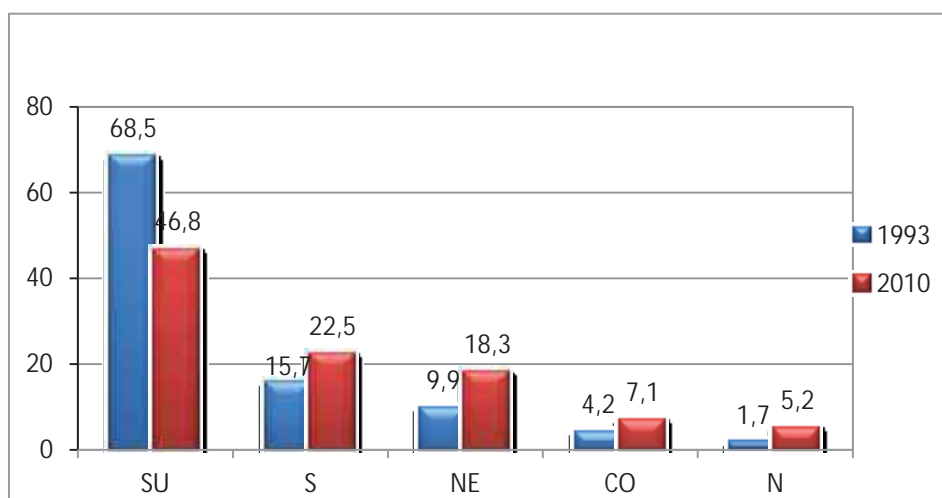


Gráfico 3: Distribuição dos grupos de pesquisa por região geográfica (%) - Brasil - (1993 e 2010)

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010

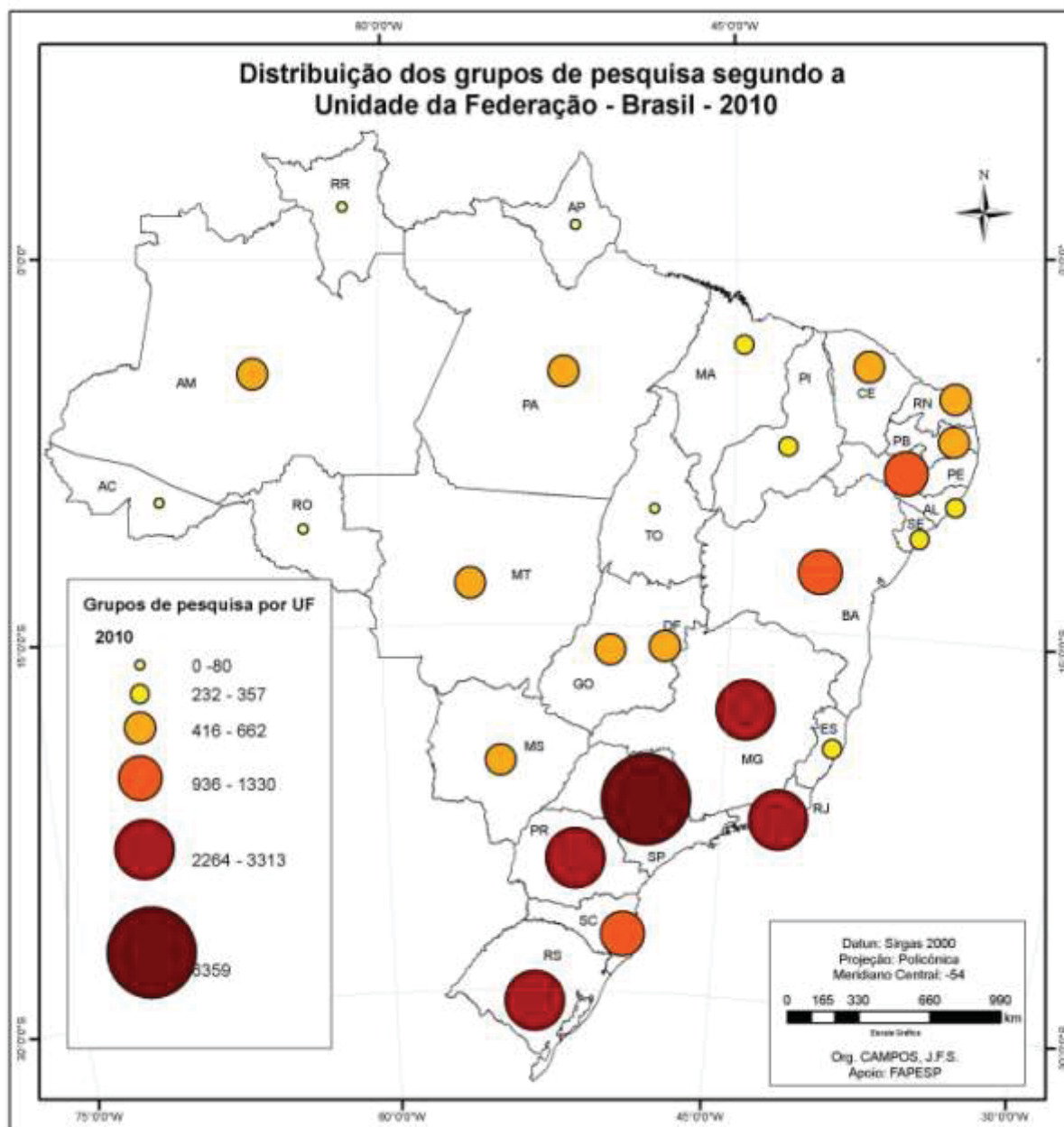
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Tabela 1: Distribuição dos grupos de pesquisa do Brasil – Região geográfica (1993-2010)

Região	1993		1995		1997		2000		2002		2004		2006		2008		2010	
	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%
Sudeste	3.015	68,5	5.031	69,2	5.661	65,6	6.733	57,3	7.855	51,8	10.221	52,5	10.592	50,4	11.120	48,8	12.877	46,8
Sul	693	15,7	1.080	14,9	1.482	17,2	2.317	19,7	3.630	23,9	4.580	23,5	4.955	23,6	5.289	23,2	6.204	22,5
Nordeste	434	9,9	714	9,8	987	11,4	1.720	14,6	2.274	15,0	2.760	14,2	3.269	15,5	3.863	16,9	5.044	18,3
Centro-Oeste	183	4,2	304	4,2	349	4,0	636	5,4	809	5,3	1.139	5,9	1.275	6,1	1.455	6,4	1.965	7,1
Norte	77	1,7	142	2,0	153	1,8	354	3,0	590	3,9	770	4,0	933	4,4	1.070	4,7	1.433	5,2
BRASIL	4.402	100	7.271	100	8.632	100	11.760	100	15.158	100	19.470	100	21.024	100	22.797	100	27.523	100

Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A espacialização dos grupos de pesquisa pode ser melhor visualizada no mapa 1: São Paulo (6.359), seguido do Rio de Janeiro (3.313), Minas Gerais (2.848), Rio Grande do Sul (2.677), Paraná (2.264) e Bahia (1.330). Todas as unidades federativas apresentam grupos de pesquisa, sem exceção.



Mapa 1: Distribuição dos grupos de pesquisa do Brasil segundo a Unidade da Federação – Brasil – 2010

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

No que concerne à Geografia, o DGPB também indicou o crescimento contínuo dos grupos de pesquisa nesta área, registrando apenas 16 grupos em 1993 e saltando para 313 grupos no ano de 2010 (Gráfico 4).

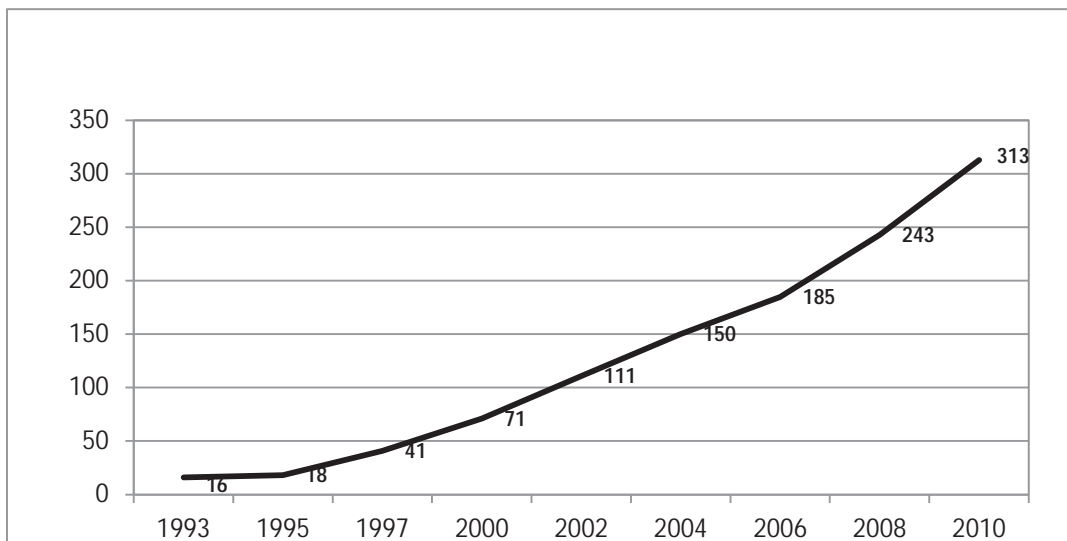


Gráfico 4: Número de grupos de pesquisa no Brasil – Geografia (1993-2010)

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Mesmo investindo apenas 0,9 % do Produto Interno Bruto (PIB) nos setores de ciência e tecnologia, o aumento expressivo do número de pesquisadores e dos grupos de pesquisa é considerado indicativo que ampara o crescimento destes setores no Brasil (SOARES, 2002). Nesse contexto, com o objetivo de estabelecer uma consciência sobre a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento de pesquisa junto à comunidade acadêmica, as agências de fomento, tal como o CNPq, têm apoiado sistematicamente a vinculação de pesquisadores a grupos de pesquisa.

Em todas as grandes áreas do conhecimento houve o crescimento do número dos grupos de pesquisa no país. Se considerado o primeiro e o último ano de coleta do censo, 1993 e 2010, as Humanidades apresentaram crescimento significativo e as Ciências da Vida e as Ciências da Natureza reduziram a sua participação: de 46,4% para 37,3% (1993 e 2010) e de 31,4% para 23,6% (1993 e 2010), respectivamente (Gráfico 5). Mesmo com essa retração, nenhuma das grandes áreas sofreu redução no número de grupos de pesquisa, o que ocorreu foi uma melhor distribuição na participação dos grupos dessas áreas.

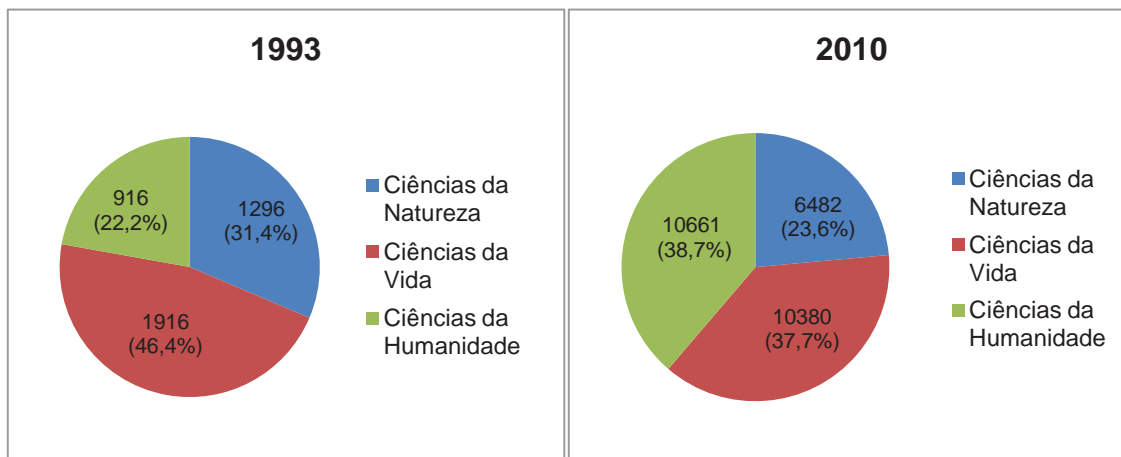


Gráfico 5 : Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a grande área do conhecimento predominante do grupo 1/ – 1993-2010

OBS.: 1/. Em 1993, a grande área corresponde à atuação do primeiro líder do grupo. Além disso, não estão computados 274 grupos de pesquisa sem informação sobre a grande área.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Merece destaque áreas como a Educação, Medicina, Agronomia e Química, contando, respectivamente, com 2.236, 1.437, 1.040 e 1.036 grupos de pesquisas no período de 1993-2010. Se comparados com outras áreas do conhecimento (Ciências Humanas) como História, Filosofia, Letras, Psicologia, Antropologia e Geografia, por exemplo, os grupos de pesquisa também apresentaram um crescimento quase que contínuo no período analisado (Gráfico 6).

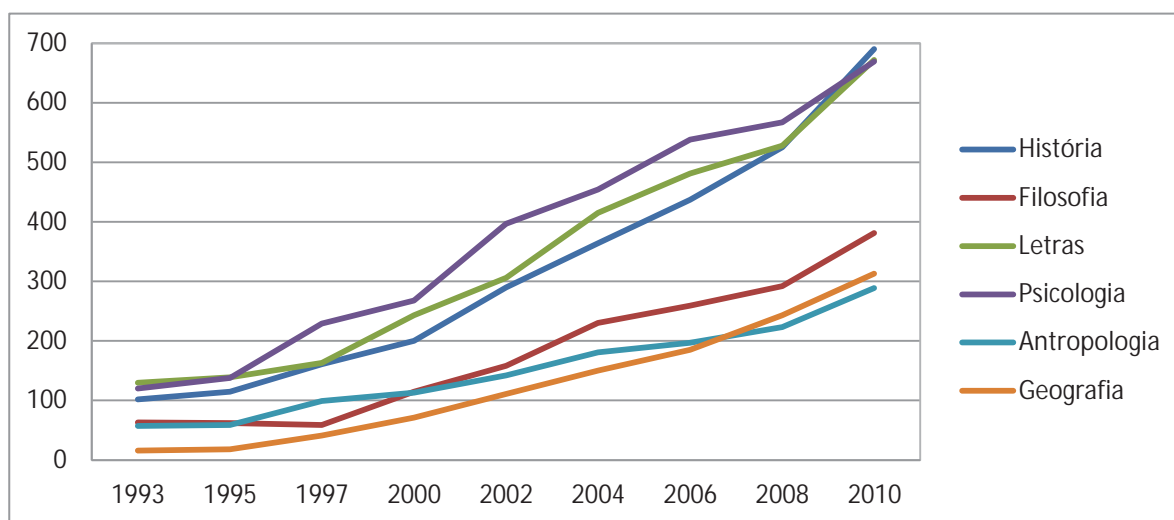


Gráfico 6: Número de grupos de pesquisa – Brasil – Antropologia, Psicologia, Letras, Filosofia, Geografia e História (1993-2010)

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A formação de grupos de pesquisa é um fenômeno que agrega toda a comunidade científica brasileira. Mesmo com diferenças históricas que acompanham a gênese de cada grande área do conhecimento, é possível afirmar que há uma tendência na conformação desse tipo de organização para os próximos anos.

Os grupos de pesquisa possibilitam o diálogo entre a graduação e a pós-graduação, e permitem, aos graduandos, o desenvolvimento de estudos de iniciação científica. Esta inclusão é fenômeno de suma importância, já que, no Brasil, como já discutido, a pesquisa iniciou-se como prática articulada à pós-graduação, ficando a graduação à beira desse processo de construção do conhecimento. Martin (2006) afirma que a formação de grupos de pesquisa, compostos por discentes da graduação, propicia o crescimento da produção científica do país com qualidade, transformando a pesquisa em uma atividade de caráter coletivo:

O triplo desafio de crescer, manter a qualidade e ainda por cima acelerar a produção científica só parece admitir uma resposta: a da transformação da pesquisa num fazer coletivo e não individual. **A iniciação científica comandada por mais de um docente experiente, formando equipes solidárias e coesas frente a um objetivo em comum, pode vir a representar um salto organizacional considerável** (MARTIN, 2006, p. 304, grifo nosso).

Contudo, o quesito da qualidade da pesquisa expressa por Martin (2006) é questionado por muitos estudiosos do ramo da educação, que inferem um outro posicionamento que vai na contramão dessa afirmação. Sobre essa questão, deixaremos para o final deste capítulo, no qual serão tecidas mais considerações.

A participação da graduação nos grupos de pesquisa é significativa e pode ser observada no gráfico 7. O gráfico exhibe a crescente participação dessa categoria atuando junto a grupos de pesquisa no país, no período de 2000 a 2010. No ano de 2010, junto aos estudantes matriculados nos cursos de mestrado e doutorado, são os alunos de graduação, especialização ou de aperfeiçoamento a categoria que mais agrega recursos humanos no interior dos grupos, com mais de 80.000 estudantes.

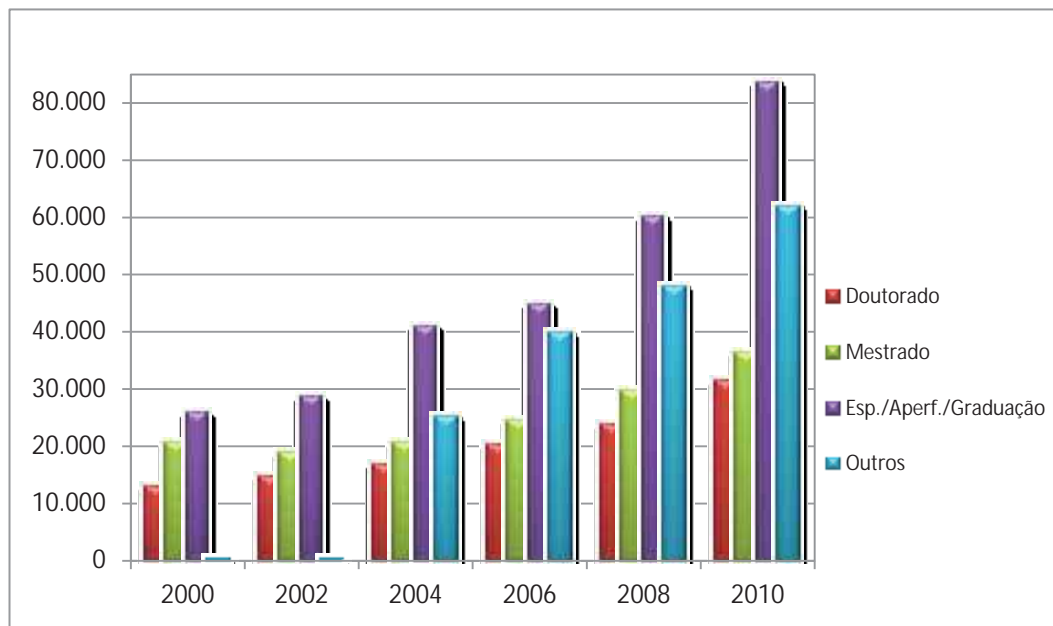


Gráfico 7: Distribuição dos estudantes em grupos de pesquisa – Brasil – Nível de treinamento (2000-2010)

Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010³⁴
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Valentim (2007) chama a atenção para a visão global que os grupos de pesquisa constroem em torno do(s) fenômeno(s) estudado(s), já que cada membro, independente do seu nível acadêmico, colabora de forma particular e criativa no processo de construção do conhecimento. Com isso, docentes, discentes, técnicos e funcionários são sujeitos ativos, pois participam desse processo e são capazes de desenvolver habilidades:

Para o docente/pesquisador este compartilhamento proporciona um eterno repensar do objeto de pesquisa, bem como provoca a atualização contínua dos seus conteúdos programáticos ministrados em sala de aula. Da mesma forma, para o profissional (egresso ou não) este compartilhamento proporciona a reflexão sobre o fazer na realidade vivenciada. Para o aluno este compartilhamento é vital, pois é por meio dele que o aluno aprende a questionar e a refletir, dando-lhe maturidade para o desenvolvimento da pesquisa científica. Além disso, a formação do aluno que tem contato com grupos de pesquisa, conseqüentemente, com um projeto de pesquisa é mais bem qualificada, preparando-o para atuar como profissional mais consciente, mais crítico ou preparando-o para seguir a formação no nível *stricto sensu* (VALENTIM, 2007, p. 7).

34. A categoria de dados "Outros" refere-se à informação de estudantes que não declararam o nível acadêmico. Nota-se que nos anos de 2000 e 2002 existe uma diferença expressiva quanto aos demais anos de coleta. Isso porque, até o ano de 2002, as informações eram coletadas apenas no registro dos grupos de pesquisa, passando, em 2003, a ser coletada, também, na *Plataforma Lattes*, por meio dos currículos lattes dos seus respectivos membros (CNPq, 2008).

Ao contrário da pesquisa individual, a produção do conhecimento em grupos de pesquisa possibilita a realização de investigações mais amplas e complexas que qualifica o processo reflexivo. A articulação entre os pesquisadores dos mais diversos níveis acadêmicos e a manutenção do diálogo torna-se condição importante para a construção do conhecimento.

Os grupos de pesquisa viabilizam o compartilhamento do conhecimento e redimensionam a atividade científica (VALENTIM, 2007). Ao integrar seus membros, é produzido um processo sinérgico que agrega pesquisadores por meio de linha(s) de pesquisa(s) que representam “[...] temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si” (CNPq, 2008). A partir de linhas de pesquisa genéricas e abrangentes, os projetos de pesquisa são concebidos e desenvolvidos pelos membros participantes, favorecendo, assim, a reflexão e o questionamento em torno de determinado(s) objeto(s).

Além de apreender esse caráter aglutinador, ao proporcionar maiores possibilidades de diálogo e interação entre pesquisadores dos mais diferentes estágios de formação, os grupos de pesquisa possuem papel importante na integração do ensino, pesquisa e extensão. Eles são propulsores dessa indissociabilidade, participando ativamente dos diferentes momentos, atuando tanto no processo de formação (ensino) como na extensão (VALENTIM, 2007).

A prática da pesquisa deve estar cada vez mais pautada no sistema educacional, pois ela potencializa a inovação via questionamentos permanentes. “Mais que a obtenção de resultados inovadores, trata-se de estabelecer o processo de inovação permanente pela via do questionamento sistemático, crítico e criativo, com vistas a uma forma tanto mais competente de intervenção” (DEMO, 1996, p. 15). Por essência, a atividade científica deve constituir-se no questionamento rigoroso e sistemático. Sem esse elemento não há ciência. A discutibilidade é o critério principal da cientificidade. “[...] *Somente pode ser científico o que for discutível*. A ciência tem o compromisso ineludível de ser crítica e criativa.” [...] “*O diálogo crítico irrestrito torna-se, assim, o caminho da ciência*” (DEMO, 1996, pp. 21-22, grifos do autor).

Todavia, o desenvolvimento da pesquisa definida como um processo científico, educativo, transformador e questionador, é um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro. Ele necessita ser estendido para além da sala de

aula, com a inserção de locais específicos de pesquisa, incluindo “[...] projetos abundantes e vanguardistas de pesquisa, locais de trabalho individual e coletivo, bibliotecas e videotecas soberbas e atualizadas, laboratórios de toda a sorte, campos de experimentação, e assim por diante” (DEMO, 1996, p. 33-35). A construção do conhecimento deve ultrapassar o *locus* da sala de aula e precisa preocupar-se com a sua socialização, seja via grupos, laboratórios, bibliotecas, intercâmbios e/ou congressos.

Indo ao encontro dessa mesma perspectiva, Schwartzman (1981) considera que a essência do espaço acadêmico está na confrontação de ideias e na liberdade do pensar. Para isso, o autor sugere que “a maneira mais adequada de impedir o *esclerosamento* do mundo acadêmico é estimular a criação de uma pluralidade de instituições, revistas, grupos, de tal maneira que ninguém tenha o monopólio de uma área e tenha chance de exercê-lo de forma repressora” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 131).

Outro fator característico da atividade científica reside na sua dimensão política, isto é, na sua possibilidade de atuar como instrumento de intervenção junto à realidade (DEMO, 1996). Neste sentido, os grupos de pesquisa traduzem-se como alternativa, constituindo-se em espaços acadêmicos interativos para a organização da atividade científica, na busca da construção do conhecimento via ensino, pesquisa e extensão.

Mesmo sabendo da importância que esta categoria ganhou no Brasil, busca-se, nas próximas linhas, evidenciar o contexto, as implicações e as problemáticas que envolvem esse tipo de organização do trabalho acadêmico. Na tentativa de adequar-se às demandas apresentadas pelo processo de reestruturação produtiva e pela política neoliberal, a década de 1990 marca uma nova realidade. Este processo teve rebatimentos em inúmeros setores, estendendo-se às políticas educacionais e ligadas à ciência e tecnologia, reorganizando o ensino básico e superior. Como os grupos de pesquisas fazem parte de um projeto que articula pesquisa, ensino e extensão, eles também devem ser interpretados diante desse contexto mais amplo e que faz parte do processo de reestruturação produtiva e do rearranjo neoliberal.

3.4 Os grupos de pesquisa sobre o crivo da reestruturação produtiva e do neoliberalismo

Antes de debater o processo de reestruturação produtiva com a institucionalização dos grupos de pesquisa, uma ressalva merece ser feita. A intenção é descrever uma *tendência* importante da prática científica que se consolida no Brasil, analisando-a nos termos mais gerais como fenômeno que contextualiza a formação dos grupos de pesquisa. Portanto, o processo de reestruturação produtiva não se coloca como explicação única e nem definitiva dentre as mais variadas explicações que a institucionalização dos grupos de pesquisa possa conter. Essa reflexão consiste num argumento que poderá ser analisado qualitativamente em pesquisas futuras.

A institucionalização de grupos e redes de pesquisa em decorrência do processo de reestruturação produtiva que perpassou por inúmeros segmentos, inclusive o da educação, ciência e tecnologia, não representa uma explicação geral sobre a consolidação de grupos de pesquisa. Não se descarta que outros fenômenos são relacionados para o aumento do número dos grupos de pesquisa, mas fica evidente que a relação entre a institucionalização dos grupos e o processo de reestruturação produtiva seja mais um aspecto para que se possa compreender a consolidação e expansão das práticas científicas no país.

Outra ressalva que merece ser feita é a diferenciação entre formação e institucionalização dos grupos de pesquisa. Sabe-se que os grupos de estudos e pesquisa, em sua maior parte, não nasceram da sua condição formal, mas de indivíduos interessados na produção do conhecimento que, de acordo com suas afinidades temáticas e/ou teórico-metodológicas, compartilham pensamentos e os materializam em pesquisas e estudos. A partir da década de 1990, sob o crivo do processo de reestruturação produtiva, novos sentidos foram atribuídos aos grupos, que passaram a incorporar as demandas do setor produtivo, oficializando-os e institucionalizando-os.

A década de 1970 é marcada pelo colapso estrutural do capitalismo. O processo de reestruturação capitalista dá prosseguimento e atinge todos os âmbitos sociais. É justamente neste momento, no interior da III Revolução Industrial, que surge a reestruturação produtiva que, sob os ditames da mundialização do capital, influenciou diretamente o mundo do trabalho.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista renova-se e, assim, novos elementos são inseridos, reestruturando-o permanentemente. O século XX é marcado pelo padrão fordista-taylorista, ideologia disseminada pelo modo de produção capitalista desse final de século, configurando-se em “modelos produtivos” (ALVES, 2007). A crise desse modelo revelou a fragilidade e as contradições intrínsecas do capitalismo, sobretudo em virtude da rigidez frente ao mercado e dos compromissos selados pelo Estado (HARVEY, 1992).

Acompanhando esse caráter revigorativo, com a crise do fordismo em meados da década de 1980, o capitalismo, mais uma vez, adentrou este início de século renovando-se, legitimado agora pelo modelo toyotista de produção (ALVES, 2007). Com ímpeto, na década de 1990, este modelo embasou-se nas dinâmicas de flexibilização, difusão e fluidez. Além de transformações na base técnica, tal modelo edificou uma nova estrutura de concorrência com os mercados restritos (ALVES, 2007).

O modelo toyotista está imbricado das formas pretéritas do padrão fordista-taylorista, funcionando como um “[...] dispositivo organizacional e ideológico cuja ‘intentio recta’ é buscar debilitar (e anular) ou ‘negar’, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital” (ALVES, 2007 p. 161). Assim, “o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma ‘ruptura’ no interior de uma continuidade plena” (ALVES, 2007 p. 163). Ambos compartilham a mesma lógica, contudo, o toyotismo amplia seus domínios e visa controlar o elemento subjetivo da produção capitalista que subordina o trabalho ao capital.

Tal como o padrão fordista-taylorista, o toyotismo dá continuidade à acumulação do capital através do aumento da produtividade do trabalho e do processo de racionalização. A partir de preceitos neoliberais, iniciou-se uma profunda reformulação da economia global, cujas características alinharam-se, principalmente, à diminuição progressiva da intervenção estatal na economia, à privatização de empresas públicas e estatais, à redução dos investimentos em políticas sociais e à flexibilização das relações de trabalho. A ideologia neoliberal complementa o processo de reestruturação produtiva do capital e dita:

[...] o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois, nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (ANTUNES, 2001, p. 40).

Como doutrina político-econômica que procurou associar a ideologia liberal clássica às condições do capitalismo contemporâneo, o modelo neoliberal está associado a um novo regime de acumulação calcado nos princípios da acumulação flexível. Diferentemente do padrão fordista-taylorista, cuja característica principal está na rigidez, a acumulação flexível, como o próprio nome remete, tem a flexibilidade como principal aliada (HARVEY, 1992). “É o regime de acumulação flexível que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo ‘momento predominante’ passou a ser o toyotismo” (ALVES, 2007, p. 181).

Enquanto o padrão fordista-taylorista se caracteriza pela integração mecânica da produção, o modelo toyotista busca a integração orgânica do coletivo de trabalho e, portanto, visa um novo perfil de trabalhador.

O toyotismo reconstitui, sob novas condições sócio-técnicas (e culturais), o trabalhador coletivo como força produtiva do capital. A constituição das equipes de trabalho e a empresa em rede são manifestações concretas deste novo trabalhador coletivo. Exige-se, deste modo, cada vez mais, habilidades comunicacionais necessárias para a consecução das redes informacionais que constituem as equipes de trabalho e o trabalho em rede. A vigência do trabalho imaterial explicita tão somente o novo trabalhador coletivo sob o espírito da “integração orgânica” do toyotismo [...] (ALVES, 2007, p. 187).

Esse novo perfil de trabalhador tem na integração orgânica a fragmentação sistêmica da classe dos trabalhadores assalariados (ALVES, 2007). O toyotismo captura a subjetividade do trabalhador, intensificando a manipulação social de acordo com os valores de mercado e com a ocultação das contradições e tensões sociais. O trabalho coletivo, a integração via equipes e a conformação de redes de trabalho são manifestações dessa fragmentação sistêmica, que se estende ao mundo do trabalho e atinge, também, outras esferas, como a educação, ciência e tecnologia.

As atuais exigências do capitalismo e do atual contexto da reestruturação produtiva são universais, transcendem o plano conjuntural, adentram o estrutural e envolvem todas as esferas globais (MÉSZÁROS, 2002). Mais do que reproduzir-se

nas grandes empresas, essa estratégia também impactou na educação. O esgotamento do padrão fordista-taylorista e a passagem e ascensão do toyotismo reestruturou o processo produtivo por meio do investimento na ciência e na tecnologia, bem como em inovadores modos na organização e gestão do trabalho. A lei do Estado Mínimo e a derrubada das barreiras protecionistas regimentam a nova ideologia. Para tanto, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), defendem esses interesses, sugerindo reformas em todas as estâncias globais, inclusive a educacional, cujos princípios norteadores são a flexibilização, a desregulamentação da economia e a privatização (GOERGEN, 2010).

Essa concepção da educação baseou-se no molde taylorista-fordista e teve ascensão na década de 1950, período que a planificação econômica transformou o ensino (SAVIANI, 2002). A educação, que hipoteticamente poderia universalizar uma escola unitária e desenvolver o potencial dos seres humanos, colocou-se na contramão dessa perspectiva. A educação foi apropriada como valor econômico e encarada como bem de produção, ligada intimamente a uma produção material, como teoria do capital humano (SAVIANI, 2002). Em 1980, buscou-se flexibilizar e diversificar a organização escolar, na qual o papel do Estado foi secundarizado, transferindo suas ações para a esfera privada:

[...] prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio da racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. Para esse fim, o Estado, agindo em consonância com os interesses dominantes, transfere responsabilidades, sobretudo no que se refere ao financiamento dos serviços educativos (SAVIANI, 2002, p. 23).

No Brasil, a ideologia neoliberal e o processo de reestruturação produtiva também ganharam força na década de 1990, mais precisamente no Governo Collor. Na tentativa de adequar-se às demandas apresentadas pelo mundo do trabalho e diante do contexto das mudanças globais, essa década marca uma nova realidade, em que a educação é mergulhada num conjunto de profundas transformações. Coube ao sistema de ensino superior atender à demanda com a formação de força de trabalho qualificada, cuja fragmentação sistêmica impõe-se (ANDRADE, 2002). A educação é transformada em prestadora de serviços, passa a ser regulada pelo

mercado e a funcionar à sua semelhança. Perde-se a conotação de ideologia libertadora que promove a consciência crítica e a formação intelectual do indivíduo e, às universidades, cabem formar cidadãos para uma sociedade competitiva e flexível e que atenda às demandas do mundo do trabalho, da racionalidade e da produtividade (GENTILI; ALENCAR, 2001).

As políticas públicas educacionais brasileiras sintetizam os ideais da Organização das Nações Unidas (ONU) para a América Latina, através de uma educação baseada na transformação produtiva equitativa (ANDRADE, 2002). Estas políticas têm buscado, essencialmente, meios alternativos para satisfazer as novas exigências dos mercados nacional e internacional e que são apresentadas como demandas pelo setor empresarial.

A necessidade de “novos trabalhadores”, estabelecida por essa demanda empresarial, possui uma profunda relação com a educação (ANDRADE, 2002). Na busca de sujeitos produtivos, o mundo da produção apresenta-se na formação educacional:

A exemplo do acontecido, quando da implantação dos princípios tayloristas-fordistas no universo da produção industrial de massa, o movimento de inovação tecnológica contemporâneo tem colocado a necessidade da formação de um tipo de trabalhador adequado à nova dinâmica assumida pelo processo de trabalho e de produção que lhe é característico, sendo que também o setor industrial brasileiro vem sendo, nos últimos anos em particular, atravessado por tais transformações e demandas. [...] o Estado brasileiro encetará uma série de iniciativas referentes ao campo da formação dos futuros componentes individuais da força de trabalho adequada às novas formas de realização da atividade produtiva, as quais encontram-se hoje em expansão em nosso país (ANDRADE, 2002, p. 7).

A estreita relação com o Ministério do Trabalho (MTB) fez com que as políticas educacionais se dirigissem para a formação de uma nova força de trabalho. Andrade (2002) destaca o conteúdo do documento intitulado “Questões críticas da educação brasileira” (1995) que, no bojo do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), deixou mais clara a intencionalidade e o direcionamento das políticas educacionais elaboradas pelo Ministério da Educação na gestão de Paulo Renato Souza. Esse processo reformulou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Básico e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Profissional (PROEP) e estabeleceu novos mecanismos de avaliação, com o Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) (ANDRADE, 2002).

Como já foi debatido, é também na década de 1990 que se percebe uma preocupação mais efetiva com a organização formal da pesquisa e cria-se, no Brasil, o DGPB. Não obstante, como parte da esfera que abrange tanto o ensino como a pesquisa – além da extensão –, os grupos de pesquisa também estão envolvidos na dinâmica trama engendrada pelo processo de reestruturação produtiva e pela ideologia neoliberal. Sob os ditames do modelo toyotista, a concepção dos grupos de pesquisa proposta pelo CNPq está baseada na integração orgânica do coletivo de trabalho que, embora não se trate essencialmente da classe assalariada, reflete a dimensão do mundo do trabalho. Estamos nos referindo à institucionalização dos grupos de pesquisa, continuamente envolvidos no DGPB, que passaram a compor uma estrutura rígida e organizativa de equipes de trabalho e que está interligada via redes. Somadas a isso, uma condição produtivista do trabalho acadêmico e a articulação com o setor empresarial e produtivo manifestam-se na concepção de grupo de pesquisa do DGPB.

No Brasil e no mundo, a universidade passa a ser tratada como uma instituição operacional e como organização (CHAUÍ, 2001). As decisões relativas à docência, pesquisa e financiamento são transferidas à diretoria das universidades, e a funcionalidade e a racionalidade são atributos que as regem. Segundo Cardoso (2002), essa transformação tem origem no sistema avaliativo quantitativo imposto a todos os níveis acadêmicos, da graduação à pós-graduação, no qual as universidades são tratadas como empresas. Na graduação, esse padrão empresarial teve rebatimentos na maior funcionalidade das disciplinas oferecidas e na especialização dos cursos. Na pós-graduação, a diminuição do tempo de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado e o aumento da produtividade são alguns dos reflexos deste novo padrão (CARDOSO, 2002).

A universidade é transformada em organização, marcada pelo conhecimento técnico e pela atuação técnica (CARDOSO, 2002). A concepção de trabalho intelectual também sofreu profundas transformações, sobretudo nas Ciências Humanas:

A ideia de avaliação, da produtividade da pesquisa, da produtividade do próprio trabalho, do número de artigos que você tem de escrever para que sua avaliação seja positiva em tal ou qual agência, também tem levado a uma modificação da própria concepção do trabalho

intelectual. O trabalho tem de ser mais ágil, direcionado, mais rápido, ele não pode ser lento ou demorado. E isso tem acarretado uma contradição terrível com formas de trabalho intelectual na área de humanidades que demandam um longo tempo (CARDOSO, 2002, p. 188).

Essas modificações repercutiram nas formas de organização do trabalho de pesquisa, onde os grupos de pesquisa passaram a ser prioridade:

Eu diria que significou também uma mudança da forma de organização do trabalho de pesquisa. Quem hoje não está associado ou não é líder de um grupo de pesquisa também aparece como um bicho meio estranho no interior da comunidade científica. Hoje, **as agências priorizam as a ideia de formação de líderes de pesquisa** e os financiamentos para grupos temáticos (CARDOSO, 2002, p. 188, grifo nosso).

Dentre os objetivos do CNPq na constituição do DGPB, a avaliação com o setor produtivo e empresarial é uma das orientações para a prática científica brasileira. O DGPB funciona como uma base de dados que desempenha um papel estratégico, pois revela as condições da atividade científico-tecnológica brasileira e atua como um agente intermediador com o setor corporativo e empresarial. O gráfico 8 mostra a natureza jurídica das empresas, em que as entidades empresariais assumem mais de 72% de participação (3.606) junto aos grupos de pesquisa.

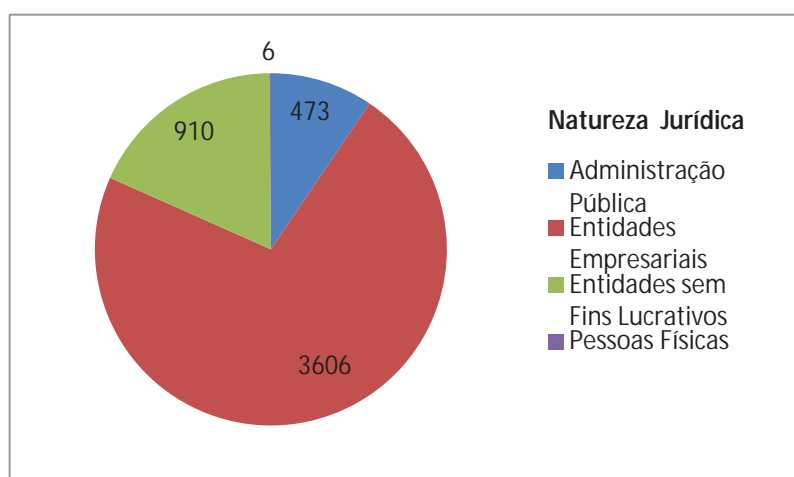


Gráfico 8 : Número de empresas ^{1/} mencionadas pelos grupos segundo a natureza jurídica - 2010

1/. Empresas são entes que possuem no mínimo um registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Foi considerado o subcnpj (ou matriz) das empresas para as classificações.

Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A tabela 2 demonstra, por área do conhecimento, o relacionamento dos grupos de pesquisa com o setor empresarial no ano de 2010.

Tabela 2: Número de grupos que relataram pelo menos um relacionamento com empresas^{1/}, segundo a grande área do conhecimento predominante do grupo^{2/} – 2010

Grande área predominante do grupo	Nº de grupos que relataram relacionamentos (a)	Total de grupos na grande área (b)	a/b x 100
Engenharias	1.068	3.548	30,1
Ciências Agrárias	707	2.699	26,2
Ciências Exatas e da Terra	343	2.934	11,7
Ciências Biológicas	352	3.108	11,3
Ciências Sociais Aplicadas	328	3.438	9,5
Ciências da Saúde	430	4.573	9,4
Ciências Humanas	235	5.387	4,4
Linguística, Letras e Artes	43	1.836	2,3
TOTAL	3.506	27.523	12,7

1/ Empresas são entes que possuem no mínimo um registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.2/ Cada grupo possui apenas uma grande área do conhecimento predominante nas suas atividades.

Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

No ano de 2010, dos 27.523 grupos de pesquisa brasileiros, 3.506 possuíam algum tipo de relação com empresas, ou seja, mais de 12% dos grupos cadastrados no DGPB. Dentre as três principais empresas, a Embrapa, a Petrobras e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) aparecem na liderança como as mais mencionadas. Destacam-se as Engenharias e Ciências Agrárias, com 30,1% e 26,2%, respectivamente. No tocante às Ciências Humanas, a área coloca-se de maneira tímida e ocupa o penúltimo lugar – apenas 4,4% dos grupos estreitam relações com o setor produtivo. No que tange à Geografia, dos 313 grupos, apenas 24 estiveram ligados, ou seja, menos de 8% dos grupos. Como as demais, coube às Ciências Humanas adequar-se a esta política, universalizando a estrutura na qual a ciência deve estar alinhada.

Quanto ao tipo de relacionamento entre grupos e empresas, o DGPB mostrou as inúmeras formas de apropriação do conhecimento produzido pelas empresas. Dos diversos tipos de relações predominantes, a pesquisa científica de uso imediato dos resultados pelas empresas ocupa a primeira posição, com 2.009 grupos, seguida da pesquisa científica sem uso imediato dos resultados pelas empresas, com 1.319 e a transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para as empresas parceiras, em terceiro lugar, com 1.037 grupos envolvidos (Tabela 3).

Tabela 3: Frequência de tipos predominantes de relacionamento entre grupos e empresas 1/, conforme relatado pelos grupos – 2010

Tipo de relacionamento	Número de grupos 2/	Nº de empresas mencionadas 3/
Pesq. científica s/ considerações de uso imediato dos resultados	1.319	1.450
Pesq. científica c/ considerações de uso imediato dos resultados	2.009	2.652
Atividades de engenharia não-rotineira inclusive o desenv. de protótipo, cabeça de série ou planta-piloto para o parceiro	259	378
Atividades de engenharia não-rotineira inclusive o desenv./ fabricação de equipamentos para o grupo	133	169
Desenv. de software não-rotineiro para o grupo pelo parceiro	120	132
Desenv. de software para o parceiro pelo grupo	193	237
Transf. de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro	1.037	1.483
Transf. de tecnologia desenvolvida pelo parceiro para o grupo	260	296
Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores	603	865
Fornecimento, pelo parceiro, de insumos materiais para as atividades de pesq. do grupo sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo	699	900
Fornecimento, pelo grupo, de insumos materiais para as atividades do parceiro sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo	83	89
Treinamento de pessoal do parceiro pelo grupo, incluindo cursos e treinamento "em serviço"	522	715
Treinamento de pessoal do grupo pelo parceiro, incluindo cursos e treinamento "em serviço"	235	261
Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores	568	830
Não informado	14	17
Total	8.054	10.474

1/ Empresas são antes que possuem no mínimo um registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica 2/ Foi permitido ao grupo informar até três tipos de relacionamento para cada empresa mencionada. Por isso, há dupla contagem de grupos no total, pois o mesmo grupo pode estar computado em até 3 tipos de relacionamento. 3/ Há dupla contagem, pois uma mesma empresa, mencionada por mais de um grupo, foi contada tantas vezes quantas foi mencionada, para cada tipo de relacionamento.

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Esta integração do conhecimento ao setor produtivo demonstra uma nova lógica que busca formar uma força de trabalho que se integre, desde a graduação, aos moldes, padrões e competências exigidas pelo mercado. Fica evidente que os grupos de pesquisa também estão conectados a um projeto político nacional e internacional, em que o conhecimento é transformado e potencializado para o trabalho e ao setor produtivo. Segundo Thomaz Jr.:

Nem a ciência, nem o trabalho científico escapam do estranhamento típico da sociedade do capital, das formas de pensamento que edificam estruturas discursivas e proposituras afinadas às formas de pensamento que dão sustentação à ordem fragmentária dos seus postulados e do seu sociometabolismo (THOMAZ JR., 2009, p. 91).

A produtividade acadêmica é outra condição que o DGPB revela. A expansão dos grupos de pesquisa também é acompanhada pela ampliação da produção científica no Brasil. Nos censos realizados pelo DGPB, constata-se um grande salto na produção científica brasileira. Foram considerados pesquisadores, estudantes e pesquisadores doutores cuja produção bibliográfica indicou os artigos completos publicados em periódicos especializados (circulação nacional e internacional), trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros ou capítulos de livro publicados e resumos de trabalhos publicados (periódicos especializados e anais de eventos) no período compreendido entre 2000 e 2010. A exceção desse crescimento foram os resumos de trabalhos publicados, que sofreu aumento até o ano de 2006 e posteriormente declinou. Esse decréscimo pode ser um forte indicador de que os pesquisadores estão se dedicando a publicar trabalhos completos (Gráfico 9).

O número de artigos publicados por pesquisadores residentes no país em periódicos internacionais indexados pelo Institute for Scientific Information (ISI) é um indicador utilizado mundialmente para estimar a capacidade de produção científica dos países. O gráfico 10 apresenta essa evolução progressiva no aumento junto a periódicos internacionais nos censos de 1993, 1995, 1997, 2000, 2002 e 2004, com 4.416, 5.432, 6.662, 9.591, 11.361 e 13.328 artigos publicados em periódicos internacionais, respectivamente.

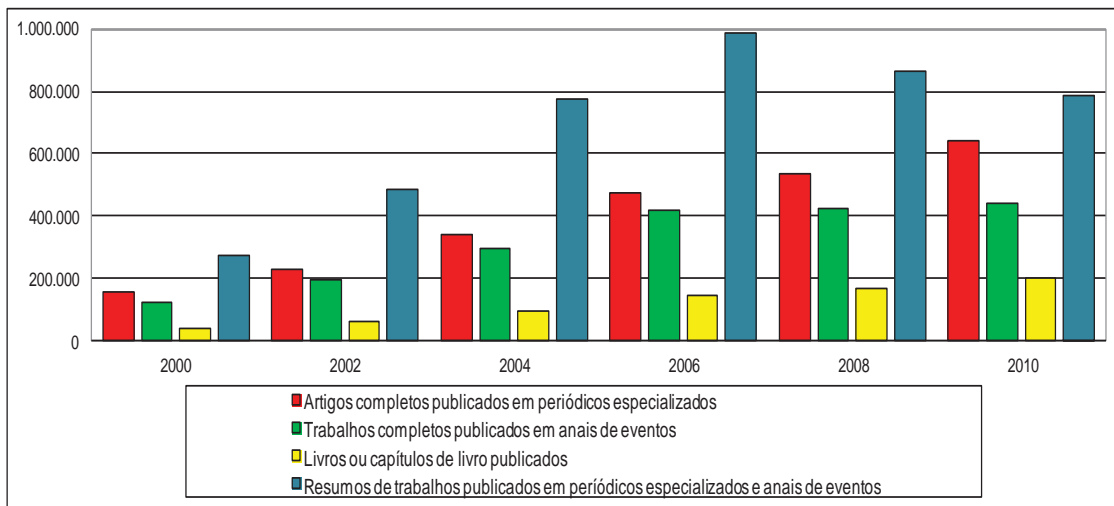


Gráfico 9: Produção bibliográfica – Brasil (2000-2010)
 Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

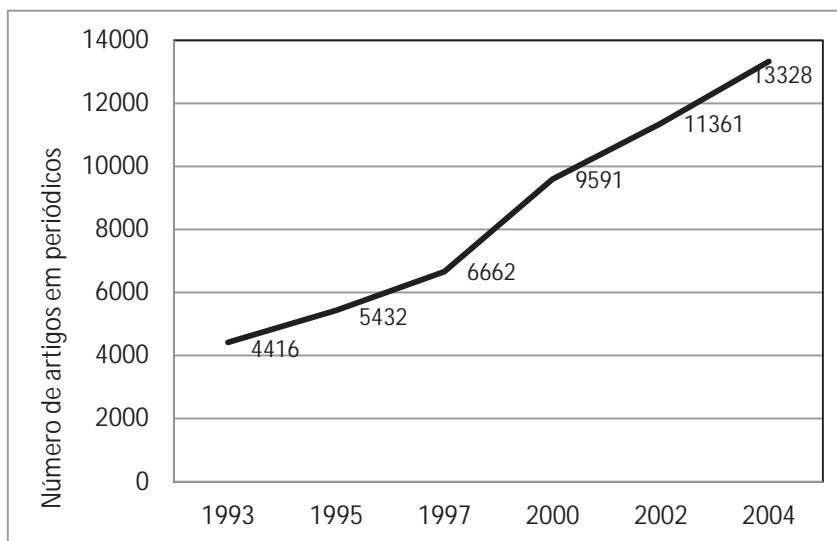


Gráfico 10: Número de artigos de pesquisadores residentes no país em periódicos internacionais indicado pelo ISI (Censo 1993-2004)
 Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)*, 2010
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A expansão da formação de grupos e redes de pesquisa também está vinculada ao fenômeno de ampliação da disputa e da concorrência acadêmica e da aliança de pesquisadores (MOCELIN, 2009). A organização em grupos de pesquisa e a constituição de alianças entre os pesquisadores são mecanismos que efetivam a participação na distribuição de recursos, seja de capital financeiro ou simbólico, como no debate do conhecimento produzido:

Quanto maior o número de pesquisadores, mais aumenta a concorrência entre eles e maior é o número de alianças entre pesquisadores afim de superar a condição da concorrência. Assim, esse processo estaria tanto forjando novas condições de atuação e organização, normas e valores na “comunidade científica”, como contribuindo para a circulação e o debate do conhecimento científico e para a expansão da produção científica brasileira em termos de bibliografia, de linhas de pesquisa e de internacionalização (MOCELIN, 2009, p. 37).

A formação de grupos de pesquisa faz parte de políticas estratégicas que configuram o desenvolvimento da ciência no Brasil para superar crises e dificuldades e na busca de novas oportunidades. O crescimento do número de pesquisadores não acompanhou os recursos disponíveis para a pesquisa, fazendo do grupo um novo tipo de aliança científica, um indicador de luta e reação da comunidade científica perante esse quadro de concorrência (MOCELIN, 2009):

Nesse sentido, as alianças em torno de grupos de pesquisa poderiam caracterizar uma forma de reação dos pesquisadores frente à redução dos recursos para a pesquisa, uma vez que esta poderia fortalecer a capacidade de obtenção de recursos. De fato, não é incomum observar que os pesquisadores vêm se reunindo, de alguma forma, para a proposição de projetos de pesquisa às agências de fomento, mesmo aqueles pesquisadores de reconhecido mérito (MOCELIN, 2009, p. 41).

Nessa disputa entre os pesquisadores, a produtividade é um fator fundamental (MOCELIN, 2009). Como já discutido, a Avaliação Trienal 2007 da Capes também utiliza o critério da produtividade acadêmica para avaliar e atribuir notas aos programas de pós-graduação. Este padrão, pautado na produtividade, tem sido duramente criticado por inúmeros estudiosos. Tal avaliação baseia-se num teor quantitativo, em que o mérito dos programas não é mais mensurado pela capacidade de formar bons profissionais, mas pelo volume das publicações. De acordo com Severino:

O modelo de avaliação pauta-se mais nos produtos do que nos processos da pós-graduação, ou seja, não é capaz de identificar expressão de qualidade na vida acadêmica e científica de um Programa, a não ser mediante um balanço positivo de resultados imediatamente palpáveis, como se um Programa que não tiver, a todo tempo, um acervo de produtos para apresentar necessariamente não fosse um programa qualificado, sério e competente. Daí a pressão que o processo avaliativo faz para que todos os envolvidos produzam como se estivessem numa linha de montagem industrial (SEVERINO, 2003, p. 5).

A respeito do modelo bibliométrico, Polanco (1989) analisou a função dos artigos científicos franceses como objetos empíricos privilegiados. Para o autor, os artigos são indicadores da produção da pesquisa científica, pois são seus produtos finais. Contudo, não se pode reduzir o padrão de avaliação à dimensão quantitativa, isto é, ao fator meramente numérico, pois o conhecimento extrapola esse entendimento e adentra aspectos cognitivos que o modelo bibliométrico não retrata (POLANCO, 1989). “[...] Não é à toa que o atual programa da coleta Capes transforma automaticamente toda informação em dado quantitativo e em porcentagens, e o que não for tabulável, quantificável, acaba não sendo levado em consideração” (SEVERINO, 2003, p. 5).

Tal dinâmica vem levando à sistemática classificação dos programas de pós-graduação, a partir do estabelecimento de *rankings* e à incessante competição pelos melhores patamares. A adoção deste tipo de avaliação tornou-se critério elementar para a atribuição de bolsas e recursos oferecidos pela Capes e pelo CNPq. Sobre esse tipo de avaliação, Severino acrescenta:

Em se configurando como processo classificatório, vai ganhando um tom punitivo/premiador em detrimento do desejável caráter diagnóstico, como força de apoio ao aprimoramento dos Programas. Vai também perdendo sensibilidade a características específicas das áreas e programas em função de suas peculiaridades, tal a necessidade de uma sempre crescente padronização de formatos. Com efeito, não consegue aferir as especificidades das áreas e acaba baseando-se em critérios homogêneos para julgar situações heterogêneas (SEVERINO, 2003, p. 5).

A filiação de pesquisadores em grupos de pesquisa faz parte de um conjunto de critérios que as agências de fomento utilizam para o apoio institucional, a saber: recursos referentes a bolsas de iniciação científica, participação de eventos, impressão e tradução de pesquisas, entre outros (VALENTIM, 2007). O estímulo à conformação de grupos de pesquisa também está conectado a uma política de teor quantitativo, pois a associação do pesquisador a um grupo, além de potencializar as chances de financiamento (SEVERINO, 2003), é um dos critérios empregados pela Capes, como visto nas páginas anteriores. Braga (2009)³⁵ reconhece essa situação,

35. Informação verbal concedida por Sandra Rodrigues Braga, coordenadora do COSAE - Coordenação dos Programas Sociais e Aplicadas e Educação, em 27 de março de 2009.

na qual alguns grupos de pesquisa são cadastrados junto ao CNPq visando apenas à solicitação de recursos junto aos órgãos de fomento, sem que haja, efetivamente, a prática da pesquisa em mediada por equipes de trabalho. A existência de um diretório e de critérios de seleção de concessão de bolsas baseados na existência de grupos de pesquisa, estimula a criação de grupos fictícios, isto é, de grupos que não desenvolvem projetos em conjunto.

Mocelin (2009) também apontou para essa tendência. Embora a iniciativa de formação dos grupos de pesquisa por parte de uma política explícita de agências e programas tenha promovido a elaboração de projetos mais amplos e relevantes, este não foi um processo espontâneo. A disponibilização de recursos para os grupos promoveu um movimento em busca de parcerias e de consolidação de equipes de trabalho, mas muitas vezes, também resultou na formação desses grupos “artificiais”, unidos pela possibilidade de recursos:

A reunião de pesquisadores em torno de projetos tende a originar grupos de pesquisa. Contudo, esses grupos nem sempre são sedimentados; ou seja, acabam por destituírem-se após a execução dos projetos, mesmo que, em muitos casos, possa ocorrer, pelo contrário, a consolidação de grupos de pesquisa. É comum observar que devido a esses processos convergentes, especialmente o primeiro, os grupos de pesquisa venham a ser, na verdade, grandes ‘guarda-chuvas’ de pesquisadores ou, como referi antes, grupos ‘artificiais’, reunidos pela conveniência, mais do que pela afinidade temática (MOCELIN, 2009, p. 41).

A produtividade paira sobre a universidade e a expressão alienada do mundo do trabalho estabelece-se no ensino superior. A relação entre educação, pesquisa e mercado constitui-se num cenário que favorece a construção de um novo padrão de participação político-social:

A burocratização do mundo universitário, atravessada e agravada por processos como a galopante *mercantilização do saber acadêmico* e as diversas formas e modalidades de ‘*privatização*’ das *universidades* (que vão desde a pressão para o financiamento privado das pesquisas até a venda de serviços de consultoria e cursos para o universo empresarial como estratégia de complementação salarial), é algo observável em escala *mundial*. [...] É o *mundo da mercadoria* corrompendo e modelando o cotidiano dos ambientes de geração [...] (SOUZA, 2010, s/p, grifos do autor).

A institucionalização dos grupos de pesquisa formulada pelo DGPB faz parte de uma política educacional fundada nos valores de mercado e que visa formar uma força de trabalho adaptada às transformações vigentes. A integração orgânica do coletivo de trabalho, ditada pelo cadastro e adaptação dos pesquisadores junto ao CNPq no DGPB, impõe a organização da pesquisa articulada em grupos e redes, estimula a produtividade acadêmica e articula a pesquisa e a educação com o setor produtivo e empresarial. Todas essas interfaces manifestam-se como elementos do processo de reestruturação produtiva nas políticas de encaminhamento da educação, da ciência e da tecnologia no Brasil.

Mais que um espaço de socialização acadêmica e que foi oficializado dentro do contexto do processo de reestruturação produtiva, os grupos de pesquisa trazem outros elementos que fogem e transcendem os tratados neste capítulo. Tendo em vista que o fio condutor que orienta esta pesquisa se baseia na identificação e análise das temáticas e dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo que expresse a unidade, a diversidade e a diferencialidade paradigmática da Geografia Agrária, no próximo capítulo, buscamos situar melhor esse debate, de maneira que incorporamos uma leitura espacial e geográfica sobre o pensamento geográfico. A unidade, diversidade e diferencialidade paradigmática dos grupos de pesquisa são compreendidas através do enfoque territorial, caracterizados como *territórios paradigmáticos* da Geografia brasileira.

CAPÍTULO 4

Territórios paradigmáticos – unidade, diversidade e diferencialidade temática dos grupos de pesquisa de Geografia Agrária do estado de São Paulo: estrutura de socialização, práticas e ações

“Conhecer o mundo, a realidade, torna-se fascinante quando os “sujeitos” põem em comum suas potencialidades e capacidades para dominar a realidade. Isto é decorrência da qualidade social inerente a nós homens: deixar que as “consciências” se comuniquem na experiência de viver, de dominar o mundo. (...) Isto o fazemos quando, intencionalmente, nos reunimos para refletir, discutir, estudar uma situação, um desafio, uma questão, um problema, ou enfrentar juntos uma luta, uma conquista” (LUCKESI, 1987).

O trecho extraído da obra de Luckesi (1987) foi tomado como ponto de partida para iniciar este capítulo por acreditarmos que consegue exprimir a abordagem dispensada aos grupos de pesquisa que será tratada nesta parte: mais do que um agrupamento de pesquisadores que socializam o conhecimento, como discutido no capítulo anterior, os membros dos grupos de pesquisa unem-se para o estudo de determinadas questões de interesse comum, selecionando, intencionalmente, – de forma consciente ou inconsciente – temáticas e paradigmas de estudo para a condução de suas reflexões. Por conter essa condição, os grupos de pesquisa são encarados como *territórios paradigmáticos*, sustentados por estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo. São eles que disseminam e disputam *poderes explicativos* dentro e fora da comunidade científica. Por *poderes explicativos* entendemos as ações intelectuais que contêm as intencionalidades das visões de mundo dos grupos de pesquisa e seus paradigmas. Eles determinam, compartilham, selecionam, focam, orientam e dirigem a compreensão dos temas estudados.

Sugerimos construir uma leitura espacial e geográfica para a compreensão do pensamento geográfico. Para isso, a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa são interpretados à luz do enfoque territorial. Consideramos que os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos* da Geografia brasileira porque sustentam e defendem *poderes explicativos* para a compreensão do campo ao serem analisados a partir de paradigmas de estudo distintos.

Ao conceber os grupos como *territórios paradigmáticos*, dialogamos, principalmente, com a proposta de Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009), que entende os paradigmas como territórios (i)materiais. A Geografia é compreendida como um saber repleto de questões político-ideológicas que revelam visões de mundo científicas compartilhadas socialmente por membros dos grupos de pesquisa.

Interpretar a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos como *territórios paradigmáticos* faz parte da perspectiva dialética que adotamos nessa pesquisa, na qual a superação é condição fundamental. Apresentamos um esforço crítico-reflexivo que, ao apropriar-se dos conceitos de paradigma e estilo de pensamento, argumenta que a Geografia deve

realizar um exercício filosófico rumo à reflexão, questionamento e autonomia (SANTOS, 1988).

Se considerarmos que desde Estrabão a Geografia já era considerada um saber filosófico antes de ser “consagrada” como um saber propriamente científico, cabe à ela construir a sua própria leitura, uma vez que cada disciplina também é capaz de desenvolver a sua própria filosofia (SANTOS, 1988). A Geografia deve ser “pensada de dentro”, isto é, a partir do espaço:

O correto é partir da própria realidade e não buscar legitimar conceitos empírico-abstratos, cujo uso, aliás, é já antigo na geografia, trazendo-lhes a ajuda de conceitos filosóficos claramente expressos pelos seus autores, mas criados para situações diferentes e enunciados em um contexto diverso. A teoria geográfica tem de ser buscada no seu domínio próprio: o espaço. A filosofia pode ser um guia, mas os filósofos não nos oferecem respostas a priori [...] (SANTOS, 1988, s/p).

Santos (1988; 1996) defende a realização de uma leitura geográfica, fator impreterível para que formulações teóricas e epistemológicas sejam elaboradas sobre o espaço humano (SANTOS, 1988). Como advertido pelo mesmo autor, a filosofia serve-nos, apenas, como um “guia”, pois o conceito de espaço discutido por ela está direcionado para a abstração, a matemática e a lógica, o que exige que sejam realizadas maiores reflexões sobre esse conceito para a Geografia.

Na tentativa de exercitar esse esforço crítico-reflexivo em prol de uma leitura geográfica é que encaminhamos as próximas linhas e, junto com o debate paradigmático, iniciado no capítulo 2, são esboçadas a proposição de um método de análise para a leitura dos grupos de pesquisa: o método dos *territórios paradigmáticos*. Num primeiro momento, esclarecemos o significado espacial e territorial que sustenta a análise paradigmática dos grupos de pesquisa para, posteriormente, discutir as estruturas de socialização, ações, práticas e temáticas que alicerçam os *territórios paradigmáticos* da Geografia Agrária.

4.1 Espaço e território em movimento: o conceito de território (i)material na análise paradigmática dos grupos de pesquisa – *territórios paradigmáticos*

Dada sua amplitude teórico-conceitual, a principal categoria de análise da Geografia, o espaço, pode ser empregada de diferentes modos, o que implica

definir, com o devido rigor e coerência teórico-metodológica, de qual espaço nos referimos. É com esta preocupação, na busca por construir um caráter geográfico sobre os paradigmas de estudo, é que serão feitas algumas reflexões com base no espaço e no território.

As pesquisas envolvendo essa categoria abordaram um conjunto muito extenso de reflexões de diversas áreas da Ciência Geográfica. Ao longo da história do pensamento geográfico, inúmeras foram as interpretações atribuídas ao espaço. Por muito tempo ele foi entendido como uma área plana da superfície terrestre no qual a vida humana se desenvolve, compreensão desprovida de movimento, conflitualidade e processualidade, dado como algo uno, singular e imutável.

Na contramão desse posicionamento, desde o final da década de 1970 e início de 1980, com o movimento de renovação encabeçado pela Geografia Crítica, o espaço foi objeto de novos debates, visões e leituras. Visto como fruto das ações e processos históricos que entrelaçam o cotidiano da sociedade, ele passou a ser entendido de acordo com as transformações e relações nele contido.

Em particular, o geógrafo Milton Santos trouxe significativas reflexões e definiu o espaço como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 39). Os sistemas de objetos reproduzem as ações e os sistemas de ações reproduzem os objetos. Um não existe sem o outro e sua interação é o que transforma constantemente o espaço, dando-lhe movimento.

Para a interpretação paradigmática do pensamento geográfico, o espaço do qual estamos falando é o espaço social. O espaço social é permissível a uma interpretação sobre a realidade produzida pela sociedade capitalista (LEFÉBVRE, 1991), uma vez que, desde “[...] que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988, s/p).

Como uma dimensão da realidade, o espaço social é composto pela materialização da existência humana (LEFÉBVRE, 1991). Concebido dessa forma, ele é criado pela natureza e transformado permanentemente pelas relações sociais, estas capazes de produzir outros tipos de espaços materiais e imateriais – políticos, econômicos, culturais e ambientais, por exemplo. Por produzir-se e ser produzido, ele é multidimensional, pois comporta uma variada gama de dimensões

(FERNANDES, 2005). Além de multidimensional é multi(pluri) escalar, cuja dinâmica é inerente aos processos de “*completibilidade, conflitualidade e interação*” (FERNANDES, 2005, p. 26).

Ao definir esse espaço multidimensional, Fernandes (2005) traz para o debate aspectos concernentes à composicionalidade e à completitude. A composicionalidade trata de todas as propriedades e a completitude das qualidades que compõem o espaço:

Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e onde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia (FERNANDES, 2005, p. 26).

Os sujeitos são responsáveis pela produção de espaços ao mesmo tempo em que são produtos desse espaço. O espaço é produzido a partir das relações sociais, da natureza e da artificialidade, sendo o espaço social uma das inúmeras dimensões que o espaço geográfico contém (FERNANDES, 2005). Ao interpretar Santos (1996), Fernandes (2006) afirma que as relações sociais são formadoras dos sistemas de ações e de objetos e, predominantemente, produtoras de espaços fragmentados, singulares e conflitivos. Esses espaços são frutos de intencionalidades que estão contidas nas relações sociais, em ações promovidas por sujeitos que selecionam suas próprias leituras sobre o mundo e lugares onde praticam ações.

Como já debatido no capítulo dois, a intencionalidade caracteriza-se por ser um modo específico e direcionado de compreensão dos fatos, isto é, consiste numa visão de mundo intrínseca a grupos e classes sociais para a materialização de sua existência. Todos os sujeitos carregam intencionalidades, pois é preciso delimitar e diferenciar suas leituras sobre o espaço geográfico (FERNANDES, 2005). A intencionalidade determina a representação do que ver e como agir, e se constitui como uma forma de poder que mantém sua representação materializada ou imaterializada no espaço (FERNANDES, 2005).

Os sujeitos são capazes de criar suas próprias leituras – que podem ser dominantes ou não –, e variam de acordo com os campos de forças que estão em jogo. Quando dotado de intencionalidade, o espaço é circunscrito a uma representação unidimensional da visão que o criou a qual, embora seja parcial, é representada por seus criadores como total e multidimensional (FERNANDES, 2005).

Ao construir uma leitura do espaço a partir de uma dada intencionalidade, os sujeitos, aqui representados pelos pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa, pensam o campo organizando e criando *poderes explicativos*, disputando e debatendo seus paradigmas na procura de garantir a soberania diante da comunidade científica. Neste momento, o território enquanto espaço geográfico específico é produzido. “O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p. 27). O espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993).

Como fração do espaço, o território também está imerso à natureza e às relações sociais. Ele é formado a partir do espaço e possui relações atinentes com o poder. Embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados (SAQUET, 2005). O território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalar) e dimensões (multidimensional) (FERNANDES, 2005).

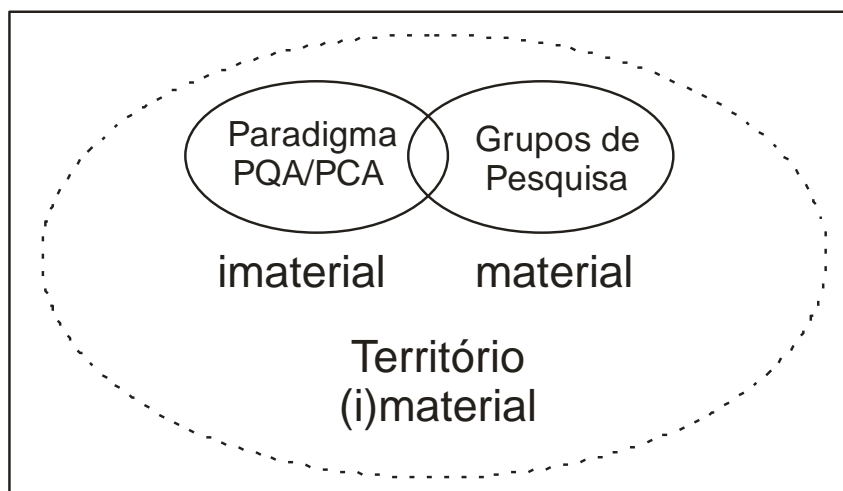
Além da multiescalaridade e multidimensionalidade, interessa-nos destacar a natureza do território que interfere no conhecimento e no pensamento e que é fundamental para a leitura que estamos propondo sobre os *territórios paradigmáticos* do pensamento geográfico, considerado por Fernandes de *territórios (i)materiais*:

Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. **O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados.** Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método (FERNANDES, 2005, p. 28, grifo nosso).

Como o espaço – na tentativa de superar a compreensão do território como algo uno, singular e imutável – chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)ateriais.

Produtores e produzidos por paradigmas, os grupos de pesquisa compartilham diferentes leituras espaciais da realidade por meio do emprego, disputa e defesa de teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, dimensões que compõem os paradigmas. Como introduzido no capítulo 2, os paradigmas tomados para análise são o PQA e o PCA. Eles carregam a unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento geográfico e estão em permanente conflito, pois disputam o *poder explicativo* de seus pensamentos no processo de construção do conhecimento dos grupos. Por conter essa relação de tensão e conflito, marcada pela disputa paradigmática e como parte das relações sociais que interagem junto ao espaço, os paradigmas conformam *territórios (i)ateriais* (FERNANDES, 2009), o que neste trabalho denominamos de *territórios paradigmáticos* como um dos tipos deste território.

Como expressão do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa são territórios que compartilham temáticas e paradigmas (Organograma 2). Estes se materializam pelos/nos grupos de pesquisa e revelam posturas político-ideológicas na disputa pelo *poder explicativo* na interpretação do espaço agrário. Cada grupo disputa *poderes explicativos* através de estratégias, em que as práticas, ações e temáticas são mecanismos que disseminam os seus paradigmas, alimentando-os.



Organograma 2: Constituição do território (i)aterial entre paradigmas e grupos de pesquisa

Janaina Francisca de Souza Campos

São nesses dois paradigmas (PCA e PQA) que a leitura dos *territórios paradigmáticos* é realizada. O conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais, no qual o campo é o espaço de vida e reprodução social. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material nas quais os indivíduos interagem.

Imaterialidade e materialidade são complementares e não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais (FERNANDES, 2005). A intencionalidade é um aspecto da (i)materialidade do território e que cerceia a sociedade. “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade” (SAQUET, 2007, p. 171-172).

O poder liga o território às relações sociais de forma dialética. O caráter multidimensional do poder se expressa no seio da sociedade e se materializa nas ações em que a informação, aqui representada pelos paradigmas, se transforma em energia, portanto, em forças, disputas, tensões e conflitualidades (RAFFESTIN, 1993).

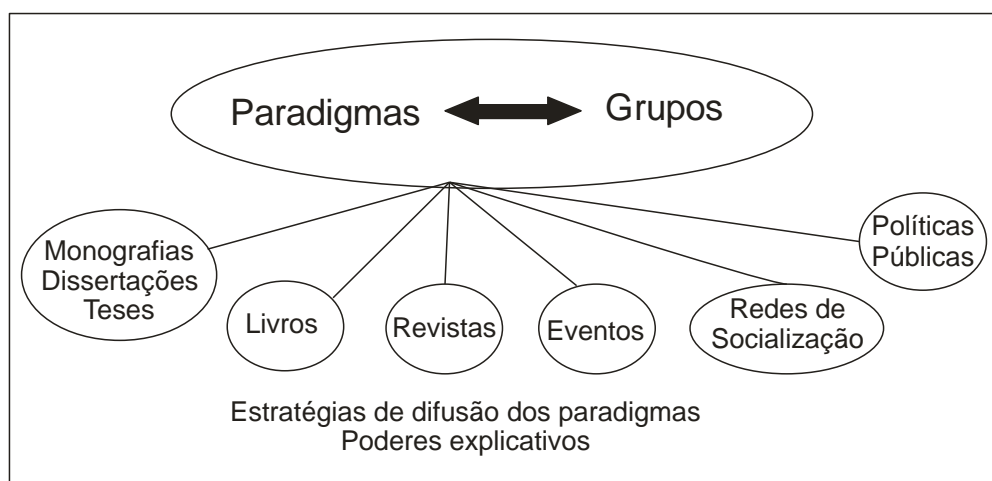
O conceito de campo científico de Bourdieu (2002) contribui com a discussão sobre a disputa paradigmática ao romper com a ideia harmônica do ambiente acadêmico. A universidade participa da luta política pela dominação científica, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser olvidadas. O campo universitário é espaço de dominação e conflito (BOURDIEU, 2008). Como parte desse campo, os grupos de pesquisa não são espaços neutros, estão estruturados num sistema de relações que os põem em conflito acadêmico ao produzir seus paradigmas.

O *poder explicativo* está presente nos campos de produção intelectual e pode estar explícito ou implícito, consciente ou inconsciente, e permeia a construção intelectual dos grupos de pesquisa. Cada sociedade estabelece o seu próprio sistema de referências, uma espécie de política geral selecionada e aceita (FOUCAULT, 1979). Por isso, os grupos de pesquisa devem ser entendidos dentro do campo do poder, representado pela disputa paradigmática da qual participam.

O território (i)material é caracterizado pelas relações de *poder explicativo* dos paradigmas que os grupos tomam para si. Isso quer dizer que a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica e que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo o fio condutor que qualifica o conhecimento.

A disputa territorial não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade, isto é, enquanto espaço físico, mas deve ser concebida desde a natureza do território, em que a existência de paradigmas distintos conforma territórios (i)materiais. Dependendo da posição político-ideológica assumida pelo pesquisador, os paradigmas constituem-se territórios teóricos e políticos que contribuem na transformação da realidade ou para a manutenção da ordem vigente (FERNANDES, 2005). Os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos* que defendem visões de mundo diferentes.

A estrutura de socialização dos grupos de pesquisa é orientada para o desenvolvimento do conhecimento e faz parte das estratégias de difusão e defesa dos seus paradigmas. Elas são formas de alcançar o *poder explicativo* para convencer o outro sobre a força do seu paradigma, através de sua produção, explicitada nas monografias, teses, dissertações, livros, revistas, eventos, e proposição de políticas públicas que também podem acontecer pelas redes de socialização (Organograma 3).



Organograma 3: Estratégias de difusão dos paradigmas e dos *poderes explicativos* dos grupos de pesquisa

Janaina Francisca de Souza Campos

Feitas as considerações sobre o que entendemos por *territórios paradigmáticos*, buscar-se-á revelar, nas próximas linhas, nossa leitura sobre o conjunto da unidade, diversidade e diferencialidade temática dos grupos e que são compartilhadas por seus membros. Os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos* sustentados por estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo, e são eles que disseminam e disputam *poderes explicativos* diante da comunidade científica.

4.2 Estruturas de socialização dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo: histórico, práticas, ações e temáticas

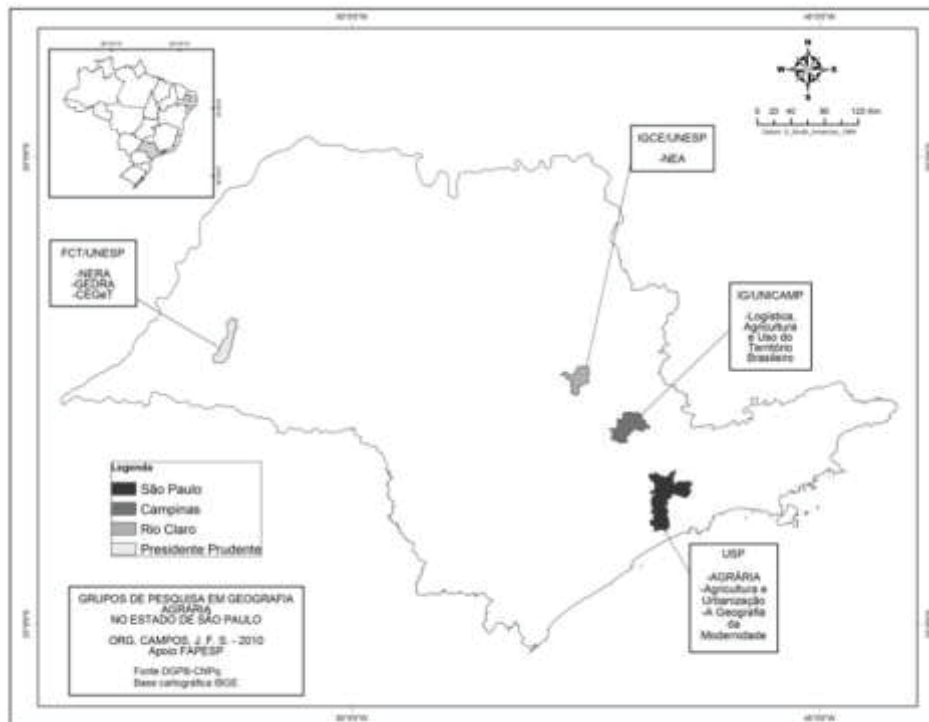
Os grupos de pesquisa são considerados expressões da unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária. Tentando situar melhor o pensamento, nesta parte, damos ênfase às temáticas compartilhadas pelos grupos de pesquisa. Isso não quer dizer que temática e paradigma estejam dissociados, no entanto, esse exercício faz-se necessário para que possamos organizar melhor o pensamento construído pelos grupos. Eles compartilham paradigmas, mas cada um seleciona temáticas específicas para o desenvolvimento de suas pesquisas. É através das temáticas e linhas de pesquisa que os grupos delimitam *territórios paradigmáticos*.

Desvendar as práticas e ações que os grupos de pesquisa utilizam para a disseminação dos paradigmas é outro exercício realizado neste capítulo. Além de mapear as temáticas, evidenciamos as estruturas de socialização, práticas e ações construídas pelos grupos para socializar e difundir o conhecimento, isto é, para defender o *poder explicativo* de seus *territórios paradigmáticos*. As publicações e as redes de socialização são instrumentos de socialização e difusão dos paradigmas de estudo – práticas e ações. O contexto de criação/institucionalização e o histórico dos grupos de pesquisa também foram caracterizados.

Diante da ausência de material bibliográfico que concentrasse informações a respeito dos grupos de pesquisa, é impreterível que sejam explicitadas as suas dinâmicas internas. Acreditamos que o mapeamento das temáticas, das estruturas de socialização, das práticas e das ações e o contexto de criação dos grupos, ajudam a explicar as tendências internas que compõem cada paradigma.

Antes que a estrutura de socialização dos grupos seja aludida, são apresentados os 8 territórios paradigmáticos que compõem o universo de análise:

Geografia Agrária, Agricultura e Urbanização e Geografias da Modernidade (USP); Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro (Unicamp); CEGeT, GEDRA, NEA e NERA (Unesp) (Mapa 2).



Mapa 2: Localização dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária no estado de São Paulo – territórios paradigmáticos

Organização e elaboração: Janaina Francisca de Souza Campos

No que diz respeito ao vínculo institucional dos grupos de Geografia Agrária, a Unesp agrega a maior quantidade (4), seguida pela USP (3) e Unicamp (1) (Gráfico 11).

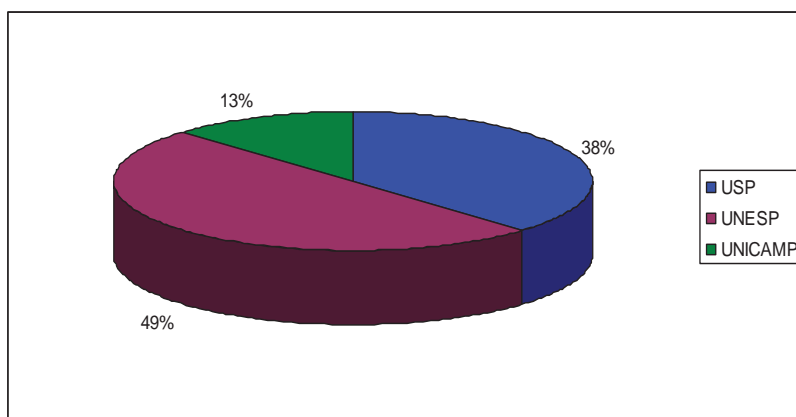


Gráfico 11: Vinculação institucional dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo

Fonte: *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq)*

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Um ponto que precisa ser evidenciado é a diferença entre formação e institucionalização dos grupos. Como aludido no capítulo 3, sabe-se que a formação de grupos de estudos e pesquisas não teve origem na formalização via DGPB, nem mesmo com a criação da Capes, mas já existiam, nas universidades, a aproximação de pesquisadores interessados na produção do conhecimento que, de acordo com suas afinidades temáticas e/ou teórico-metodológicas, compartilhavam paradigmas. Os grupos não são a totalidade e nem o ponto de partida da construção de saberes, mas constituem parte de um processo que envolve os pesquisadores e que tem marcado a prática científica no Brasil.

No caso de muitos grupos que serão tratados, como o *Geografia Agrária* e *Geografias da Modernidade*, os pesquisadores já se articulavam em torno de princípios comuns antes da formalização no DGPB. Concordamos com Oliveira (2010) na ideia de que a essência dos grupos de pesquisa deve estar na identidade teórico-metodológica, porém, não se pode ignorar que todos os grupos de pesquisa em Geografia Agrária, pelos mais variados motivos (recursos, verbas, temáticas, paradigmas, editais ou pós-graduação) estão vinculados à base do DGPB e, de alguma forma, inseridos num contexto burocrático e institucional-acadêmico.

A estrutura de socialização apresentada neste capítulo se baseou, sobretudo, nas informações concedidas pelos coordenadores dos grupos. Nosso objetivo não foi abarcar a totalidade dessas informações, mas refletir as principais práticas e ações dos grupos.

4.2.1 Agricultura e Urbanização – USP

Coordenado pelo professor Julio César Suzuki, o grupo *Agricultura e Urbanização* iniciou a sua atuação em 2003, junto à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na USP. A trajetória acadêmica do professor na pós-graduação foi elemento motivador para a criação do grupo, já que sua pesquisa avançou para o entendimento da relação entre a agricultura e a urbanização – mesmo nome do grupo (SUZUKI, 1997). Em 1997, reafirmando essa temática de pesquisa, o professor credenciou uma disciplina na Universidade Federal do Paraná (UFPR) com essa mesma temática. Ao entrar para o corpo docente do Departamento de Geografia da USP e para o Programa de Pós-Graduação da mesma instituição, foi possível a incorporação de orientandos e iniciar o processo de consolidação do grupo, fruto da discussão presente na sua dissertação e tese.

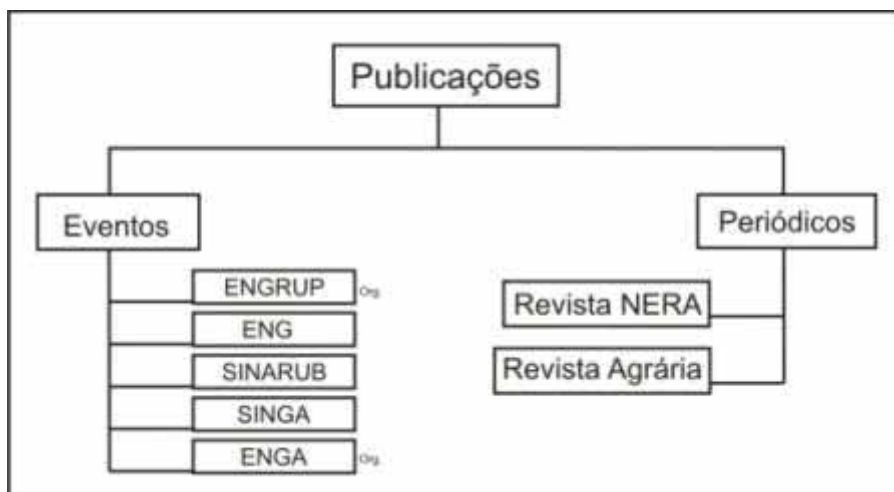
A motivação para a criação do grupo nasceu da preocupação com a socialização das pesquisas desenvolvidas:

Eu já tinha visto o quanto era importante uma certa socialização do que nós vínhamos fazendo, uma demonstração pública dos resultados alcançados do que nós estávamos pleiteando e foi isso que acabou me motivando a pleitear o credenciamento junto à Universidade de São Paulo, que avalia o registro junto ao CNPq (SUZUKI, 2010)³⁶.

As atividades de pesquisa e extensão fazem parte das práticas que o grupo vem tentando desenvolver. Um dos projetos, “Populações subalternas no Brasil”, focaliza no estudo das populações subalternas – quilombolas, ribeirinhos, assentados, população de rua e prostitutas(os) – tanto no campo quanto na cidade, que estejam em situação de risco social, econômico, político ou ambiental a partir de uma perspectiva espacial de análise. O projeto “Geografia da oralidade”, busca estudar as populações das comunidades tradicionais no estado de São Paulo – principalmente as comunidades caiçaras e quilombolas. O intuito é conformar um projeto conjunto com essas comunidades para além da pesquisa, incluindo também a extensão e a participação da comunidade.

A participação do grupo em eventos científicos vem ocorrendo, principalmente, no ENGRUP, ENGA, ENG, SINARUB e SINGA. No que tange aos periódicos mais publicados, destacam-se a “Revista NERA” e a “Revista Agrária”. Mesmo não contando com publicação e divulgação de periódico próprio, o grupo se dedica à organização de eventos, como o ENGRUP, em 2008, e o ENGA, em 2009, ambos realizados na USP (Organograma 4).

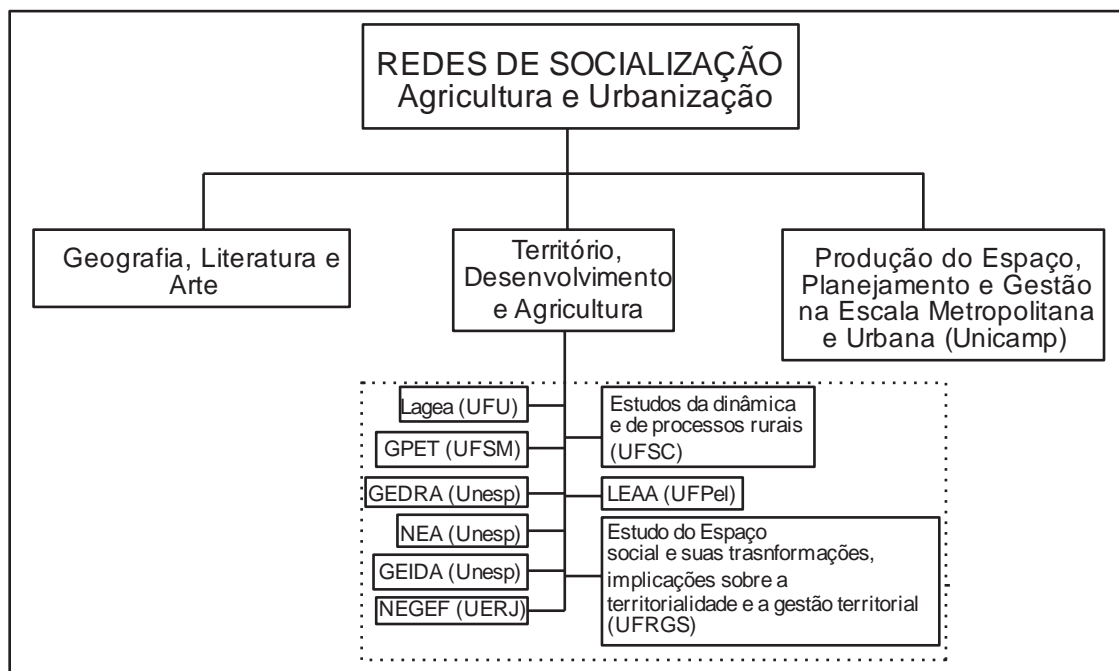
36. Entrevista realizada pela autora com Júlio Cesar Suzuki, em 5 de julho de 2010.



**Organograma 4: Publicações – Principais eventos e periódicos –
Agricultura e Urbanização**

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O grupo firmou redes de socialização com outros três grupos de pesquisa, estabelecendo vínculos com o grupo “Produção do Espaço, Planejamento e Gestão na Escala Metropolitana e Urbana” (Unicamp), “Grupo de Estudos Geografia, Literatura e Arte” (USP) e o grupo “Território, Desenvolvimento e Agricultura”. No caso do primeiro grupo, o estabelecimento de vínculos ainda é incipiente; no segundo, o elo é recente, promovido no IX Encontro da Anpege, em 2011; já, o último grupo possui caráter interinstitucional e congrega os seguintes grupos: LAGEA (UFU), GPET (UFMS), GEDRA (Unesp/Presidente Prudente), GEIDA (Unesp/Araraquara), NEA (Unesp/Rio Claro), “Estudos da dinâmica regional e de processos rurais” (UFSC), “Estudo do espaço social e suas transformações, implicações sobre a territorialidade e a gestão territorial” (UFRGS), LEAA (UFPeI) e o NEGEF (UERJ) (Organograma 5).

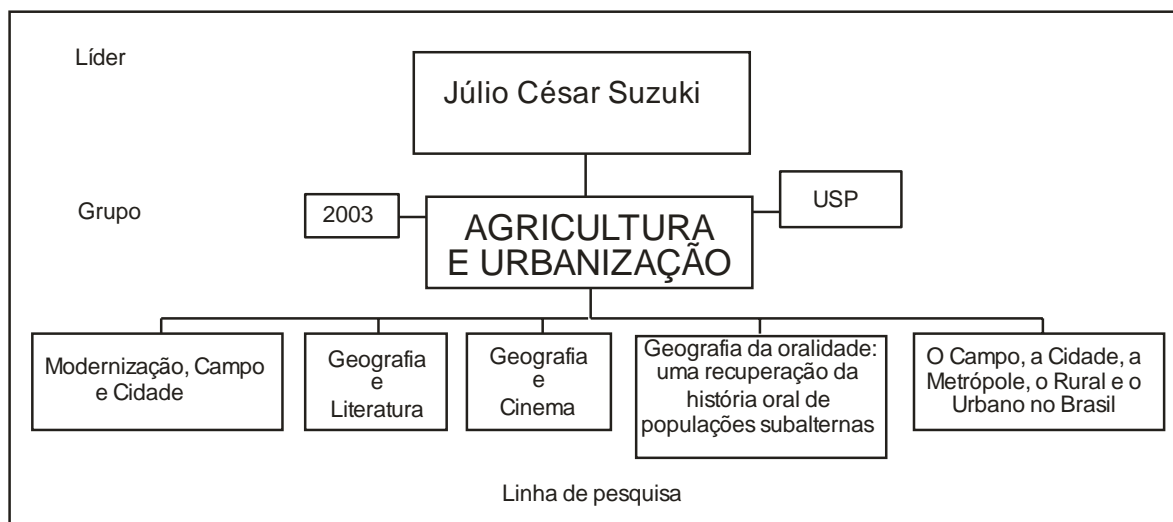


**Organograma 5: Redes de socialização com grupos de pesquisa –
Agricultura e Urbanização**

Organização: Janaína Francisca de Souza Campos

No que diz respeito à organização interna, o grupo realiza encontros na forma de colóquios quinzenais, divididos em dois grupos: 1) colóquios destinados à discussão dos projetos de pesquisa e extensão, que envolve, predominantemente, os alunos de graduação; 2) colóquios voltados para os alunos de pós-graduação (mas que não se restringe somente a este grupo) para o debate de textos e para a discussão dos projetos de mestrado e doutorado. Além dos colóquios, são realizados trabalhos de campo conjuntos, como a visita às populações tradicionais que fazem parte do projeto de extensão.

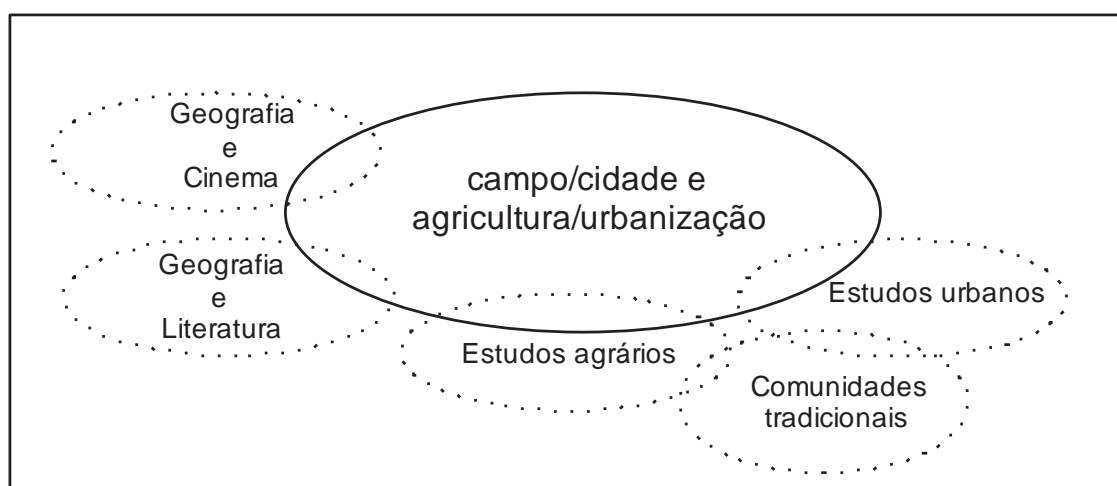
As linhas de pesquisa “Modernização, campo e cidade”, “Geografia e Literatura”, “Geografia e Cinema” e “Geografia da oralidade: uma recuperação da história oral de populações subalternas” inclui o estudo de camponeses e outros sujeitos subalternos; “O Campo, a cidade, a metrópole, o rural e o urbano no Brasil”, incorpora o conjunto de trabalhos desenvolvidos pelos alunos da graduação e da pós-graduação, na área de agrária, urbana, geografia e literatura (Organograma 6).



Organograma 6: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – Agricultura e Urbanização

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A partir das linhas de pesquisa, de acordo com Suzuki (op.cit), a principal temática do grupo é a **relação campo/cidade e agricultura/ urbanização**, chamadas pelo professor de “linha dorsal do grupo”. Igualmente, o grupo envolve pesquisas específicas sobre estudos **agrários ou urbanos**, com destaque também para as pesquisas entre **geografia e literatura e geografia e cinema**, atuando como perspectivas complementares da temática principal do grupo (Organograma 7).



Organograma 7: Principais temáticas – Agricultura e Urbanização

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

As temáticas associadas às **comunidades tradicionais brasileiras**, com ênfase nas comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas estão atreladas a discussões que envolvem a revalorização dos saberes e da identidade desses povos

(ASSIS et al., 2009), destacando os seus dilemas e perspectivas (SILVA et al., 2009; BRUZZULINI; SUZUKI, 2009); os **processos de luta e resistência** (MORAIS et al., 2009; GUSSONATO et al., 2009; LIMA et al., 2009), a **fotografia e a história oral** como instrumentos de salvaguarda da memória e fortalecimento da identidade (SOARES; SUZUKI, 2009) e os **fenômenos migratórios** (BACELAR et al., 2009). A temática também contou com recortes espaciais que extrapolaram o território nacional, desvendando a disputa territorial da comunidade camponesa-indígena na Colômbia (ÁVILA; SUZUKI 2005; ÁVILA, 2006, ÁVILA, 2008).

A temática **campo/cidade e rural/urbano** é expressiva para o grupo, tratando das influências da metrópole, com destaque para o estudo de **assentamentos rurais** (NOGUEIRA; SUZUKI, 2007), das **atividades voltadas ao lazer** (MESSIAS et al., 2005; MESSIAS; SUZUKI, 2005; COUTO; SUZUKI, 2005), sobre a **formação territorial, urbanização e modernização do campo** (SILVA, 2008; SILVA; SUZUKI, 2005). Também, são analisadas as **ruralidades da metrópole**, com foco na cidade de São Paulo (FERNANDES, 2005; FERNANDES, 2006).

A temática **geografia e literatura** abrange a questão indígena nas salas de aula (TEIXEIRA et al., 2009) e a legitimação de transformações na cidade através da construção de significados literários (REGO; SUZUKI, 2005). Já a **dinâmica urbana** pôde ser explicitada com o trabalho de Gama (2009), que analisou o processo de formação da periferia urbana de Guarulhos (SP), e o **trabalho escravo** foi estudado por Lopes (2008; 2009). O grupo também vem iniciando pesquisas sobre a temática dos agrocombustíveis através do estudo de Santos (2009), que analisou os impactos das políticas públicas do biodiesel para o campo e sobre a temática que associou Geografia e cinema.

4.2.2 Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho – USP

O grupo é coordenado pela professora Rosa Ester Rossini e está ligado à FFLCH. Dentre os grupos de Geografia Agrária do estado, junto com o *Geografia Agrária*, como veremos adiante, esse grupo revelou-se como um dos mais antigos, pois, de acordo com a coordenadora, o trabalho em equipe vem sendo desenvolvido desde 1982. O grupo iniciou seu processo de consolidação a partir do projeto submetido ao CNPq vinculado à bolsa de produtividade da professora, desenvolvido desde o mesmo ano:

J – Quando que começa esse trabalho dos alunos se interessarem pelo tema, de criar uma rede de estudos, um grupo de estudos? R – Eu digo pra você que, na realidade, inicia em 1982, quando eu comecei a ter bolsa do CNPq, pois eu tenho bolsa de produtividade do CNPq desde 1982, uma das pessoas, provavelmente, com maior duração de bolsa [...] (ROSSINI, 2010³⁷).

Todavia, desde 1977, a professora tenta inserir a discussão de gênero na Geografia, procedente da sua tese de livre-docência, intitulada *Geografia e Gênero – A mulher na lavoura canavieira paulista*, de 1988. Na década de 1980, a partir do contato com o grupo de “Geografia e Gênero” da União Geográfica Internacional (UGI), as dinâmicas sobre as relações de trabalho foram sobressaltadas em seus estudos, evidenciando a força de trabalho da mulher na agricultura. Segundo Rossini:

[...] Dou destaque para o trabalho da mulher, que é uma atividade, como pesquisa, inovadora. Agora, a geografia não percebeu ainda que é importante trabalhar com a questão de gênero, porque o que em geral se faz é homogeneizar. Assim, o homem perde a visibilidade e a mulher perde a visibilidade, mas quem sempre ganha o crédito são os homens. Eu venho nesta luta desde 1977, tentando inserir a discussão de gênero na geografia. J – Que é parte do trabalho da senhora de pós-graduação, não é? R – É de livre-docência. Tanto é que eu demorei 12 anos pra fazer a livre-docência, porque a mulher não é categoria de análise na geografia, nem o homem. E assim sendo, eu procurei por 10 anos conseguir a possibilidade de inserir a mulher como força de trabalho na geografia, e depois de muito pesquisar e estabelecer contato com o grupo de geografia e gênero da União Geográfica Internacional, da qual eu fiz parte, nós fomos caminhando paralelamente, mas convergindo para um ponto central. E essa convergência se deu com a descoberta, na década de 1980, que a inserção que poderia ser feita teve como fio condutor a noção de trabalho (ROSSINI, op. cit).

Contudo, em 1977, com a aplicação do primeiro questionário na região de Ribeirão Preto, a pesquisa não foi adiante. Segundo Rossini (op. cit.), não havia uma base teórica consistente que pudesse consubstanciar a sua pesquisa. É só depois do primeiro evento dedicado à “Geografia e Gênero”, na Itália, e com a publicação do primeiro livro sobre a temática, que as discussões começaram a se tornar mais concretas no Brasil:

[...] Foi só em 1982 que aconteceu o primeiro evento sobre geografia e gênero. J – Aqui no Brasil? R – Aqui eu fiz uma reunião, mas foi na Itália a primeira reunião (De *La Donna*) sobre o trabalho da mulher

37. Entrevista realizada pela autora com Rosa Ester Rossini, em 06 de maio de 2010.

em Cagliari, na Sardenha. Foi quando foi publicado, também, o primeiro livro sobre geografia e gênero na Inglaterra nesse mesmo ano e, com isso, nós conseguimos obter o fio condutor. Eu venho desde então trabalhando com a forma que eu considero mais acabada de inserir a mulher como força de trabalho na agricultura, fazendo pesquisa de dados primários e com pesquisa de campo (ROSSINI, op. cit).

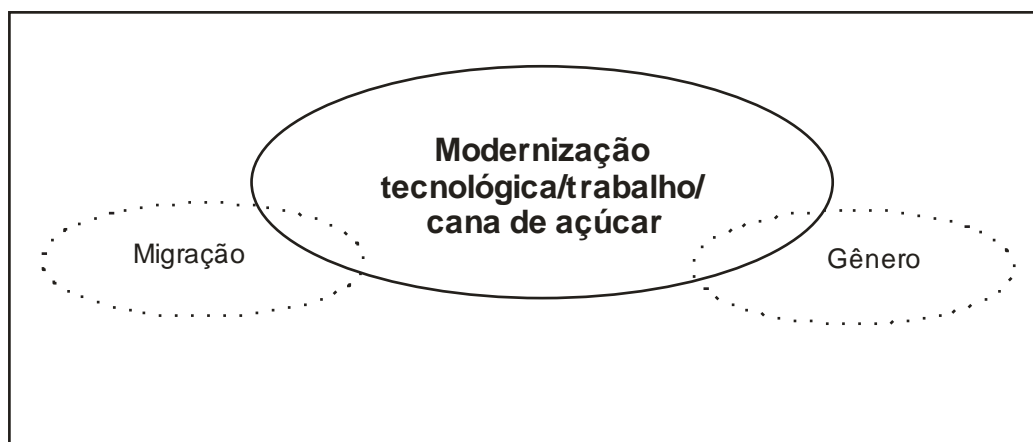
Com o trabalho de livre-docência, o grupo de estudos voltou-se para o interesse sobre a questão da modernidade tecnológica da cana-de-açúcar, com destaque para o gênero, a tecnificação agrícola e a evolução espacial da ocupação. As temáticas³⁸ desenvolvidas dividem-se em três grandes grupos: **gênero, migração e modernização tecnológica/trabalho/cana-de-açúcar**, sendo esta última a temática unificadora (organograma 8):

A temática central é a cana, mas a partir da cana, cada um “desce do bonde” como quer: um trabalha a tecnificação, o outro trabalha a evolução da ocupação, outro trabalha a questão dos acampamentos e assentamentos. Eu me mantenho, historicamente, vendo como está sendo realizada a atividade da mulher e a força de sua ocupação na agricultura (ROSSINI, op. cit).

Com relação ao temário migração internacional, Rosa fez as seguintes considerações:

[...] Agora, paralelamente, eu trabalho também com a migração do Brasil para o Japão. Em um dos projetos trabalhei conjuntamente os temas: modernidade tecnológica na agricultura, o trabalho da mulher e a migração do Brasil para o Japão. Foi muito esquisito para os outros, mas explico no meu trabalho que a migração para o trabalho na cana tem uma semelhança brutal com a migração do Brasil para o Japão. Os desejos são os mesmos, os objetivos são os mesmos, o conhecimento da legislação é o mesmo (pequeno) e a vontade de trabalhar é igual. A grande diferença é o resultado no fim do mês: um recebe em dólar o outro recebe em real. As pessoas vão para trabalhar e para poupar ao máximo, voltar para a sua terra e guardar algum dinheiro. Na realidade eles acabam indo e voltando, ficando ou até mesmo constituindo uma nova família. Então, é tão semelhante a migração para o Japão com a migração para a cana, porque não há diferença propriamente dita. Os objetivos são os mesmos e eu até diria que os resultados são quase os mesmos. Por exemplo, entre você mandar para o Brasil R\$ 1.000,00 e mandar R\$ 100,00 para o Nordeste, psicologicamente, você está ajudando na sobrevivência das famílias (op. cit).

38. A monografia intitulada *A terra no horizonte dos canaviais: a modernização da agricultura e as transformações da resistência: a luta pela terra dos boias-frias da região de Ribeirão Preto-SP*, de Fabiana Garcia Munhoz, insere-se na temática assentamentos rurais, todavia, este foi o único trabalho relacionado a este tema.



Organograma 8: Principais temáticas – Geografias da Modernidade
Organização: Janaína Francisca de Souza Campos

De fato, os trabalhos de Yoshioka (1994) e Ferreira (2007) ligaram-se à temática migratória ao analisar a migração dos *dekasseguis*. O trabalho de Póvoa (2007) também discutiu o processo de territorialização judaica na cidade de São Paulo.

Sampaio (2007) e Machado Silva Júnior (2009) estudaram os impactos socioambientais e socioterritoriais gerados pela expansão do sistema agrícola canavieiro. Rossini (2003) concentrou-se no estudo de gênero sobre a força de trabalho na agricultura mecanizada. Nessa perspectiva de gênero, destacam-se os trabalhos de Silva (1994), que faz uma leitura sobre a subordinação do trabalho da mulher na pequena produção agrícola, Vicente (1999), que investigou o trabalho da mulher boia-fria na agricultura paulista e Jesus (1999), que abordou a dimensão política das mulheres envolvidas em sindicatos.

A dinâmica interna do grupo de pesquisa não estabeleceu um projeto em comum, mas projetos³⁹ individuais que se originaram da bolsa de produtividade da coordenadora do grupo. Metaforicamente, Rossini alude à árvore e seus galhos para explicar essa dinâmica, na qual os trabalhos de seus orientados são ramificações de seus projetos:

J – Não tem nenhum trabalho em conjunto, um projeto do grupo? R – Não, porque é como se fosse uma árvore, cada galho é um trabalho de pesquisa. Cada um é autor do seu projeto. Na USP, o hábito é de

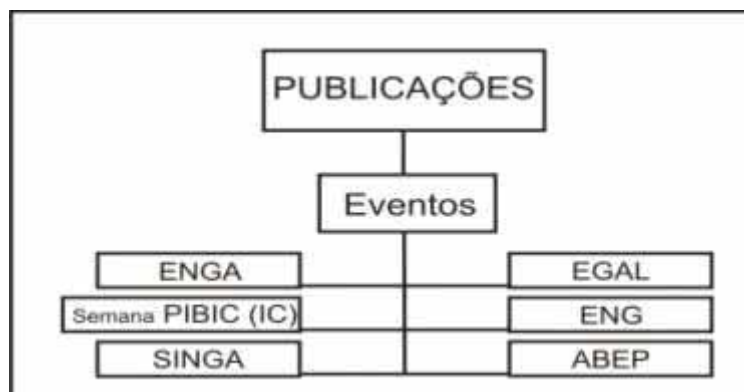
39. O nome do grupo de pesquisa originou-se do projeto apoiado pelo CNPq intitulado “Geografia e Gênero A Força de Trabalho Feminina no Agro-paulista. O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-área de Ribeirão Preto (SP)”.

não agregar o seu nome ao trabalho orientado. J – E quanto o projeto sobre Ribeirão Preto do qual a senhora estava falando? R – Essa é a minha bolsa de pesquisa. Eu sou a árvore, os galhos são os estudantes [...] (ROSSINI, op. cit).

Embora o grupo não desenvolva projetos de extensão, as pesquisas realizadas pelos membros, após o término de cada estudo, são socializadas com os sujeitos envolvidos na pesquisa – geralmente por meio de apresentações dos resultados alcançados na região da pesquisa. Como parte de um projeto pessoal de retorno à comunidade, a coordenadora do grupo está implantando um projeto no município de Serra Azul (SP), região de Ribeirão Preto, que visa ministrar aulas para crianças.

Os membros do grupo apresentam seus trabalhos nos principais eventos da Geografia e em outros espaços, como a Semana PIBIC de iniciação científica, ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), ENGA, ENG, SINGA e EGAL (Organograma 9). Nestes encontros, de acordo com Rossini, percebe-se uma dificuldade para adequar a temática ‘gênero’ aos espaços de diálogo, o que, por vezes, dificulta o debate. No entanto, a coordenadora considera positiva a participação nos encontros:

R – Eu acho que a grande forma de troca de experiências é sair do seu grupinho fechado e apresentar-se em congresso e reunião científica. Só assim você intercambia, aprende e conhece pessoas. Eu acho magnífico! [...] J – Mas a senhora consegue ver isso nos encontros? Existe esse diálogo em torno de geografia sobre gênero? R – Mais ou menos. Às vezes, as pessoas não sabem em geral em qual sessão científica me colocar. Batalho para que a mulher tenha visibilidade nas pesquisas, porque a minha primeira discussão é: toda vez que não formos nos referir especificamente a homens, temos que falar pessoas, humanidade, e quando for específico, falar homem. A língua portuguesa permite isso. Se nós mulheres não dermos visibilidade ao nosso trabalho, ninguém vai dar (ROSSINI, op. cit).

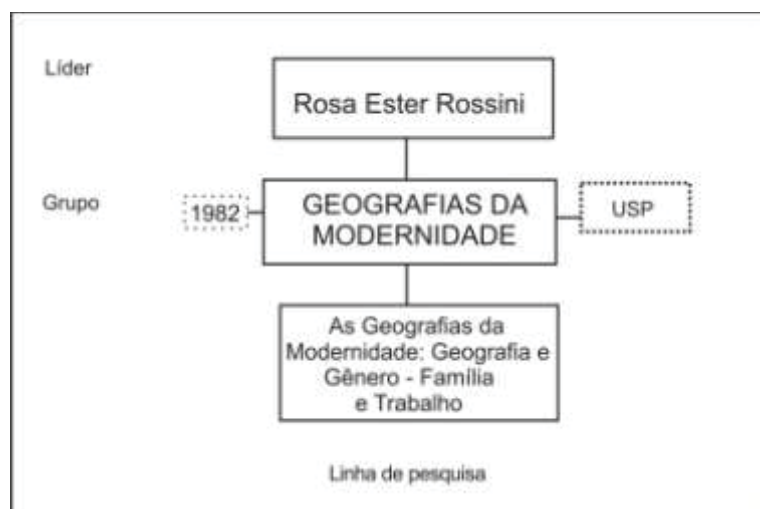


Organograma 9: Publicações – Principais eventos e periódicos – *Geografias da Modernidade*

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O grupo desenvolve suas atividades junto ao Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial (LABOPLAN), espaço físico que congrega outros grupos. Na busca de estabelecer uma leitura geográfica sobre as relações de gênero, o grupo estabelece contato com o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE-USP) e com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas (GRAPP–UFPE).

No que diz respeito à sistemática de trabalho, o grupo desenvolve reuniões quinzenais para a apresentação dos trabalhos em andamento, englobando alunos da graduação e pós-graduação. Por fim, o organograma 10 sintetiza, em linhas gerais, algumas das informações sobre o grupo.



Organograma 10: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano e criação – *Geografias da Modernidade*

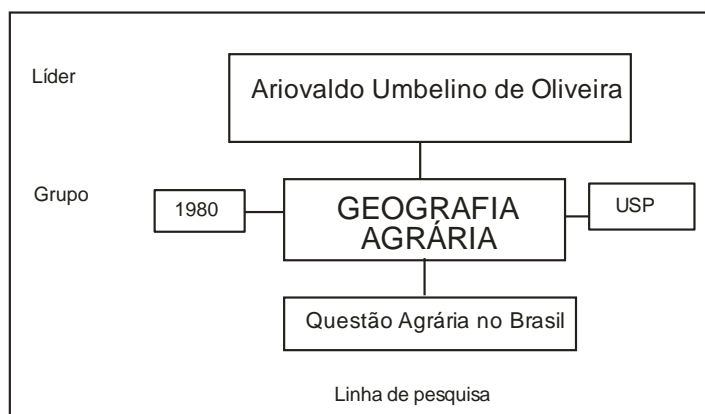
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

4.2.3 Geografia Agrária⁴⁰ – USP

O fundador do grupo, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, desenvolve seus trabalhos desde 1980, ano em que iniciou suas atividades na FFLCH-USP. Segundo Oliveira⁴¹, o objetivo principal do grupo tem no campesinato o seu foco:

A – O objetivo central do grupo é constituir uma corrente de pensamento que pensasse o campesinato como classe na sociedade capitalista. Esse é o objetivo teórico. Nós pertencemos a um grupo que nega que os camponeses são herança feudal, diferentemente do grupo do Armem, que acha que é feudal. São diferentes correntes, mas nós seguimos o pensador brasileiro José de Souza Martins, e como referência internacional seguimos o Shanin. Eles pensam mais ou menos por esse caminho (OLIVEIRA, 2010).

Tendo como preocupação o estudo do campesinato, o grupo atua na linha de pesquisa: “*Questão Agrária no Brasil*” e, a partir dela, outros temas são desencadeados (Organograma 11).



Organograma 11: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – Geografia Agrária

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

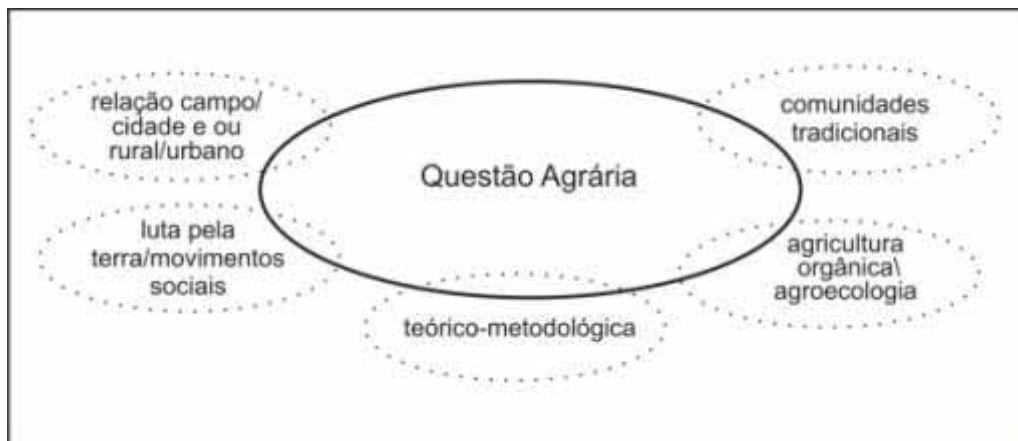
40. Há de se esclarecer a diferença entre *Laboratório de Agrária* e o grupo *Geografia Agrária*. Em entrevista concedida pelo fundador do grupo, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira explicou que o Laboratório de Agrária é o espaço físico usufruído pelos pesquisadores e que congrega outros grupos de estudo, institucionalizados ou não, sendo o *Geografia Agrária* o seu grupo que compartilha desse espaço. Decidiu-se tomar como análise esse grupo, pois, nele, estão os pesquisadores orientados pelo professor e que hoje desenvolvem pesquisas dentro do *Laboratório de Agrária*. Segundo Suzuki (2010), o *Laboratório de Agrária* incluiria outros “grupos de pesquisa” que realizam seus trabalhos seguindo uma abordagem temática distinta, mas que ainda não se consolidaram enquanto grupos específicos e oficializados.

41. Entrevista realizada pela autora com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em 20 de setembro de 2010.

A decisão por firmar apenas uma linha de pesquisa está fundada na compreensão da totalidade, característica da dialética, característica que também comparece em sua tese de doutorado:

A ideia aqui é de totalidade, da dialética e a dialética tem como centro metódico buscar a compreensão da totalidade. O que nós queremos é compreender a totalidade, por isso é que a linha de pesquisa chama-se Questão Agrária no Brasil, porque é a totalidade que queremos entender. Claro que é uma totalidade que é parte da sociedade brasileira, e essa sociedade é muito maior que a questão agrária, porque tem outras questões ainda, como a questão urbana. É a questão agrária por conta de garantir a necessidade de se produzir uma teoria que dê conta da totalidade do campo brasileiro. É esse o meu objetivo (OLIVEIRA, 2010).

O leque de temáticas investigadas pelo grupo é bastante amplo, já que a linha de pesquisa do grupo é diversa e abrangente. Observando este fato, as temáticas de estudos referidas são as seguintes: a **luta pela terra e movimentos sociais** (SANTANA, 2005a; BOMBARDI, 2003; AVELINO JÚNIOR, 2003; GOMES, 2003; FELICIANO, 2003; CORNETTA, 2005; FELICIANO, 2005; GIACOMINI, 2007; FELICIANO, 2007; BERNINI, 2009; SILVEIRA, 2009), **relação campo-cidade e/ou rural urbano** (CASTRO, 2005a; SANTOS, 2003; SANTANA, 2005b; CASTRO 2005b; GOLDFARB, 2005), **comunidades tradicionais** – faxinais, quilombolas e indígenas – (GOMIDE, 2003; LIRA, 2005; TAVARES, 2005; CRUZ, 2005, SOBRINHO, 2009; GERRERO, 2009; SANTANA, 2009), a questão sobre a **agroenergia**, com destaque para os biocombustíveis (XAVIER, 2009, BELLACOSA, 2009; BOMBARDI, 2009), as práticas da **agricultura orgânica/agroecológica** (SANTOS, 2007; MARCOS, 2007; SANTOS, 2009), a **agricultura familiar/camponesa** (SANTOS, 2009; PAVAN, 2009; TAVARES, 2009) e trabalhos que discutem a temática **teórico-metodológica**, sobretudo, do marxismo e da política para a teoria do campesinato e sobre a etnoconservação (SILVA, 2005; CAVALIERI; SILVA, 2005; CAVALIERI, 2007; BERNINI, 2007) (Organograma 12).



Organograma 12: Principais temáticas – Geografia Agrária

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Preocupado compreender a problemática social do campo brasileiro e contribuir para a sua transformação, o grupo, em conjunto com o *Laboratório de Agrária*, organiza a *Revista Agrária*, desde 1998, com a proposta de constituir um veículo de debate em torno dos temas referentes à questão agrária – movimentos sociais, migração, desenvolvimento rural, reforma agrária e comunidades tradicionais. De periodicidade mensal, o grupo, também em conjunto com o *Laboratório de Agrária*, mantém a atividade “Prosa de Quinta”. A atividade possui três eixos articulados: a “Prosa”, debate aberto ao público em geral sobre as temáticas de pesquisa trabalhadas pelo grupo, através da exposição de um convidado, o “Agrária Pesquisa”, debate sobre as temáticas de estudo feitas pelos membros do grupo, e o “Cine Agrário”, que realiza a por intermédio de filmes.

Quanto à organização interna, o grupo não realiza reuniões comuns entre os membros do grupo. Para Oliveira (2010), isso faz parte de um projeto de cunho burocrata e formalista imposto, verticalmente, pelo CNPq:

No caso do Agrária, o momento de reunião de todos é o Simpósio de Geografia Agrária, mas que não é de reunião exclusiva do grupo do Ariovaldo. Nós nos reunimos no ENG e no ENGA, mas gradativamente estamos deixando de participar do ENGA. Eu, por exemplo, não participarei mais [...] A minha geração é que não tem essa coisa de burocracia e formalismo. E isso não quer dizer que eu sou contra, é diferente (OLIVEIRA, 2010).

O grupo realiza projetos de extensão, contudo, eles são sempre decorrentes das pesquisas de mestrado e doutorado, ou seja, não existe um projeto em comum.

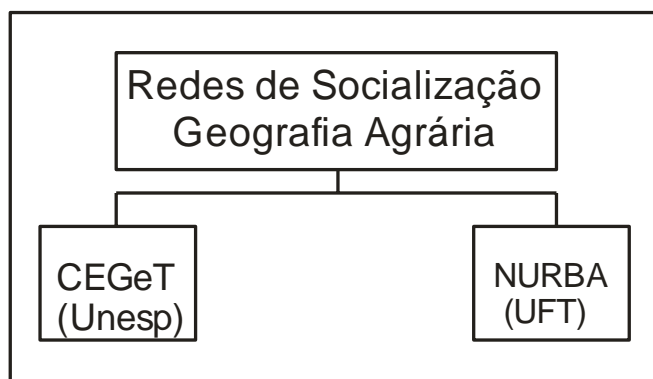
O trabalho com os movimentos sociais reúne a maior parte do grupo, sendo que outra parcela trabalha com a questão indígena:

A– Aqui nós não fazemos essa separação: tem hora que o trabalho feito é só mestrado e doutorado e tem hora que ele está casado com o trabalho de extensão. Por exemplo: fizemos vários estudos relativos a povos indígenas (trabalhos junto com os guaranis), mas isso não são duas coisas. Ele pode acontecer junto com o trabalho de pesquisa, como pode acontecer separado, como é o caso dos Xavantes (OLIVEIRA, 2010).

O projeto de pesquisa em comum do grupo assenta-se na concepção teórica compartilhada de uma corrente de pensamento. Quando indagado sobre a natureza do seu grupo, o professor afirmou:

A– Se você achar que em comum é sentar dois ou mais em volta de um mesmo projeto e fazer igual, minha resposta é não. Agora se você achar que em comum é continuar desenvolvendo uma corrente de pensamento, sim [...] *A reprodução do grupo está garantida nas concepções teóricas que seguimos* (OLIVEIRA, 2010, grifo nosso).

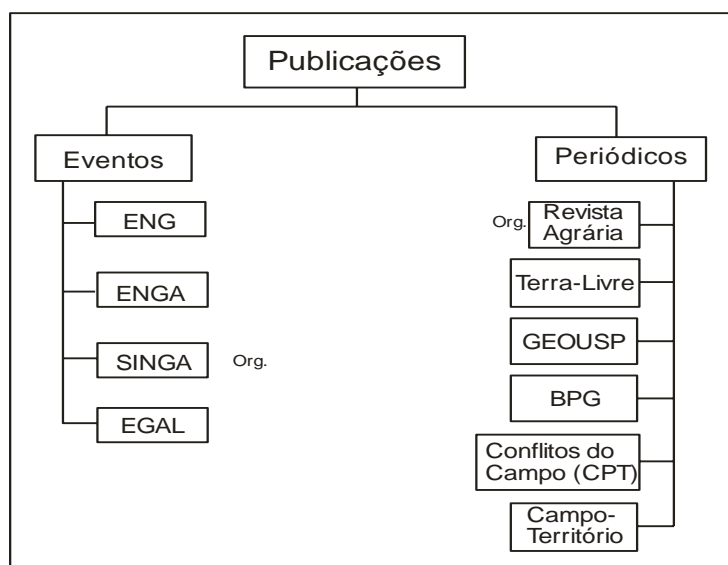
Quanto às redes de socialização com outros grupos, a interlocução efetiva-se com o Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários (NURBA–UFT) e o CEGeT (Organograma 13):



Organograma 13: Redes de socialização com grupos de pesquisa – Geografia Agrária

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O grupo publica, principalmente, na *Revista Agrária*, do qual também é organizador, *Terra-Livre*, GEOUSP, BPG, Conflitos do Campo (CPT), Campo-Território, e em eventos, como o ENG, ENGA, EGAL e SINGA, atuando no último, em algumas edições, como organizador (Organograma 14).



**Organograma 14: Publicações – Principais eventos e periódicos –
Geografia Agrária**

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

É importante frisar que a perspectiva do professor Ariovaldo sobre os grupos de pesquisa tem, única e exclusivamente, na corrente de pensamento e na abordagem teórico-metodológica a sua fundamentação, pois a forma com que os grupos de pesquisa foram concebidos pelo CNPq foi estruturada de acordo com as ciências exatas e naturais e não nas preocupações das ciências humanas e sociais, como é o caso da Geografia. De certa forma, essa é uma das dimensões que a institucionalização dos grupos de pesquisa também abarca, discutida no capítulo anterior.

4.2.4 Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro – Unicamp

Subordinado à Unicamp e coordenado pelo professor Ricardo Abid Castillo e Ricardo Mendes Antas Júnior, o grupo desenvolve suas atividades desde 2001 junto ao Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. Em 2001, o grupo desenvolvia suas atividades de pesquisa junto ao Geoplan (Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial) e com os professores Márcio Cataia e Adriana Bernardes. A partir de 2006, o professor Castillo passou a conformar o seu próprio grupo, cadastrando-o no DGPB como um espaço de pesquisa. O grupo ainda permanece vinculado ao Geoplan, espaço físico compartilhado pelo grupo.

A motivação para a criação do grupo atrelou-se à trajetória acadêmica do professor Castillo. Era necessário dar continuidade a pesquisa de doutorado para o aprofundamento sobre a agricultura de precisão e o papel das tecnologias da informação no campo:

Oficialmente, eu estou na Unicamp desde 2000 por concurso, mas trabalho aqui na graduação com os alunos desde 1999. Como eu tinha acabado de defender minha tese, eu estava eufórico em dar continuidade àquilo que eu tinha proposto na tese. Começou com um aprofundamento do trabalho que eu fiz sobre agricultura de precisão (um os capítulos da tese), sobre o papel das tecnologias da informação na racionalização da agricultura (CASTILLO, 2010⁴²).

Para dar prosseguimento à temática, o professor convidou inicialmente um aluno de graduação para investigar o sistema da agricultura de precisão no estado do Paraná. Neste trabalho, foi descoberto que partes deste sistema estavam sendo adotados por uma cooperativa naquele estado. Posteriormente, outros alunos foram agregados ao grupo a partir do estudo das tecnologias da informação na agricultura e da análise do zoneamento agrícola de riscos climáticos, no intuito de avaliar as consequências para a agricultura familiar e para a expansão das grandes empresas.

O grupo despontou como o primeiro centro de pesquisa em Geografia Agrária da Unicamp. Até então, o estudo do campo era executado por outras áreas do conhecimento:

J – O grupo liderado pelo senhor foi um dos primeiros em Geografia Agrária na Unicamp? R – É, não haviam outros grupos. Existia uma discussão que tangenciava a geografia agrária feita pelo pessoal do DPCT (Departamento de Política Científica e Tecnológica), mas meio que escondido nas disciplinas que eles ofereciam para o conjunto da Unicamp. Por exemplo, eles têm uma disciplina que é chamada Tecnologia e Sociedade, e essa questão do desenvolvimento agrário é discutida de alguma forma. Mas, em geografia agrária, não tinham grupos (CASTILLO, op. cit).

O grupo delimitou seus estudos em três linhas de pesquisa: “Logística de produtos agrícolas no território brasileiro”, “Regulação dos sistemas de transportes e energia elétrica no Brasil”; e “Tecnologias da informação e território brasileiro”⁴³. A linha de pesquisa “Logística de produtos agrícolas no território brasileiro”, constitui-

42. Entrevista realizada pela autora com Ricardo Abid Castillo, em 23 de abril de 2010.

43. A linha de pesquisa “Produção de informações, planejamento territorial e uso do território brasileiro” fazia parte do escopo de análise do grupo, mas, com a saída da pesquisadora Adriana Bernardes, a linha deixou de existir.

se com a linha principal, fazendo intersecção com as outras duas linhas de pesquisa (Organograma 15).

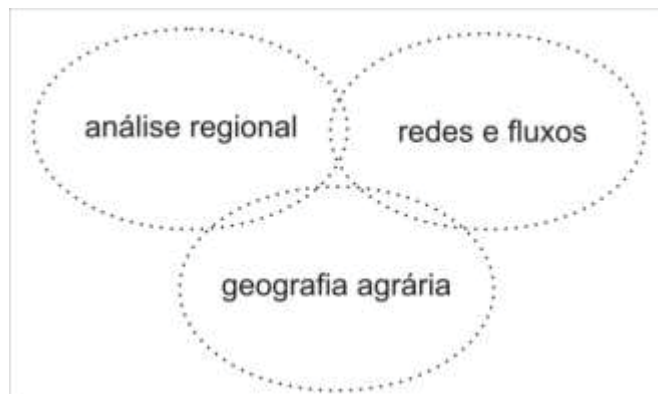


Organograma 15: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

As principais temáticas do grupo, chamadas de “campos de interesse” pelo coordenador são: **Geografia agrária, Rede e fluxos e Análise regional** (Organograma 16). Estas 3 temáticas sintetizam as 4 “entradas” de estudos do grupo: análise da região, análise da infraestrutura logística, análise do circuito espacial do produto e tecnologias da informação e agricultura/questão agrária:

[...] A inserção dos alunos se dá através de três entradas: 1) análise da região (não qualquer região, mas uma região que faça parte do nosso campo de interesse, por exemplo, sul do Maranhão, oeste da Bahia, sudoeste de Goiás etc.); 2) análise da infraestrutura logística (ferrovias, portos, plataformas logísticas etc.); 3) análise do circuito espacial do produto (soja, algodão, cana-de-açúcar etc.); 4) tecnologias da informação e agricultura/questão agrária – CNIR, zoneamento agrícola de riscos climáticos etc. (CASTILLO, op. cit).



Organograma 16: Principais temáticas – Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

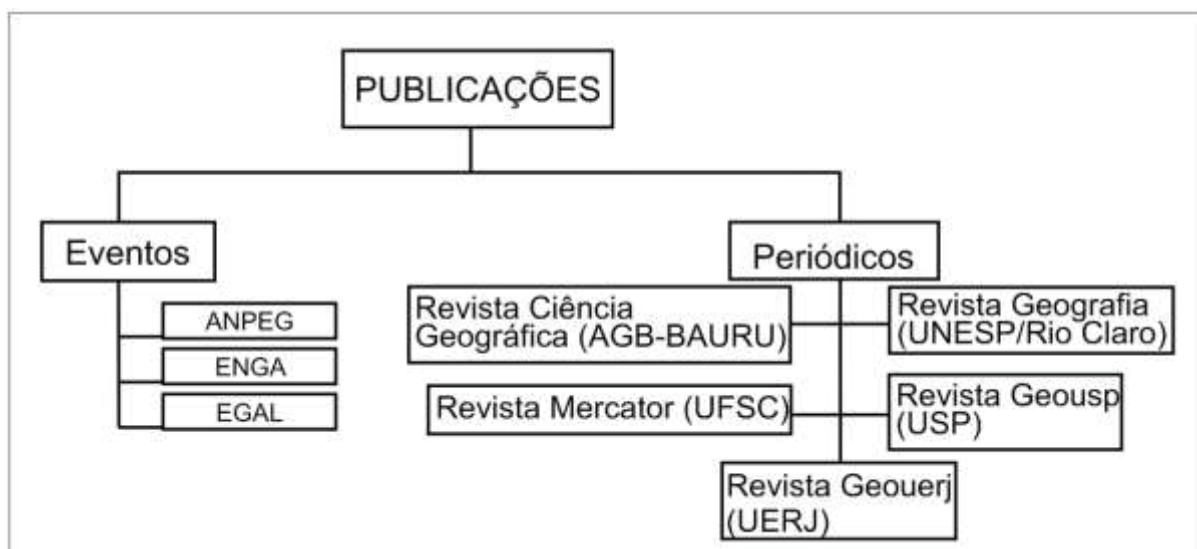
Castillo e Frederico (2010) analisaram os efeitos da modernização e da exportação agrícola no território brasileiro considerando a região competitiva e a logística para explicar a organização do território, entrando no campo de interesse sobre as Redes e fluxos. Toledo e Castillo (2008) centraram esforços para a compreensão do uso corporativo do território brasileiro pelas empresas processadoras de suco de laranja e na análise do circuito espacial produtivo.

Ainda com relação às estas temáticas, Castillo (op. cit) afirma que em comparação aos demais grupos de Geografia Agrária de São Paulo, elas são *destoantes*, uma vez que hoje, segundo o professor, a maioria dos grupos trabalha com movimentos sociais e reforma agrária Assim, além de expor para a diferencialidade temática, Castillo (op. cit) apontou também para a diferencialidade paradigmática dos estudos desenvolvidos pelo grupo:

[...] E o nosso grupo, em relação aos outros grupos de geografia agrária, destoa um pouco, porque eu acho que, majoritariamente, os grupos de geografia agrária trabalham com movimentos sociais e com a reforma agrária. Nós não trabalhamos com isso, não são nossos objetivos, mas constituem-se como dados do nosso tema. Tanto é que a gente usa os trabalhos que vocês fazem, do pessoal de Prudente e da USP. O nosso trabalho é um pouco parecido com o que a Júlia Bernardes (UFRJ) faz e com o que a Denise Elias faz no Ceará. A gente tem outra entrada, parte de outro referencial metodológico e eu acho que nos encontramos com o pessoal que trabalha com os movimentos sociais e com a reforma agrária naquele ponto aonde a gente quer chegar, no objetivo final. Talvez seja ali que a gente se encontre, mas a gente parte de caminhos diferentes, abordagens diferentes, vê outros problemas, que eu acho que são complementares [...] (CASTILLO, op. cit).

Os membros do grupo privilegiam a publicação de trabalhos em periódicos, como a revista “Mercator” (UFSC), na “Geografia” (Rio Claro), na “GeoUSP”, na “GeoSul” e na revista “Ciência Geográfica” (AGB-Bauru). Com relação à participação em eventos científicos, destacam-se o ENG, a ANPEGE e o EGAL (Organograma 17). O grupo também participa de eventos de outras áreas do conhecimento, já que para Castillo (op. cit), é necessário adentrar outras possibilidades. Sobre estes três encontros, Castillo ressalta sua importância e afirma:

[...] Eu gosto muito desses três encontros (ENG, ANPEGE e EGAL), porque eu acho que eles possibilitam uma discussão informal (nos corredores, nos cafés). Eles servem pra gente conhecer o trabalho que vem sendo apresentado, mas serve muito mais para estabelecer contato, para firmar relações, para conhecer mais a fundo a maneira de trabalhar das outras pessoas. Nesses eventos eu acabei conhecendo muita gente que passou a ser importante dentro da nossa bibliografia. [...] Eu acho que eles são fundamentais, e é importante que eles sejam seriados, que tenham essa periodicidade (CASTILLO, op. cit).



**Organograma 17: Publicações – Principais eventos e periódicos –
Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro**

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Apesar de não organizar eventos e publicações próprias, a realização de um evento é cogitada pelo grupo:

Existe vontade, mas não de uma publicação própria, pois eu acho que não temos fôlego e já existem muitas revistas - muitas delas com carência de textos. Nossa ideia é valorizar as revistas que estão aí, não de criar mais uma. E quanto à organização de eventos, aí sim, já

pensamos, já cogitamos, mas nunca fizemos. Mas é uma ideia que queremos colocar em funcionamento (CASTILLO, op. cit).

No que diz respeito à relação com outros grupos de pesquisa, o *Logística* estabelece discussões com o grupo do professor Ricardo Mendes Antas Jr., hoje professor do Departamento de Geografia da USP e vice-líder do grupo⁴⁴. Apesar dos alunos desenvolverem atividades com os alunos do grupo “Círculo de Informações, Urbanização e Território”, liderado pela ex-pesquisadora Adriana Bernardes, não existe uma relação mais intensa entre os grupos. Os alunos dos dois grupos, por dividirem o mesmo espaço (Geoplan), acabam firmando vínculos, mas sem que haja uma organização conjunta com a proposição de uma agenda em comum a ambos.

Quando analisado a organização interna do grupo, destacam-se a realização de seminários de pesquisa entre os alunos feitos semanalmente e os trabalhos de campo pela região de Campinas, realizado quinzenalmente. Os alunos de mestrado e doutorado, por conta da reserva técnica destinada, tem a oportunidade de realizar trabalhos de campo fora do Estado, como Bahia, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Goiás.

4.2.5 CEGeT– Unesp

Fundado em 1996, o CEGeT é ligado ao Departamento de Geografia da FCT-Unesp, *campus* de Presidente Prudente e coordenado pelo professor Antonio Thomaz Júnior, da mesma instituição, e pelo professor Marcelo Dornelis Carvalho, da Unesp, *campus* experimental de Ourinhos.

A motivação para a criação do grupo efetivou-se com o término do doutorado do professor Thomaz, mesmo ano de fundação do grupo (1996). Todavia, antes mesmo desse período, já havia se cogitado a constituição de um grupo de pesquisa. A motivação para a formação do grupo embasou-se na conjugação de três pontos cruciais, sendo o principal a vontade de constituir um canal de debate em equipe:

[...] Quando eu comecei a finalizar minha tese de doutorado, percebi que a possibilidade de juntar as pessoas em torno de um coletivo era absolutamente imprescindível. Eu já tinha várias pessoas que trabalhavam comigo na iniciação científica, mas como eu não era doutor, eu ficava muito limitado. Eu tinha bolsa de iniciação (era uma ou duas), pois como eu tinha um currículo um pouquinho melhor que

44. Grupo *Espaço geográfico na teoria social crítica: estudos sobre a formação sócio-espacial brasileira*, do professor Ricardo Mendes Antas Jr..

a média, eu conseguia outras bolsas, mas também era tudo muito limitado. No meu caso, o estreitamento da militância política com a minha pesquisa é algo que me acompanha desde que eu entrei na universidade. Tudo isso foi se somando e eu cheguei à conclusão que aquela ideia de formar um coletivo tinha que acontecer. Já tínhamos em Prudente o GAsPERR, que foi o primeiro grupo aqui (eu não sei qual o ano de criação, mas deve ser de 1995) (THOMAZ JÚNIOR, 2010⁴⁵).

De acordo com Thomaz Júnior (op. cit), a conclusão da sua tese de doutorado permitiu a expansão e a consolidação da pesquisa, sendo possível empreender esforços ao grupo e angariar mais recursos. “O CEGeT surge num momento que eu “consegui tirar a cabeça fora d’ água”, isto é, com a defesa da minha tese, porque até então eu estava “enfado” nela e não tinha possibilidade para concretizar a formação de um grupo” (THOMAZ JÚNIOR, op. cit). Ao apontar para o surgimento do primeiro grupo de pesquisa do Departamento de Geografia da instituição (GAsPERR), o professor relata o caráter inicial dos grupos da FCT, centrados, naquele momento, no aprofundamento, avanço e discussões advindas dos trabalhos de mestrado e doutorado dos coordenadores.

O segundo ponto que estimulou a criação e consolidação do grupo está relacionado ao credenciamento do professor na pós-graduação, em 1998, o que aumentou a necessidade de criação de um espaço comum de pesquisa. Nesta época, além dos alunos da pós-graduação, já haviam os alunos da graduação (THOMAZ JÚNIOR, op. cit).

O terceiro e último ponto associou-se ao trabalho intenso dos professores na busca pelo desenvolvimento das suas atividades, incitado, sobretudo, por uma disputa interna departamental. A fadiga ocasionada por essa disputa, segundo Thomaz Júnior (op. cit), teria levado os professores a investirem fortemente na pesquisa, o que ajudou a potencializar o crescimento dos grupos e da pós-graduação da unidade de ensino. Thomaz Júnior afirma que “trancar a porta” fomentou esse processo:

Eu acho que o terceiro ponto dá um lastro para os objetivos. O que estimulou o CEGeT é uma coisa que, por enquanto, eu não ouvi os outros colegas comentarem a respeito: chegou um momento aqui no departamento que eu não aguentava mais ficar brigando, isso aqui era um “ringue”, muita disputa, muita efervescência [...] Eram disputas mesmo, por questões departamentais, como: quem vai ser o

45. Entrevista realizada pela autora com Antonio Thomaz Júnior, em 16 de abril de 2010.

chefe, quem vai apoiar quem, enfim, essas coisas. É claro que isso teve rebatimentos em toda vida do departamento, mas chegou um momento que todo mundo se encheu disso e cada um resolveu do seu jeito e tivemos que “trancar a porta”. Só que a gente falava que trancava a porta por causa do calor, do ar-condicionado...Todo mundo trancou a porta e começou a “regaçar a boca do balão”. Se você tomar como exemplo o nosso programa de pós-graduação e comparar com a USP nos últimos 15 anos, é impressionante o que aconteceu aqui (THOMAZ JÚNIOR, op. cit).

A partir desses três elementos colocados – importância do agrupamento para a interlocução de ideias, as pesquisas junto ao PPGG e o avanço dos professores – o CEGeT consolidou-se.

No que tange ao cadastro do grupo junto ao DGPB, de acordo com Thomaz Júnior (2010), a conformação do grupo não foi motivada devido à criação da base (DGPB), mas na intenção de realizar reflexões originárias do seu trabalho de doutorado em torno de um coletivo de pesquisa.

O projeto de extensão do grupo “Construindo o Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical-Florestan Fernandes” (CEMOSi) é um acervo documental sobre a temática sindical e operária do Brasil que desdobra-se em 4 linhas de atuação: 1) catalogação, manutenção e organização do material do CEMOSi; 2) organização e realização de exposições temáticas, documentais e fotográficas, mesas de debates e realização das edições da “Jornada do Trabalho”; 3) ampliação e implantação de um acervo de vídeos (documentários e educativos) e 4) “CEMOSi Imagem e Vídeo”, que se constitui num projeto dedicado a produção de documentários, vídeo-clipes⁴⁶ e kits, fruto das pesquisas desenvolvidas no CEGeT.

O CEGeT conta com eventos e publicações organizados pelo grupo. A “Jornada do Trabalho” é realizada anualmente e, em parceria com o CEMOSi, traz para o debate temas políticos que possuem o eixo trabalho como o centro das discussões. Como uma atividade de extensão, o intuito é aproximar a comunidade das pesquisas desenvolvidas pelo CEGeT, contando com a participação de organizações sindicais. A primeira jornada foi realizada com o apoio da Fundunesp que, em 2000, financiou uma pesquisa empreendida pelo grupo e agregou

46. O Vídeo-documentário “Cana no Pontal”, vinculado ao projeto de pesquisa “Agronegócio e Dinâmica Geográfica da Expansão da Cana-de-açúcar no Oeste Paulista”, inaugurou essa nova fase do CEGeT. “O propósito é viabilizar outras experiências, bem como clipes para fazer da linguagem televisiva aliada a divulgação das nossas pesquisas, e mais ainda, utilizar de mecanismos mais eficientes para debater com a comunidade, com os sindicatos, com os movimentos sociais” (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 67).

resultados que necessitavam ser redimensionados junto aos sindicatos de Presidente Prudente (SP), o que ocasionou a primeira edição da jornada.

Em razão da rede de pesquisa encabeçada pelo CEGeT, a “Jornada do Trabalho” ganhou maior abrangência e fluidez, realizado em diferentes regiões do Brasil – a 7º edição aconteceu em Marechal Rondon (PR), a 9º em Catalão (GO) e a 10º realizada em João Pessoa (PB). O evento preocupa-se em manter um fórum de debates sobre a temática do trabalho com os principais grupos interlocutores do CEGeT:

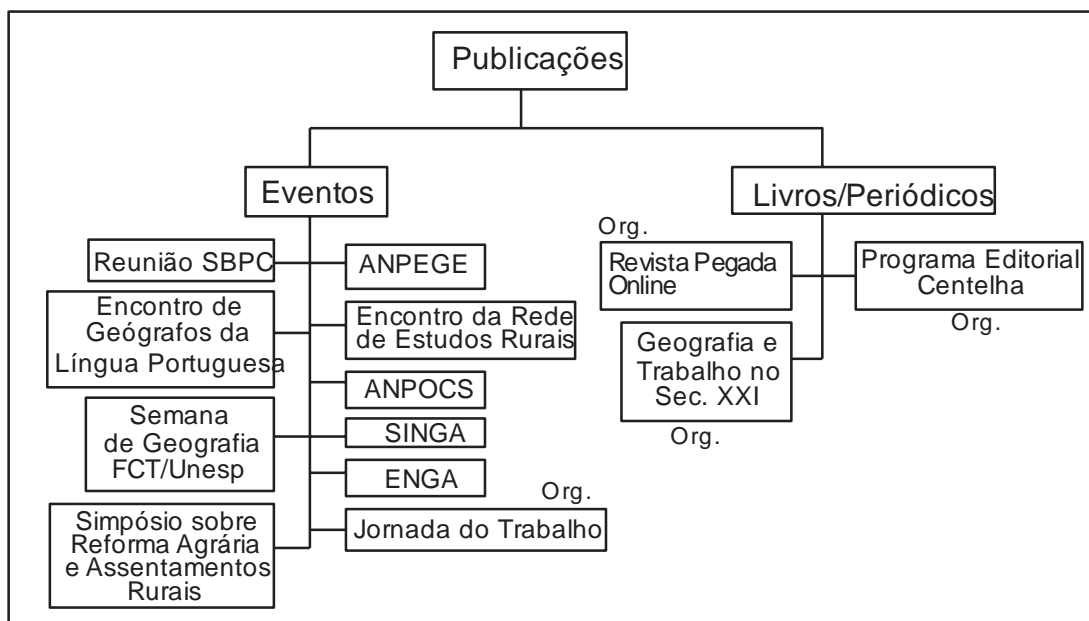
[...] A nossa preocupação é que a Jornada seja um evento do CEGeT. É claro que é um evento nosso, mas também é um evento para os nossos interlocutores, diferentemente de um evento de massa, como o da AGB. A Jornada é um evento para aglutinar pesquisadores, pessoas que estão próximas do cenário do trabalho. Esse é o nosso objetivo (THOMAZ JÚNIOR, op. cit).

Com relação às publicações, a revista “Pegada Eletrônica (*online*)” é um periódico produzido pelo grupo, divulgado desde o ano 2000 e que reúne trabalhos que também trazem questões referentes à Geografia e ao trabalho. Inicialmente, a revista apreendia textos produzidos apenas pelos membros do grupo e era distribuída no formato impresso e, nos seus três primeiros anos, possuía caráter anual. Em 2003, o periódico passou a ser divulgado semestralmente e ganhou outra dimensão, incorporando reflexões de outros pesquisadores de “fora” do grupo. Além de ter a seu próprio canal de publicação, o grupo divulga, principalmente, seus estudos na revista “Terra Livre”, “Campo-Território”, “GeoUsp” e no Boletim Paulista de Geografia (BPG).

Outro espaço criado pelo grupo é a coleção do Projeto Editorial Centelha “Geografia e trabalho no século XXI”, com a publicação de quatro volumes – 1º volume (2004), 2º volume (2006), 3º volume (2007) e o 4º volume (2009). Ao contrário da revista Pegada, que inclui textos de autores que fazem ou não parte do CEGeT, esta coleção destinou-se, exclusivamente, a produção intelectual dos membros do grupo (THOMAZ JÚNIOR, op. cit).

Entre os principais eventos que o grupo participa destacam-se o ENGA, SINGA, ANPEGE, Encontro da Rede de Estudos Rurais, Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, Encontro Anual da ANPOCS, Semana de

Geografia de Presidente Prudente, Reunião da SBPC, Encontro de Geógrafos de Língua Portuguesa e Jornada do Trabalho (Organograma 18).



Organograma 18: Publicações – Principais eventos e periódicos – CEGeT

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

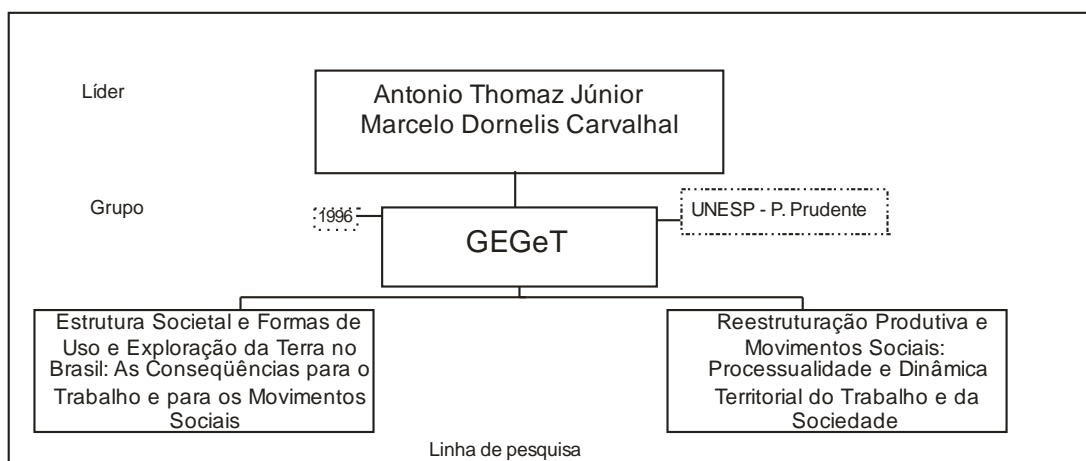
Para o professor Thomaz Jr., os eventos não têm proporcionado um espaço de discussão que qualifique o debate do grupo, uma vez que não tratam a relação capital x trabalho. A temática central do grupo volta-se à análise do *esgarçamento* do tecido social pelo viés do trabalho:

Estou olhando para o tecido social e estou vendo a confusão que é: muitas vezes, o mesmo capital, domina e estrangula as duas pontas, esgarçando-as. E o estranhamento é a lei, e isso vai rebater nos pesquisadores, entende? Com a verticalização da área de especialização, vão se erguendo “paredes”, inibindo o horizonte. E eu estou tentando enxergar o trabalho de outra forma, mas é claro, tomando “porrada” daqui, tomando “porrada” dali. Se eu vou numa mesa para discutir uma coisa específica do campo e eu foco mais o camponês, que eu acho que naquele caso é uma expressão do trabalho importante, tomo “porrada”. Eu tenho uma filiação marxista desde que eu me entendo por gente, e eu não vou mudar por causa disso, por causa dessas disputas e “perrengues”, mas é uma coisa que marca. Não marca muito negativamente em mim, porque eu tenho o “couro grosso”, mas eu vejo que para alguns dos meus orientandos que estão começando isso pega mais fundo. Eu converso com eles frequentemente, sou muito aberto, e acho que a única saída é continuarmos abertos ao debate. Sei lá para onde vai isso, mas o que eu sei é que não vou me “entrifeirar”⁴⁷ como vários

47. A palavra “entrifeirar”, embora não apresente registro no dicionário da língua portuguesa, foi utilizada pelo professor Thomaz Jr. como sinônimo de disputa e divergência.

desses colegas que, na minha opinião, se “entrifeiram” (THOMAZ JÚNIOR, op. cit).

O grupo propõe realizar uma leitura geográfica através da temática trabalho e, neste sentido, tem encontrado um nível de interlocução abaixo do desejado. Para o tratamento dessa temática, o grupo está centrado em duas linhas de pesquisa intituladas “Estrutura Societal e Formas de Uso e Exploração da Terra no Brasil: As Consequências para o Trabalho e para os Movimentos Sociais” e “Reestruturação Produtiva e Movimentos Sociais: Processualidade e Dinâmica Territorial do Trabalho e da Sociedade” (Organograma 19).

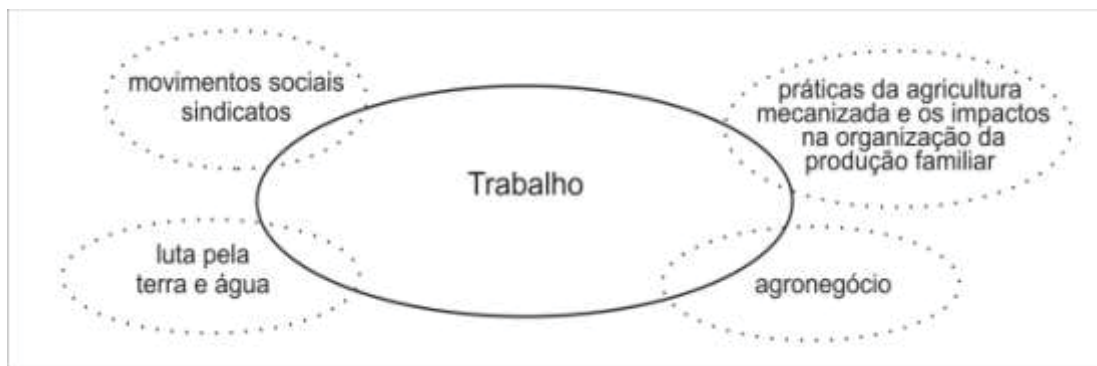


Organograma 19: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – CEGeT

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A temática **trabalho** se relaciona a outras, como **luta pela terra** (MENDONÇA, THOMAZ JÚNIOR, 2005) e **pela água**, os **conflitos que mediam esse espaço de disputa, sindicatos e movimentos sociais** – urbanos e rurais – (FOSCHIERA; THOMAZ JÚNIOR, 2007; SOUZA; THOMAZ JÚNIOR, 2007; LIMA, 2005), as **práticas da agricultura mecanizada e os impactos na organização da produção familiar, o agronegócio e as relações de trabalho** (MENDONÇA, THOMAZ JÚNIOR, 2003; SILVEIRA, 2007; OLIVEIRA; THOMAZ JÚNIOR, 2009; OLIVEIRA, 2009; BARRETO; THOMAZ JÚNIOR, 2009; BEZERRA, 2009) são temáticas que circundam e entram em contato com a temática principal. Outra temática que recentemente tem sido trabalhada refere-se ao estudo das

comunidades amazônicas e suas relações de trabalho e a análise do discurso jornalístico (SOUZA, 2005) (Organograma 20).



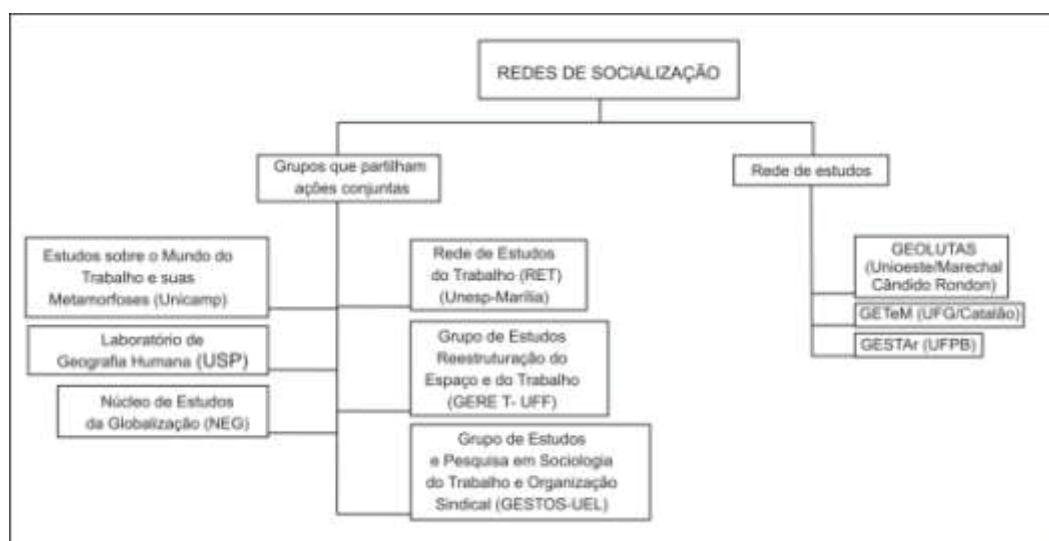
Organograma 20: Principais temáticas – CEGeT

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

No que tange a escolha da temática principal, o trabalho, Thomaz Jr. esclarece a opção em transitar por esse escopo e faz alusão ao exemplo de um cidadão brasileiro. Independente da sua classe, se camponesa ou operária, a leitura do grupo busca dar um olhar geográfico para a relação capital x trabalho que envolva tanto o campo como a cidade, as territorialidades e significações do sujeito:

Quando a minha escolha é o trabalho e eu tento transitar pelo tecido social, eu não estou me fechando. Eu estou tentando entender o que acontece com o João da Silva, que é um cara que saiu lá do coração do ABC, que era um operário da Volkswagen. Esse cara foi se degradando do ponto de vista das relações de trabalho, foi se esgarçando, vendendo alça de sutiã na “boca” do metrô e vem comprar terra aqui. Aqui, o João da Silva vai ser focado por aqueles que estudam reforma agrária, porque ele participa das lutas. Esse cara já não faz mais parte daqueles que estudaram o movimento operário lá no ABC, porque ele não está mais lá? A minha preocupação não é criar mais uma fissura. Eu estou preocupado em entender o seguinte: quem é esse cara? Onde ele está? Essa caminhada dele é o que? Isso demonstra que o tecido está apodrecido. O que é isso? Bom, isso é minha pesquisa. Na verdade, eu não estou me fechando, eu estou tentando entender a amplitude geográfica, enfim, as territorialidades dessas diferentes significações que esse “fulano” construiu do ponto de vista de ser um trabalhador. Para alguns, quando ele é um operário, ele faz parte da classe trabalhadora. Quando esse cara vem ocupar terra, ele é camponês e já não faz mais parte da classe trabalhadora. Eu não partilho dessa concepção, mas eu estou tentando construir uma leitura, uma interpretação da sociabilidade do trabalho, inclusive a sociabilidade perdida, recuperada, enfim, retomada. Mas não nos moldes de classificar, que quando ele ocupa terra ele é camponês e não-trabalhador. Isso é conversa mole, é “conversa mole para boi dormir” (THOMAZ JÚNIOR, op. cit).

O CEGeT estabelece contatos com outros grupos de pesquisa, agrupados em dois tipos: grupos que partilham ações conjuntas e grupos de rede de estudos. No primeiro, as articulações são mediadas com os seguintes grupos: “Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses”, (Unicamp); “Laboratório de Geografia Humana”, (USP); “Núcleo de Estudos da Globalização” (NEG) e “Rede de Estudos do Trabalho” (RET) (Unesp-Marília); “Grupo de Estudos Reestruturação do Espaço e do Trabalho” (GERET) da UFF, “Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia do Trabalho e Organização Sindical” (GESTOS-UEL) e professores que atuam de maneira mais individual, como Diamantino Pereira, (PUC-SP) e José Gilberto de Souza (Unesp-Rio Claro) (THOMAZ JR., 2009). O outro grupo caracteriza-se por ser uma rede de estudos e pesquisas mais efetiva: Geolutas (Unioeste-Marechal Cândido Rondon), GETeM (UFG-Catalão), GESTAr (UFPB), os professores Marcelino Andrade (UFM-Nova Andradina); Jorge Montenegro Gómez, (UFPR) e pela equipe de estudos que começa a se formar sob a coordenação do professor Atamis Antonio Foschiera (UFT) (THOMAZ JÚNIOR, 2009) (Organograma 21).



Organograma 21: Redes de socialização com grupos de pesquisa – CEGeT
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Ainda, cabe ressaltar sobre os vínculos firmados em escala internacional com o Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento da Galícia (IDEGA), as equipes coordenadas pelos professores Joan-Eugeni Sánchez e Horácio Capel, ambos da Universidade de Barcelona, Doreen Massey, da Universidade de Sussex (Inglaterra), Ursula Huws, da *London Metropolitan University* (Londres-Inglaterra),

Francisco Checa, da Universidade de Almeria (Andaluzia-Espanha) e José Daniel Gómez, da Universidade de Alicante, na Espanha (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

O grupo realiza reuniões a cada 40/45 dias, trabalhos de campo e colóquios. Todas essas atividades contam com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação. Já no que diz respeito ao desdobramento da pesquisa fora da unidade universitária, a mediação é feita por meio de sindicatos e movimentos sociais. O envolvimento político, o engajamento e a militância são características do grupo.

4.2.6 NEA – Unesp

Coordenado pelo professor Enéas Rente Ferreira e pela professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, o grupo foi criado em 2008 e está ligado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Unesp, *campus* de Rio Claro.

Dentre os grupos analisados, o NEA desponta como o mais novo, o que não significa que estes professores não realizassem pesquisas antes da constituição do grupo. A criação do NEA reuniu e consolidou as pesquisas nesta área que já vinham sendo desenvolvidas por um grupo de docentes e discentes

De acordo com Ferreira et al. (2010)⁴⁸, a constituição do NEA também objetivou o fortalecimento e a reativação da pesquisa em Geografia Agrária que na década de 1970 despontou como referência para a Geografia brasileira. Somada a essa questão, Ferreira et al., (op. cit) também sinaliza para a demanda institucional estimulada pelo CNPq de articulação de pesquisadores em grupos de pesquisa. Esse novo processo faz parte de um novo “encaminhamento institucional” dado à pesquisa no país:

[...] Eu acho que o grupo surgiu porque nós já tínhamos pessoas trabalhando na Geografia Agrária e precisávamos pensar em discutir coletivamente os nossos trabalhos. Nesse sentido, isso é um aspecto. Agora sob uma leitura institucional, eu acho que existe o fato do encaminhamento institucional que é dado. Começa com o diretório do CNPq e partir daí somos meio que forçados a fazer isso. Mas a gente quer um pouco mais. Eu particularmente digo que eu gostaria de ter muito mais com isso. A ideia é que a gente consiga ser muito mais que isso (FERREIRA, et al., op. cit).

48. No caso do NEA, a entrevista foi realizada com os coordenadores do grupo e com parte da equipe. Entrevista realizada pela autora em 27 de abril de 2010.

Por se tratar de um grupo em fase de consolidação, o NEA ainda procura definir sua identidade temática. Mais que um grupo registrado no CNPq e que necessita estar vinculado ao DGPB para a captura de recursos financeiros, o grupo aspira conformar uma identidade temática:

[...] A nossa preocupação, para esse ano, é de justamente traçar um perfil, identificar um projeto, um grande projeto, dentro do qual nós pudéssemos estar abrindo um leque de pesquisa para a iniciação científica, mestrado e doutorado. Inclusive, num primeiro momento, nós não pensamos, de forma nenhuma, no limite de Rio Claro. Nós já pensamos em alguma coisa ligada a pesquisa nos municípios da região da *cueta*. Iremos tentar definir uma identidade em termos de local, como Rio Claro, os pequenos municípios próximos da região da *cueta* e a unidade familiar de produção como foco de pesquisa (FERREIRA et. al, op. cit).

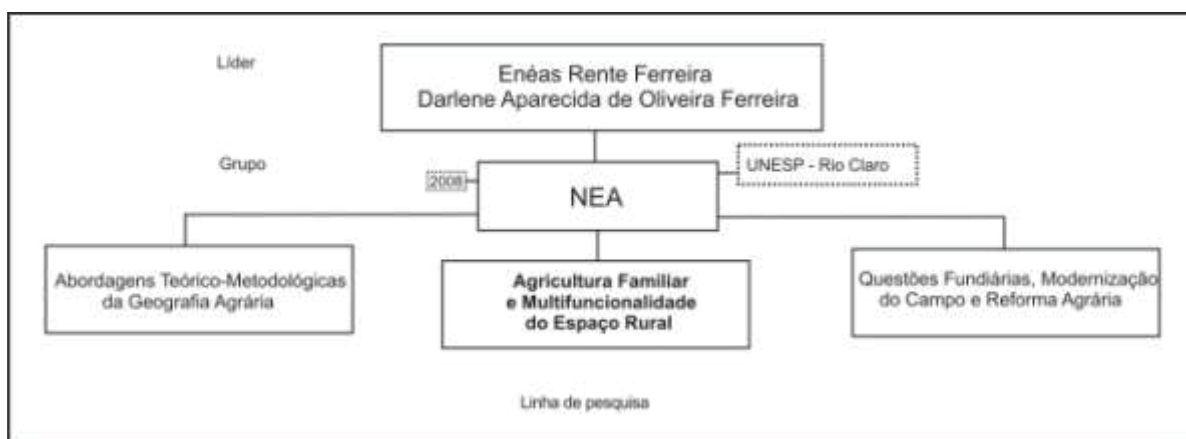
Ferreira et. al (op. cit) esclareceu sobre os desafios e objetivos do NEA para os anos de 2009 e 2010: se em 2009 o trabalho desenvolvido pelo grupo voltou-se ao autoconhecimento, a partir do ano de 2010, o foco foi na ampliação do espectro de relações:

O nosso objetivo esse ano no NEA é fazer essa ampliação em termos de relações. O ano passado fizemos um trabalho muito interno, usando colóquios de pesquisa e apresentando projetos, uma coisa de autoconhecimento ainda. Esse ano, eu acho que nós já temos, talvez, a capacidade de estar ampliando e buscando parcerias. Hoje, podemos dizer que o NEA tem como parceiros a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Agricultura Municipal e estamos tentando, agora, formatar projetos e colocar mais estagiários dentro da secretaria para tentar desenvolver alguma coisa relacionada a agricultura familiar e a multidimensionalidade. Este seria o nosso tema (FERREIRA et al., op. cit).

Com o objetivo de ampliar as parcerias, o projeto de extensão iniciou sua fase de implantação no ano de 2010 e procura firmar relações com a Secretaria Municipal de Agricultura e com a Secretaria Municipal de Turismo. O objetivo volta-se para a análise da agricultura familiar no município de Rio Claro e para a sua multidimensionalidade, haja vista que a prefeitura vem tentando lançar um roteiro de turismo rural para o município. Para Ferreira et al. (op. cit), o objetivo é evidenciar as pequenas propriedades familiares e entender suas dinâmicas, com atenção às mudanças que perpassam o campo, como a inserção das atividades não-agrícolas e a prestação de serviços. Uma das preocupações é pensar em iniciativas e projetos

que melhorem as condições das famílias enquanto unidades produtoras de alimentos.

A equipe atua por meio de três linhas de pesquisa: 1) “Questões fundiárias, modernização do campo e reforma agrária”, que visa estudar a reforma agrária e a territorialização dos assentamentos rurais no Brasil, os impactos ocasionados pelo processo da modernização da agricultura e a estrutura fundiária brasileira; 2) “Agricultura familiar e multifuncionalidade do espaço rural”, que busca enfatizar o papel da produção familiar, as relações campo/cidade e ruralidade/urbanidade, as novas dinâmicas da agricultura familiar, com destaque para pluriatividade e as práticas agroecológicas e o desenvolvimento rural sustentável; 3) E, por fim, a linha “Abordagens teórico-metodológicas da geografia agrária”, que procura analisar as bases teórico-metodológicas, os conceitos e/ou categorias geográficas e os métodos adotados no estudo da geografia agrária brasileira (Organograma 22).

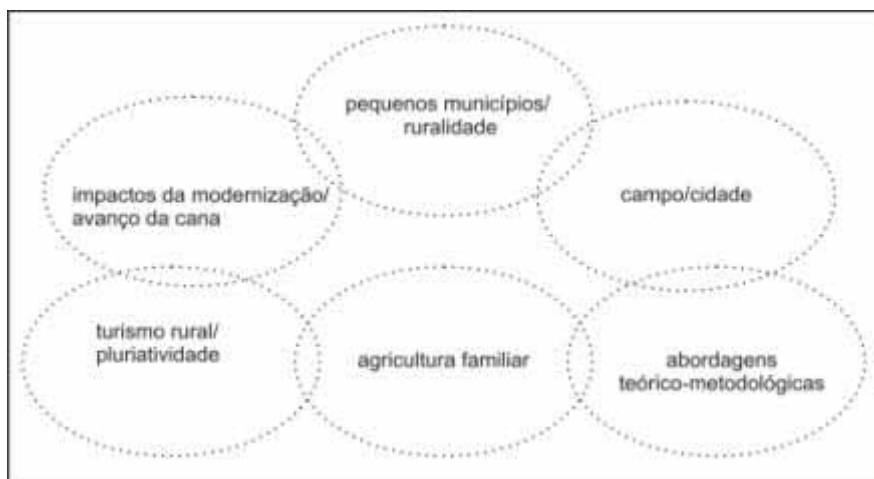


Organograma 22: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – NEA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Os temas centram-se, sobretudo, na **abordagem teórico-metodológica** da Geografia Agrária (ALVES, FERREIRA, 2009; MAIA, ALVES, 2009; FERREIRA, ALVES, 2007; ALVES, SILVEIRA, 2007), o **turismo rural e a pluriatividade** (SALES, 2009; MELO et al., 2009), os **impactos da modernização da agricultura e o avanço do setor canavieiro** (FERREIRA; ALVES, 2009; FERREIRA et al., 2005), a **agricultura familiar e multifuncionalidade** (HAURESKO; FERREIRA, 2007), a **questão da migração e a relação campo-cidade e rural-urbana** (ALVES, MAIA, 2009), **dinâmicas de pequenos municípios e sua relação com aspectos da ruralidade** (LINDNER; WANDSCHEER, 2010).

Como indicado por Ferreira et al. (op. cit), “[...] pode-se dizer que são temas transversais, mas que não fazem parte de um único projeto. O NEA ainda não chegou nessa fase de estabelecer o seu perfil, a sua identidade, [...] até o final de 2010 nós estamos pensando na conclusão de trabalhos [...]” (Organograma 23).



Organograma 23: Principais temáticas – NEA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Mesmo recente, no ano de 2009 o grupo organizou o evento “Diálogos Geográficos” no *campus* de Rio Claro. O evento buscou a discussão de temas de interesse da Geografia, tais como: a pós-graduação e Geografia Agrária, Geografia e Cultura, Geografia Humanista Cultural, Geografia Política, Geografia do Turismo, Relação campo-cidade e sobre as questões teórico-metodológicas. No mesmo ano, o grupo também realizou o “I Colóquio de Pesquisa NEA” cujo intuito foi a apresentação e discussão dos projetos de pesquisas dos membros, sem restringir a participação de outros pesquisadores.

Conforme Ferreira et al. (op. cit), os encontros buscam instituir a formação de uma espaço de interlocução do conhecimento e retomar a história da pós-graduação em Rio Claro que, como explicitado, teve grande repercussão e impacto na construção da Geografia Agrária brasileira:

O objetivo é dialogar e retomar a história da pós-graduação em Geografia em Rio Claro. Começamos o primeiro evento, feito por nós o ano passado, sobre Geografia Agrária. Convidamos professores que trabalharam e que ainda trabalham na instituição, assim como aqueles que se aposentaram e que constituíram o núcleo da Geografia Agrária dentro da pós-graduação. O objetivo do diálogo é

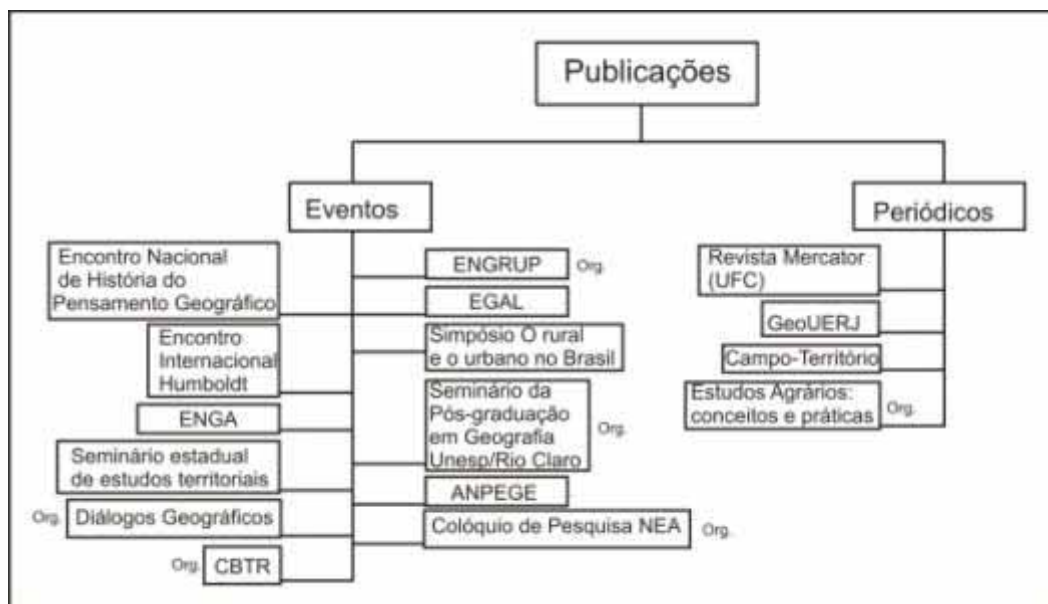
justamente o de recuperar um pouco a história da pós-graduação em Rio Claro [...] (FERREIRA et al., op. cit).

O grupo participou, em 2009, do V ENGRUP, em Santa Maria (RS) e, em 2010, fez parte da comissão científica do 7º Congresso Brasileiro de Turismo Rural (CBTR), realizado em Presidente Prudente e organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural, o GEPTER (Unesp/Rosana) e pelo GEDRA (Unesp/ Presidente Prudente).

Os membros priorizam a participação nos seguintes eventos: ENGRUP, Simpósio O rural e o urbano no Brasil, ENGA, EGAL, Seminário de Pós-graduação em Geografia da Unesp de Rio Claro, Encontro Nacional da ANPEGE, Seminário Estadual de Estudos Territoriais, Encontro Internacional Humboldt e no Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico.

Já no que diz respeito aos periódicos, no ano de 2009, o grupo publicou na revista "Mercator" (UFC) e na "GeoUERJ" e em 2010 na "Campo-Território" (NEA, 2009). O grupo também lançou, em 2009, um livro financiado pelo Programa de Pós-Graduação de Rio Claro, intitulado "Estudos Agrários. Conceitos e práticas" (Organograma 24). A obra contém textos dos membros do grupo e é fruto das pesquisas desenvolvidas e das discussões realizadas nas disciplinas. Um dos objetivos do livro é desenvolver os estudos de agrária diante de uma perspectiva geográfica, pois, segundo Ferreira et al. (op. cit), a Geografia passa por um momento de turbulência no que concerne às definições espaciais:

Uma coisa que caracterizou muito a Geografia Agrária é a carência, hoje, de boas definições espaciais. Isso não existe. Existem trabalhos que estudam a agricultura e que não tem agricultor, que é um personagem importante na agricultura. Alguns conseguem estudar a agricultura sem passar pelo agricultor [...], ou que não tenha a paisagem. E eu acho que antigamente nós tínhamos bons trabalhos e, nesse sentido, você conseguia perceber um começo meio e fim, mesmo com a síntese geográfica - que muita gente odeia falar nisso, acham uma coisa retrógrada e antiga. Eu me questiono se, naquele momento, a gente não dava conta de descrever mais o lugar, de descrever alguns tipos de produções do que vemos hoje. Eu sinto um pouco de carência em relação à isso. Talvez, tenha influência de quem e do que aconteceu, ou é uma negação da história do pensamento. O geógrafo trabalha muito bem com isso. Não sei o porquê, os motivos, talvez sejam vários, mas eu acho que a Geografia Agrária perdeu muito com isso (FERREIRA et al., op. cit).

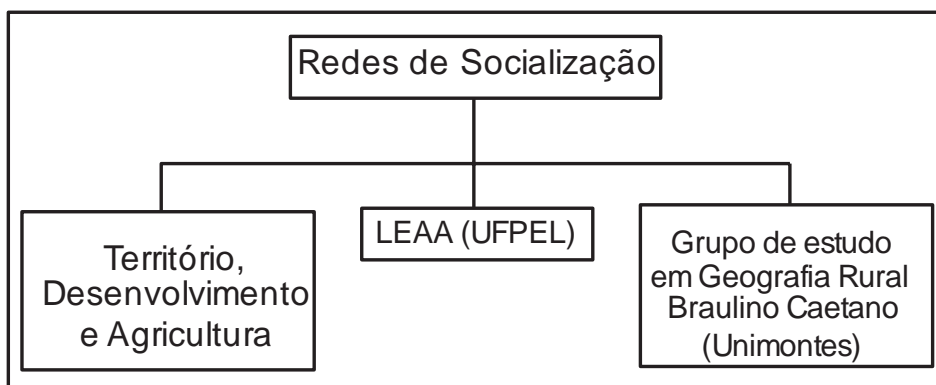


Organograma 24: Publicações – Principais eventos e periódicos – NEA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Preocupado em realizar uma leitura geográfica dos estudos agrários, percebe-se que o NEA procura o restabelecimento de uma identidade que reconheça o grupo e que reaviva expoência de décadas passadas “[...] Queremos constituir algo que realmente nós dê identidade, queremos ter uma identidade e queremos ser conhecidos com tal. O nosso objetivo é fazer Rio Claro aparecer novamente. Acho que esse é o objetivo de todos nós aqui” (FERREIRA et al., op. cit).

O NEA estabelece vínculos com outros grupos de pesquisa que possuem a Geografia Agrária como foco de intersecção: LEAA (UFPeI), a rede de pesquisa “Território, Desenvolvimento e Agricultura” e com o “Grupo de Estudo em Geografia Rural: Brulino Caitano” – Unimontes (Organograma 25).



Organograma 25: Redes de socialização com grupos de pesquisa – NEA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

4.2.7 GEDRA – Unesp

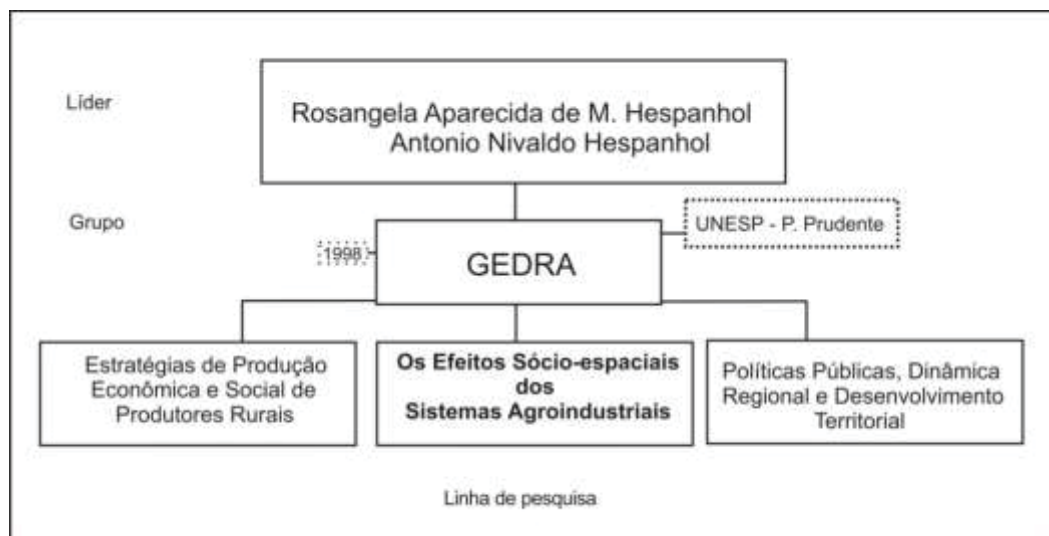
O GEDRA foi criado em 1999 e é coordenado pela professora Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e pelo professor Antonio Nivaldo Hespanhol, vinculado à FCT-Unesp, *Campus* de Presidente Prudente. A ideia de articular os pesquisadores partiu do professor Hespanhol (2010a)⁴⁹ que, motivado por uma preocupação, manifestado por um de seus orientandos do mestrado, Celso Donizete Locatel, atentou para essa questão, decidindo, assim, na conformação do grupo:

[...] um dos maiores motivadores para a organização de um grupo de pesquisa foi o meu orientando de doutorado, (na época acho que cursava o mestrado), o Celso Donizete Locatel, que hoje é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ele manifestou essa preocupação e, junto com ele, haviam outros orientandos de graduação e de pós-graduação. Então, logo que nós começamos a fazer as reuniões, nós cadastramos o grupo no CNPq. Então, não tivemos uma história preliminar sem o cadastramento, até porque, embora eu tenha defendido o doutorado em 1997, (começo de 1997), a minha atuação no programa de pós-graduação só começou em 1998, e logo depois começaram a chegar os orientandos de pós-graduação e, adicionando com os de iniciação científica, é que surgiu a preocupação de nos reunirmos. Tanto que no início, a Rosângela nem participava, porque ela estava concluindo o doutorado dela, (ela não tinha a titulação). Começou comigo e com alguns orientandos, e nós logo cadastramos o grupo no CNPq (HESPANHOL, 2010a).

É só após a defesa da tese de doutorado e com a entrada no programa de pós-graduação que ambos os coordenadores passam a exercer uma atividade regular que dá vida ao grupo e motivou o cadastro no DGPB. Impulsionado pela demanda dos alunos da graduação e da pós-graduação, o grupo começou suas atividades como um grupo de estudos de discussão de textos. No início, eram realizados seminários temáticos, debates de textos pré-definidos e trabalhos de campo. A partir do ano de 2002, o grupo iniciou uma nova fase, estruturada em pesquisas que desenvolvem temáticas e projetos em comum.

O grupo elabora projetos de pesquisa alinhados em 3 linhas de pesquisa: “Estratégias de reprodução econômica e social de produtores rurais”, “Os efeitos sócioespaciais dos sistemas agroindustriais” e “Políticas públicas, dinâmica regional e desenvolvimento territorial” (Organograma 26).

49. Entrevista realizada pela autora com Antonio Nivaldo Hespanhol em 19 de maio de 2010.



Organograma 26: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – GEDRA

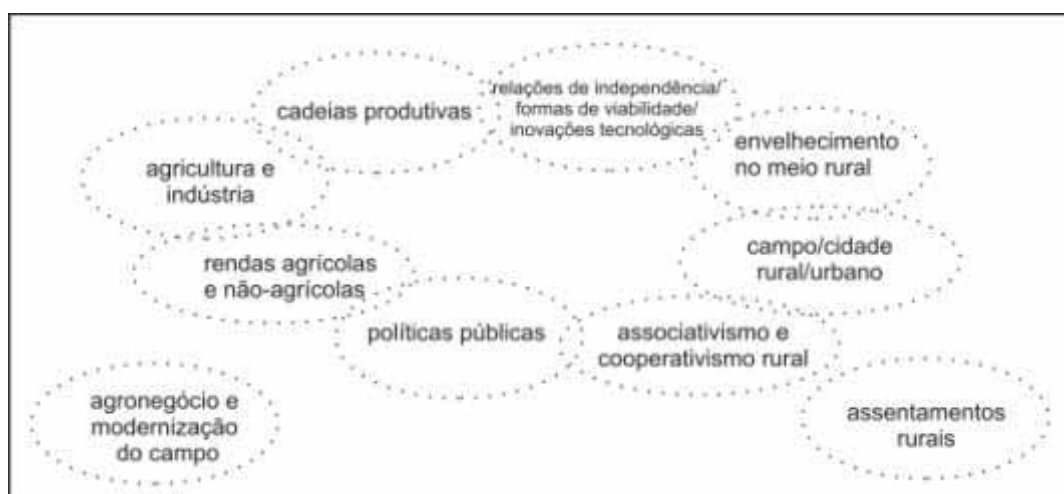
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A primeira linha de pesquisa prolonga a temática **das rendas agrícolas e não-agrícolas** (MOREIRA, HESPANHOL, 2009; MOREIRA HESPANHOL, 2006), associativismo e cooperativismo rural (OLIVEIRA, HESPANHOL, 2007a; OLIVEIRA, HESPANHOL, 2007b; OLIVEIRA, HESPANHOL, 2009a; OLIVEIRA, HESPANHOL, 2009b; ALVES, HESPANHOL, 2003; HESPANHOL, 2005), organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações **campo/cidade e/ou rural/urbano** (BELUSSO, 2008; MOREIRA, HESPANHOL, 2003; MOREIRA HESPANHOL, 2005; BATISTA, 2007a) e a questão do **envelhecimento no meio rural** (MENEGATI, HESPANHOL, 2006).

A segunda linha trabalha com o temário das **cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria** (SANTOS, 2005; OLIVEIRA, HESPANHOL, 2005) – com destaque para os projetos que investigam a produção de leite (CLEMENTE, HESPANHOL, 2008), os seringais e a fruticultura – **as relações de independência, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas**.

A terceira linha focaliza a questão das **políticas públicas** (NERY, HESPANHOL, 2006; SARON, HESPANHOL, 2009; SOUZA, 2009; FERRO, HESPANHOL, 2009; ROLA, HESPANHOL, 2009; CLEMENTE, HESPANHOL, 2009; NEVES NETO, HESPANHOL, 2008; HESPANHOL, 2005; NEVES NETO, MATTOS JÚNIOR, 2007; MENEGATI, HESPANHOL, 2003).

O grupo também trabalha de uma forma mais esparsa e pontual com temáticas referentes a **assentamentos rurais** (FERREIRA JÚNIOR, HESPANHOL, 2006; MATTOS JÚNIOR, 2007; MIRALHA, HESPANHOL, 2005; BATISTA, 2007b; SOUZA, HESPANHOL, 2005) e **agronegócio e modernização do campo** (TERRA, 2006; HESPANHOL, 2008; TSUKADA, HESPANHOL, 2009). Ainda, já foram estudadas temáticas que tangenciaram a questão da **descentralização** (HESPANHOL, NORONHA, 2004), com a organização de conselhos municipais, bem como questões que enfatizaram a discussão sobre desenvolvimento regional e capital social (HESPANHOL, 2010b) (Organograma 27).



Organograma 27: Principais temáticas – GEDRA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Com relação aos principais eventos que o grupo participa, sobressaem o EGAL, CIC (Unesp), Semana de Geografia de Presidente Prudente, Simpósio Nacional O Rural e o Urbano, SOBER, ENGA, ENG e ENGRUP, com destaque para os três últimos, caracterizados por serem os eventos mais privilegiados para a publicação dos trabalhos do grupo. Ademais, o grupo também atuou junto à organização de eventos, tais como o ENGRUP e o Congresso Brasileiro de Turismo Rural (CBTR)⁵⁰. Em 2005, o grupo realizou um evento sobre desenvolvimento local que reuniu não só o grupo de pesquisa, mas contou com a participação dos agentes locais – presidentes de associação de produtores, Conselho Municipal e Regional de Desenvolvimento Rural e representantes da CAT (Organograma 28).

50. Em 2008, esse evento foi denominado Seminário de Turismo no Espaço Rural e Desenvolvimento Local.

No tocante aos periódicos, o grupo prepara a organização de dois livros que buscam a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas desde 2000.



Organograma 28: Publicações – Principais eventos e periódicos – GEDRA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O grupo realiza encontros mensais em que são apresentados os trabalhos desenvolvidos por orientandos da pós-graduação que passaram pelo exame de qualificação ou pela defesa (HESPANHOL, 2010b).

4.2.8 NERA – Unesp

Criado em 1995 e oficializado em 1998 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, o *NERA* está vinculado a FCT-Unesp, no qual participam alunos da graduação e da pós-graduação. No mesmo ano fundação, foi criado o primeiro projeto de pesquisa do grupo o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Contudo, a iniciativa de constituir o banco de dados é anterior ao ano de 1998. Já em 1995, no desenvolvimento de sua tese *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e Territorialização dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*, o fundador do grupo realizou inúmeros trabalhos de campo por todas as regiões brasileiras, no qual foi detectada a ausência de informações sistematizadas sobre a luta pela terra e reforma agrária.

Dentro desse contexto, o DATALUTA e o NERA foram concebidos quase que simultaneamente, organizando, inicialmente, dados referentes às ocupações de

terras e assentamentos rurais, que posteriormente foram denominados de categorias do banco de dados.

Além do DATALUTA, segundo o coordenador, em 1995 já havia orientações em curso. Entretanto, é apenas no ano de 1998 que o grupo foi formalizado:

Eu comecei a trabalhar em 1989 e não tinha orientandos. Meu primeiro orientando foi em 1990, a Márcia, que hoje é professora da Universidade Federal da Grande Dourados. Em 1996/1997, eu já tinha entre quatro e seis orientandos, e, de fato, já éramos um grupo de pesquisa, porque estávamos todos os dias nos encontrando, trabalhando. Em 1998, vi que já estava na hora de criar um grupo de pesquisa (FERNANDES, 2011).

Para Fernandes (2011)⁵¹, embora ainda exista o isolamento e a dispersão, os grupos de pesquisa são territórios, no quais são desenvolvidas atividades conjuntas:

Na década de 1990, quando começou essa nova cultura da pesquisa coletiva em que você reúne as pessoas num grupo de pesquisa, achei interessante no sentido de tentar superar a prática do professor ficar sozinho na sala dele, que de vez em quando recebia um orientando. A relação entre orientador e orientando era muito dispersa, mas com a criação dos grupos de pesquisa, essa dispersão diminuiu, foi criado um espaço, um território, aonde essas pessoas desenvolvem, em conjunto, suas atividades. Foi muito bom porque gerou um espaço de encontro entre essas pessoas, mas por outro lado também foram criados vários problemas [...] Eu diria que os 5 primeiros anos do NERA foram terríveis, justamente por causa da dispersão das pessoas, mas ainda sim estamos muito longe de termos uma interação mais eficiente no sentido de saber o que se está escrevendo. [...] Temos pontos positivos no sentido de que foi criado um espaço de encontro em que as pessoas estão se conhecendo, o que tem gerado uma certa identidade, não há dúvida. Mas ainda não conseguimos romper com o isolamento e a dispersão, porque as pessoas ainda, por vezes, se auto ignoram (FERNANDES, 2011).

Para o coordenador, os grupos de pesquisa organizam o pensamento, ao contrário o regime catedrático. Eles são espaços necessários para a construção do conhecimento:

Se hoje você perguntasse se eu gostaria de voltar à experiência antiga, sem o grupo de pesquisa, como em Portugal e na Espanha, aonde alguns professores são catedráticos e outros são participantes de grupo de pesquisa, eu não conseguiria trabalhar. É outra perspectiva, é outra postura (FERNANDES, 2011).

51. Entrevista realizada pela autora com Bernardo Mançano Fernandes em 19 de maio de 2011.

No início (1998), o NERA tinha como objetivo central os estudos de projetos de reforma agrária. No entanto, a problemática que envolve a questão agrária não está mais restrita a propriedade da terra, a concentração fundiária, a luta pela terra e pela reforma agrária. A questão deve ser entendida num espectro mais amplo, calcado no bojo da multidimensionalidade territorial (política, econômica, social, cultural e ambiental). Nessa perspectiva, a luta pela terra transcende sua conquista e de ser dimensionada para além dos assentamentos rurais:

[...] com os assentamentos conquistados, desdobraram-se demandas relativas à luta de resistência na terra, como por exemplo: políticas agrícolas, de crédito, de subsídios, de mercado; formas de organização política e do trabalho, da produção e da comercialização, políticas de habitação, educação, saúde, saneamento, eletrificação rural, transporte, telefonia etc. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território. É outra lógica de organização do espaço geográfico. Essas políticas não nascem somente do interesse do Estado, mas muito mais da organização dos trabalhadores. Lutar pela infraestrutura básica dos assentamentos é parte de um processo que acontece concomitantemente às ocupações de terra. Faz parte do universo da luta, que não acaba com a conquista do assentamento. Esse é um caro princípio do MST, que em seu movimento amplia a luta, dimensionado-a. Esse é o processo de territorialização, de crescimento, de multiplicação do Movimento que o governo tenta refrear (FERNANDES, 2000, p.12).

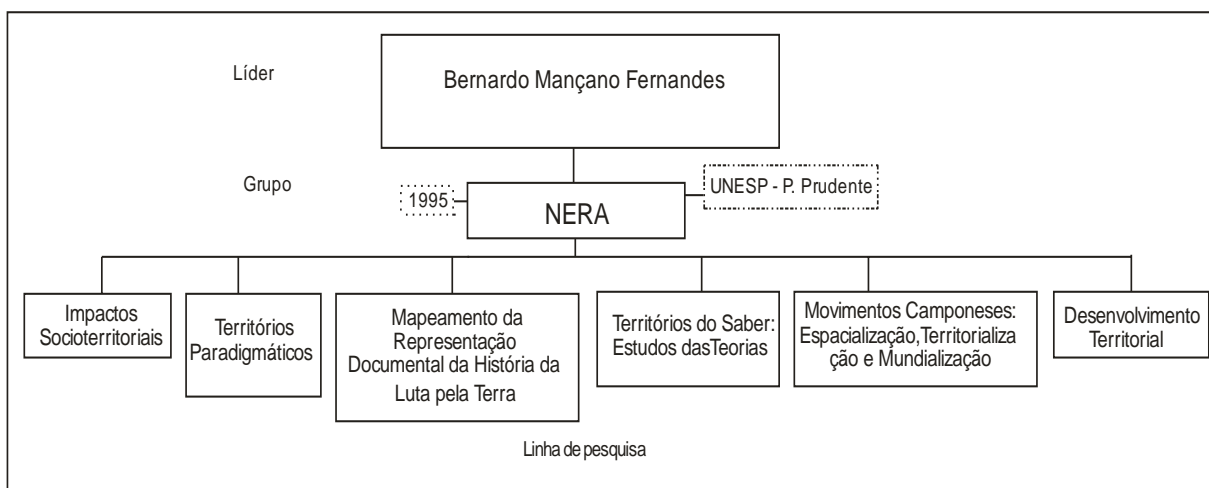
Nos últimos dez anos, o conceito de reforma agrária ganhou novos conteúdos, deixando de ser uma questão setorial para se transformar em uma questão socioterritorial. Como afirmado por Fernandes na passagem acima, a reforma agrária deixa de ser apenas um problema político e econômico e se torna, também, uma problemática social, cultural, político e ambiental. Tal mudança pode ser compreendida se concebida a ideia de que todas essas esferas compõem as condições de existência das famílias camponesas no processo de destruição, criação e recriação, forjado pelo desenvolvimento do capitalismo e na luta e resistência contra o capital.

A conquista do território camponês, por meio da luta pela terra e na terra, foi multidimensionalizada com essa nova concepção. A questão não está restrita a criação de assentamentos rurais. O conceito de reforma agrária precisa ser compreendido a partir das condições de existência e resistência do campesinato. Para tanto, é preciso analisar a conflitualidade dos movimentos socioterritoriais com o latifúndio e o agronegócio. Da mesma forma, a reforma agrária deixa de ser somente um

problema rural e se torna também uma questão urbana, considerando que a maior parte da população que demanda pela reforma agrária reside hoje nas cidades:

[...] a reforma agrária ganhou novos elementos, e aquela ideia da reforma agrária como redistribuição ou reordenamento é muito limitada. É preciso pensar a reforma agrária, hoje, encarando a globalização, qualidade de vida, no conceito da inserção do desenvolvimento local, no contexto da educação, da saúde, da habitação, da cidade. Eu acho que nós estamos tentando acompanhar esse multidimensionamento temático, mas ainda estamos muito longe disso [...] Estamos indo mais na parte sociopolítica (FERNANDES, 2011).

Na tentativa de realizar uma leitura geográfica do campo brasileiro, o grupo ampliou seu foco de pesquisa, incorporando outras temáticas para a investigação. Para acompanhar a multidimensionalidade da questão agrária, as linhas de pesquisa do grupo foram assentadas em seis preocupações: “Impactos Socioterritoriais”, “Territórios paradigmáticos”, “Mapeamento da representação documental da história da luta pela terra”, “Territórios do Saber”, “Movimentos Camponeses: espacialização, territorialização e mundialização” e “Desenvolvimento Territorial” (Organograma 29).

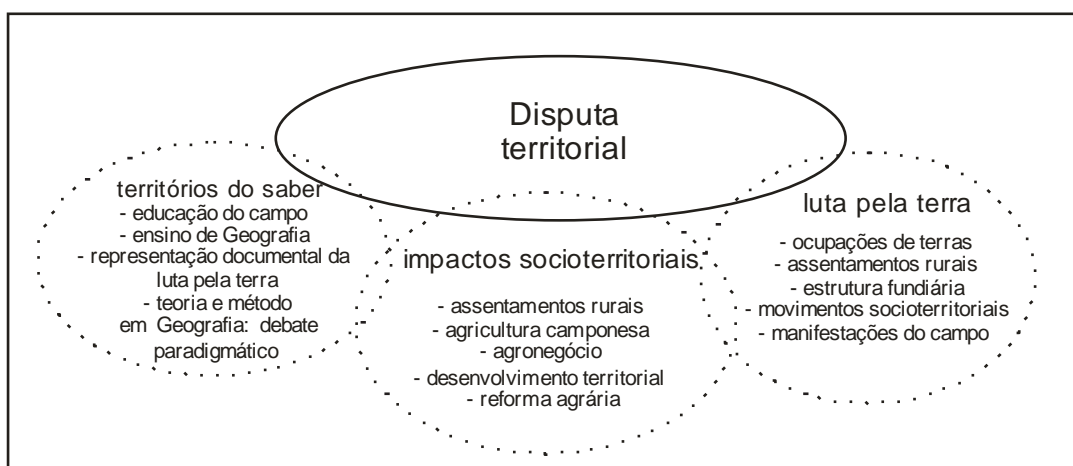


Organograma 29: Líder(es), linha(s) de pesquisa(s), instituição acadêmica e ano de criação – NERA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A grande temática é a **disputa territorial**, organizada sob os seguintes temas (Organograma 30): **luta pela terra** – ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações do campo – (SILVA et al., 2003; SILVA JÚNIOR, 2003; SILVA, FERNANDES, 2005; MEDINA et al.,

2005; SOBREIRO FILHO, FERNANDES, 2007; SILVA, FERNANDES, 2007; COCA, FERNANDES, 2007; MASSARETTO, FERNANDES, 2007; ARAÚJO, FERNANDES, 2007; RIVERO, 2009; ARANIBAR, 2009; GIRARDI, 2009; OLIVEIRA, ORIGUELA, 2009; FERNANDES et. al, 2009; WELCH, 2009; SOUZA, FERNANDES, 2009; ROCHA, FERNANDES, 2007; CAVALCANTE et al., 2005; ROCHA, DRUZIAN, 2009), **impactos socioterritoriais** – assentamentos, agricultura camponesa, agronegócio e desenvolvimento territorial – (LEAL, FERNANDES, 2003; MAZZINI, 2005; MAZZINI et al., 2007; SILVA, 2005; COCA, FERNANDES, 2009; GIL, 2007; GONGALVES, 2009; SOBREIRO FILHO, 2009) e **territórios do saber** – educação do campo, ensino de geografia, representação documental da luta pela terra, pensamento geográfico e o debate paradigmático (CAMPOS, 2007; CAMPOS 2009a; CAMPOS 2009b; FELÍCIO, 2011, FERNANDES, 2007; VIERA, 2007; CAMACHO, 2009).



Organograma 30: Principais temáticas – NERA

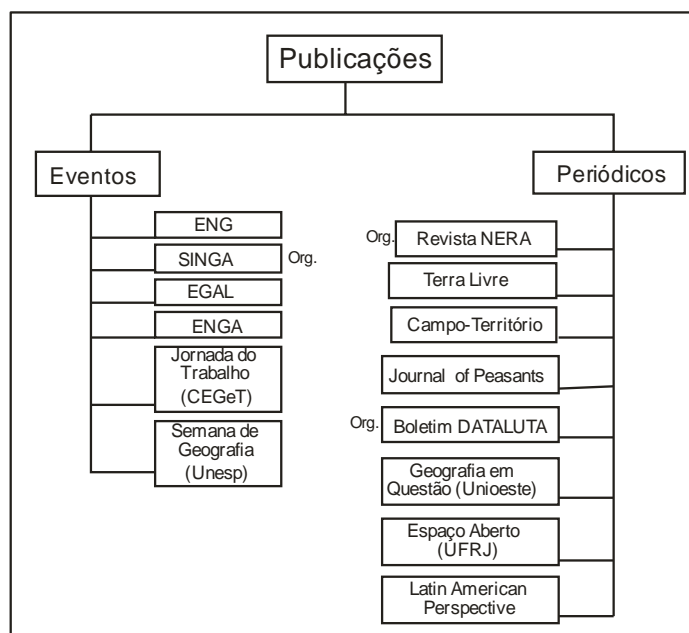
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O grupo privilegia, principalmente, a participação de eventos como o ENGA, ENG, EGAL, SINGA, a Semana de Geografia (Unesp-FCT) e a Jornada do Trabalho (CEGeT), auxiliando na organização deste último, realizado em 2005 na FCT-Unesp. Com relação aos periódicos, o grupo publica na revista “Terra Livre”, “Campo-Território”, “Revista NERA”, “Geografia em Questão” (Unioeste), “Espaço Aberto” (UFRJ), *Journal of Peasants* e *Latin American Perspective* (Organograma 31).

O NERA constituiu seus próprios espaços de divulgação do conhecimento. Com a primeira edição lançada em julho de 1998, a Revista NERA é uma publicação eletrônica semestral e destina-se à divulgação de artigos científicos, ensaios,

resultados de pesquisa, notas, resenhas, relatórios de campo, transcrições de palestras e conferências ministradas em eventos acadêmico-científicos e traduções de textos de pesquisadores sobre a questão agrária no Brasil e no mundo. A revista destina-se a publicação de membros e não-membros do grupo, contando com a contribuição de pesquisadores de diversos países. O lançamento da Revista NERA deu continuidade a *Série Estudos*, também organizada pelo grupo, que possuía formato impresso e esteve em circulação até o ano 2000. A partir deste mesmo ano, a Revista NERA prosseguiu com as atividades, dessa vez no formato digital.

Outra forma de divulgação lançado pelo grupo é o “Boletim DATALUTA”. Criado em janeiro de 2008, o Boletim visa difundir o conhecimento científico produzido pelo NERA que empregam como fonte de dados o DATALUTA, através da divulgação de artigos provenientes do meio acadêmico, da imprensa, das organizações e das instituições que possuem a questão agrária como tema de estudo. O Boletim é publicado no formato digital (Organograma 31).

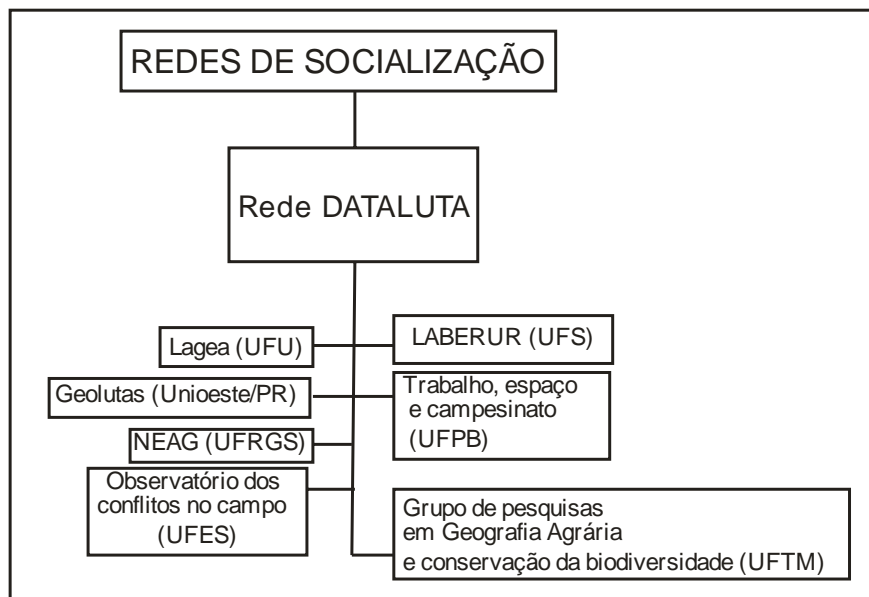


Organograma 31: Publicações – Principais eventos e periódicos – NERA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O NERA celebra parceria de estudos com outros grupos de estudos que possuem como denominador em comum a participação no projeto DATALUTA, intitulada “Rede DATALUTA”. Fazem parte desta rede o Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT-UFU), Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS-Unioeste/Marechal Candido Rondon), Núcleo de Estudos

Agrários (NEAG-UFRGS), o grupo Trabalho, Espaço e Campesinato (UFPB), Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR-UFS), Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (UFMT) e com o Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo (UFES) (Organograma 32).



Organograma 32: Redes de socialização com grupos de pesquisa – NERA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Por reunir grupos de pesquisa de oito estados brasileiros, o registro das ocupações de terras, das manifestações e dos movimentos socioterritoriais foi beneficiado com essa parceria, permitindo ampliar e apreender dinâmicas peculiares que se expressam de distintas formas na organização do espaço geográfico.

O grupo esteve presente na elaboração, organização e participação de projetos de diferentes tipos: implantação de assentamentos rurais, programas de educação do campo e nos estudos sobre os impactos socioterritoriais destas políticas. Em 1999, o grupo elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Nova Conquista, nos municípios de Rancharia (SP) e Martinópolis (SP), num convênio firmado entre o INCRA e a Unesp. Para esse tipo de estudo, foi feito um relatório sobre os assentamentos em questão, o qual se tornou referência para os demais PDA's de outros assentamentos rurais dentro e fora do estado de São Paulo.

Desde o ano de 2000, o NERA passou a assessorar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em escala nacional, no qual pôde ser desenvolvida uma metodologia de pesquisa própria para estudar os processos de espacialização da luta pela terra no

Brasil. A implantação desta metodologia ampliou os levantamentos de dados da CPT e qualificou o Caderno de Conflitos, garantido a sua periodicidade anual.

No ano de 2002, foi iniciado o projeto “Espacialização, Territorialização e Mundialização dos Movimentos Camponeses”, em que o grupo se dedicou a estudar a Via Campesina. Em 2003, a convite do INCRA e encabeçado pelo professor Bernardo, o grupo participou da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRF) juntamente com pesquisadores de vários estados brasileiros. Desde então, o grupo assessorou o INCRA, participa da Comissão do Pronera e participa de projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Agrário (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir desse ano (2003), o grupo também passou a assessorar a Via Campesina no Brasil, na elaboração de um Plano de Desenvolvimento da Agricultura Camponesa.

Entre os anos 2002 e 2004, a versão DATALUTA-MST foi implantada com o apoio financeiro da Fundação Ford, por intermédio do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ). Ainda, em 2004, foi elaborado o mapa “Presença da CPT no Brasil” para conhecer a espacialidade da CPT e alguns dos limites da pesquisa sobre os conflitos de terra.

Em convênio firmado com a FCT-Unesp e o INCRA, por meio do Pronera, o NERA e o CEGeT participaram, em 2006, da criação do Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados (CEGeo). A ideia central do curso é oferecer a formação profissional (licenciatura e bacharelado) na área de Geografia para o fortalecimento da educação do campo e fomentar a possibilidade de intervenção nas áreas de Reforma Agrária, com enfoque voltado para o desenvolvimento do campo.

Em 2009, mediado pelo coordenador do grupo, o NERA apresentou uma proposta para a criação de uma Cátedra. Aprovada pela UNESCO no início de 2009, o objetivo é promover um sistema integrado de pesquisa, formação, informação e documentação nas áreas de desenvolvimento territorial e educação do campo. A Cátedra atua como meio facilitador para a colaboração entre pesquisadores reconhecidos internacionalmente, corpo docente da Universidade e outras instituições na América Latina, Caribe e outras regiões do mundo.

O grupo também presta assessoria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Via Campesina-Brasil e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

4.3 A unidade, diversidade e diferencialidade das estruturas de socialização e das temáticas dos grupos de pesquisa: adentrando nos *territórios paradigmáticos*

Como apresentando, cada grupo de pesquisa possui uma estrutura de socialização mutuamente compartilhada, cujas práticas e ações visam a consolidação de temáticas para a condução de suas reflexões. Essa estrutura de socialização dá identidade ao grupo e se articula aos paradigmas, iniciando a construção do que estamos chamando de *territórios paradigmáticos*.

A constituição desses territórios inicia-se com as pesquisas de mestrado e doutorado dos coordenadores, que as estendem com as orientações e projetos. Visto dessa forma, os grupos dão continuidade às pesquisas realizadas pelos seus respectivos orientadores. Este indício inicia o mapeamento paradigmático, pois é a partir das temáticas dos coordenadores que os grupos irão se consolidar, sobretudo com a atuação dos pesquisadores, sejam eles da graduação ou da pós-graduação. No entanto, os grupos são dotados de movimento próprio. Os trabalhos desenvolvidos pelos seus orientandos ilustram esse movimento que, ora mantendo os temas ou incorporando novos, participam desse processo de construção do conhecimento. Assim, as temáticas dos grupos, de uma maneira geral, são desdobramentos das temáticas de estudo empreendidas nos trabalhos de mestrado e doutorado dos seus coordenadores – esta ligação ficará clara nos próximos capítulos.

Na identificação da unidade das estruturas de socialização dos grupos, destacam-se as temáticas de pesquisa, designadoras de recortes verticais do problema que será abordado. “Uma vez definido, o tema é utilizado como ‘chave’ de identificação de seleção de áreas de conhecimento disponível em ciências sociais e outras disciplinas relevantes” (THIOLLENT, 1992, p. 51). Juntas, as unidades temáticas são compartilhadas pelos grupos de pesquisa e revelam a diversidade e a diferencialidade de temas, fazendo da Geografia Agrária um saber plural. É através das temáticas e linhas de pesquisa que os grupos delimitam seus paradigmas.

As temáticas selecionadas pelos grupos evidenciam a diversidade de estudos na Geografia Agrária paulista, contando com os mais variados temas: relação campo/cidade, comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras e indígenas), gênero, migração, impactos da modernização agrícola e tecnológica, luta pela terra e pela água, disputa territorial, movimentos sociais e socioterritoriais, sindicatos,

agroenergia e biocombustíveis, agricultura orgânica/agroecológica, agricultura familiar/camponesa, tecnologias da informação no campo, infraestrutura logística, relação capital x trabalho, agronegócio, abordagem teórico-metodológica, debate paradigmático, turismo rural, pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura familiar, novas ruralidades, rendas agrícolas e não-agrícolas, envelhecimento no meio rural, cadeias produtivas, políticas públicas, desenvolvimento territorial e educação do campo.

Desvendar as práticas e ações que os grupos de pesquisa utilizam para a disseminação dos seus paradigmas foi outro exercício realizado neste capítulo. A socialização e disseminação ficam a cargo das publicações científicas (KUHN, 2007; FLECK, 1979; 2010), em eventos e periódicos de circulação nacional e internacional. Mais do que divulgar o resultado das pesquisas, as publicações atuam como instrumentos estratégicos na defesa do *poder explicativo* e na difusão de seus paradigmas que ressaltam a diferencialidade. A “[...] produção teórica é que se preocupa em delimitar os campos específicos – tanto cognitivos como profissionais – e, eventualmente, em redefinir o objeto da disciplina” (CAPEL, 1999, p. 27). Afinal, “são diferentes olhares geográficos, são diferentes concepções, são múltiplas geografias que desembocam, a partir destas trajetórias destes Grupos de Pesquisa na construção da Ciência Geográfica” (RIBEIRO, 2007, p. 91).

No que diz respeito às publicações, em particular, as revistas científicas, concordamos com Moreira:

[...] Portadoras em geral de ensaios, cumprem elas o papel de agitar as ideias, reciclar o vocabulário, ecoar os paradigmas, pavimentar a nova fronteira, mobilizar os intelectuais para a novidade dos debates. Por meio delas, os velhos assuntos assimilam-se e se reciclam na trama das novas informações e ideias, contemporaneizando-se com elas. São as revistas as caixas de ressonância dos temas em voga e que os leva a transbordar para além das próprias fronteiras acadêmicas (MOREIRA, 2000, p. 32).

Os trabalhos publicados em periódicos e eventos reafirmam e demarcam a diferencialidade, ficando mais evidente quando alguns grupos criaram espaços próprios para a propagação de seus paradigmas, delimitando seus *poderes explicativos*. O CEGeT, através da “Revista Pegada”, propaga a temática do trabalho, o NERA, através da “Revista NERA”, divulga trabalhos que trazem a discussão da luta pela terra, com enfoque para os movimentos sociais e para a

reforma agrária e o *Agrária*, com a “Revista Agrária”, dá foco para as questões que versam sobre a recriação do campesinato e o avanço do modo capitalista de produção. O NEA também inicia este percurso, com a publicação de livros e eventos que envolvem a abordagem teórico-metodológica na Geografia Agrária, a questão rural/urbano, as ruralidades e urbanidades, os pequenos municípios e a relação com o rural, as atividades pluriativas e a organização espacial do avanço da cana.

A diversidade e a diferencialidade temática também pode ser observada nas práticas de pesquisa e extensão empreendidas pelos grupos aqui apresentadas, tais como: projetos coletivos e/ou desenvolvidos por meio dos projetos de produtividade dos coordenadores dos grupos, projetos de extensão e parcerias com organizações – movimentos sociais, sindicatos e o poder público.

Na busca pela afinidade temática, a maioria dos grupos conformou redes de socialização com outros grupos. O objetivo destas redes é o fortalecimento das discussões e o estabelecimento do diálogo, já que para alguns grupos (CEGeT e o *Geografias da Modernidade*) os eventos não vêm proporcionando a interlocução almejada. Como resultado dessa afinidade temática e na busca por canais de interlocução, os grupos realizam seus próprios encontros – como a Jornada do Trabalho (CEGeT) e o ENGRUP (GEDRA, *Agricultura e Urbanização* e NEA) – e elaboram projetos em conjunto (NERA). Essas parcerias demarcam a unidade, diversidade e a diferencialidade temática dos grupos, no qual são selecionados e delimitados espaços de pesquisa distintos.

A institucionalização da atividade científica em grupos de pesquisa promovida pelo CNPq também contribuiu para a conformação de grupos. De acordo com os depoimentos da maioria dos coordenadores, assim como de Sposito (2009)⁵² e Silva (2010)⁵³, um edital lançado pelo CNPq no final da década de 1990, prescreveu a concessão de bolsas para pesquisadores que estivessem nucleados em grupos de pesquisa. De fato, é no final dessa mesma década que os grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo começam a ser oficializados. Ademais, embora os grupos tenham sido oficializados com a criação do DGPB ganhando uma forma mais institucionalizada, é necessário esclarecer que esse tipo de organização foi uma atividade que margeou o pensamento geográfico. Na Geografia Agrária, os

52. Informação verbal concedida pela professora do curso de Geografia e do Programa de pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP Maria Encarnação Beltrão Sposito, em 18 de março de 2009.

53. Informação verbal concedida pelo professor titular da FCT-UNESP, Erivaldo Antonio da Silva, em 07 de junho de 2010. O professor faz parte da comissão de assessoria da Pró-Reitoria de Pesquisa e da coordenação do PIBIC/PIBITIPIBIC JUNIOR/CNPq/UNESP.

grupos foram conformados muito antes da institucionalização dos grupos no DGPB. Pesquisadores com trajetória acadêmica mais extensa, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Rosa Ester Rossini, já fundaram grupos de estudos na década de 1980. Outros, mesmo realizando estudos em equipe antes da institucionalização, viram no DGPB uma forma de impulsionar seus trabalhos desenvolvidos, como é o caso do NERA, GEDRA, CEGeT, NEA, *Agricultura e Urbanização e Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*.

Com estruturas de socialização que possuem características singulares para o tratamento da pesquisa e que definem a seleção das temáticas, consideramos que os grupos de pesquisa realizam estudos que podem ser interpretados a partir de paradigmas. No que tange aos grupos de pesquisa de Geografia Agrária, cada grupo enfocou determinadas dimensões a serem investigadas. Na Geografia Agrária, em especial, os grupos irão compreender o campo brasileiro de acordo com a adoção de temáticas e paradigmas de estudo distintos que revelam posições políticas, como será delineado nos próximos capítulos. Sobre os interesses dos pesquisadores ligados a grupos de pesquisa Germani afirma:

Acho que tanto a realidade é rica e com uma grande diversidade, como também são ricas e diversas as posições com relação à compreensão desta realidade, refletindo nos interesses das linhas de pesquisa e de grupos de pesquisa. É claro que se você tem diferentes posições e diferentes compreensões e entendimentos, a isto vão corresponder os interesses por determinados assuntos (GERMANI, 2005, p. 53).

É cauteloso ressaltar que a intenção não é apresentar os grupos como entidades acadêmicas homogêneas. No interior de um grupo de pesquisa é possível perceber, para um mesmo fenômeno, diferentes interpretações, favorecendo o surgimento de uma maturidade teórica (VALENTIM, 2007). Todavia, cremos que seja importante atualizar o pensamento geográfico e contribuir epistemologicamente, atentando para as pressuposições que são mantidas em comum pelos pesquisadores e que interagem entre si (GRINNEL, 1992). Por mais que existam questões específicas que, obviamente, distinguem os pesquisadores, existe uma temática que é compartilhada amplamente (propriedades estruturais) e que evidencia os paradigmas de estudos do grupo.

Cada pesquisador tem uma particular bagagem de conhecimentos que é única, mas há alguns aspectos da bagagem de conhecimentos que são compartilhados com outros pesquisadores. Esse conhecimento compartilhado inclui pressuposições sobre vários aspectos da ciência incluindo abordagens metodológicas, observações, hipóteses aceitas e problemas importantes que estão a requerer pesquisas posteriores. Estas pressuposições e crenças compartilhadas são o estilo de pensamento predominante do grupo, e elas incluem uma definição do que significa fazer pesquisa (GRINNEL, 1992, p. 57-58).

Também foi constatada a presença de *grupos propositivos*, ou seja, grupos que possuem um engajamento mais intenso e participativo por meio da elaboração de projetos ligados ao desenvolvimento territorial rural e aos movimentos sociais (NERA, Geografia Agrária e o CEGeT) ou pela atuação junto ao poder local, como é o caso do NEA.

Mapear a unidade, a diversidade e a diferencialidade é mostrar as intencionalidades que estão em jogo no ato de selecionar e compartilhar temáticas que constituem o processo de construção do conhecimento. Como expressão do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa não edificam o seu conhecimento de maneira neutra e imparcial, pelo contrário, constituem-se num corpo de conhecimento aceito, organizado e compartilhado que é interpretado de um modo particular, com a existência de questões que guiam suas atividades e conformam paradigmas:

A pesquisa mais elementar parte de uma hipótese (teórica) e mesmo a mais simples descoberta não é gerada pelos fatos, mais resulta de uma interpretação deles. [...] Os fatos da ciência são, pois, fatos selecionados, interpretados, marcados de teoria. Não há, para a nossa apreensão, fatos “brutos”, “puros”, em estado “natural” (MAIA, 2000, p. 30).

Maia (2000), Kuhn (2007) e Fleck (2010) desmitificam que a atividade científica seja fruto de um conhecimento totalizante e universal, já que diante dos fatos, estão imbuídas interpretações e teorizações sobre o objeto de estudo. “[...] Não se pode fazer uma Geografia Agrária mais de forma neutra. Você deve interpretar o que está acontecendo no campo [...]” (GERMANI, 2005, p. 61). Com o mapeamento das temáticas apresentado neste capítulo, será possível compreender os paradigmas que os pesquisadores estão sendo analisados e realizar reflexões mais profundas sobre a atualidade do pensamento geográfico.

Os grupos de pesquisa fazem parte do movimento que toda forma de construção do conhecimento participa. Por isso, a estrutura de socialização, as práticas e ações dos grupos aqui apresentadas não se encerram com essa pesquisa, tampouco são as únicas ou estáticas. Procuramos aproximar o pensamento geográfico desta forma de organização que, como dito inicialmente, não é nova, porém ainda não foi analisada por esse espectro. Institucionalizados ou não, antes ou depois do CNPq, os pesquisadores se reúnem para o estudo de temas em comum, como discutido nesse capítulo, e por paradigmas de estudo, como será evidenciado no próximo.

Os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos*, sustentados por estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo que difundem e disputam paradigmas com distintos *poderes explicativos*. A identificação da unidade das estruturas de socialização, ações e práticas, com enfoque para as temáticas dos grupos de pesquisa elucidados aqui, subsidia o processo de mapeamento e análise da unidade, diversidade e diferencialidade dos *territórios paradigmáticos* da Geografia Agrária.

CAPÍTULO 5

Territórios paradigmáticos: análise dos grupos de pesquisa a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)

"[...] A existência da ciência depende da delegação do poder de escolha entre paradigmas e membros de um tipo especial de comunidade" (Thomas Kuhn).

Neste capítulo, continuamos refletindo sobre o caráter territorial e paradigmático dos grupos de pesquisa. A análise é estendida para os paradigmas que influenciam os estudos dos grupos e os transformam em *territórios*. Ao identificar, no capítulo anterior, as estruturas de socialização, ações e práticas, com enfoque para as temáticas, o processo de mapeamento e análise dos *territórios paradigmáticos* ganha corpo nessa seção. Amparados pelas estruturas de socialização, os grupos são *territórios paradigmáticos* que difundem e disputam distintos *poderes explicativos*.

Nas mais diversas áreas do conhecimento, as pesquisas sobre o campo brasileiro são desenvolvidas e podem ser analisadas a partir de dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (KAUTSKY, 1986; ABRAMOVAY, 1998; FERNANDES, 2005; 2006; 2008; 2009; FELÍCIO, 2011). Igualmente, a unidade, a diversidade e a diferencialidade da Geografia Agrária podem ser apreendidas a partir do exame desses paradigmas.

É importante ter em mente que ao optar por realizar o debate paradigmático nestes dois paradigmas, esta é apenas uma proposta de leitura da produção científica da Geografia Agrária. Ela não se resume em si, tampouco é única ou totalizante, mas sinaliza outra possibilidade que além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica adotada pelos pesquisadores.

Estes dois paradigmas não se firmam, apenas, nas áreas do conhecimento, mas comparecem junto a outros segmentos, como movimentos camponeses, organizações sociais, instituições públicas e privadas e políticas públicas. Em qualquer um desses campos, os paradigmas geram conflitualidades porque possuem distintas referências teóricas, conceitos, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades para a leitura da realidade. Essa diferença comparece nos debates, publicações, pesquisas, projetos, eventos, manifestações (FERNANDES, 2005) e, inclusive, nos grupos de pesquisa.

No conhecimento científico, como expressão do pensamento geográfico e da produção intelectual da Geografia Agrária, os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos*, espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que socializam o conhecimento. Eles conduzem seus estudos e podem ser interpretados por paradigmas que são selecionados, direcionados e amplamente compartilhados pelos

pesquisadores que possuem mais do que pesquisas, projetos e temáticas em comum, mas que compreendem diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, ou seja, diferentes visões de mundo. É considerando essa premissa que encaminhamos este capítulo, tratando a unidade, diversidade e diferencialidade paradigmática da Geografia Agrária sob a ótica dos grupos de pesquisa.

Ao alimentar suas visões, os grupos de pesquisa possibilitam o fortalecimento do PCA e/ou do PQA. Na construção de leituras sobre o desenvolvimento do campo, a diferencialidade teórica, o método, a metodologia, a postura política e ideológica entre os paradigmas são dimensões que se manifestam nas publicações e pesquisas, instrumentos que demarcam com clareza a conflitualidade existente no interior do pensamento geográfico e, conseqüentemente, entre os grupos de pesquisa. Essa “conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores, que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades” (FERNANDES, 2005, p. 22).

Não se trata de instituir uma leitura dual ou dicotômica sobre a produção construída pela Geografia Agrária, tampouco agrupar ou classificar, mas evidenciar a conflitualidade que toda forma de conhecimento abriga. “[...] Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro” (OLIVEIRA, 2004, p. 30). “O debate e o confronto das ideias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual. Abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Partindo das dimensões política, ideológica e teórica, a leitura da produção dos membros dos grupos levou-nos a incorrer à esta forma de análise. A “[...] realidade é a única referência para se submeter à discussão de novas concepções teóricas” (OLIVEIRA, 2004, p. 29), na qual ficou evidente que o compartilhamento de um conjunto de métodos, teorias e conceitos sustentam paradigmas e mantém estreitas ligações com o caráter intencional e ideológico na maneira de compreender o desenvolvimento do campo. Os grupos de pesquisa constituem-se em espaços de socialização do conhecimento e do saber, e não são, em hipótese alguma, espaços neutros. Como instituições sociais, podem reproduzir paradigmas e atuar como territórios propícios que alimentam paradigmas. É no interior dos grupos de pesquisa que os pesquisadores afirmam e reafirmam suas visões de mundo.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia pela abordagem paradigmática, a conflitualidade é condição essencial. Se partimos do pressuposto de que não há neutralidade científica, este trabalho não foge à regra. Como pesquisadora do NERA, o leitor perceberá que a interpretação parte do PQA e, portanto, representa apenas uma leitura da realidade. Ela é parcial como todos os trabalhos acadêmicos porque, mesmo no maior dos seus esforços, nunca conseguirá captar a totalidade e será imparcial.

Estamos de acordo que, ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da Geografia, “[...] é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte” (ANDRADE, 1995, p. 12). Tendo em vista essa abertura, o intento é incitar um debate até então não realizado, concebendo os grupos de pesquisa como espaços políticos e ideológicos de socialização do conhecimento que podem ser interpretados à luz dos paradigmas. Ao argumentar contra a neutralidade científica, propomos uma Geografia para a transformação da sociedade (OLIVEIRA, 1978) que revele um sentido político à produção científica, já que cada autor se compromete, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos que transmitem valores, posicionamentos políticos, intencionalidades e ideologias.

Antes que a análise da produção dos grupos de pesquisa seja devidamente delineada pela leitura dos territórios paradigmáticos, é preciso, também, que sejam realizadas algumas considerações do que estamos entendendo por PCA e PQA, exaltando suas características para, posteriormente, adentrarmos nesta discussão. Como este assunto vem sendo intensamente debatido por pesquisadores como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009), Ramos Filho (2008), Girardi (2008) e Felício (2011), decidiu-se partir da discussão travada pelos referidos autores para orientar nossas proposições.

5.1 Características do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)

Os paradigmas estudam o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e cada um seleciona os temas de acordo com suas intencionalidades. O PQA tem dedicado-se a estudar o desenvolvimento desigual da agricultura no capitalismo,

destacando a permanência e o fim do campesinato, assuntos polêmicos e emblemáticos que têm gerado profícuos e intensos debates há mais de um século. Na Geografia Agrária, até a década de 1980, Oliveira (1991) destacava duas correntes teóricas: uma delas defendia a proletarização do campesinato pela sua destruição através da diferenciação interna, produzida pelas contradições inerentes ao processo de integração no mercado capitalista. Os camponeses seriam, inevitavelmente, atingidos pela penetração das relações capitalistas de produção no campo; a outra defendia a permanência do campesinato – que não foi destruído e nem proletarizado –, sujeito constantemente destruído e recriado em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção (FERNANDES, 2005). Essas duas interpretações, a proletarização e o campesinato, são tendências do PQA e têm três principais elementos de análise: “[...] a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p. 11).

Sua gênese está em pensadores como Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg e Teodor Shanin (FELÍCIO, 2011). Eles são referenciais seminais para o estudo da questão agrária por versarem sobre os desdobramentos do avanço do capitalismo no campo. Kautsky e Lenin, principais pensadores desse paradigma, apostaram no fim do campesinato, assentados no pressuposto de sua eliminação em decorrência do avanço do capitalismo no campo, no entanto, para ambos, havia a perspectiva de superação do campesinato dentro do sistema socialista. Suas perspectivas exaltaram os camponeses como sujeitos ativos na luta contra o capital e na superação do sistema capitalista. Kautsky e Lenin admitiram a conflitualidade, em que o enfrentamento, a luta de classes e a resistência deveriam ser considerados.

A conflitualidade é um conceito importante para o PQA na análise dos modelos de desenvolvimento da agricultura. O movimento de destruição e recriação de relações sociais demonstra a conflitualidade entre diferentes modelos (FERNANDES, 2005). Fernandes esclarece sobre o método do PQA:

O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social,

permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (FERNANDES, 2005, p. 20, grifo nosso).

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento à este modo de produção é condição para a recriação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se limitam à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

Para este paradigma, a questão agrária é um problema estrutural, e a *proletarização* e a *recriação do campesinato* no capitalismo tendências internas (FELÍCIO, 2011). A participação no mercado faz-se concomitante com a promoção da luta pela terra e pela reforma agrária, por meio da subalternidade.

Para o PCA, a busca pela integração ao mercado interessa ao capital, no qual o camponês é encarado como mero produtor de mercadorias e não como sujeito produtor de princípios que transponham e contraponham a lógica do capital:

A economia política deste paradigma contempla a integração no mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. A constituição de territórios em diferentes campos, como por exemplo, na educação, produção, saúde, formação política são condições essenciais na construção de sua identidade política. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comandada pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital (FERNANDES, 2005, p. 25).

A gênese do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) está nas obras de Henri Mendras e Hugues Lamarche (FELÍCIO, 2011). Este paradigma alcançou ímpeto na década de 1990 com a tese de doutorado do economista Ricardo Abramovay e publicado no formato de livro no ano de 1992, intitulado “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Nesta obra, o autor opôs-se à visão marxista e defendeu que os países ricos capitalistas, ao invés da proletarização, estariam integrados no mercado, já que nesses a agricultura familiar apresentou uma participação expressiva.

Para o autor, o problema não reside no capitalismo que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adéqua ao sistema capitalista. “[...] Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato” (FERNANDES, 2005, p. 15).

O uso do conceito de agricultura familiar, discutido por Ricardo Abramovay, coloca o campesinato em um processo de metamorfose. Na lógica capitalista, só será possível enxergar o campesinato se ele tiver a forma da agricultura familiar ou do pequeno empreendedor, cujo processo linear levará a seleção de apenas algumas famílias para o agronegócio. Cabe a esta classe adequar-se ao sistema, metamorfoseando-se, única saída para a sua sobrevivência no campo. “O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de metamorfose do campesinato” (FERNANDES, 2005, p. 15). O futuro do campesinato está na sua transformação em agricultor familiar. A metamorfose ocorre com a integração no mercado, momento que assume condição de produtor moderno e que racionaliza a sua produção (FELÍCIO, 2011).

Concordamos com Fernandes (2005) em que a diferença entre camponês e agricultor familiar existe apenas na adoção de um paradigma ou outro. Os dois paradigmas são visões de mundo diferentes de análise do desenvolvimento da agricultura. As diferenças marcadas pelo conceito de agricultura familiar, argumentada por Ricardo Abramovay, dicotomiza o mesmo sujeito social e evidencia o processo de diferenciação do campesinato:

Da mesma forma como o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando-os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos nestas duas realidades, resistindo, construindo estratégias de reprodução. Nesse sentido, a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além da redundância, que faz soar estranha a separação em duas categorias, quando de fato eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe (FERNANDES, 2005, p. 17).

O método do PCA assenta-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e

inserir-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. As relações que fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilitam compreensões distintas e, por isso, permitem que o camponês seja metamorfoseado e o coloca dentro de paradigmas divergentes (FERNANDES, 2005). Como esse paradigma tem a intenção de ocultar o universo camponês, decidiu-se negá-lo, defendendo a sua metamorfose em um “outro sujeito”, o agricultor familiar (THOMAZ JR., 2003).

Ao contrário do PQA, que entende a questão agrária como um problema estrutural, o PCA entende essa mesma questão como um problema conjuntural. Neste paradigma, a solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2005). A superação é aceita dentro do próprio sistema, em que as relações devem correr paralelamente com as estruturas nacionais de mercado e no controle do Estado. O capitalismo é entendido como sistema capaz de solucionar os problemas do campo, tendo nas políticas públicas, por exemplo, um dos meios para o desenvolvimento da agricultura, como o Programa Novo Mundo Rural, Proceara, Pronaf e o Pronera. “Basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar [...]” (FELÍCIO, 2011, p. 5-6).

Como o PQA, o PCA tem duas tendências internas: a *agricultura familiar* e o *agronegócio*. Neste paradigma não existe lugar para a conflitualidade ou antagonismo, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. A lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. A agricultura familiar faz parte do sistema capitalista que, ditado por essa lógica, não pode se afastar dessas premissas porque ela é hegemônica e totalizante:

A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o

camponês só estará bem, se integrado plenamente ao capital (FERNANDES, 2005, p. 23-24).

Contudo, há de se observar posturas bastante tênues desses dois paradigmas: para alguns pesquisadores, a crítica limita-se à crítica, ou seja, por mais que sejam admitidos os problemas do sistema capitalista, não há um tom de enfrentamento, transformação e superação dessa lógica. Os problemas são expostos, porém, não são colocados no cerne das discussões que envolvem suas pesquisas.

Para os pesquisadores do PCA, a transformação da realidade só existe no interior do capitalismo e para os pesquisadores do PQA a transformação da realidade está na superação do capitalismo, todavia ainda sem perspectivas. A diferencialidade destas posturas paradigmáticas está na direcionalidade que as visões de mundo propõem. Para os grupos que perfilham o PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura teórica e político-ideológica bem demarcada de superação, fazendo desse problema a centralidade das suas pesquisas. Concordamos com a célebre frase de Marx (1996, p. 128) ao se referir à necessidade de superação da inércia que rotineiramente a sociedade é persuadida por discursos ideológicos que atuam na manutenção do *status quo*: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa é transformá-lo”. É preciso tomar partido de nossas ações e leva-las ao plano concreto, e as pesquisas podem ser um canal para essa prática.

Ao depreender os grupos que compartilham do PCA, entende-se que suas pesquisas trataram a transformação da realidade do campo e a reprodução da agricultura familiar dentro de uma lógica capitalista, desprovida do movimento de superação em que as estratégias de reprodução são propiciadas pelo próprio sistema. Isso também inclui os grupos cujas pesquisas não se preocupam em selecionar, direcionar e compartilhar seus estudos nesta questão. Como aludido no capítulo dois, a intencionalidade também está impressa de forma inconsciente, pois o ato de não discutir determinadas questões também faz parte de uma questão ideológica tanto no PCA quanto no PQA. Analisar os grupos diante da abordagem paradigmática é esclarecer o caráter teórico, político e ideológico que toda forma de conhecimento abriga e, mesmo os grupos que não pronunciaram em seus estudos o enfrentamento ao capital, revelaram o seu paradigma, cuja apatia frente ao mundo

não concebeu o movimento de superação. “A partir de diferentes matizes, os grupos de pesquisas, os pesquisadores e as instituições apresentam suas colorações, enquanto algumas, para não revelarem suas cores, camuflam-se” (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2003, p. 22).

Esses dois paradigmas apresentam pontos de convergência e divergência: a crítica e o reconhecimento das contradições da sociedade capitalista – mesmo com significados diversos e diferentes em que se realçam as dinâmicas de modernização da agricultura e de subordinação dos sujeitos sociais – indicam a convergência. As teorias e métodos, como o materialismo histórico e dialético, a fenomenologia e o positivismo acontecem em níveis distintos no PCA e PQA, e indicam divergências e convergências: enquanto no PQA predomina o materialismo histórico e dialético, no PCA predomina o positivismo. Estas teorias e métodos estão nas raízes dos paradigmas.

É importante deixar claro que é sob essas características que os grupos de pesquisa são interpretados. Como exposto, esses dois paradigmas mostram a unidade, diversidade e diferencialidade paradigmática da produção da Geografia Agrária, expressas pelos grupos de pesquisa. Partimos do princípio de que as pesquisas a respeito do campo e da agricultura, elaboradas pelos grupos, podem ser interpretadas a partir desses dois paradigmas, cuja conflitualidade é aspecto central que guia a nossa análise. A conflitualidade faz-se presente nas pesquisas empreendidas pelos grupos na busca de firmar um *poder explicativo* que dê conta de “ler” a realidade:

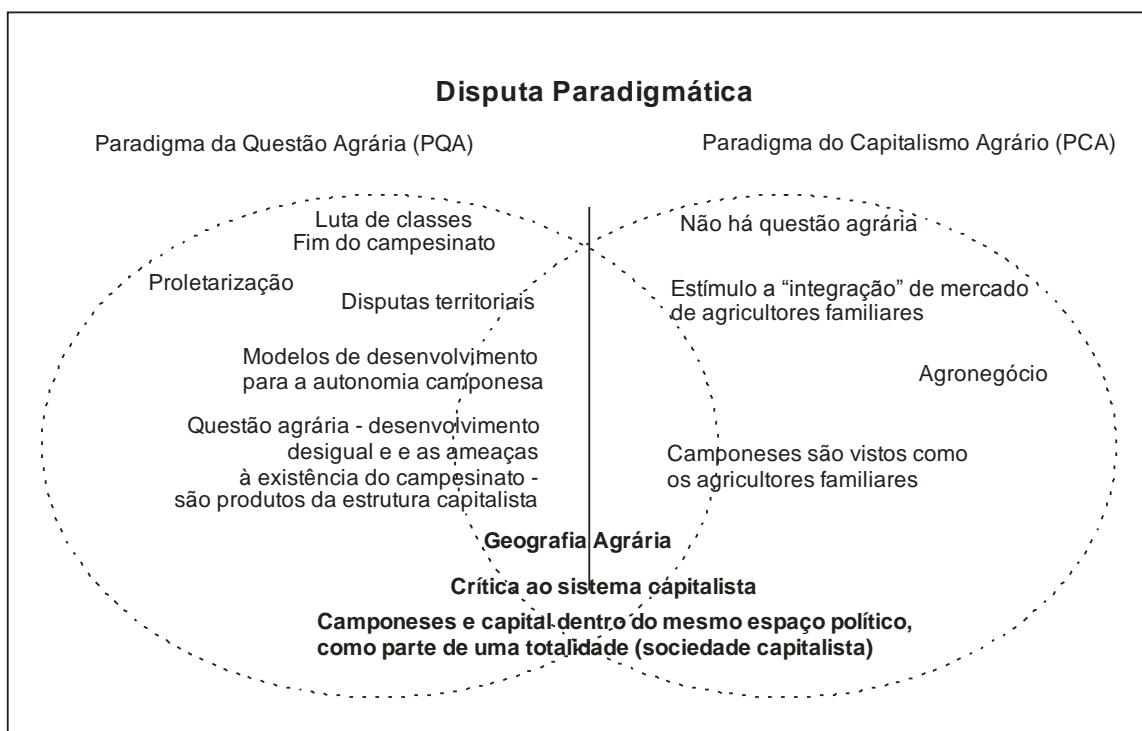
Ela [conflitualidade] se instala nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promovendo verdadeira disputa intelectual confrontando diferentes compreensões e leituras, as quais indicam necessariamente alternativas distintas, às vezes opostas, outras antagônicas e nem sempre complementares (FELÍCIO, 2006, p. 20).

A leitura dos grupos de pesquisa deve travar essa conflitualidade, tendo o debate paradigmático a condição imprescindível. Sabe-se que essa tarefa é trabalhosa. Andrade (1995, p. 11), na década de 1990, fez considerações sobre essa dificuldade: “não é fácil elaborar um esquema de teorização e de metodologia único para a Geografia Rural ou para qualquer outro tema, sobretudo no momento de grandes transformações em que se vive”. Mesmo reconhecendo os limites que esse tipo de análise contém, ela se faz extremamente necessária e significativa, uma vez que além do número inexpressivo desses tipos de trabalhos, a abordagem

política e dialética é ainda menos expressiva nos estudos sobre o pensamento geográfico brasileiro.

Para as pesquisas que compartilham do PQA, a questão agrária é intrínseca ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, em que a possibilidade de solução da problemática agrária está fincada na perspectiva de superação desse sistema. No PCA, a questão agrária não comparece como uma problemática de fato, e os eventuais problemas do capitalismo são resolvidos com a ação do próprio capital. A subalternidade é a condição posta, pois o futuro do campesinato é interpretado na direção da lógica do capital. Enquanto no PQA as pesquisas se direcionam na luta contra o capital e nas práticas de resistência, no PCA, as soluções estão nas políticas públicas desenvolvidas em aliança com o capital e na integração ao mercado. Essas considerações levam a afirmar que a principal diferença entre os dois paradigmas é a perspectiva de *superação do capitalismo* (FERNANDES, 2006). É neste limiar que os grupos de pesquisa são analisados.

O organograma 33 sintetiza as características e os temas desses dois paradigmas em que os grupos de pesquisa são analisados. Suas particularidades e tendências promovem a disputa paradigmática.



Organograma 33: Disputa paradigmática – PQA e PCA

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Como dito inicialmente, embora apresente a diferença fundamental de superação e permanência do capitalismo, o PCA e o PQA não são paradigmas excludentes. Junto com os grupos, estes paradigmas delimitam *territórios paradigmáticos* e demonstram a multiplicidade paradigmática, marcada pela unidade, diversidade e diferencialidade, mas que possuem uma *faixa de contato*, na qual temáticas, questões e tendências se aproximam.

Cada grupo seleciona questões que direcionam os olhares dos pesquisadores para a leitura do campo. Ao optar por qualquer um desses paradigmas, a questão não é situá-los no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica, a intenção é justamente o contrário. O que se busca é a confrontação de perspectivas, de evidenciar o tom de conflitualidade presente no pensamento geográfico e que resulta na unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática dos *territórios paradigmáticos* da Geografia Agrária. Romper com a neutralidade científica (Kuhn e Fleck) é outra questão que a conflitualidade traz.

É importante esclarecer que, como parte constituinte das relações sociais e da realidade, o conhecimento produzido pelos grupos de pesquisa também está em movimento constante e não pode ser estancado pelas reflexões aqui apresentadas. Além disso, há uma infinidade de publicações que, devido a sua vastidão, não foram incorporadas a análise, mas que podem mostrar outros caminhos. Por isso, não temos o objetivo de generalizar as discussões aludidas, mas realizar reflexões seminais sobre o papel dos grupos de pesquisa e dos paradigmas junto ao pensamento geográfico e que conformam *territórios paradigmáticos* distintos.

Num primeiro momento, foram reunidos aqueles grupos que direcionaram suas pesquisas para o PCA: NEA, “*Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*”, “*Geografias da Modernidade*” e GEDRA. A unidade, diversidade e diferencialidade temática, mapeado no capítulo anterior, ajudou na investigação dos *territórios paradigmáticos* de cada grupo. Embora participem do mesmo território paradigmático, o PCA, e a tendência da agricultura familiar seja predominante, os grupos analisados a partir deste paradigma são heterogêneos, pois selecionaram temáticas que os diferenciaram.

Embora muitos grupos de pesquisa ligados a este paradigma apresentem linhas de pesquisa e temáticas que problematizaram o agronegócio, nenhum compartilhou estudos nesta tendência. Os grupos não posicionaram suas pesquisas a favor da territorialização e desenvolvimento do agronegócio, pelo contrário,

observaram os processos excludentes e destrutivos que camponeses e/ou agricultores familiares foram submetidos, denunciando a agricultura empresarial. Ao imputar esse posicionamento político-ideológico, o agronegócio foi concebido, apenas, como linha de pesquisa e temática e não como concepção pelos grupos de pesquisa.

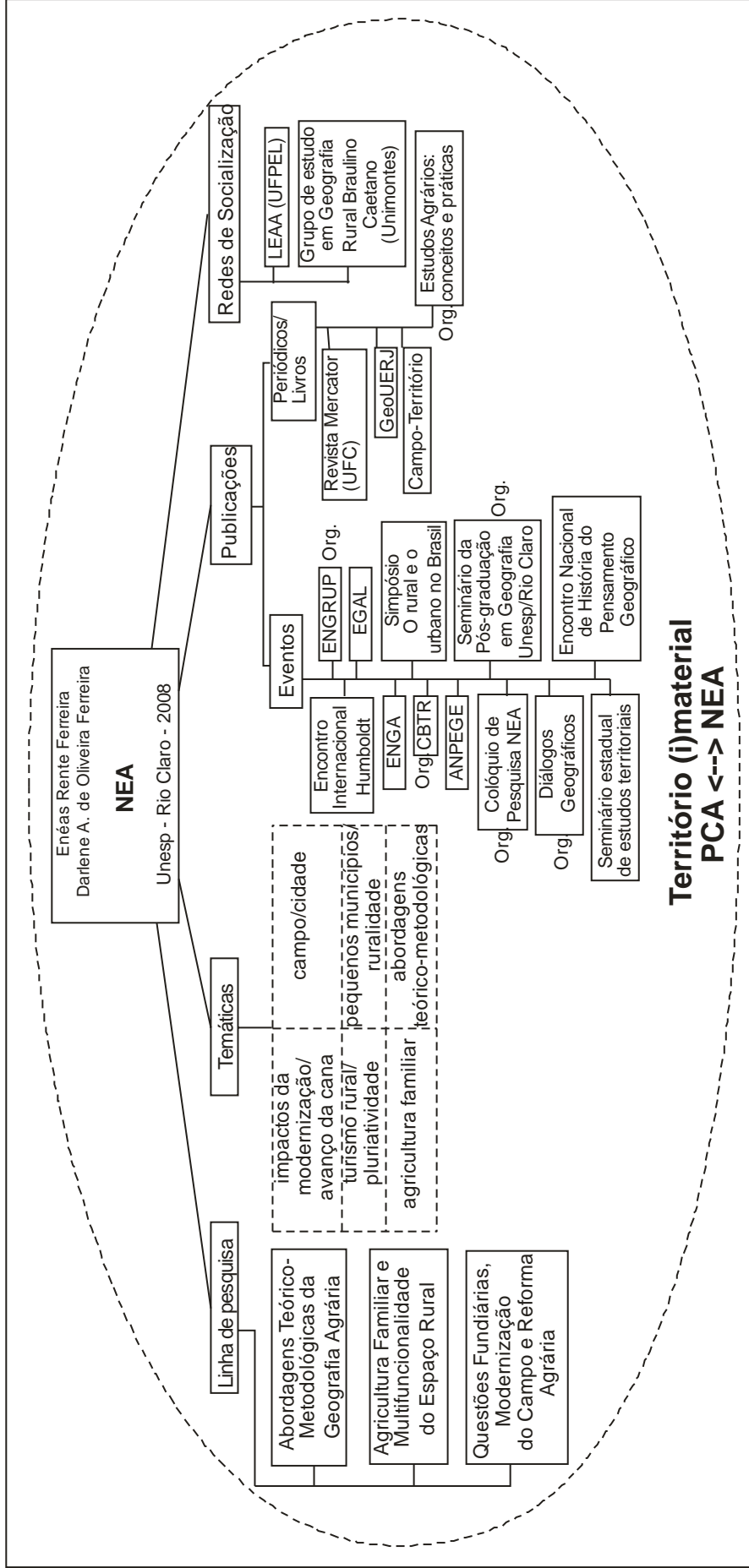
Também refletimos sobre as principais dimensões paradigmáticas, como os referenciais teóricos e conceituais empregados por cada grupo na seleção e compartilhamento do PCA.

5. 2 PCA

5.2.1 NEA

Os trabalhos acadêmicos do NEA tomados como instrumento de análise selecionaram para estudo a influência das novas ruralidades e permanências na organização do espaço, a forma com que políticas públicas se materializaram no espaço, o processo de transformação das comunidades faxinalenses na simultaneidade entre a modernidade e a tradição, a viabilidade econômica da agricultura urbana e a modernização do campo em conjunto com o Estado e as agroindústrias da cana. A unidade familiar camponesa foi estudada na perspectiva de integração ao mercado via CAI, em que a recriação do campesinato se deu na articulação com cooperativas e agroindústrias.

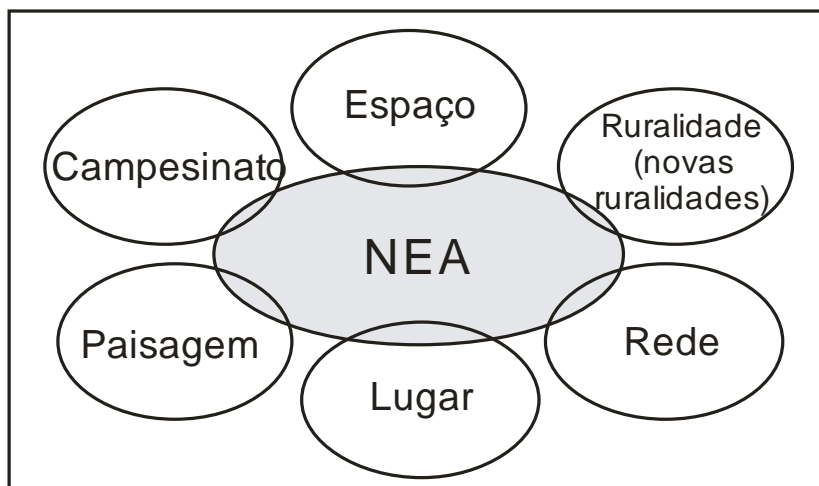
Questões relativas à teoria e método em Geografia também foram tratadas pelo grupo. Em nenhum desses temas, o enfrentamento, a luta de classes e a conflitualidade latente do campo foi debatida. A perspectiva de superação do capitalismo não compareceu como preocupação, tampouco uma questão agrária (Organograma 34).



Organograma 34: Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – NEA
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A análise temática do grupo mostrou-se plural, e a fenomenologia e a dialética foram às perspectivas teórico-metodológicas adotadas. Essa pluralidade pode ser explicada pela sua recente formação. Por ser o grupo mais novo da Geografia Agrária paulista pesquisado, seu processo de construção identitária ainda está em fase de desenvolvimento. Contudo, fica claro que as pesquisas realizadas caminham ao entendimento do campo sem que o movimento de transformação da realidade e enfrentamento à lógica capitalista compareça.

Quanto o aparato conceitual, a ruralidade (novas ruralidades) e o campesinato foram as principais referências para os autores. Quanto o aparato conceitual geográfico, destacam-se o lugar, a paisagem, o espaço e a rede (Organograma 35).



Organograma 35: Principais conceitos – NEA

Janaina Francisca de Souza Campos

Tendo como ponto de partida a estrutura organizativa dos grupos, suas ações, práticas e, sobretudo, as temáticas centrais desenvolvidas, uma das linhas de pesquisa compartilhadas pelo NEA está direcionada ao estudo das *Abordagens teórico-metodológicas da Geografia Agrária*.

Esse posicionamento ficou claro com a pesquisa desenvolvida por uma das coordenadoras do grupo, a professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, em sua tese de doutorado. Defendida em 1998, no Instituto de Geociências e Ciência Exatas (IGCE), *Campus* de Rio Claro, Unesp, e sob a orientação da professora Lúcia H. O. Gerardi, o trabalho “O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a

trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90”, fez um notório trabalho sobre o pensamento geográfico brasileiro.

Ferreira (1998) preocupou-se em analisar as interpretações de pesquisadores sobre o estudo da agricultura feito pela Geografia brasileira e em reconstruir a trajetória deste ramo disciplinar. A partir da análise bibliográfica contida em periódicos, livros, teses, relatórios de pesquisa e anais de encontros científicos, a tese identificou temáticas, enfoques, escolas, concepções teórico-metodológicas, fases e as influências das ciências junto à produção intelectual que marcou a Geografia Agrária no período supracitado.

A tese de Ferreira (ibidem) mostrou como, ao longo do tempo, a Geografia Agrária brasileira apresentou-se extremamente dinâmica, em que as transformações paradigmáticas e socioeconômicas exerceram papel importante na forma de estudar e interpretar o espaço agrário. Ao apresentar a trajetória da Geografia Agrária, Ferreira (ibidem) deu ênfase às influências sofridas por outros campos disciplinares, como por exemplo, a Economia e a Sociologia, questionando, de certo modo, o quão geográfico estes estudos se mostraram, de fato. Segundo a autora, é após as primeiras décadas de institucionalização da Geografia brasileira (1940 e 1950), o período que predominou a Geografia Tradicional e que se realizou, efetivamente, uma análise espacial:

Tal aproximação fez o geógrafo agrário tomar parte em um processo de mudanças que ultrapassou as fronteiras da Geografia, utilizando-se de conceitos, metodologias, lógicas, não-geográficas. **Podemos afirmar que, mesmo utilizando-se da História e das Ciências Naturais, foi durante as décadas de 40 e 50 que o geógrafo agrário realizou, com maior clareza, a análise espacial. Mesmo criticada, a Geografia Tradicional definiu muito bem o papel do geógrafo no contexto das ciências, definição esta que foi sendo modificada, resultando numa certa crise de identidade da Geografia** (FERREIRA, 1998, p. 271, grifo nosso).

Para a autora, a adoção de um aparato teórico-conceitual advindo de outras ciências, ao invés de servir como referência aos estudos geográficos, fez a Geografia Agrária, nas décadas posteriores, adentrar uma crise identitária, uma vez que se mostrou bastante plural e heterogênea (FERREIRA, 1998). Para Ferreira (ibidem), a Geografia Agrária, após o ano de 1990, incorporou múltiplas abordagens sob os auspícios de uma Geografia Crítica, mas é nas décadas de 1940 e 1950 que “[...] temos um período brilhante no qual as raízes da ciência geográfica se fixam, no

Brasil, firmando-se como uma das fases mais produtivas, considerando o volume de trabalhos, da história da Geografia no país” (FERREIRA, 1998, p. 273), o que coloca “[...] esta fase como uma das mais significativas no contexto da produção geográfica como um todo” (FERREIRA, 1998, p. 273).

Estas leituras argumentam a favor de uma Geografia Tradicional, detentora de uma efetiva análise espacial descritiva que destaca seu conteúdo político por não evidenciar a conflitualidade, a luta de classes sociais e a questão agrária nacional.

O estudo de Ferreira (1998) apreciou a produção intelectual até o ano de 1995. Passados 12 anos, com a criação do NEA, em 2008, esta preocupação compôs o rol de investigações do grupo, e o interesse pelo estudo das abordagens teórico-metodológicas da Geografia Agrária passou a ser compartilhado pelo NEA.

O trabalho de Alves (2010)⁵⁴ deu prosseguimento a esta temática, o qual procurou estudar, tal como Ferreira (1998), a trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária entre 1939-2009. A partir do levantamento bibliográfico nos principais periódicos científicos nacionais da Geografia, o autor recompôs e atualizou, sob o enfoque das questões teórico-metodológicas, a história da Geografia Agrária brasileira. Para tal intento, Alves (2010) deixou clara sua postura teórico-metodológica, e afirmou ser o método hermenêutico e a análise do discurso as bases de seu estudo.

Alves (ibidem) corroborou com Ferreira (1998) e mostrou que, diferentemente dos estudos realizados entre 1939-1990, que apresentavam certa uniformidade teórico-metodológica, o período posterior à década de 1990 é marcado pela heterogeneidade, em que os métodos e abordagens empregadas são caracterizados pelo que Alves intitulou de “pluralismo metodológico” e de “ecletismo metodológico”:

Este estudo demonstrou a heterogeneidade de métodos e abordagens na geografia agrária após a década de 1990, salientando um equilíbrio teórico-metodológico entre 1939 a 1990, ou seja, nesse período existiu um padrão entre teoria, conceitos e métodos, após a década de 1990 houve uma diversidade, o que chamamos de pluralismo metodológico e ecletismo metodológico. Para tal comprovação, a amostragem estará pautada nos periódicos científicos em geografia, entre 1939 a 2009, assim, entre a década

54. ALVES, Flamarion Dutra. **Trajatória teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira**: a produção em periódicos científicos de 1939-2009. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

de 1930 e 1990 há uma predominância de abordagem e depois existe uma diversidade de abordagens (ALVES, 2010, p. 17).

Para o autor, a partir da década de 1990, os estudos agrários são caracterizados pela diversidade de abordagens teórico-metodológicas, não havendo uma única e principal tendência paradigmática neste início de século XXI. A “[...] geografia atual é plural, pois contempla a diversidade de concepções metodológicas, técnicas e conceituais, além de permitir a utilização de teorias de outras áreas do conhecimento para explicar os fenômenos espaciais” (ALVES, *ibidem*, p. 270).

Além de plural, Alves (2010) destaca que ela também é considerada eclética:

[...] Já o ecletismo, é o emprego de teorias, conceitos e métodos distintos, inclusive de filosofias divergentes, mas sem a preocupação em explicitar a utilização dos mesmos, cremos que na geografia agrária atual existe uma confusão quanto a isso, e para auxiliar nessas questões, torna-se preponderante o estudo epistemológico da geografia [...] (ALVES, 2010, p. 271).

Como Ferreira (1998), o trabalho chama a atenção para a interface com que outras áreas do conhecimento perfazem com a Geografia. Por isso, Alves (2010) questiona se uma Geografia feita com referenciais, conceitos, categorias e preocupações advindas de outras áreas realmente contribui com a construção do conhecimento geográfico. Mesmo com o pluralismo, a leitura geográfica torna-se essencial para nossas pesquisas.

Juntos, estes dois trabalhos constituem a linha de pesquisa que discute as bases teórico-metodológicas da Geografia Agrária, cuja preocupação está na realização de uma Geografia que faça uma leitura espacial sobre o espaço agrário. A abordagem analítico-descritiva traz uma riqueza de detalhes, perspectiva fundamental de uma profícua reconstrução dos estudos relacionados ao pensamento e à Geografia Agrária. Todavia, o estudo de Alves (2010) traz uma discussão que destaca, sobretudo, o papel do método, teoria, metodologia, paradigma e abordagens, assuntos pouco explorados conceitualmente por Ferreira (1998). Em contrapartida, é o estudo de Ferreira (1988) que tem maiores rebatimentos no mundo acadêmico, destacando-se como um trabalho precursor no que tange às questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária.

Além de compartilhar e direcionar suas pesquisas para os pressupostos teórico-metodológicos, o NEA abrange pesquisas sobre a *Agricultura familiar e a multifuncionalidade do espaço rural*.

Na dissertação, Ferreira (1988)⁵⁵ identificou as transformações ocorridas no campo do município de Charqueada (SP), tendo em vista o desenvolvimento da agricultura paulista junto à sericultura, à organização produtiva, aos agentes produtores e, principalmente, verificar o que manteve essa atividade. Convivem no mesmo município, a produção do bicho da seda e a da cana de açúcar, sendo que a pequena produção familiar, mesmo não dispondo de capital e recursos para o plantio da cana, conseguiu reproduzir-se, de acordo com a autora, enquanto “produtores familiares ou camponeses” através da sericultura e do emprego de mão de obra familiar. Mesmo com o advento do processo de modernização da agricultura desde a década de 1960, essas duas atividades conviveram e deram novos contornos e conteúdos à organização do espaço agrário e, embora se tratasse de um espaço capitalizado, as unidades camponesas de produção resistiram na terra.

Todavia, para Ferreira (1988), essa relação entre agricultura camponesa e agronegócio não é marcada pela disputa, mas é concebida como complementar, não havendo conflitualidade na ocupação espacial e na mão de obra:

O capital não conseguiu destruir as formas tradicionais e expressa-se no espaço sem eliminar as distintas formas, como é o caso de Charqueada na sericultura. Nas ocupações de terra, cada uma amplia-se de acordo com a rentabilidade. No que diz respeito a mão-de-obra elas também não entram em conflito, pois na sericultura é familiar e na cana-de-açúcar é assalariado temporário. A complementaridade ocorre nas famílias sericultoras, através do assalariamento de jovens trabalhando como tratoristas e motoristas (FERREIRA, 1988, p. 2).

O sentido dos conceitos de pequena produção familiar e unidade camponesa de produção são interpretados como sinônimos. Ferreira (1988) afirma que seu marco teórico está na escola da organização da produção de Alexander Chayanov e na linha do campesinato elaborada por Jersy Tepich, Teodor Shanin, Jacques

55. FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **A persistência da unidade familiar de produção e a sericultura em Charqueada**. 1988. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Chonchol e Henri Mendras. O enfoque teórico está no campesinato, cuja característica principal é a produção familiar, a terra e a exploração do trabalho da família, tendo como objetivo a satisfação de suas necessidades mais básicas, deixando o lucro como componente secundário.

Entretanto, ao discutir o processo de destruição, recriação e proletarização do campesinato, contidos nas teorias de Karl Marx, Vladimir Lenin e Karl Kautsky, Ferreira (1988) observa que o referencial marxista não dá conta de ler a realidade do campo, pois a integração do camponês junto ao capital via cooperativa e agroindústria são as suas reais perspectivas e não o fim do campesinato com a sua proletarização:

[...] o que se observa não é a total proletarização do camponês, mas a sua penetração no mercado via comércio direto, cooperativas e agroindústrias. Coube a ele se adaptar ao modo de produção capitalista sem perder o caráter de unidade de produção familiar e seu desaparecimento, conforme foi descrito (FERREIRA, 1988, p. 11).

Para Ferreira (1988), a teoria chayanoviana oferece uma explicação, pois tentou mostrar a persistência e funcionamento do camponês via integração junto ao mercado, ao passo que Marx, Kautsky e Lenin não levaram em consideração que o camponês se adaptaria às novas exigências do mercado e se transformaria em um produtor de mercadorias (FERREIRA, 1988).

Essa integração via mercado tem em Tepicht a análise da unidade econômica familiar, com o diferencial de incluir o papel do modo de produção capitalista, via Complexo Agroindustrial (CAI), na análise da unidade familiar. Para o estudo dos CAI, a influência teórica veio de Guilherme da Costa Delgado, que ajudou a entender o processo de modernização do maquinário agrícola exigido para a atividade sericicultora.

Ferreira (1988) salienta a relação de subordinação dos camponeses aos CAI, que teve amplo apoio do Estado brasileiro, em que sua vinculação lhes impôs uma nova lógica de produção. Contudo, a lógica camponesa não foi esquecida, já que a família e o trabalho continuam a desempenhar papel importante que consolidam a sua recriação social. “Ele se sujeita às estipulações da indústria, tanto aceitando casulos a mais como preços. [...] É um modo de produção dominado que se submete às regras do capital e, dessa forma, persiste mantendo o que lhe é primordial, o trabalho familiar” (FERREIRA, 1988. p. 142 e 147).

O que se percebe é que, mesmo concebendo a permanência e manutenção do campesinato e contrariando teses que apostaram no desaparecimento da classe, para Ferreira (1988), esta permanência é entendida dentro da lógica do capital, em que as unidades familiares se integrariam a agroindústrias e cooperativas e se adaptariam às exigências ditadas pelo capital. Este tipo de posicionamento conforma-se com a realidade imposta pelo capitalismo e não indica alternativas de enfrentamento e superação.

Lindner (2011)⁵⁶ não adentrou na mesma discussão feita por Ferreira (1988). A autora enfocou para a organização do espaço de São João do Polêsine (RS) e demonstrou a influência que as ruralidades e as permanências exercem nos modos de vida desse pequeno município e suas influências na organização do espaço. A autora trabalha com a perspectiva de espaço social, organizado a partir das ruralidades, em que a sociedade mantém valores, conserva hábitos e modos de vida rurais e que, inevitavelmente, possui rebatimentos na organização espacial. A fenomenologia da percepção constitui-se como método de análise.

A paisagem e o rural foram os referenciais conceituais utilizados. A “[...] paisagem como forma de leitura do espaço e o lugar como representação do particular” (LINDNER, 2011, p. 20). A ruralidade é conceito central em sua tese, “[...] encontra-se assentada nas tradições locais, características culturais ligadas a sua colonização, economia e aos valores de seus habitantes. Através desses elementos percebe-se a permanência das ruralidades [...]” (LINDNER, 2011, p. 76). Para chegar a essa compreensão, a autora discute a relação rural-urbano, destacando que, embora esta relação seja interdependente, cada qual expressam singularidades que lhe são inerentes e que não podem ser olvidadas.

Lindner (2011) traz a perspectiva da ruralidade, em que a tradição, os modos de vida e as crenças são elementos que organizam o espaço e são visíveis à paisagem e à peculiaridade do lugar. “A ruralidade é caracterizada pelas particularidades dos espaços rurais que podem ser vistas nos modos de vida de pequenos municípios” (LINDNER, 2011, p. 50). Encontradas nas áreas rurais e urbanas de pequenos municípios, são resquícios dos modos de vida do rural

56. LINDNER, Michele. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades**: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

tradicional. As “novas ruralidades” também podem conter alternativas de geração de renda e de desenvolvimento, no qual o turismo ganha posição (LINDNER, 2011).

Rodrigues (2011)⁵⁷ verificou de que forma o *Programa Territórios da Cidadania* se materializou na região central do Rio Grande do Sul. Para investigar essa estratégia de desenvolvimento territorial rural fomentada pelo governo brasileiro, a autora estudou o trabalho em rede realizado por três cooperativas. Rodrigues (2011) afirmou que a rede conformada pela organização das cooperativas difundiu inúmeros benefícios para outros territórios da região que compõe o Programa, contudo, no que tange ao desenvolvimento, as redes estudadas não obtiveram longo alcance.

Os conceitos geográficos de território e rede geográfica balizam Rodrigues (2011) no desenvolvimento de suas ideias e constituem-se como subcategorias geográficas. Nas práticas espaciais, estão a paisagem, o território e a rede.

O território é compreendido com base em Claude Raffestin e Michel Foucault, o qual possui associação com o poder. O fundamento sobre as redes foi buscado em Ruy Moreira, que o interpreta como uma subcategoria que compõe o território e em que o poder também lhe é intrínseco. O poder contido no território é estabelecido pela constituição de redes.

A autora argumenta que enquanto a rede expande o desenvolvimento do campo, o território o circunscreve. A rede é o motor de articulação territorial e propagação do desenvolvimento que, diferente do território, restringe suas práticas e não as externalizam:

Esta pesquisa de tese defende, então, que a rede é o elemento de expansão e de materialização de um desenvolvimento rural mais equilibrado em termos espaciais. O território, ao encerrar poderes e ações, limita a propagação de ações de desenvolvimento rural e não cumpre o objetivo de diluir desigualdades. [...] a rede é o elemento que materializa um desenvolvimento rural mais equilibrado e, no caso do Território da Cidadania Região Central RS, tem sido um elemento disseminador do desenvolvimento através da Coeoperança, da Copetec e da Coperterra. [...] Esta pesquisa defende o uso da rede como elemento não só de coesão territorial, mas, sobretudo, integradora entre territórios, estimulando os processos associativos como canal de apropriação da política pela população (RODRIGUES, 2011, p. 9, 16 e 68).

57. RODRIGUES, Suelen de Leal. **O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento rural: Território da Cidadania Região Central/RS**. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Para Rodrigues (2011), é a rede social, formada nas cooperativas e caracterizada pelas relações de poder, que propicia um desenvolvimento mais equilibrado e de abrangência territorial. A materialização do Programa *Territórios da Cidadania* efetivou-se devido às redes que são construídas socialmente nas cooperativas.

O trabalho de Hauresko (2009)⁵⁸ dedicou-se ao estudo das comunidades tradicionais faxinalenses, sobretudo a sua organização socioespacial. O recorte espacial pesquisou duas comunidades dos municípios de Rio Azul e Prudentópolis, no Paraná. A autora analisou como essas comunidades tradicionais se produzem e reproduzem e se a tradição é o fator que define o lugar dessas comunidades na contemporaneidade. Hauresko (2009) investigou os aspectos de permanência que evidenciam o tradicional e os rearranjos socioespaciais nos lugares decorrentes da associação de elementos modernos e que são externos às comunidades faxinalenses.

O conceito de lugar abrange essas comunidades, relação intermediada pela tradição envolvida nas características históricas e culturais e pela modernidade, expressão da interação com o global. Ao analisar a construção do lugar pelos faxinalenses, Hauresko (2009) tem em Milton Santos e Ana Fani Carlos a sua fundamentação, na qual o lugar tem profundas articulações com o global, desenvolvendo novos significados que não os distanciam do seu caráter local. Ao incorporar estes dois estudiosos, a autora se propõe fazer uma Geografia Crítica e dialética. “A abordagem acerca da relação dialética entre o mundo e o lugar ajuda na compreensão da centralidade do lugar, não só enquanto fenômeno, mas também enquanto categoria geográfica de análise importante e atual” (HAURESKO, 2009, p. 46).

A comunidade faxinalense é concebida à luz da complexidade que integra passado e futuro e na simultaneidade entre o tradicional e a modernidade, desvendando “novos” e “velhos” elementos na construção do seu espaço. Para Hauresko (2009), cada comunidade faxinalense, dada a sua complexidade, apresenta maior ou menor nível de relação entre a tradição e a modernidade. Assim o lugar é híbrido, formado a partir de variáveis internas e externas, relações intra e

58. HAURESKO, Cecília. **Entre tradição e modernidade**: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis-PR). 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

interlocais que, embora participem de um contexto globalizante, são capazes de manter a individualidade.

Ao retratar as principais transformações dessas comunidades, a autora demonstrou que a admissão de novos objetos técnicos que poderiam auxiliar uma fragmentação e desestruturação dos seus lugares, possibilitou o estabelecimento de relações que contrariam essa premissa, pois favoreceram o trabalho comunitário, característica dos faxinais, e não teve sua cultura e tradição dissolvidas com os elementos da modernidade. Hauresko (2009) afirma que a globalização não pode ser encarada como sinônimo de homogeneidade, pois cada lugar estabelece diferentes tipos de relações com o todo, o que conforma combinações diferentes. É essa combinação que faz do lugar uma organização socioespacial específica e única.

Chamadas pela autora de noções, além do lugar, a tradição e a modernidade são os conceitos que embasam a sua pesquisa. Sem perder sua essência, toda comunidade tradicional está imersa em ritos de tradição e modernidade, já que as tradições são permanentemente alteradas no intuito de resguardar a sua sobrevivência a cada período histórico. “Talvez pudéssemos dizer que não há, a rigor, modernidade que não seja alimentada e oxigenada pela tradição. Muito do que é ‘velho’ subsiste no ‘novo’ ” (HAURESKO, 2009, p. 53).

A lógica de mudança tem no próprio capitalismo a solução. As estratégias de resistência das famílias tem a renda não-agrícola como alternativa que garante a reprodução social e econômica. Para a autora, as atividades não-agrícolas são necessidades estruturais para a reprodução, tanto da família como do estabelecimento familiar. A estratégia para a reprodução camponesa tem na lógica capitalista a sua permanência.

Distanciando-se da temática dos demais trabalhos do NEA, o trabalho de Teixeira (2011)⁵⁹ abordou a agricultura urbana. A tese analisou a viabilidade econômica das hortas urbanas na cidade de Teresina, Piauí, para a complementação de renda dos horticultores. No caso do município estudado, o autor concluiu que a agricultura urbana deixou uma lacuna, pois não correspondeu às expectativas no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais e aumento da renda familiar. A produção foi comprometida por pequenos furtos, pelo baixo nível

59. TEIXEIRA, Marcos Antonio de Castro Marques. **Agricultura urbana na cidade de Teresina: hortas comunitárias – políticas públicas ou segurança alimentar?** 2011. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

de escolarização dos produtores, pela falta de assistência técnica, pelo uso de agrotóxicos e pelo pouco investimento de outras culturas agrícolas.

Percebeu-se a consolidação de uma estrutura arcaica que, baseada em moldes assistencialistas e de natureza compensatória, não foi capaz de suprir as reais necessidades dos envolvidos e diminuir as desigualdades econômicas e sociais. Por outro lado, mesmo dispondo de resultados que não favoreceram economicamente os agricultores, a agricultura urbana colaborou com a paisagem urbana, trazendo harmonia aos espaços ocupados e preenchendo áreas antes desocupadas que isolavam os bairros da cidade.

No que diz respeito à temática modernização do campo e estrutura fundiária, a dissertação de mestrado orientada pelo professor Sílvio Carlos Bray, de Enéas Rente Ferreira⁶⁰, coordenador do NEA, estudou a formação da região canavieira de Araraquara, o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de formação espacial. Ferreira (1987) versou sobre a estrutura fundiária concentrada pelas usinas, a modernização do campo com o avanço do capitalismo, a expansão da cultura da cana na região em detrimento de outras e as transformações que o Programa Nacional do Alcool trouxe à região em questão.

Ferreira (1987) mostrou os efeitos da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e sua contribuição no fortalecimento de grupos usineiros. Através de inúmeras leis, decretos e resoluções, as usinas foram significativamente beneficiadas. O autor também discutiu o processo de modernização da agricultura com o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira que repercutiu na expansão de monopólios agroindustriais canavieiros e a uma consequente diminuição da participação dos fornecedores de cana e na produção de alimentos. Sobre o papel da agroindústria, Ferreira apontou para o aumento da desigualdade social e da fome:

A realidade é que a agroindústria, longe de ser uma solução, apenas vem agravando o problema da fome, pois tem como consequência não apenas a modernização agrícola, mas também a transferência de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e de relações sociais para o Terceiro Mundo. Como tal, a agroindústria apenas exacerba as desigualdades sociais que, dissemos antes, constituem as verdadeiras causas da fome (BURBACH & FLYNN, 1982; 14/5) (FERREIRA, 1987).

60. FERREIRA, Enéas Rente. **A formação da região canavieira de Araraquara:** o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço. 1987. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Este processo de modernização agrícola é altamente excludente e concentrador, em que os beneficiários só assumem essa condição porque são subsidiados pelo apoio estatal:

Observando a agricultura brasileira, percebemos uma dolorosa modernização em alguns produtos específicos, dando mostra de um “capitalismo de fachada”, que pode ser resumido em alguns grandes empreendimentos, na sua maior parte sustentados artificialmente pelos subsídios estatais diretos (álcool, trigo, incentivos fiscais) e indiretos (crédito rural, facilidade para abatimento no imposto de renda), ficando patente uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinda pelo amparo do Estado (SILVA, 1982; 40/66) (FERREIRA, 1987).

O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), assim como as políticas estaduais, como o Pró-Oeste e o Pró-Cana, segundo Ferreira (1987), também trouxeram implicações para o campo, criando e alterando políticas em detrimento de grandes grupos usineiros. Para Ferreira (1987), existiu um processo de extinção de pequenos agricultores e, caso essa situação de favorecimento à estes grupos permanecesse, só os grandes fornecedores de cana-de-açúcar, agrupados em associações de fornecedores, é que sobreviveriam no campo. Não haveria espaço para a pequena e média produção, mas somente àqueles mais capitalizados que se integram ao mercado. Mesmo fazendo uma crítica ao modelo de desenvolvimento, Ferreira (1987) põe em xeque a permanência da agricultura familiar e não consegue visualizar a (re)criação desses sujeitos.

Ao contrário da dissertação, a tese⁶¹ e o trabalho de livre-docência⁶² de Enéas Rente Ferreira distanciaram-se da problemática rural. Com doutorado na Escola de Engenharia de São Carlos, sua tese dedicou-se ao estudo do transporte urbano, o trólebus. Foram discutidas as contribuições da Geografia para a análise das relações entre transporte urbano, Estado, espaço e a difusão de inovações na sociedade. É detalhada a análise de operação dos trólebus em cinco cidades brasileiras: São Paulo, Recife, Araraquara, Santos e Ribeirão Preto, e as justificativas para a implantação do transporte de passageiros por trólebus (FERREIRA, 1995).

61. FERREIRA, Enéas Rente. **Trólebus, espaço e sociedade**. 1995. 122 f. Tese (Doutorado em Transportes). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo (USP).

62. FERREIRA, Enéas Rente. **O transporte coletivo intermunicipal no Estado de São Paulo: as linhas suburbanas**. 2006. 161 f. Tese (Livre-docência em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Da mesma forma, o seu trabalho para a obtenção do título de livre-docente, agora de volta ao IGCE, também abordou o transporte urbano. Entretanto, ao analisar as linhas suburbanas, Ferreira (2006) trouxe para o debate a evolução do sistema de transporte coletivo intermunicipal no estado de São Paulo e evidenciou a atuação de grupos e empresas que monopolizaram o setor, cujas linhas suburbanas efetuaram o transporte clandestino.

Ferreira (2006) justificou sua opção neste tipo de estudo, afirmando ser um tema pouco explorado pelos geógrafos. O autor também argumentou a favor de temas mais pragmáticos, realizando uma crítica aos trabalhos de cunho teórico:

De qualquer forma, a questão dos transportes, que já foi um dos esteios da ciência geográfica em décadas passadas, hoje é pouco explorada. Talvez, a Geografia tenha se tornado teórica demais, atingindo campos da metafísica, e tais assuntos, sejam reais demais para o gosto dos geógrafos. No nosso caso, por ser mais pragmático do que teórico, optei nas minhas pesquisas desenvolvidas na universidade, pelas questões relacionadas à conjuntura nacional como o proálcool, trabalhadores sem terra e o transporte. Ao tratar do transporte coletivo intermunicipal através de linhas suburbanas, além de ser um tema atual, vem apresentando modificações em todo o quadro das linhas e das empresas de transporte coletivo intermunicipal do Estado de São Paulo. O tema se torna ainda mais interessante por abordar o transporte informal, que ocorre nas cidades de médio e grande porte no país, ainda pouco estudado pelos geógrafos (FERREIRA, 2006, p. 2-3).

5.2.2 Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro

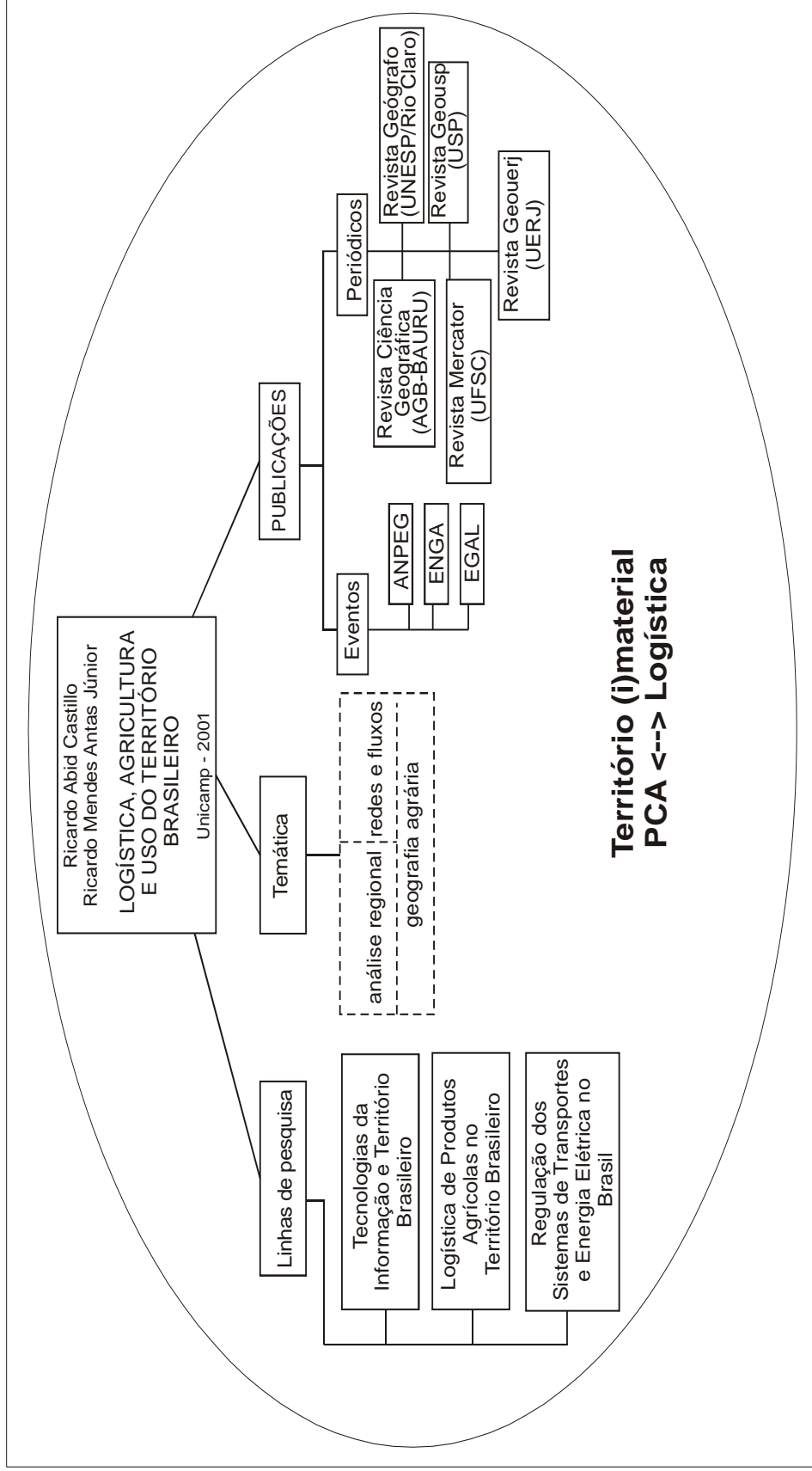
Para esse grupo, o PCA materializou-se no compartilhamento de estudos que envolveram o debate sobre os usos corporativos do território brasileiro. O grupo tem uma unidade paradigmática bastante coesa em torno do referencial de Milton Santos, no qual o território brasileiro é interpretado diante do acelerado processo de intensificação da racionalização produtiva, em que o uso corporativo e empresarial se coloca à frente dos interesses da sociedade local. Embora se admitam os problemas que a lógica capitalista carrega e propaga, os trabalhos não estão focados na discussão da agricultura familiar ou campezina e não trazem a superação e enfrentamento do sistema como perspectiva central. Tratou-se de desvendar o papel das normas e das técnicas para a regulação e controle do território, seja via tecnologia da informação, logística de produtos agrícolas

(*commodities*) ou sistemas de transporte. O entendimento da agricultura familiar e camponesa não foi alvo dos estudos desenvolvidos pelo grupo (Organograma 36).

Os conceitos abordados nos trabalhos direcionaram-se ao entendimento das normas e das técnicas no uso do território, e o lugar e o território como os principais conceitos do grupo, tendo no referencial de Milton Santos o principal embasamento teórico-conceitual (Organograma 37).

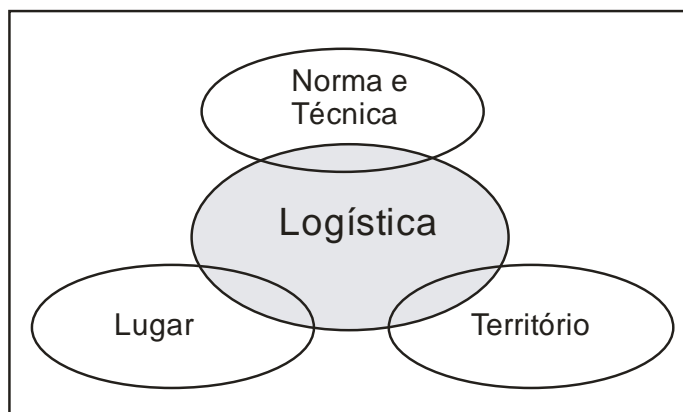
A dissertação de Ricardo Abid Castillo, coordenador do grupo, foi orientado pela professora Maria Adélia Aparecida de Souza, no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, e destoa da temática agrária. Em “A fragmentação da terra: propriedade fundiária absoluta e espaço como mercadoria no município de São Paulo”, defendido no ano de 1993, o professor estudou a gênese de transformação do espaço em mercadoria, sua relação com o processo de fragmentação da terra e suas consequências em São Paulo. O trabalho enveredou para a Geografia Urbana e sua aproximação com a Geografia Agrária dar-se-ia no doutorado, como será visto mais adiante.

Para Castillo (1993), foi graças à absolutização da propriedade fundiária no Brasil que foi possível a transformação do espaço em mercadoria. O processo de fragmentação e homogeneização do espaço urbano e periurbano de São Paulo criou um mercado de terras sob os ditames do modo de produção capitalista, remanejando as classes sociais segundo as necessidades de acumulação.



Organograma 36: Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas e publicações – Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos



Organograma 37: Principais conceitos – Logística

Janaina Francisca de Souza Campos

A expansão do tecido urbano de São Paulo é reflexo de um novo rearranjo no padrão de produção do espaço sobre formas fundiárias pretéritas. Novos conteúdos foram atribuídos às antigas formas, o que resultou no loteamento da terra e no desenvolvimento de uma nova estrutura espacial. A gênese da transformação da terra em mercadoria teve a Lei de Terras como instrumento responsável por dar uma nova lógica e função à cidade, provendo à terra urbana um valor comercial.

Como dito, é em sua tese de doutorado que o autor encaminha sua preocupação para uma Geografia mais preocupada com os temas do campo. É com o estudo das técnicas, em particular das técnicas orbitais, que o pesquisador desenvolveu seu trabalho e adentrando a linha de pesquisa “Tecnologias da informação e território brasileiro”. Ainda orientado pela professora Maria Adélia Aparecida de Souza, a tese intitulada “Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro”, Castillo (1999) mostrou como o território brasileiro está apto a atender interesses de grandes empresas e corporações. O monitoramento agrícola e ambiental, a comunicação de dados e a agricultura de precisão são instrumentos que legitimam esse uso específico do território. O território brasileiro passa por um processo de intensificação da sua racionalização, em que o uso corporativo e empresarial é realizado a partir da utilização de imagens e dados de satélite. Este processo, longe de estar comprometido com os interesses locais, atende aos interesses de agentes políticos e econômicos hegemônicos.

Segundo o autor, a noção de território nacional destaca-se em seu trabalho, no qual a soberania, dimensão, heterogeneidade e normatização são características

chaves que levam à aplicação de técnicas orbitais no uso do território. O conceito de *território usado* de Milton Santos assume relevância, porque retrata os mais variados e distintos interesses que estão nas ações praticadas e sofridas pela sociedade (CASTILLO, 1999). O conceito de lugar também comparece em seu trabalho, o qual não pode ser definido claramente e tampouco possui fronteiras, mas revela-se como “[...] possibilidade de resistência a interesses externos” (CASTILLO, 1999, p. 27).

Ambos conceitos advêm do referencial proposto pelo pensamento do professor Milton Santos, cuja base teórico-metodológica dos trabalhos do grupo está, sobretudo, assentada neste autor.

Nas palavras de Castillo, território e lugar:

[...] são dimensões em harmonia e conflito. O território implica a integração e a articulação, coesão em meio à diversidade, a organização e o uso que atendem aos interesses dos grandes agentes da economia e política, cujo raio de atuação transcende o lugar e a região; o lugar, por sua vez, é mais ou menos obediente às lógicas hegemônicas, mais ou menos permeável às ações que chegam de fora, menos dependente das mediações técnicas e constitui-se em área de atuação de todas as classes, grupos e interesses. O crescente uso corporativo do lugar e sua tendência, hoje, à espacialização funcional com relação ao território nacional e ao mundo, são decorrência de sua posição de subtotalidade, inserida numa totalidade mais ampla, numa articulação territorial mais abrangente (CASTILLO, 1999, p. 28).

A preocupação é demonstrar como a passagem do meio técnico-científico-informacional introduziu novas técnicas de produção e comunicação, no qual os sistemas orbitais emergem e dão novos atributos ao uso do território. À Geografia, interessa o estudo dessas técnicas, já que elas configuram uma dinâmica espacial e mudam os padrões de uso e organização do território através dos satélites. A integração eletrônica do território vai além dos meios tradicionais de comunicação e transporte, em que a dimensão imaterial se sobrepõe à material. Assim, para o autor, o conhecimento digital e a integração eletrônica do território são novos meios técnicos orbitais que auxiliam na organização territorial, selecionando pessoas e lugares específicos. “O *uso do território* fundamentado nestas novas técnicas deixa entrever racionalidade e utilitarismo, de um lado, exclusão e perversidade, de outro” (CASTILLO, 1999, p. 143-144, grifo do autor). O conhecimento territorial e das comunicações transforma-se de acordo com a evolução das técnicas e são princípios natos que modificam a natureza e a sociedade.

O monitoramento agrícola e ambiental e a agricultura de precisão são resultados da evolução das técnicas, parte da tecnologia da informação. Para Castillo (1999), o conhecimento tradicional camponês foi substituído pela informacionalização da agricultura, cuja racionalidade da produção é o que guia a organização do território, segundo o uso corporativista e seletivo do território, em que há uma aparente perda da significância do lugar. A seletividade, hierarquia e a especialização são características que legitimam o poder de sujeitos que atuam no território nacional. Essa integração não é completa, é seletiva, não atingiu todos os lugares, mas se encontra disponível para inúmeros tipos de ações e usos.

Aos demais membros do grupo, a preocupação em demonstrar o uso corporativo do território, em especial aqueles que condizem à realidade do campo brasileiro, são delimitados para o estudo e compartilhados.

O trabalho de Biudes (2005)⁶³ seguiu o mesmo caminho percorrido por Castillo (1999) ao pesquisar sobre o uso da tecnologia da informação junto ao território brasileiro. O autor analisou o zoneamento agrícola de riscos climáticos da soja, suas implicações no uso, organização e regulamentação do território, com ênfase nas políticas de crédito e seguro agrícola.

O zoneamento foi tratado como uma ferramenta que permite a racionalização dos recursos técnicos e da natureza, o aumento da produtividade, rentabilidade e maiores níveis de competitividade, mostrando-se apto às demandas de mercado e aprofundando a desigualdade socioespacial. Para o autor, este processo também se deu de forma seletiva, não estando disponível a todos os espaços e homens, restrita a determinados tipos de culturas e regiões do país.

Apoiado no referencial de Milton Santos, em que o zoneamento faz parte do atual período técnico-científico e informacional, para Biudes (2005), o processo de racionalização fez do zoneamento um instrumento que influencia, cada vez com mais tônica, os usos do território brasileiro, classificado a partir dos riscos climáticos. Técnica e norma são conceitos importantes, pois regem o zoneamento agrícola e organizam os usos do território. O custeio, crédito e o seguro agrícola estão vinculados às exigências técnico-normativas de zoneamento que selecionam as áreas do território onde a produtividade é garantida. O zoneamento configura-se como norma, “[...] que produz as bases para a revitalização do crédito e seguro

63. BIUDES, Fabiano. **Tecnologias da informação e novos usos do território brasileiro**: uma análise a partir do zoneamento agrícola de riscos climáticos da soja. 2005. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

agrícola e uma refuncionalização do território com bases contemporâneas” (BIUDES, 2005, p. 10).

Ainda, segundo o autor, esse tipo de tecnologia da informação não chega aos pequenos produtores, que não dispõem de capital para acompanhar esse processo de modernização da agricultura. O zoneamento funciona a partir de uma organização em rede que busca vantagens comparativas dos lugares e coloca em questão a necessidade de implantação de novas infraestruturas para torná-lo atrativo aos investimentos. A organização em rede envolve as mais diversas esferas e corresponde a uma nova divisão territorial do trabalho, em que grupos empresariais estabeleceram uma relação de cooperação e competição dos lugares.

A leitura miltoniana sobre as horizontalidades e verticalidades encarou o zoneamento enquanto técnica que requer racionalidade e atinge desde sistemas mais modernos, até pequenos e médios produtores rurais, atuando como agente catalisador no processo de modernização.

A fluidez territorial comparece na obra de Biudes (2005), em que a relação entre os agentes e o poder político-econômico estatal e empresarial regulou os usos do território e redesenhou um novo ordenamento territorial. Além do território, o conceito de lugar, assim como observado em Castillo (1999), ganhou expressividade. O zoneamento agrícola da soja impôs um conhecimento verticalizado sobre os lugares e não apresentou coesão entre agentes e espaços. A atuação seletiva criou outro tipo de regulação para o território que serviu a interesses meramente corporativos e excluiu os pequenos e médios produtores. Cabe ao Estado a formulação de políticas públicas que permitam que todos os produtores sejam incluídos neste processo. É dentro da lógica capitalista que o autor enxergou a solução para a reprodução dos pequenos e médios agricultores:

[...] é fundamental que o setor público intervenha para que a agricultura capitalizada e a de pequeno e médio porte recebam “igualmente” as mesmas condições de desenvolvimento, para que a especialização regional produtiva não seja um empecilho, mas uma necessidade de se inserir melhor nesse ramo de atuação (BIUDES, 2005, p. 121).

O trabalho de Esteves (2010)⁶⁴ também tratou sobre as implicações no uso das tecnologias da informação na organização do território brasileiro. Foram analisados os efeitos da implantação parcial do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) para o Imposto Territorial Rural (ITR) e para os projetos de Reforma Agrária, com foco para a promoção da Reforma Agrária de Mercado, incitada pelo Banco Mundial.

O CNIR é elaborado a partir de tecnologias da informação que normatizou o espaço geográfico, sistemas técnicos que direcionam as formas de uso, organização e regulamentação do território brasileiro. Novamente, a técnica e a norma compõem como apanágios para o grupo.

Esteves (2010) fez uma crítica ao CNIR que, proposto como mecanismo de controle e fiscalização fundiária e na promoção da reforma agrária, ainda permanece parcialmente implantado. No que tange ao cadastro georreferenciado de imóveis rurais, é de suma importância a existência do CNIR, pois se verificam diversos problemas que dificultam o desenvolvimento do campo, tais como a evasão fiscal na arrecadação do ITR, a falta de controle e monitoramento dos dados referentes a declarações de tributos e a sua incapacidade de atuar como fonte de dados que fomentam a reforma agrária.

Esteves (2010) apontou para a dimensão política do CNIR e suas consequências na proposição de políticas públicas e nas novas formas de uso, organização e regulação do território brasileiro. O que se percebe é o ambíguo uso do CNIR, ora para a elaboração de políticas públicas que aquecem o mercado de terras, ora para a realização da reforma agrária. O CNIR é dotado de densidade técnica capaz de regular os usos do território e, por isso, deve ser encarado também como dimensão política que condiciona ações.

Entendida como um conjunto de possibilidades, a técnica, segundo a visão “miltoniana” de Esteves (2010), surge como elemento central que, junto com outras dimensões, como a política e a economia, organiza o uso do território, refazendo sua funcionalidade e atribuindo novos formatos e conteúdos, frequentemente associada ao interesse do modo de produção capitalista. As técnicas estão repletas de normatizações e são inerentes aos desdobramentos políticos e econômicos, fazendo

64. ESTEVES, Marcel Petrocino. **Tecnologias da informação e organização do território brasileiro**: as implicações do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

do CNIR um instrumento legitimador de um modelo de reforma agrária calcado nos alicerces do Banco Mundial (BM).

Além de servir aos propósitos do BM para a efetivação de uma Reforma Agrária de Mercado, o autor afirma que o CNIR também carrega o potencial de permitir maior visibilidade à questão agrária nacional. Sua base de dados identifica latifúndios improdutivos e terras devolutas passíveis de desapropriação para transformarem-se em assentamentos rurais, fazendo da técnica um instrumento que pode prover ao território um uso mais justo para a sociedade.

Tendo em vista que o CNIR pode ser uma ferramenta favorável para a realização da reforma agrária, o pensamento do autor apontou para uma perspectiva de rompimento com a lógica capitalista, entretanto, a luta pela terra não representou o cerne da questão cujo direcionamento, como elucidado, selecionou questões sobre o papel da tecnologia da informação no uso do território brasileiro.

Frederico (2004)⁶⁵ analisou um dos novos circuitos espaciais produtivos, a soja, e os sistemas de transporte de três grandes eixos de exportação brasileira, adentrando outra linha de pesquisa, “Logística de produtos agrícolas no território brasileiro”. O autor demonstrou, assim como Castillo (1999), o uso corporativo e funcional do território e a sua apropriação como recurso. Entretanto, o ponto de partida foi o debate sobre a fluidez territorial das empresas de exportação que cuidam desses eixos de transporte.

Frederico (2004) verificou que as políticas dessas empresas, apoiadas pelo Estado, implantaram uma agricultura científica globalizada, capaz de aumentar a sua racionalidade produtiva e, conseqüentemente, gerar maior competitividade, velocidade, seletividade, fragmentação, perversidade e alienação no uso do território. O território transforma-se, apenas, como possibilidade de recurso e não como espaço de vida e de cotidiano, criado, exclusivamente, para atender a demanda do capital e da qual a sociedade não participa da sua construção.

Para a análise dos *fronts* do circuito espacial produtivo da soja e dos seus círculos de cooperação, o referencial teórico-metodológico se assenta, sobretudo, nas obras de Milton Santos e Maria Laura Silveira, como também nas contribuições de Mônica Arroyo e Antônio C. Robert de Moraes.

65. FREDERICO, Samuel. **Sistemas de movimentos do território brasileiro**: os novos circuitos espaciais produtivos da soja. 2004. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Compreendidas enquanto categorias espaciais, norma e técnica permitem que se realize uma análise geográfica. Frederico (2004) afirma que ao modernizar-se, o território nacional cria e difunde novos sistemas técnicos e normativos, e no circuito espacial produtivo da soja, consolida-se sob a lógica da modernização e da exportação. Para o estudo das normas, o autor também se fundamenta em Ricardo Antas Jr., pois assim como a técnica, constitui-se como categoria que realiza uma leitura territorial, em que ambas favorecem uma organização do território e na sua apropriação em prol de grupos dominantes. O “[...] atual estabelecimento de densidades técnicas e normativas demonstra uma apropriação hierárquica do território, estabelecendo uma maior racionalidade no seu uso e na sua organização” (FREDERICO, 2004, p. 4).

A interlocução com seu orientador, Castillo (1999), foi feita de forma direta. Para Frederico (2004), as novas dinâmicas são impostas ao circuito da soja através da fusão entre ciência, técnica e informação, como por exemplo, no monitoramento agrícola e na agricultura de precisão. Neste circuito, observa-se o processo de racionalização da produção, em que a competitividade e a seletividade são aspectos centrais que trazem impactos profundos na organização territorial.

Frederico (2004) traz as contribuições de Denise Elias, outra intelectual que fundou seus pressupostos nas contribuições de Milton Santos, ao constatar que o crescimento de muitas das cidades brasileiras se dá em função da modernização das atividades agrícolas do seu entorno, mesmo fenômeno observado nas áreas de avanço do circuito espacial produtivo da soja. Frederico (2004) corrobora a proposta de José Graziano da Silva, em que a teoria de urbanização do meio rural é consolidada, pois o avanço das funções técnicas e administrativas de empresas ligadas ao setor agrícola reafirmam essa realidade no campo brasileiro.

Em Camelini (2011)⁶⁶ a preocupação também deteve-se no entendimento do uso corporativo do território brasileiro com base no circuito espacial produtivo do etanol. As condições diferenciadas de competitividade regional para a sua produção foram relacionadas a áreas sujeitas à extrema vulnerabilidade, decorrentes da existência de regiões especializadas no cultivo da cana.

66. CAMELINI, João Humberto. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis/GO**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Segundo Camelini (2011), o circuito espacial produtivo do etanol direcionou grandes grupos corporativos. A integração do etanol ao circuito produtivo espacial relaciona-se a questão da unicidade técnica planetária, presente na conversão da cultura em *commoditie* e na integração das etapas deste circuito dentro do contexto da globalização. Neste caso, assim como os demais trabalhos do grupo, a lógica de uso do território brasileiro é criticada, cuja seletividade espacial impõe a competitividade regional, tornando o território extremamente monofuncional ao agronegócio. Tal lógica é alheia aos interesses locais e não atinge pequenos e médios produtores rurais, dando ao território um uso nitidamente funcional, tratando-o como um mero recurso econômico.

As áreas de abrangência deste circuito são tratadas como territórios globais e entendidas como espaços que não possuem autonomia de gestão. O Estado cedeu o controle da produção desse circuito e sua interação com o mercado foi marginalizada na criação de oportunidades para a obtenção de lucro de grandes empresas. A principal função do Estado atrelou-se ao aumento dos níveis de competitividade no território, fenômeno chamado por Milton Santos de “guerra entre os lugares”.

A importância da técnica e da norma para o entendimento do território nacional também estão presentes na leitura de Camelini (2011), cuja base teórico-metodológica também reside nas obras de Milton Santos, Maria Laura Silveira, Ricardo Castillo e em reflexões dos demais membros do grupo, como Frederico (2004). O papel da técnica, demonstrado pelo padrão baseado na agricultura científica globalizada, fez da cultura do etanol uma atividade geradora de vultosos lucros.

A questão da fluidez territorial também foi trabalhada pelo autor, que combinada com a produtividade, criou condições diferenciadas de competitividade, fazendo da logística outro aporte importante, capaz de articular e organizar espacialmente etapas antes dispersas.

Para Camelini (2011), as regiões que fazem parte do circuito espacial produtivo do etanol tornaram-se bastante vulneráveis, pois passaram a depender de fatores de ordem econômica, social e ambiental. A vulnerabilidade territorial, questão principal retratada pelo trabalho, é ocasionada pela especialização da produção do etanol, tornando-o monofuncional e alienado à lógicas externas.

Quirinópolis, município tomado para análise, “[...] enquadra-se na categoria de “cidade do agronegócio”, em sintonia com a proposta de Santos (1996), intensamente trabalhada e revista por Elias (2003; 2007)” (CAMELINI, 2011, p. 100). O município está calcado na lógica da especialização produtiva, condicionado às atividades agrícolas e agroindustriais ligadas ao setor sucroenergético. A tendência desta lógica é ser ampliada, de maneira que as ações políticas atendem aos interesses do agronegócio e dá usos específicos ao território.

Vencovsky (2011)⁶⁷ foi na mesma direção de Castillo (1999), Frederico (2004), Biudes (2005) e Esteves (2005). O estudioso pesquisou a organização, uso e regulação do território brasileiro sob a ótica das políticas públicas e privadas, empreendidas pelo sistema ferroviário brasileiro, e suas implicações no atual período técnico-científico e informacional. Com este trabalho, a linha “Regulação dos sistemas de transporte e energia elétrica” ganhou sustentação.

Seguindo o referencial “miltoniano” do grupo, para o autor, essas políticas são orientadas por algumas características do atual período técnico-científico e informacional que auxiliaram na reativação do sistema ferroviário, como: surgimento de um novo paradigma produtivo, expansão dos circuitos espaciais produtivos de alguns cultivos, ampliação da fronteira agrícola na região do Cerrado, consolidação de regiões distantes dos portos e que se especializaram na produção de *commodities* e a inclusão do país no mercado internacional, a partir da exportação de produtos com baixo valor e alto volume.

Essas novas características, segundo Vencovsky (2011), foram orientadas pela expansão do agronegócio e fizeram com que o território brasileiro passasse a ser um empecilho para o Estado e para os grupos dominantes, já que as exigências do mercado externo exigem do território maior fluidez e competitividade. Isso é comprovado pela instituição de políticas públicas e privadas, nas quais as cidades são entendidas como barreiras para o desenvolvimento do sistema de transporte ferroviário, pois muitas estações ferroviárias foram deixadas para trás e novos pátios distantes de centros urbanos foram criados. A reativação desse sistema de transporte pautou-se nos circuitos espaciais produtivos das *commodities* e na

67. VENCOVSKY, Vitor Pires. **Ferrovias e logística do agronegócio globalizado**: avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

interligação de regiões produtivas aos portos, desprezando o transporte de passageiros e de cargas.

Neste trabalho, o autor argumentou que este tipo de política estimula a “integração extravertida” do território para suprir as necessidades impostas por determinados sujeitos, atividades e regiões e que se associam a circuitos espaciais produtivos, como a soja e o ferro. Essa integração é altamente seletiva e deixa o restante da sociedade fora desse processo.

O estudo dos circuitos espaciais produtivos e da fluidez territorial demonstra a preocupação do grupo, bem como do autor, em selecionar e compartilhar questões que envolvem a organização, uso e regulação do território por agentes hegemônicos, bem como o seu processo de racionalização, chamando para o debate geógrafos como Mônica Arroyo e seu orientador, Ricardo Castillo. A fluidez é realizado pelo setor público e privado através dos sistemas técnicos, como é o caso das ferrovias e corredores de transportes e exportação. O sistema ferroviário é entendido através do papel da técnica e da normatização que regula e organiza os usos do território brasileiro.

O conceito de regulação híbrida do território, proposto por Antas Jr. para a análise das políticas empreendidas pelo sistema ferroviário, foi discutido neste trabalho:

Para analisar as políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro, está sendo considerado, também, o conceito de regulação híbrida do território (ANTAS JUNIOR, 2005, p. 173), a partir do qual se entende que Estado, empresas e sociedade civil organizada, através de diversos instrumentos, definem como o território será utilizado para atender interesses diversos. Os contratos das concessões, os planos e programas públicos e privados e os investimentos propostos, resultantes de conflitos, interesses e acordos entre Estado, empresas e sociedade civil organizada, indicam para as novas possibilidades de uso do território. Esses planos passam, também, a condicionar o uso do território antes mesmo de serem efetivados (VENCOVSKY, 2011, p. 5).

Vencovsky (2011) também trouxe o conceito de rugosidade para entender como as heranças materiais e concretas controlam o uso do território e de que maneira as leis e as normas da logística estão orientadas para a competitividade. Além da competitividade, a logística “[...] é considerada fundamental pelas empresas para o aumento da fluidez territorial e para o funcionamento de determinados circuitos espaciais produtivos” (VENCOVSKY, 2011, p. 35).

Para o autor, as novas ferrovias inserem-se no contexto da modernização, em que a competitividade e a racionalidade despontam-se como questões definidoras de normas e técnicas dirigidas ao uso corporativo do agronegócio e do Estado brasileiro. Esta modernização é altamente seletiva e excludente e deixa à margem empresas e regiões, nas quais as ferrovias interligam apenas as regiões produtoras de *commodities* aos portos - corredores de exportação agrícola. Sob o auspício do planejamento territorial, a reativação e refuncionalização das ferrovias atendem, de forma seletiva, agentes, atividades e regiões específicas e advêm do interesse de empresas que estão interligadas ao circuito espacial produtivo da soja. Este uso empresarial e corporativo exigiu políticas, incentivos e financiamento, dando um uso corporativo ao território.

5.2.3 Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho

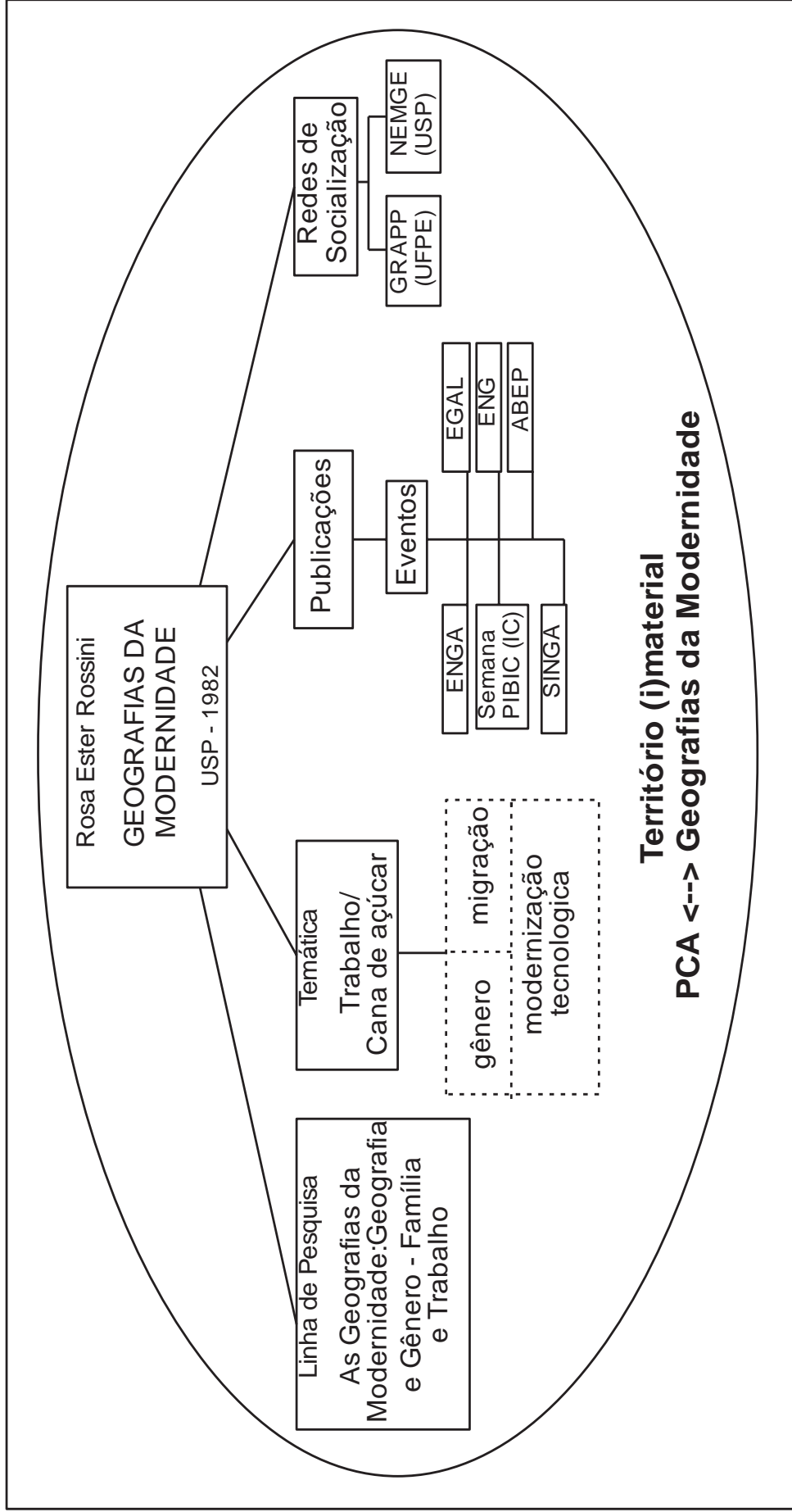
Para este grupo, a questão da modernização tecnológica do campo constituiu-se como temática central, e faz contraponto com o trabalho do circuito inferior no campo – mão de obra volante e queda gradativa de ocupação da força de trabalho. A partir dessa questão, o grupo voltou-se ao estudo e compartilhamento de temáticas como o êxodo rural, a migração, a proletarização e subordinação do pequeno produtor, as relações do Estado no processo de modernização agrícola, as políticas públicas e as relações de gênero. Essa última temática teve início com o trabalho de livre-docência da professora Rosa Ester Rossini, a qual proporcionou um novo enfoque à questão do gênero na Geografia. A mulher foi tratada como uma categoria de análise, em que a sua atividade e força de trabalho deram tônica aos estudos do grupo.

Nas análises realizadas, os pesquisadores vinculados ao grupo, mesmo vislumbrando a contradição capital/trabalho e criticando veementemente a exploração decorrente do modo de produção capitalista, mantiveram seus olhares fora da perspectiva de superação e transformação da sociedade e, em algumas vezes, sem a perspectiva da conflitualidade (Organograma 38).

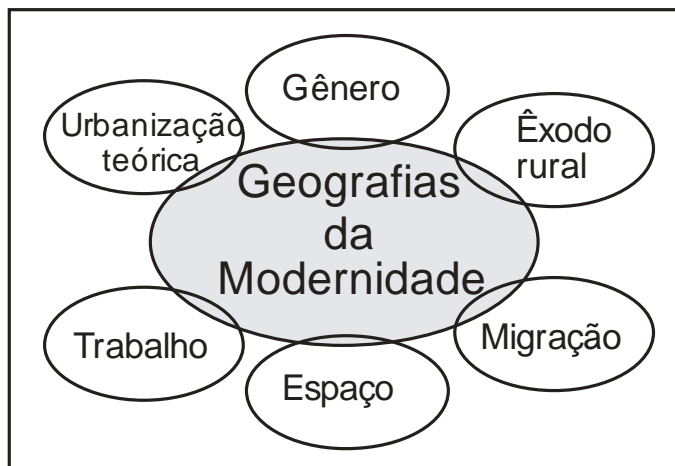
No que concerne aos conceitos empregados, o grupo trabalhou com urbanização teórica, êxodo rural, migração, trabalho, gênero e espaço (Organograma 39).

A dissertação da professora Rosa Ester Rossini intitulada “Serra Azul – o homem e a cidade” teve a orientação do professor José Ribeiro de Araújo Lima e foi defendida no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, no ano de 1971. O trabalho propôs o levantamento das principais características de Serra Azul, cidade localizada no interior do estado de São Paulo. A autora evidenciou as causas que levaram o município à extenuação e compreendeu a sua situação no final da década de 1960 e final de 1970.

A pesquisa associou elementos da Geografia da População e da Geografia Urbana, distanciando-se dos estudos agrários. A autora direcionou-se para o estudo da população através de dados estatísticos que caracterizaram as transformações “ruro-urbanas” e que definiram a dinâmica populacional de Serra Azul. Assim, Rossini (1971) discutiu as problemáticas do êxodo rural e a relação rural-urbana.



Organograma 38: Grupo, coordenador(a), ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas e publicações – Geografias da Modernidade
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos



Organograma 39: Principais conceitos – Geografias da Modernidade

Janaina Francisca de Souza Campos

A autora mostrou como o aumento progressivo do fluxo de pessoas que deixaram o campo rumo à cidade provocou um sério desequilíbrio populacional. Foi discutida a falta de planejamento e de políticas de desenvolvimento para o campo, fatores que auxiliaram na manutenção das péssimas condições dos trabalhadores do campo e que migra e vive nas periferias urbanas, provocando o inchaço urbano. Interessante evidenciar que Rossini (1971) já discutia a “urbanização teórica”, pois Serra Azul resguardou atributos rurais ao ter seus moradores se deslocando diariamente para cumprir suas funções como proprietários, meeiros, assalariados e diaristas no campo. “O homem, agora “urbano”, volta-se novamente à procura de trabalho no campo, sujeitando-se ao aspecto sazonal da produção” (ROSSINI, 1971, p. 140).

Dentre as sugestões para a melhoria das condições de Serra Azul, a autora destacou: financiamento agrícola aos pequenos e médios agricultores e pecuaristas, implantação de cooperativas e de indústrias de beneficiamento agropecuário, construção de depósitos de silos para estocagem da produção, melhorias dos meios de circulação e transporte, infraestrutura, ampliação da rede elétrica, de água e esgoto, ampliação da educação de adultos no campo e na cidade, e o mais curioso, a doação de terrenos e isenção de impostos para instalação de indústrias. Em nenhuma das sugestões a luta pela terra ou a questão agrária foram salientadas.

Em sua tese “Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo”, também orientada pelo professor José Ribeiro de Araujo Lima no Departamento de Geografia da USP, em 1975, Rosa Ester Rossini realizou, mais uma vez, um estudo

voltado à Geografia da População, analisando a evolução da população do estado de São Paulo de 1950-1970. Em consonância com a sua dissertação, a estudiosa pesquisou o fenômeno da migração, na qual foram identificadas as causas do êxodo rural. Baseada na geógrafa francesa Beaujeu-Garnier, que se dedicou aos estudos da Geografia Urbana e Geografia da População, Rossini (1975) tem na demografia uma das fontes mais importantes para nessa pesquisa.

Rossini (1975) constatou que o Estatuto do Trabalhador Rural - e as demais legislações trabalhistas dirigidas aos trabalhadores rurais -, foi a principal causa do êxodo rural. Rossini (1975) fez severas críticas às leis trabalhistas que, apesar de seus méritos, não estenderam reais benefícios aos trabalhadores volantes. O trabalhador não foi favorecido, tornando a sua vida ainda mais precária, pois ao dar as mesmas condições dos trabalhadores da cidade, os empregadores não arcaram com os custos que a lei demandou e contrataram, somente, aqueles trabalhadores indispensáveis, deixando o restante da mão de obra como volantes ou boias-frias.

Além de identificar na legislação uma das causas do êxodo rural, a estudiosa afirmou que a ampliação de pastagens, a implantação de novas técnicas de cultivo e a mecanização também atuaram como fatores secundários desse fenômeno.

Considerando o seu trabalho como uma contribuição ao estudo dos problemas populacionais da área estudada, Rossini (1975) realizou uma análise das populações excedentes urbanas, tal qual em sua pesquisa de mestrado. Assim, a autora deu continuidade aos seus estudos ao tratar a problemática da migração, aprofundando a questão do êxodo rural e suas relações com o Estatuto do Trabalhador Rural.

Ao perceber a relação campo/cidade, Rossini (1975) trouxe para o debate, novamente, a reflexão pautada na urbanização teórica: “[...] grande parte da população excedente urbana continua com as atividades voltadas ao campo, funcionando como dormitório a cidade” (ROSSINI, 1975, p. 321). “A migração voluntária ou forçada transfere problemas do campo para a cidade, pois desestrutura a periferia urbana” (ROSSINI, 1975, p. 168). Chamada pela autora de “atração ilusória”, a “cidade não tem como absorver os migrantes expulsos ou atraídos, voltando ao setor primário ou ao subemprego, recebendo baixa remuneração e residindo nas periferias urbanas. Em suma, o estatuto contribuiu para o caos da cidade” (ROSSINI, 1975, p. 173).

A força de trabalho da população excedente urbana foi estudada por Rossini (1975) cujo setor primário é o que os atraiu. Após a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, a força de trabalho volante assumiu representatividade, desaparecendo a relação direta entre patrão e empregado. A necessidade do planejamento foi evidenciada mais uma vez pela autora como janela para que políticas sejam implantadas, favoreça a permanência do homem no campo e iniba o “inchaço urbano”.

No trabalho de livre-docência, Rossini (1988) delineou melhor o foco de pesquisa do grupo ao trazer para o debate a questão do gênero para a Geografia. No trabalho "Geografia e Gênero - A mulher na lavoura canavieira paulista", versou sobre o avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, em especial no que diz respeito ao processo de migração, que integrou, com mais ímpeto, a mulher na força de trabalho com a mão de obra assalariada. O recorte espacial analisou o que a autora chamou de macro área de Ribeirão Preto.

A autora discorreu sobre a escassa discussão de gênero na Geografia, fazendo de seu trabalho um projeto pioneiro que abriu portas para o aprofundamento desse debate. De acordo com Rossini (1988), a mulher é uma categoria geográfica que merece destaque, mas que até as abordagens de cunho marxista não se dedicaram a discutir o papel da mulher e da família.

Apoiada em Friedrich Engels, Karl Marx, Ruy Moreira e Ana Fani, o ponto de partida de Rossini (1988) foi o trabalho, condição básica da existência humana e de produção do espaço:

Tudo isso [produção do espaço] é conseguido graças ao e através do trabalho, que é, antes de mais nada, uma atividade criadora que permite ao homem existir, criar produtos necessários à produção e reprodução de sua existência e conseqüentemente criar sua própria organização espacial. A organização espacial, ao mesmo tempo que viabiliza o processo de produção, é criada por ele e se modifica com a evolução desse processo. Assim, o trabalho é o ato através do qual o homem se relaciona com os outros homens e produz o espaço (CARLOS, 1979, p. 20) (ROSSINI, 1988).

O referencial teórico de Milton Santos foi incorporado por Rossini (1988) para a compreensão do espaço geográfico. A essência do espaço geográfico é social, pois engloba os objetos geográficos naturais e artificiais e cujo conjunto conforma a natureza. O ato de produzir é concomitante ao ato de produção do espaço,

determinados historicamente. O espaço geográfico tem sua produção determinada pela formação econômica da sociedade capitalista.

A relação capital-trabalho é interpretada por Rossini (1988) como determinante na produção e reprodução do espaço pela sociedade. Apoiada em Paul Singer, a autora afirmou que as migrações internas fazem parte desse processo de produção espacial, fenômeno que redistribui espacialmente a população. Além das migrações internas, o trabalho de Rossini (1988) também abriu espaço para a discussão da migração temporária e internacional. Para esta última, melhores oportunidades e empregos são as motivações para o deslocamento a outros países, como Estados Unidos e Europa, com o predomínio de pessoas com baixa escolaridade e pouca especialização.

Segundo Rossini (1988), uma das alternativas para superar essa situação de exploração estão nos movimentos sociais de luta pela terra. Mesmo tendo consciência do papel da luta pela terra para o enfrentamento da lógica capitalista, o trabalho limitou-se a apontar essa estratégia, não se dedicando, de fato, a estudos que aprofundem essa questão rumo à transformação e superação do capitalismo. A luta pela terra materializa-se numa possível reforma agrária do país, o que para Rossini (1988) é um caminho tortuoso:

Difícilmente uma verdadeira Reforma Agrária será feita no Brasil, porque ela é o grande fantasma para os latifundiários, com enormes áreas improdutivas e que são, por coincidência, os grandes detentores do capital. Anexa-se, ainda, que também os grileiros de grandes extensões de terras são muitas vezes as mesmas *personas* do capital (ROSSINI, 1988, p. 68).

A autora esclareceu sobre a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, estudado na sua tese, afirmando que neste trabalho tal lei não pode ser responsabilizada pelo advento das novas relações de trabalho, isto é, pelo aumento do trabalho assalariado temporário, mas pela abolição da estabilidade que levou à liberação dessa mão de obra.

A pesquisadora também argumentou sobre um novo enfoque: a mulher. O papel da mulher vai além da produção de valores de uso e volta-se a produção e reprodução da família. Sua pesquisa revelou a significativa participação da mulher como mão de obra assalariada temporária e que exerce dupla jornada de trabalho – no lar e na atividade monocultora canavieira, na qual a primeira foi secundarizada. A

inserção da mulher na produção canavieira, não só explorou sua força de trabalho para o capital, como também na reprodução desse modelo na sociedade. De acordo com Rossini (1988), a dupla jornada desempenhada no trabalho doméstico e na atividade canavieira é fruto da discriminação da mulher frente o avanço do capital e que se estende no seio familiar:

Com a forma monetarizada de assalariamento do trabalhador pela venda da força de trabalho e o não reconhecimento do trabalho doméstico como parte importante na produção da riqueza nacional e como parte importante na reprodução da força de trabalho, há uma dupla subjugação: ao capital e à família (ROSSINI, 1988, p. 288).

Como Rossini, Silva (1994)⁶⁸ também enveredou para a discussão de gênero. O estudo abordou a inserção do trabalho da mulher como estratégia de reprodução de produtores de subsistência do Agreste pernambucano. A autora mostrou a desvalorização social da mulher no intuito de recriar as condições para a produção e reprodução do capital, e provou a relação de exploração existente que, além de ser inerente a sua classe social – mulheres que exercem a atividade remunerada em seus próprios domicílios –, reforça a subordinação quanto ao gênero, fazendo da classe e do gênero fatores que contribuem com tal situação.

A autora usou da expressão “mulher camponesa” para se referir a sua inserção na atividade remunerada e a estratégia de reprodução social. Silva (1994) corroborou Rossini ao dar à questão do trabalho centralidade em sua pesquisa, ocupando papel moderador das relações de classe e gênero e na interface entre a subordinação e reprodução social e do rearranjo espacial. A subordinação de gênero é feita através da reprodução da subordinação do capital dos produtores de subsistência.

A autora baseou-se em Maria N. B. Wanderley, em que a integração camponesa ao mercado é realizada enquanto fornecedora de sobretrabalho. A conversão do camponês em assalariado é retomada pelo conceito de camponês autônomo, proposto por José Graziano da Silva, que o entende como um novo camponês que depende e se articula ao mercado para adentrar o processo de acumulação. A “[...] tendência natural e irreversível do capital é de expropriar o

68. SILVA, Marlene Maria. **A linha de subordinação:** trabalho e mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano. 1994. 194 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

produtor direto, transformando-o em trabalhador livre, forçado, portanto, a vender sua força de trabalho para sobreviver” (SILVA, 1994, p. 32).

Essa subordinação social também comparece na divisão sexual do trabalho. O capitalismo, historicamente, utiliza mecanismos para excluir e desvalorizar a mulher no campo social, político e econômico, dando continuidade ao caráter de opressão:

[...] a modernização do campo, a proletarização gradual do pequeno produtor agrícola e a inserção da mulher no mercado de trabalho urbano, ainda que através do trabalho no domicílio, são algumas das consequências da intensificação da penetração das relações capitalistas no campo agrestino (SILVA, 1994, p. 41).

A inserção da mulher no mercado de trabalho urbano via domicílio faz parte do processo de proletarização gradual do pequeno produtor que aumenta a sua subordinação ao capital, o que, para a autora, significa “[...] a sua negação enquanto produtor” (SILVA, 1994, p. 43). Esta inserção está no bojo dos mecanismos de expropriação dos pequenos produtores. Sob essa perspectiva, a autora caminhou sua análise para o fim do campesinato, cuja perspectiva é a integração via mercado e a sua consequente proletarização.

A ideia de circuito inferior e superior de Milton Santos é representado neste estudo pelo desempenho das bordadeiras e confeccionistas de um lado e da indústria de confecção de outro. O avanço do modo capitalista desemprega no campo e transforma as famílias em mão de obra barata, oferecendo subempregos na cidade e subordinando-as. A mulher é explorada, já que acumula funções ao desdobrar-se numa dupla jornada de trabalho como assalariada e doméstica. Para a autora, mesmo ocupando posição de subalternidade à lógica imposta pelo capital, a resistência não é ilustrada como mecanismo de enfrentamento à essa lógica.

Jesus (1999)⁶⁹ também dedicou-se ao estudo do gênero. Em sua dissertação, foi analisada a participação da mulher cortadora de cana nos sindicatos no município de Sertãozinho (SP) e verificou que, ao contrário da década de 1980, este tipo de participação ativista sindical na década de 1990 foi inexpressiva. Ao diferenciar os dois períodos, seu trabalho caracterizou o último como uma fase de perdas

69. JESUS, Isamara Lima de. **As "Marias" canavieiras e a participação sindical: Sertãozinho (SP) ontem e hoje.** 1999. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

significativas para a classe trabalhadora rural, pois a tática do movimento sindical foi direcionada para a luta pela terra.

Para Jesus (1999), a inserção do trabalho da mulher junto à atividade canavieira auxilia na reprodução da desigualdade, elemento essencial para o avanço do capital. Em Sertãozinho, área de estudo, a autora afirmou que essa situação se repetiu em diversos momentos, onde a transformação ocorrida no processo produtivo e na organização do trabalho via modernização tecnológica da atividade canavieira trouxe sérias implicações no modo de vida dos trabalhadores, com destaque para as mulheres. Os trabalhos de Denise Elias e Antonio Thomaz Jr. são referências importantes que trazem a perspectiva crítica da modernização da agricultura, em especial no corte da cana e na exploração:

[...] num primeiro momento, o processo de modernização da agricultura favoreceu também as mulheres com maiores oportunidades de emprego/ocupação; mas, com o uso intensivo das máquinas colheitadeiras no processo produtivo da cana-de-açúcar, elas foram as primeiras a serem dispensadas. Dito de outra forma, com o avanço da modernização, a demanda de mão-de-obra no campo vem se reduzindo drasticamente nos últimos anos (JESUS, 1999, p. 73).

Além da diminuição da mão de obra, a dupla e exaustiva jornada de trabalho e a baixa remuneração foram implicações advindas do processo de modernização produtiva dessa atividade. A dimensão política teve repercussões e o sindicalismo foi a forma de participação e de resposta à problemática vivenciada pelo mundo do trabalho.

Jesus (1999) destacou que, marcada por inúmeras greves em Guariba e Tamoios, a década de 1980 foi importante do ponto de vista político, pois contribuiu com a participação de mulheres nos sindicatos rurais e com a presença de lideranças femininas. Todavia, ao analisar a década de 1990, Jesus (1999) constatou um período de crise que não abrigou lideranças femininas e nem mesmo a participação junto ao sindicato rural. Embasada em Antonio Thomaz Jr., a autora afirmou:

Se nos anos 80 o movimento sindical brasileiro tinha uma perspectiva política e as mobilizações dos trabalhadores iam além das reivindicações econômicas, na década atual [1990] perde-se essa perspectiva. O quadro presente é outro: parece estar estagnada

a própria greve como estratégia de luta [...] Os desafios a serem enfrentados hoje pelo movimento sindical rural da região de estudo, estão fundamentados em diferentes frentes de ação, seja nas campanhas salariais, greves, ocupações de terras, bem como perante as novas investidas do capital como a terceirização e, ainda, a utilização das cooperativas de mão-de-obra (Thomaz Jr., 1996) (JESUS, 1999, p. 131).

A luta pela terra é a estratégia adotada pelo sindicalismo na década de 1990, o que, para autora, é considerado instrumento que restringe a atuação dos sindicatos, devendo incorporar a combinação de discurso, política e prática no âmbito da relação capital/trabalho/gênero. A proletarização é o caminho e a luta pela terra não é concebida como estratégia para subverter a lógica do capital.

O trabalho de Andrade Neto (1990)⁷⁰ direcionou-se para a análise do papel do Estado no processo de modernização, expansão e crescimento da agroindústria canavieira na Zona da Mata nordestina e as suas repercussões no espaço. A partir de uma retomada histórica das políticas implantadas para subsidiar a agroindústria canavieira via Estado, o autor mostrou que esse apoio sempre fortaleceu tal atividade e deixou de lado as esferas sociais e ambientais.

Tal apoio à atividade canavieira, segundo Andrade Neto (1990), solidificou o modo de produção capitalista a partir de um processo de modernização da agricultura que ampliou os latifúndios, elevou o grau de concentração fundiária e reduziu a qualidade de vida dos trabalhadores dessa atividade. Além destas mudanças, questões econômicas, sociais e ambientais resultaram desse processo e alteraram o espaço, produzido de acordo com os interesses do capital.

O autor analisou o processo de modernização, expansão e crescimento dessa atividade nas décadas de 1950 e 1960, período marcado pela alta demanda no mercado interno e externo. Nessa época, a região Nordeste perdeu sua posição, o que agravou a questão social e promoveu uma tensão entre os sindicatos rurais e as ligas camponesas. A expansão da atividade volta a região nordestina oriental na década de 1970 e gera um grande salto de modernização, concentração fundiária e empresarial e proletarização da população. Foi dado fomento à produção dessa atividade através do IAA, o Planalsucar e o Programa de Apoio à agroindústria

70. ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a agroindústria canavieira do nordeste oriental: modernização e proletarização**. 1990. 381f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

açucareira, programas que, apesar dos recursos vultosos, não trouxeram o aumento da produtividade e nem melhorias sociais.

O autor averiguou a crise do açúcar no mercado internacional e a falência do modelo desenvolvimentista adotado. Estes fatores levaram ao esvaziamento do IAA e o advento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), bem como mudanças nas políticas de intervenção do Estado na economia canavieira cujo resultado impactou questões econômicas e sociais. Segundo Andrade Neto (1990), este programa, assim como todo o histórico de intervenção estatal, permitiu a concentração do grande capital, das empresas, da estrutura fundiária e do aumento da miséria e da pobreza, mostrando-se cada vez mais solidificada no latifúndio e na exploração do trabalho.

Ao privilegiar estudos de Geografia Econômica, Oliveira (1994)⁷¹ também fez uma análise do processo de modernização agrícola, destacando a implantação das agroindústrias esmagadoras e refinadoras de soja do Mato Grosso do Sul e do seu desempenho na estrutura e dinâmica de reprodução do espaço. Segundo o próprio autor, sua análise foi inspirada no materialismo histórico e dialético para investigar a relação de dependência entre Estado e agroindústria. O pensamento do economista Ignácio Rangel e do geógrafo Armen Mamigonian foram tomadas para a compreensão dos ciclos da economia brasileira e mundial e da dualidade de classes sociais na estrutura do poder do país.

Como o principal segmento industrial do estado enfocado, a agroindústria da soja constitui-se o principal agente na reprodução do espaço, nos processos de acumulação ampliada do capital e na reprodução social, política e econômica do modo capitalista. À este segmento, estão interligados os produtores sojicultores e um número elevado de consumidores. As agroindústrias contribuíram no processo de acumulação de capital na cidade e no campo, estimulando os latifundiários à adesão de novas tecnologias na criação de gado e transformando o modo de acumulação. Ainda, as agroindústrias reforçaram a ideologia industrializante, de modo que o capital se movimentou em direção ao desenvolvimento do setor industrial, colocando o Estado a seu serviço.

71. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço**: o caso da soja no Mato Grosso do Sul. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

Nestes dois trabalhos (Andrade Neto e Oliveira), os autores apreenderam o processo de modernização agrícola com vistas à agroindústria, no qual limitaram-se a descrever os rebatimentos da lógica capitalista no campo sem, contudo, colocarem-se diante de um processo de enfrentamento e superação.

O programa de previdência social rural, que de certa forma relaciona-se aos trabalhos desenvolvidos por Rossini, vislumbrou as limitações dessa legislação trabalhista. Boabaid (1996)⁷² destacou o benefício da aposentadoria por idade na microrregião geográfica de Cuiabá (MT) nos anos de 1984 e 1996. Foi estudado como essa política afetou as condições de vida dos aposentados por idade, promovendo uma cidadania limitada e de alcance restrito. Também foi analisado o papel da família e as relações de favor que auxiliam esses trabalhadores.

Boabaid (1996) associou o programa de previdência social rural com a questão da terra, compreendidas como dimensões capazes de prover a cidadania ao trabalhador rural e inerente ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo. A autora baseou-se na fundamentação de Faleiros para a discussão da previdência social, entendida como política estatal contida na contradição capital/trabalho que legitimou o interesse das classes dominantes.

Para Boabaid (1996), o estabelecimento desses programas de previdência social rural tiveram início na década de 1960 com o Estatuto do Trabalhador Rural, tema estudado por Rossini, e reuniu a regulamentação do trabalhador rural e a previdência social. Para a autora, a implantação desse programa fez parte de um contexto mais amplo de capitalização da agricultura e que só pode ser entendido dentro da questão agrária, na tentativa de desestabilizar a mobilização camponesa da década de 1950. O Estado, através desse programa, desvirtuou a política de reforma agrária e a luta pela terra, direcionando a mobilização social para o campo trabalhista.

Para discutir a questão agrária, a autora fundamentou-se em Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins, entendendo que o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e desigual, recria relações não-capitalistas e que a pequena produção não-capitalista resiste e, em alguns casos, prospera. Contudo, apesar de identificar o âmago do problema, reconhecer as relações não-

72. BOABAI, Jeani Martha. **Os meandros da sobrevivência**: previdência social rural (Mato Grosso – Brasil). 1996. 351f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

capitalistas de produção e a existência de uma questão agrária, a autora não selecionou a dimensão da luta pela terra como instrumento de superação e enfrentamento ao capital em sua pesquisa.

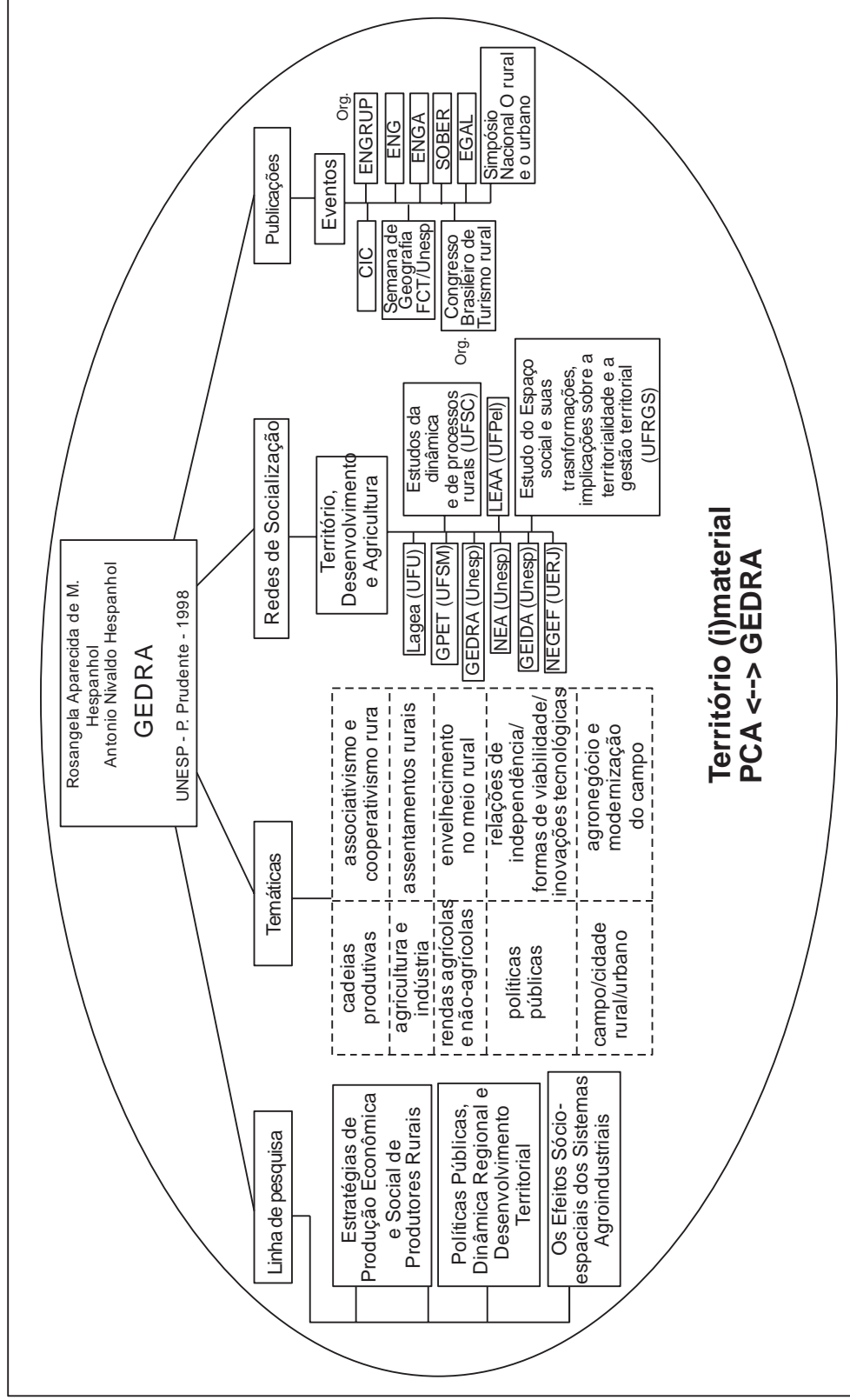
5.2.4 GEDRA

Os pesquisadores do GEDRA selecionam e compartilham um corpo teórico-conceitual assaz coeso. O conceito de campesinato não faz parte do seu referencial teórico, e, em alguns casos, é explicitamente negado. Seus estudos direcionaram a atenção para a complexidade e a diversidade existente no campo, e entendem que é o conceito de agricultura familiar que permite apreender essa realidade. A estratégia de (re)produção social está assentada na integração ao mercado, na diversificação produtiva, novas ruralidades, nas atividades agrícolas e não-agrícolas e na pluriatividade, atividades que possibilitam o aumento das opções de renda de inúmeras famílias e a sua permanência no campo.

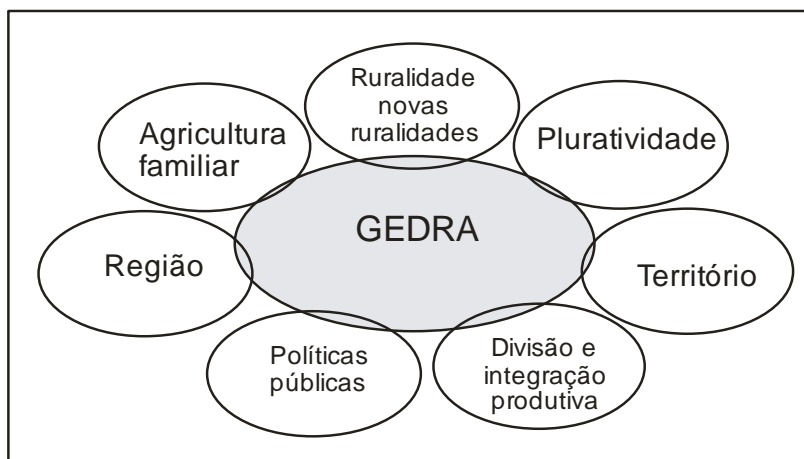
A agricultura familiar é tratada por uma perspectiva econômica, privado do conflito e da contradição que a questão agrária traz. Para o grupo, o Estado é a entidade responsável de prover as condições de distorção engendradas pelo modo capitalista de produção, através da criação de programas, políticas públicas, associações, cooperativas e agroindústrias, entendidas como estratégias que garantem a reprodução social e a integração no mercado da agricultura familiar.

O grupo centra suas discussões no conceito de agricultura familiar. Os principais referenciais teóricos são Ricardo Abramovay, Maria N. B. Wanderley, José Graziano da Silva, Maria José Carneiro, João Tedesco, Hugues Lamarche, Sergio Schneider e José Eli da Veiga. Estes autores dão fundamentação teórico-metodológica à produção do grupo, na qual a abordagem econômica e sociológica é predominante. As interpretações do grupo não deixam de evidenciar as relações de exploração sofridas pela agricultura familiar, selada pelo Estado e dirigida pelo grande capital, contudo, a alternativa para a sobrevivência respalda-se na integração das famílias ao capitalismo, sistema que possibilita a recriação social e econômica da agricultura familiar (Organograma 40).

Junto da agricultura familiar, despontam a pluriatividade, diversificação produtiva, políticas públicas e ruralidades – novas ruralidades. Território e região são os principais conceitos geográficos empregados em suas pesquisas (Organograma 41).



Organograma 40: Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – GEDRA
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos



Organograma 41: Principais conceitos – GEDRA

Janaina Francisca de Souza Campos

Antonio Nivaldo Hespanhol, fundador do GEDRA, foi orientado pela professora Vera Mariza Henriques de Miranda Costa e defendeu, em 1990, sua dissertação no IGCE, na Unesp de Rio Claro, intitulada *O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu*. O trabalho identificou as transformações ocorridas na estrutura produtiva agrícola destes três municípios paranaenses entre o final da década de 1960 e final de 1980. Este período foi caracterizado pelo autor pela “introdução, desenvolvimento e consolidação da agricultura moderna, representada, na área, pelo binômio soja/trigo” (HESPANHOL, 1990, p. 5).

Para o autor, o processo de modernização do campo reestruturou as atividades agrícolas e articulou-as a outros setores. Tal processo implicou em transformações no modo de produção do campo, tornando-se expressivo na segunda metade da década de 1960, com a implementação de políticas empreendidas pelo Estado que custearam a modernização via Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR e implantaram as condições básicas para o CAI. Dentre os agentes que exerceram influência na modernização, destacam-se as cooperativas e agroindústrias e, no caso do Paraná, a modernização efetivou-se pela sojicultura e pelo trigo - chamado pelo autor de consolidação do binômio soja/trigo.

Hespanhol (1990) mostrou que a modernização e a conseqüente expansão desse binômio foi espacialmente seletiva, se fixando na região Centro-Sul, e parcial, porque deixou à margem os pequenos produtores familiares e deu prioridade para a expansão dos produtos de exportação e matéria prima industrial. Essa condição

sofreu alterações nos três municípios estudados no início da década de 1970, período marcado pela expansão do binômio soja/trigo em bases técnicas modernas. O binômio alterou abruptamente as formas de produção, a estrutura fundiária, a estrutura social e a forma de organização do espaço geográfico da região.

Segundo Hespanhol (1990), as transformações na base técnica, o uso de máquinas e insumos de indústrias teve significativo avanço a partir de 1970, assim como o aumento do crédito, fertilizantes, tratores e colheitadeiras. Todavia, os pequenos e médios produtores não tiveram o mesmo acesso. Com a crise econômica, a disponibilidade e a obtenção de crédito diminuíram na década de 1980, o que refletiu no nível de tecnologias adquiridas e no ritmo de crescimento nos três municípios. Além das transformações na base técnica, o sistema de comercialização dos produtos em cooperativas também sofreu impacto negativo.

O caráter seletivo da modernização agrícola estendeu-se à dimensão social, pois até 1970, nos três municípios, a população era formada, majoritariamente, por pequenos proprietários. Tal lógica foi invertida nas primeiras décadas de 1970, período de diminuição da mão de obra, aumento da concentração fundiária e do êxodo rural. A população foi adensada na periferia, em que grande parte foi trabalhar como boia-fria, diarista, volante ou lavrador, e outra pequena parcela foi realizar serviços urbanos, exercendo atividade de pedreiros e lixeiros (HESPANHOL, 1990).

A forma de concepção dos problemas parte do processo de modernização conservadora, promovida pelo Estado via SNCR e da implantação do CAI para a investigação da expansão do capital. É a partir dessa problematização que o autor entende a dinâmica de expansão das agroindústrias e as transformações técnicas e socioeconômicas ocasionadas. O que se inicia é o nascimento de uma forma específica de concepção dos problemas para o grupo, na qual o processo de modernização da agricultura se coloca como cerne para as transformações empreendidas, sendo o CAI fruto desse processo.

Com alusão ao referencial teórico, Hespanhol (1990) pontuou sobre o caráter seletivo e diferenciado do processo de modernização agrícola, baseado numa abordagem econômica (José Graziano e Guilherme Delgado) e sociológica (Geraldo Muller). José Graziano fundamenta as inovações que acompanharam a modernização do estado do Paraná, dividindo-a em 3 segmentos: inovações

mecânicas, físico químicas e biológicas, que Hespanhol (1990) chamou de transformações técnicas, sociais e econômicas.

Já em sua tese de doutorado denominada *Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina-SP*, orientado pela mesma professora, em 1996, o trabalho buscou entender o processo evolutivo da região de Andradina (SP), identificando os motivos que levaram a área de estudo a não acompanhar as transformações que marcaram o entorno regional durante o processo de modernização da agricultura (HESPANHOL, 1996).

O autor deu ênfase ao conceito de 'região' para compreender o recorte espacial elegido. Da mesma forma que em seu estudo de mestrado, na tese, partiu do processo de modernização da agricultura e constituição do CAI, com a concessão, pelo poder público, de crédito rural subsidiado a médios e grandes produtores rurais limitado a certos segmentos, como produtos e matérias-primas para exportação e que não atingem os pequenos produtores (HESPANHOL, 1996). Como no mestrado, o autor também entendeu que o processo de modernização do campo na região de Andradina foi seletivo e diferenciado se comparado a outras regiões.

No que tange à área de estudo, Andradina, o autor afirma que as mudanças técnicas, econômicas e organizacionais foram pequenas e não foram impactantes para reformular o padrão produtivo da região. Mesmo com a modernização da agricultura, a região, por ser essencialmente pecuarista, efetivou modestas melhorias tecnológicas nessa atividade, não alterando de forma significativa a base técnica e econômica. Foi só na década de 1980 que o processo de modernização chegou à região através da expansão da área cultivada, com milho, fruticultura e cana-de-açúcar. Ainda assim, de acordo com o autor, essas transformações não foram capazes de impactar positivamente a agropecuária regional (HESPANHOL, 1996).

Hespanhol (1996) ressaltou que embora a corrente materialista histórica e dialética ultrapassasse a neoclássica e a dos polos de desenvolvimento, ela não apresentou propostas que solucionem o desequilíbrio gerado pelo modo capitalista de produção, ficando apenas na espreita da superação deste modelo - o que para o autor é pouco provável:

Os autores vinculados deram um grande passo na análise da questão do desenvolvimento regional, ao considerá-lo como

resultante da divisão social e territorial do trabalho em nível mundial e no âmbito de cada país individualmente. Entretanto, tais autores não apresentam propostas para a solução das distorções espaciais e sociais geradas pelo processo de desenvolvimento capitalista. Normalmente os autores vinculados a esta corrente vinculam a solução dos problemas derivados do desenvolvimento desigual à superação do próprio modo de produção capitalista, o que na atual conjuntura econômica e política parece pouco factível (HESPANHOL, 1996, p.17).

Mesmo fazendo críticas à visão dialética do desenvolvimento regional, Hespanhol (1996) considerou que o desenvolvimento capitalista acentua as diferenças socioespaciais e, para ponderar essa relação, acredita que é dever do Estado intervir e solucionar as distorções geradas pelo sistema capitalista. Todavia, segundo o autor, o que se tem feito é “amparar e reduzir os riscos dos capitalistas do que propriamente corrigir as distorções sociais e espaciais geradas pela dinâmica do modo de produção” [...]. “Muitas vezes a sua atuação acaba aprofundando ainda mais as desigualdades sociais e espaciais” (HESPANHOL, 1996, p. 17 e 18). De acordo com o autor, a mudança deve ser provida pelo Estado, isto é, dentro da lógica capitalista, cabendo-lhe regulamentar e corrigir as “distorções” geradas, sendo o planejamento estatal o condutor dessas mudanças.

No processo de incentivo à desconcentração espacial da indústria em São Paulo, o oeste paulista, região da pesquisa, foi marginalizado. Segundo Hespanhol (1996), o pequeno número de grandes cidades nessa região, o ritmo lento de desenvolvimento do setor agrícola e a distância em relação ao principal mercado consumidor do país, são fatores que inibiram a atração das indústrias. O setor industrial, representado pelas agroindústrias, deve atuar como agente de promoção da economia do oeste paulista, pois para o autor, a atividade agroindustrial contribui para a dinamização da região:

O tipo de indústria mais adequado para alavancar a economia do oeste paulista, é a agroindústria, havendo, portanto, a necessidade da implementação de melhorias na agricultura e na pecuária regional, a fim de que se intensifique a exploração dos recursos naturais e haja o desenvolvimento da atividade agroindustrial [...]. Na verdade, por intermédio das agroindústrias cria-se uma demanda constante de produtos agrícolas, estimulando assim o incremento da produção. A atividade agroindustrial ao agregar valor aos produtos provenientes o meio rural, contribui para a dinamização da economia regional como um todo (BADESP, 1978) (HESPANHOL, 1996, p. 49).

Embora Hespanhol (1996) enumere variados fatores que impediram a dinamização da região, mais uma vez, foi atribuído ao Estado a responsabilidade e o papel de agente de transformações, desprovido do debate acerca da conflitualidade e da luta de classes. Mesmo reconhecendo a concentração fundiária e o papel da luta pela terra para o desenvolvimento do campo, para Hespanhol (1996), a resposta não se fundamentou na discussão dos problemas estruturais, como por exemplo, a má distribuição de terras, mas em inserir a região na matriz produtiva nacional, enfocando a integração dos agricultores no mercado via incentivos públicos, instalação de agroindústrias e nos “moldes empresariais”:

O desenvolvimento da Região de Andradina depende estritamente da sua forma de inserção na matriz produtiva nacional. Os empecilhos ao desenvolvimento existem, sendo a elevada concentração fundiária um dos principais. Contudo, a área dispõe de grande potencial elevada demanda, porém, se não estiver presente um ator, privado ou público, capaz de compreender, usar e transformar aquelas vantagens, elas continuarão registradas como um “potencial” de desenvolvimento e este de desenvolvimento (vasta extensão de terras agricultáveis, abundância de água e energia para a irrigação, boa infraestrutura, etc.), cabe à comunidade regional através dos empresários e/ou do Poder Público compreender, usar e transformar o potencial existente em desenvolvimento efetivo [...] **A expansão das lavouras de cana-de-açúcar em moldes empresariais como vem ocorrendo, provavelmente terá repercussões econômicas favoráveis sobre a região** (HESPANHOL, 1996, p. 219-220, grifo nosso).

Diante de tais exposições, Hespanhol (1996) defendeu com mais clareza sua visão de mundo. O Estado é entendido como o único agente propulsor do desenvolvimento no campo, pautado, principalmente, na agroindústria e na produção integrada ao mercado, com vistas ao modelo empresarial. É dentro da lógica capitalista, de integração ao mercado, que a agricultura familiar deve se submeter, no qual os camponeses não teriam espaço, visto que possuem economia incompleta e parcial. Não há questão agrária. O modo capitalista de produção resolve tal questão, uma vez que ele desenvolve alternativas e estratégias capazes de solucionar as problemáticas presentes no campo.

Em 1991, a professora Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, atual coordenadora do GEDRA, defendeu, na mesma instituição do pesquisador Antonio Nivaldo e também sob a orientação da professora Vera Mariza, a dissertação intitulada *O tomate a caminho da indústria: a influência da CICA, na Alta Sorocabana de Presidente Prudente*. O objetivo deteve-se na análise das transformações

técnicas, econômicas, sociais e espaciais da estrutura produtiva do tomate rasteiro no estado de São Paulo, a partir do final da década de 1970 e final de 1980 (HESPANHOL, 1991). Este trabalho inaugurou uma das temáticas que iria abranger os estudos do GEDRA e compõe o conjunto de temáticas compartilhadas, a pequena produção familiar.

Ambos coordenadores do GEDRA partiram do processo de modernização conservadora como problematização. Para Hespanhol (1991), a conjuntura favorável à modernização da agricultura, sobretudo na década de 1960, período em que o Estado, através da SNRC, teve papel fundamental, no qual a implantação do CAI foi fruto desse processo. O CAI determinou a maior articulação entre agricultura e os setores industrial e financeiro, em que as indústrias processadoras passaram a intervir na produção, garantindo matéria-prima e exercendo o controle na atuação de grupos empresariais, como a ETTI e a CICA (HESPANHOL, 1991). De acordo com Hespanhol (1991), a expansão da produção de tomate rasteiro na região provocou transformações no modo de produção e organização e na forma de inserção dos produtores no mercado.

Como Hespanhol (1990; 1996), para a autora, as transformações foram seletivas e diferenciadas. O nível de exigência tecnológica, como a seleção dos tomates, a irrigação e a variedade de sementes cultivadas foram requisitos mínimos para que apenas alguns dos pequenos produtores se inserissem na atividade de processamento. A introdução de um padrão de qualidade pelas indústrias processadoras de tomate impôs uma série de critérios, tal como a redução da mão de obra empregada, o calendário de plantio, o acompanhamento técnico e a definição do volume médio do tomate. Com isso, a produtividade aumentou, a área de plantio diminuiu e a relação entre produtor e processadora deu-se mediante contratos que davam exclusividade da produção às indústrias (HESPANHOL, 1991).

O controle da indústria sobre as atividades no campo excluiu os produtores que não atendiam aos padrões de qualidade e modernizou, ainda mais, os produtores que atendiam os requisitos às indústrias processadoras. A partir da década de 1980, a mão de obra deixou de ser essencialmente familiar e passou a ser do tipo volante, recrutada nas cidades. Tal fato explica-se pelo grau de especialização que a tomaticultura alcançou, marginalizando os produtores que não detinham os padrões de qualidade exigidos pelas indústrias processadoras.

O estudo de Hespanhol (1991) trouxe uma rica contribuição ao debater a estrutura produtiva do tomate rasteiro junto ao processo de modernização do campo, sinalizando suas implicações sociais, econômicas e espaciais. Apesar de reconhecer o aumento da subordinação dos produtores perante o CAI, Hespanhol (1991) não trouxe em seu trabalho o tom de denúncia sobre a problemática que a modernização da agricultura anunciou na região. Embora a autora tenha exposto o grau de seletividade e diferenciação entre espaços e sujeitos, foram apontados uma série de vantagens desse modelo: garantia de absorção, possibilidade de ganhos adicionais conforme produtividade, acompanhamento técnico, garantia de recursos financeiros em consonância com o cultivo de outros produtos cujo valor de comercialização está mais sujeito à instabilidade do mercado (HESPANHOL, 1991). Ou seja, para a autora, a integração dos agricultores nas agroindústrias teve saldo positivo.

Já na tese de doutorado, assim como Hespanhol (1996), a autora deixou mais evidente sua opção paradigmática. Ainda orientada pela professora Vera Mariza, o trabalho denominado *A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP*, foi defendido no ano de 2000 no IGCE. Hespanhol (2000) buscou caracterizar a produção familiar na microrregião geográfica de Presidente Prudente entre 1950-1990. A análise focou as formas tradicionais de acesso à terra - pequenos proprietários e arrendatários.

Logo nas primeiras páginas do seu trabalho, Hespanhol (2000) deixou explícita a defesa do conceito de agricultura familiar em sobreposição a outros, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência e produção de baixa renda:

[...] Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPANHOL, 2000, p. 2).

A autora refutou o uso do conceito de camponês e afirmou que seu poder explicativo é diminuto frente às mudanças da sociedade. Para Hespanhol (2000), o início da década de 1990 trouxe novos contornos e conteúdos que deram a devida importância e abrangência à produção familiar. Assim, tanto no meio acadêmico como governamental, a produção familiar adquiriu papel estratégico para que

inúmeras problemáticas fossem solucionadas, conferindo amplitude e diversidade ao conceito.

Segundo a autora, a partir de 1970, as três linhas interpretativas – feudalista, capitalista e camponês – perderam força para o entendimento da agricultura, havendo a necessidade da construção de outros referenciais teóricos. Sob este contexto, a categoria de análise de pequena produção passa a ser enfocada e, conseqüentemente, os estudos sobre camponês, para Hespanhol (2000), perderam espaço:

As outras linhas interpretativas perderam força para o entendimento da agricultura, a partir de 1970. Assim, havia a necessidade de se encontrar outros referenciais teóricos [...] Sobre esses trabalhos, alguns permaneceram sobre a perspectiva teórica do camponês, outros, influenciados pelas mudanças no agro nacional, passaram a adotar a categoria de análise de pequena produção [...] Entendida como uma relação não-capitalista, o conceito de pequena produção passou a englobar diferentes formas de acesso à terra, como pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, ocupantes, etc. Ter o título da terra não era elemento definidor do pequeno produtor, mas sim, o fato da exploração estar estruturada com base no trabalho familiar (HESPANHOL, 2000, p. 30- 31).

Para Hespanhol (2000), os estudos da pequena produção familiar dividiram-se em duas concepções distintas: os que enfocam as relações não-capitalistas de produção e os que enfatizam a reprodução ampliada do capital, articulada com a dominação do modo de produção capitalista. Ao discordar da primeira linha, Hespanhol (2000) afirmou sua filiação à segunda concepção. Para a estudiosa, é calcada nessa concepção que a década de 1980 abriu novas perspectivas de estudos, propondo, na década de 1990, o advento de novos referenciais e, “ao invés da pequena produção, abre-se um vasto terreno sobre a produção familiar” (HESPANHOL, 2000, p. 48).

Além de identificar os impactos gerados pela modernização da agricultura, esta concepção, compartilhada por Hespanhol (2000), deu ênfase ao papel do Estado via incentivos e subsídios agrícolas. Segundo Hespanhol (2000), a consolidação dos *CAI* não extinguiu a pequena produção, mas a deixou subalterna perante a ação do capital das agroindústrias e cooperativas em praticamente todas as regiões brasileiras. É a partir desta premissa que a autora e os demais membros do grupo dirigiram seus estudos.

Hespanhol (2000) deu continuidade aos trabalhos da década de 1970 ao enfocar a subordinação e a articulação dos produtores ao grande capital. A década de 1990 centralizou o debate na agricultura familiar, em que a produção familiar passou a ser designada de agricultura familiar. Para a autora, a “agricultura familiar como categoria analítica distinguiu-se e contrapôs-se, nas ciências sociais, com agricultura de subsistência, pequena produção familiar e campesinato” (HESPANHOL, 2000, p. 79).

Em contraposição aos autores clássicos da questão agrária, Hespanhol (2000) afirmou que o aprofundamento das relações capitalistas de produção não ocasionou o desaparecimento da pequena produção familiar, mas resultou em transformações que culminaram na sua expropriação. Ao mesmo tempo da expropriação, outra realidade redesenhava-se para o campo com o surgimento de uma ampla gama de unidades produtivas que, caracterizadas principalmente pela terra, trabalho e família, representam a diversidade do campo. É o estudo dessa diversidade e complexidade que o GEDRA encaminhou suas pesquisas, em que a nova ruralidade, as atividades não-agrícolas e a pluriatividade são temáticas selecionadas por parte dos membros do grupo.

De acordo com a autora, embora seja um período marcado por divergências, a agricultura familiar é considerado um “avanço teórico” em detrimento do enfoque do campesinato. Para Hespanhol (2000), o avanço desta concepção em relação à produção de subsistência, pequena produção e campesinato deve-se ao fato que estes estudos passaram a considerar as estratégias adotadas pela produção familiar para a sua reprodução social. A categoria agricultura familiar contrapõe-se ao campesinato, pequena produção, agricultura de baixa renda e/ou produção de subsistência.

Diante desta visão, a autora apontou dois grupos que, calcados em posturas teórico-metodológicas distintas, encaminhou as suas reflexões: os estudiosos que encaram a agricultura enquanto forma de produção camponesa – Hugues Lamarche e Maria N. B. Wanderley – e a agricultura familiar como resultado do processo de modernização da agricultura – José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay. Hespanhol (2000) valeu-se dos referenciais teóricos propostos pelos dois grupos, em especial, Veiga e Abramovay, dos quais a agricultura familiar é categoria chave para a sua análise, sendo o trabalho, a terra e a família aportes importantes que evidenciam a diversidade do campo brasileiro.

Embora estes autores encarem as estratégias de reprodução social como elementos fundamentais para a agricultura familiar e façam parte do mesmo grupo, Hespanhol (2000) diferencia essas contribuições, já que Lamarche e Wanderley partilham de um viés sociológico francês, enquanto Veiga e Abramovay realizam seus estudos diante da influência economicista. Ainda que existam divergências, Hespanhol (2000) acredita que esses referenciais colocam a agricultura familiar como categoria de análise estratégica de desenvolvimento socioeconômico.

Corroborando com Abramovay (1992) e Hespanhol (1996), Hespanhol (2000) apontou os limites que o paradigma marxista coloca, já que a atualidade não permite entender a produção familiar por intermédio do conceito de campesinato:

A estrutura social da agricultura contemporânea dos países capitalistas centrais tem por base uma forma social que não possui os traços básicos daquilo que se poderia chamar de campesinato. Para Abramovay, os vínculos de natureza personalizada, os laços comunitários locais e o caráter extra-econômico das relações de dependência social, explicariam as particularidades do campesinato (HESPANHOL, 2000, p. 90-91).

Ao esclarecer os limites desse paradigma, Hespanhol (2000) corroborou as postulações de Ricardo Abramovay, distinguindo o campesinato da produção familiar, sendo o último concebido de acordo com a integração no mercado do produtor, tornando-se “agricultores profissionais”, marca que o campesinato não traz. Este processo é marcado pela metamorfose de camponês em produtor familiar:

A diferença fundamental entre campesinato e produção familiar, aonde os produtores familiares integram-se plenamente as estruturas nacionais de mercado (produtos, créditos, etc.), transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo, o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria sociais: de camponeses tornam-se agricultores profissionais (HESPANHOL, 2000, p. 91).

É diante dessas referências que o GEDRA pode ser interpretado no PCA. A agricultura familiar é compreendida como a principal categoria de análise e é colocada em contraposição ao conceito de camponês. Para este grupo, como veremos adiante, mais do que “meros camponeses”, o mundo contemporâneo, calcado no modo de produção capitalista de produção, metamorfoseou o camponês e transformou-o em agricultor familiar. As estratégias de reprodução econômica e

social destes agricultores pautam-se na articulação com o mercado, com destaque para a diversidade produtiva, atividades agrícolas e não-agrícolas, aposentadoria rural, pluriatividade e políticas públicas. No caso da microrregião geográfica de Presidente Prudente, a intensificação das relações capitalistas no campo valorizou diferentes estratégias produtivas e não-produtivas.

Como meio estratégico de reprodução social da agricultura familiar, Hespanhol (2000) corroborou as ideias de Hespanhol (1996) ao focar a importância da intervenção estatal via políticas públicas. Este é o caso do PRONAF que, para a autora, ao invés de promover a descentralização administrativa e financeira, redundou numa “[...] série de problemas e distorções e acabou privilegiando apenas uma parcela dos produtores familiares, isto é, aqueles integrados ao setor agroindustrial” (HESPANHOL, 2000, p. 321). Mesmo apresentando essa problemática, Hespanhol (2000) considera que o PRONAF avançou, se comparado à implantação e execução de outros programas de governo. Para Hespanhol (2000), sob condições favoráveis, o PRONAF pode auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao argumentar sobre a diversidade e complexidade da agricultura familiar, a autora também reconheceu o aparecimento de novos sujeitos sociais: os sem-terra. Assentados e movimentos sociais fazem parte da diversidade incorporada pela agricultura familiar e, mais uma vez, ratificam a importância da categoria e negam a tese marxista que pregou o seu desaparecimento. Todavia, o grupo não compartilhou estudos em que a luta pela terra foi considerada alternativa a lógica capitalista.

Para compreender a diversidade e as estratégias de permanência e de reprodução da agricultura familiar, Hespanhol (2000), demonstrou suas especificidades na microrregião de Presidente Prudente, com foco na organização interna da produção, nos elementos básicos que compõem a terra (terra, força de trabalho e meios de produção disponíveis), bem como nas suas relações externas. Para a autora, as condições socioeconômicas proporcionadas pela diversificação produtiva e pelos rendimentos acessórios dos produtores foram capazes de manter as famílias na terra, integrando-as ao mercado. A diversificação é alternativa que viabilizou a reprodução da família no campo.

Todavia, concordamos com Felício (2011), entendendo que há uma contradição entre o referencial teórico empregado por Hespanhol e as constatações

empíricas observadas na região tomada para estudo. A defesa teórica embasada na transformação do camponês em agricultor familiar, sujeito moderno e integrado ao mercado, é diferente da situação vivida pelos agricultores familiares: a contínua descapitalização, a diminuta capacidade de absorção da força de trabalho e a expulsão das famílias do campo.

As contribuições de Ricardo Abramovay, principalmente no que concerne à agricultura familiar, diversificação produtiva e integração ao mercado, são as grandes questões incorporadas à produção intelectual de Hespanhol (2000) e ao grupo de pesquisa. Fundada numa abordagem econômica, a categoria agricultura familiar é defendida. Esta visão, como veremos, permanece em boa parte do grupo, não havendo pesquisas que tragam a perspectiva do campesinato. Isso efetiva o PCA, caráter bastante singular que consolidou a construção territorial e paradigmática do GEDRA.

Silva (2008)⁷³ estudou as estratégias adotadas pelos produtores rurais de permanência no campo para garantir a sua reprodução social em Jacarezinho (PR). Com foco nas condições socioeconômicas, Silva (2008) investigou como os produtores se subordinam para atender às agroindústrias da região, o que se constitui como estratégia de reprodução social que mantém a sua reprodução socioeconômica. A diversificação de atividades na unidade produtiva também foi entendida como prática que minimizou os reflexos da subordinação do produtor familiar à agroindústria. Procurou-se entender as estratégias de resistência à expropriação capitalista dos pequenos produtores.

A autora centralizou seu trabalho na agricultura familiar, tal como sua orientadora, professora Rosângela, afirmando que, a partir da década de 1990, discutiram-se as atividades relacionadas à pluriatividade, às políticas públicas, como o PRONAF, ao desenvolvimento local, às associações e cooperativas, entendidas como estratégias de resistência e reprodução social dos produtores.

Silva (2008) incorporou o debate sobre a unidade de produção familiar no Brasil, em que os estudos de José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche (1993) fundamentaram a sua opção conceitual - a agricultura familiar. As

73. SILVA, Dianice Oriane. **Transformações no espaço rural do Norte Pioneiro Paranaense**: Estratégias de resistência e/ou permanência dos agricultores familiares no município de Jacarezinho/PR. 2008. 283f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

contribuições de Sergio Schneider (2003) também compareceram, nas quais a família se constitui como unidade social de trabalho e exploração.

Silva (2008) discutiu que a vinculação às agroindústrias, através da comercialização, é uma estratégia para as famílias permanecerem e reproduzirem economicamente e socialmente no campo. Outra alternativa para manutenção é a combinação de diversas formas da força de trabalho familiar. A pecuária leiteira e bovina, a sericicultura e a avicultura foram atividades que aumentaram a renda das famílias. Para a autora, a ausência de políticas públicas fez com que a relação de sujeição às agroindústrias permanecesse. Ainda, de acordo com a autora, “se, para a agroindústria, a integração é um grande negócio, para o produtor familiar também o é, em parte, pois a relação existente é uma alternativa, temporária, devido às reduzidas opções existentes para o produtor no município estudado” (SILVA, 2008, p. 260).

Baseado em Maria José Carneiro e José Graziano da Silva, o conceito de pluriatividade foi adotado por Silva (2008). O campo possui novas funções que extrapolam a agropecuária e a agroindústria, e incorporou a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas:

O recurso as atividades não-agrícolas é uma estratégia de alocação da forma de trabalho familiar para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução [...] Assim, a combinação de atividades não-agrícolas com atividades agrícolas dentro de uma família rural surge como alternativa para cessar problemas como a alta taxa de migração rural-urbana e a desvalorização da agricultura familiar [...] (SILVA, 2008, p. 224).

O trabalho acessório e a aposentadoria rural também se traduziram em estratégias que auxiliaram e complementaram a permanência das famílias no campo. A autora também tratou do acesso ao crédito rural, sendo o PRONAF a principal forma no município estudado, considerado outra estratégia de reprodução social e econômica.

O trabalho de Mendes (2005)⁷⁴ também trouxe significativas contribuições. A autora compreendeu o contexto de surgimento dos pequenos produtores rurais, bem como as suas possibilidades de reprodução. A referência foi o município de Catalão

74. MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

(GO), no qual se procurou entender a diversidade de estratégias adotadas pela agricultura familiar e as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico para o campo.

A forma de entendimento dos problemas seguiu a mesma linha de raciocínio dos coordenadores do grupo, em que o processo de modernização da agricultura e a formação dos CAI se materializou diante de um perfil excludente para a agricultura familiar. Segundo Mendes (2005), a adoção de diferentes estratégias socioeconômicas efetivou-se como mecanismo que possibilitou a adaptação das famílias a este panorama excludente.

Mendes (2005) baseou-se nos pressupostos da unidade familiar de produção rural de Alexander Chayanov, Hellen Woortmann, Hugues Lamarche, Maria N. B. Wanderley e João Tedesco. Para a autora, a unidade familiar combinou atividades agrícolas e não-agrícolas e o trabalho não-assalariado como meios de inserção dessas unidades ao mercado.

Ao desvelar a diversidade e a complexidade da pequena produção rural, Mendes (2005) justificou sua oposição à abordagem marxista. A oposição à essa abordagem tem na extinção do campesinato o seu fundamento. Para Mendes (2005), além do caráter fatalista, os clássicos marxistas associam a pequena produção rural ao atraso, entendendo a questão agrária como uma questão social. Entretanto, Mendes (2005) reconheceu a contribuição dos estudos de Karl Marx, Karl Kautsky e Alexander Chayanov como análises que complementaram a questão agrária brasileira, mas que não explicaram a diversidade e complexidade do campo.

Mendes (2005) apostou na ideia da diversificação como oposição a estudos que defendem tanto o aumento do trabalho assalariado no campo como único caminho de desenvolvimento capitalista, como estudos que apostaram na integração do campo com a agroindústria. Para a autora, esta é uma concepção dogmática e problemática que necessita ser superada.

Dentro desse contexto de diversidade que a unidade de produção familiar abriga, Mendes (2005) afirmou ser necessário compreender as estratégias de reprodução e resistência dos movimentos sociais, porém, a autora não faz. Sua visão de mundo parte do PCA, em que o conflito não é dimensão selecionada para as análises dos grupos. Esse paradigma é reforçado quando a autora se contrapôs a realização de uma reforma agrária nos moldes propostos, partindo da ideia de que o campo possui muitos problemas sociais que ainda não foram solucionados,

tornando-se perigoso que esses problemas se alastrem para as áreas de reforma agrária.

Considerando ser possível não participar de um debate político e ideológico, a autora não conseguiu alcançar tal êxito. Mendes (2005) tentou evitar a discussão sobre o uso do conceito empregado à sua análise, o de produção rural familiar. Como argumentado por Hespanhol (2000), a autora afirmou que é inadequada a transposição do conceito de camponês à realidade brasileira. Para Mendes (2005), as teorias clássicas e marxistas homogeneizaram diferenças importantes e impuseram sérias dificuldades na compreensão da realidade.

Com relação à diversidade do campo, a autora dialogou com as contribuições de Clayton Campanhola e Graziano da Silva para discutir as práticas agrícolas e não-agrícolas. Para pluriatividade, Mendes (2005) aglutinou as concepções elaboradas por José Eli da Veiga, Paulo Roberto Alentejano, João Tedesco e Sergio Schneider. As contribuições de Maria N. B. Wanderley também foram consideradas, pois mesmo empregando o conceito de camponês, focou para as estratégias de produção que viabilizam a permanência das famílias no campo.

Corroborando Hespanhol (2000), Mendes (2005) concebeu a unidade de produção rural como um grupo econômico autônomo que procura estabelecer estratégias que garantam a sua (re)produção, incluindo a pluriatividade e a contratação de trabalhadores como parte desta dinâmica. Além de uma perspectiva baseada na família, Mendes (2005), apoiada em Ricardo Abramovay, afirmou que essas unidades de produção familiar são expressas pelo espectro econômico, pois estão incompletas e parcialmente integradas ao mercado.

Locatel (2004)⁷⁵ analisou as mudanças e permanências nas microrregiões de Jales e Fernandópolis provocadas pela territorialização da modernização da agricultura. O autor verificou as mudanças de cunho técnico-econômico, territorial e setorial, com o intuito de apreender uma nova ruralidade e o conteúdo das políticas públicas para o campo. O modelo pautado na modernização da agricultura para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento foi profundamente criticado, uma vez que não alcançou sua pretensão, ou seja, propiciou o desenvolvimento rural. Para Locatel (2004), a elaboração de políticas públicas deve adotar uma

75. LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis-SP. 423f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

perspectiva territorial e diversificada. A complexidade do campo requer esse tipo de perspectiva.

Ao invés da categoria 'modernização da agricultura', o autor usou o desenvolvimento rural por acreditar que este abarca a diversidade do campo. Sua proposta defende a análise territorial, cuja ação tem âmbito horizontal e abrangência regional. O apoio público e a importância de seus desdobramentos territoriais são fundamentais para que o campo seja devidamente compreendido.

Locatel (2004), assim como os demais membros do grupo, partiu do referencial de Guilherme Delgado e Geraldo Muller para expender o impacto do processo de modernização da agricultura e de formação do CAI. Além do caráter seletivo e concentrador, esse modelo modificou a composição de mão de obra, conservou atividades tradicionais de relações não-capitalistas e deu novo ritmo à organização. A organização em torno de associações e cooperativas é uma das formas de diminuir a submissão imposta por esse modelo.

O autor dá foco à pluriatividade, agricultura em tempo parcial, expansão dos serviços urbanos à população do campo, consideradas novas formas de urbanização do espaço rural com a emergência de atividades não-agrícolas. Essas novas funções fazem da concepção tradicional de espaço rural (ruralidade) insuficiente para que a complexidade territorial seja delineada. Para a análise do campo, o autor sugere que seja analisada a dinâmica socioterritorial, isto é, uma perspectiva que rompa, definitivamente, com a dicotomia campo-cidade. O autor corroborou Maria N. B. Wanderley, ao defender que o recorte rural-urbano continua sendo pertinente para a análise das diferenças espaciais e sociais, mas não pode ser utilizado como argumento de fim do mundo rural, mas sim para a emergência de uma nova realidade.

Mesmo com os problemas, o conceito de ruralidade é uma importante categoria de análise do seu trabalho. Para Locatel (2004), a ruralidade deve ser pensada a partir da realidade multifacetada, contida pela urbanização difusa, industrialização do campo, pluriatividade, agricultura *part time*, segunda residência, turismo rural, etc.. Essa complexidade do rural brasileiro, com a diversificação de atividades e intensificação de fenômenos, não faz com que o campo seja considerado um novo rural, mas uma nova ruralidade.

O autor debruçou-se, sobretudo, à literatura de Graziano da Silva, Sergio Schneider, Paulo Roberto Alentejano e Maria José Carneiro, em que o espaço rural

ganha novas formas de análise. Todavia, ainda é necessário superar o rural como mero espaço de produção e encará-lo como espaço de reprodução, já que se observa a plurifuncionalidade do campo brasileiro.

Considerado um processo de origem urbana, o estudioso defendeu o processo de urbanização do campo, sendo “[...] um conjunto complexo que engloba o social, cultural, econômico e pessoal, e não simplesmente o agrícola que está limitado nos aspectos econômicos” (LOCATEL, 2004, p. 167). A pluriatividade é outro fenômeno que impulsiona esse processo de urbanização do campo, noção baseada em Sergio Schneider, “[...] utilizada para caracterizar propriedades em que os membros das famílias desempenham múltiplas atividades produtivas” (LOCATEL, 2004, p. 191). Para o autor, essa noção possibilita a compreensão da unidade agrícola familiar, pois incorpora os integrantes da família que executam tanto o trabalho agrícola em tempo integral ou *part time*. Ainda, a pluriatividade é um fenômeno estratégico que engloba diferentes atividades que complementam a renda familiar e permitem compreender aquelas propriedades que não se baseiam exclusivamente em atividades agrícolas. A pluriatividade dinamiza a urbanização do campo, pois influencia a família em atitudes e costumes, que é peculiar ao modo de vida urbano.

Para Locatel (2004), a interpretação da agricultura brasileira deve partir da visão de desenvolvimento em que a dimensão econômica não prevaleça. Entretanto, o que o autor percebeu, é que as políticas públicas voltadas ao campo ainda estão assentadas na busca pelo crescimento econômico. Com a criação do MDA e do PRONAF, o governo redirecionou as políticas para o meio rural, todavia, o discurso não foi condizente com a prática, pois, mesmo adotando o enfoque territorial, essas políticas ainda priorizaram a dimensão econômica e a modernização produtiva – embora, para Locatel (2004), o PRONAF seja uma tentativa de mudança dessa postura.

Ao analisar as políticas públicas para a Europa, Locatel (2004) entendeu que o Leader e o Proder proporcionaram uma nova concepção ao desenvolvimento rural. Mesmo realizando críticas, essas duas políticas mostraram-se adequadas para o desenvolvimento rural, pois objetivaram superar as desigualdades territoriais e sociais e não se circunscreveram a dimensão econômica. O desenvolvimento rural deve transformar cada território e envolver a participação da população, em que a

preocupação com a sociedade, território, agricultura, bens e serviços deve superar a visão estritamente economicista.

Noronha (2008)⁷⁶ também investigou as mudanças e permanências do espaço rural, tendo em vista o recorte espacial de Jundiaí, município no interior de São Paulo. Ao autor compreendeu as distintas estratégias de reprodução social e econômica adotadas pela produção agrícola familiar como forma de manutenção no campo. O desenvolvimento de atividades e a obtenção de rendas não-agrícolas, como o trabalho na indústria, no comércio e nos serviços públicos, o turismo rural e na prestação de serviços, faz do campo um espaço heterogêneo e complexo. A multifuncionalidade da agricultura é um eixo de estudo importante para o autor, pois as famílias passaram a combinar atividades e rendas não-agrícolas necessariamente vinculadas à agricultura e interdependente do espaço urbano.

Para explicar essas estratégias, Noronha (2008) viu no fenômeno da pluriatividade a fundamentação teórico-conceitual de seu trabalho. A pluriatividade, assim como em Locatell (2004), constitui-se como realidade que não renuncia as atividades essencialmente agrícolas, mas que corresponde como estratégia de reprodução social e econômica e dá novos significados ao espaço rural.

O conceito de território compareceu nesta pesquisa. Os territórios rurais se uniram aos processos de urbanização difusa e de industrialização, o que faz do município estudado um espaço favorável à pluriatividade e à conformação de uma nova ruralidade. O autor amparou-se nas contribuições de Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet e Priscila Bagli para discorrer sobre o território e a territorialidade.

No exercício teórico que vem sendo construído, o território é compreendido como uma realidade espacial socialmente construída, sendo constituído, portanto, de múltiplas dimensões e forças internas e externas. Igualmente, o movimento de constituição do território é contínuo e produz distintas realidades sociais no tempo e no espaço. Tais relações sociais, imbuídas de sentidos e conotações abstratas, correspondem às territorialidades (NORONHA, 2008, p. 34).

O processo de urbanização difusa materializou-se intensamente, fazendo com que o campo assumisse novas relações com o urbano, chamado por Noronha (2008) de híbrido espacial, no qual o espaço rural é entendido para além da esfera

76. NORONHA, Elias Oliveira. **O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP)**. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

da agricultura e do agrário. Em razão de uma dinâmica urbana, para o estudioso, os territórios rurais apresentam novos conteúdos espaciais, sendo o bairro rural um híbrido, sobretudo no que diz respeito aos conflitos entre os distintos usos e ocupação do solo. Mesmo tomando ciência do processo de urbanização difusa, Noronha (2008) reconheceu que, o “[...] fim do rural e a ‘urbanização de tudo’ é um grande equívoco construído por compreensões que associam, de maneira incorreta, o rural, o agrícola e o agrário como sinônimos” (NORONHA, 2008, p. 97). É entendendo esse fato que os bairros rurais passam a ser territórios que detêm uma identidade territorial e que estão mergulhados nas dinâmicas atuais, como é o caso da urbanização difusa.

Noronha (2008) analisou a dinâmica pluriativa como estratégia de reprodução no município de Jundiaí (SP). De acordo com o autor, apoiado em Sergio Schneider, a pluriatividade é importante, uma vez que favorece a permanência das famílias no campo:

A partir das contribuições de Schneider (2001), pode-se afirmar que o fenômeno da pluriatividade pode ser compreendido nos dois recortes territoriais de estudo a partir da emergência de um conjunto de atividades, o que revela seu caráter econômico e social com vistas à reprodução social e econômica das famílias no campo. Um ponto de partida é a decadência da agricultura tradicional. Entretanto, salienta-se que esse aspecto, analisado de maneira isolada, não permite caracterizar a complexidade da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar (NORONHA, 2008, p. 226).

A pluriatividade é considerada estratégia de reprodução econômica e social que viabiliza a manutenção do grupo familiar. Além de Schneider, José Graziano da Silva e Paulo Roberto Alentejano comparecem como as principais referências para o tratamento da questão. Para Noronha (2008), a família passou a desempenhar um conjunto de atividades que extrapola as agrícolas, no qual novas relações foram estabelecidas, passando a incluir atividades que até então não eram específicas do espaço rural. O autor apontou para a insuficiência do conceito de ruralidade, elucidando-a com uma nova concepção. A pluriatividade antecede a nova ruralidade, e constitui-se num fenômeno distinto dos espaços rurais contemporâneos. Ambas “[...] revelam as especificidades do ‘mundo rural atual’, portanto, suas mudanças, suas adaptações diante das acelerações do mundo contemporâneo, em especial no contexto da urbanização difusa” (NORONHA, 2008, p. 227).

O trabalho de Oliveira (2010)⁷⁷ compreendeu as formas de organização coletiva da produção familiar em associações e federações agrícolas de dois grupos sociais – pequenos produtores proprietários e assentados – a partir das estratégias de reprodução econômica e social. Foi analisada a relação entre associações e federações com as políticas de desenvolvimento rural na região do Pontal do Paranapanema (SP), no período de 1990 a 2010. O autor constatou que a participação dos produtores rurais em associações restringiu-se ao acesso aos programas governamentais de desenvolvimento rural, o que não proporcionou a merecida autonomia desses produtores no debate sobre o desenvolvimento rural.

Com Marcos Aurelio Saquet, Rogerio Haesbaert e Claude Raffestin, Oliveira (2010) tomou como base o conceito de território em sua análise diante da perspectiva histórica e multidimensional, composta por processos materiais e imateriais. O território foi interpretado como espaço repleto de conflitualidade, envolvendo a luta pela terra, através da reforma agrária das políticas públicas, como condições para a reprodução social no campo. Instaura-se um conflito cujos interesses convergem e divergem na busca por projetos de desenvolvimento territorial.

Mesmo concebendo o conflito como elemento inerente ao território, Oliveira (2010) não colocou em questão a lógica capitalista, mas, tal como Locatel (2004), afirmou que embora a abordagem territorial de desenvolvimento para o campo não seja suficiente, as políticas públicas de desenvolvimento rural, promovidas pelo Estado, ainda são consideradas importantes para a solução da problemática agrária. Mais uma vez, o capitalismo coloca-se como sistema que resolve os seus próprios problemas:

Um dos principais problemas que ainda permeia o debate em torno do desenvolvimento rural reside na incorporação do conceito *territorial* meramente no plano teórico, ou seja, embora o discurso dos órgãos governamentais e de entidades de apoio aos agricultores e movimentos sociais se respalde em conceitos como *desenvolvimento* e *território* e a conciliação de ambos, na prática o viés *setorial* continua influenciando e definindo o rumo das políticas

77. OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** 209 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

públicas e as intervenções em curso (OLIVEIRA, 2010, p. 89, grifos do autor).

Para Oliveira (2010), contanto que seja feito pelos reais interessados e que preconize a dimensão espacial, social, territorial, ambiental e cultural, o desenvolvimento territorial rural é uma estratégia que impulsiona o delineamento das políticas públicas na escala local. No entanto, o autor reconheceu que os conceitos de desenvolvimento e território foram influenciados por políticas francesas de desenvolvimento rural, como a Política Agrícola Comum (PAC) e o Programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER).

O autor verificou o quão distintas são as organizações associativas dos pequenos produtores e dos assentados: os primeiros buscaram no associativismo estratégias para organizar suas atividades produtivas e sua inclusão junto ao mercado, cuja característica teve na produção econômica o principal fundamento; os segundos buscaram no associativismo muito mais do que a produção econômica, e estenderam seus objetivos para ações de fortalecimento do grupo, cuja preocupação central visou a necessidade de reforma estrutural para o campo.

Oliveira (2010) refletiu que o antagonismo entre esses dois grupos tem na reprodução ampliada do capital o seu fundamento, no qual se difundiram visões de mundo que colocaram, de maneira dual e divergente, grupos de uma mesma classe social. Enquanto o pequeno produtor se identifica com a elite agrária e vislumbra sua ascensão, o assentado é determinado por ser um sujeito contraventor da ordem vigente e que está baseado na agricultura de subsistência obsoleta e, portanto, está predestinado ao fracasso. Os assentados participaram ativamente dos projetos de desenvolvimento rural, mas os produtores rurais não lograram a autonomia nesses projetos. Sua participação foi feita a partir de conselhos municipais que não representaram os seus reais interesses e necessidades. Para que essa situação seja solucionada, o autor acredita no papel do Estado como agente que deve mediar o desenvolvimento territorial rural.

Ao realizar essa análise no âmbito da abordagem paradigmática, fica claro que os estudos desses quatro grupos de pesquisa estão assentados dentro da lógica capitalista, em que a mudança – analisada em alguns trabalhos – deve ser feita dentro do próprio sistema. Neste paradigma, todos fazem a crítica ao

capitalismo no sentido da integração, e destacam-se a tendência da agricultura familiar e modernização.

No intuito de dar prosseguimento ao debate paradigmático, o capítulo a seguir trata da mesma questão, agora com foco para o PQA, paradigma que influencia os grupos e os transformam em *territórios paradigmáticos*. Ao mostrar esses territórios, a unidade, diversidade e diferencialidade paradigmática dos grupos de pesquisa, analisados a partir do PCA e o PQA, são confrontadas e acirradas, e consagram *territórios paradigmáticos* distintos.

CAPÍTULO 6

Territórios paradigmáticos: análise dos grupos de pesquisa a partir do Paradigma da Questão Agrária (PQA)

“Um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência. Qualquer estudo de pesquisas orientadas por um paradigma ou que levam à destruição de paradigma, deve começar pela localização do grupo ou grupos responsáveis” (Thomas Kuhn).

O capítulo cinco apresentou a análise paradigmática dos grupos a partir do PCA e evidenciou sua unidade territorial (i)material. Vimos que, para os grupos interpretados sob a leitura do PCA, os problemas do capitalismo são resolvidos pelo próprio sistema. A solução respalda-se na integração ao mercado e nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, e a tendência da *agricultura familiar* é atravessada pelo processo de modernização.

Neste capítulo, apresentamos a leitura paradigmática dos grupos a partir do PQA – *Agrária*, GEGeT e NERA – e de um grupo que transita na *faixa de contato* entre o PQA e o PCA – *Agricultura e Urbanização*. As tendências da *proletarização* e do *campesinato* são ressaltadas, assim como os principais referenciais teóricos e conceituais.

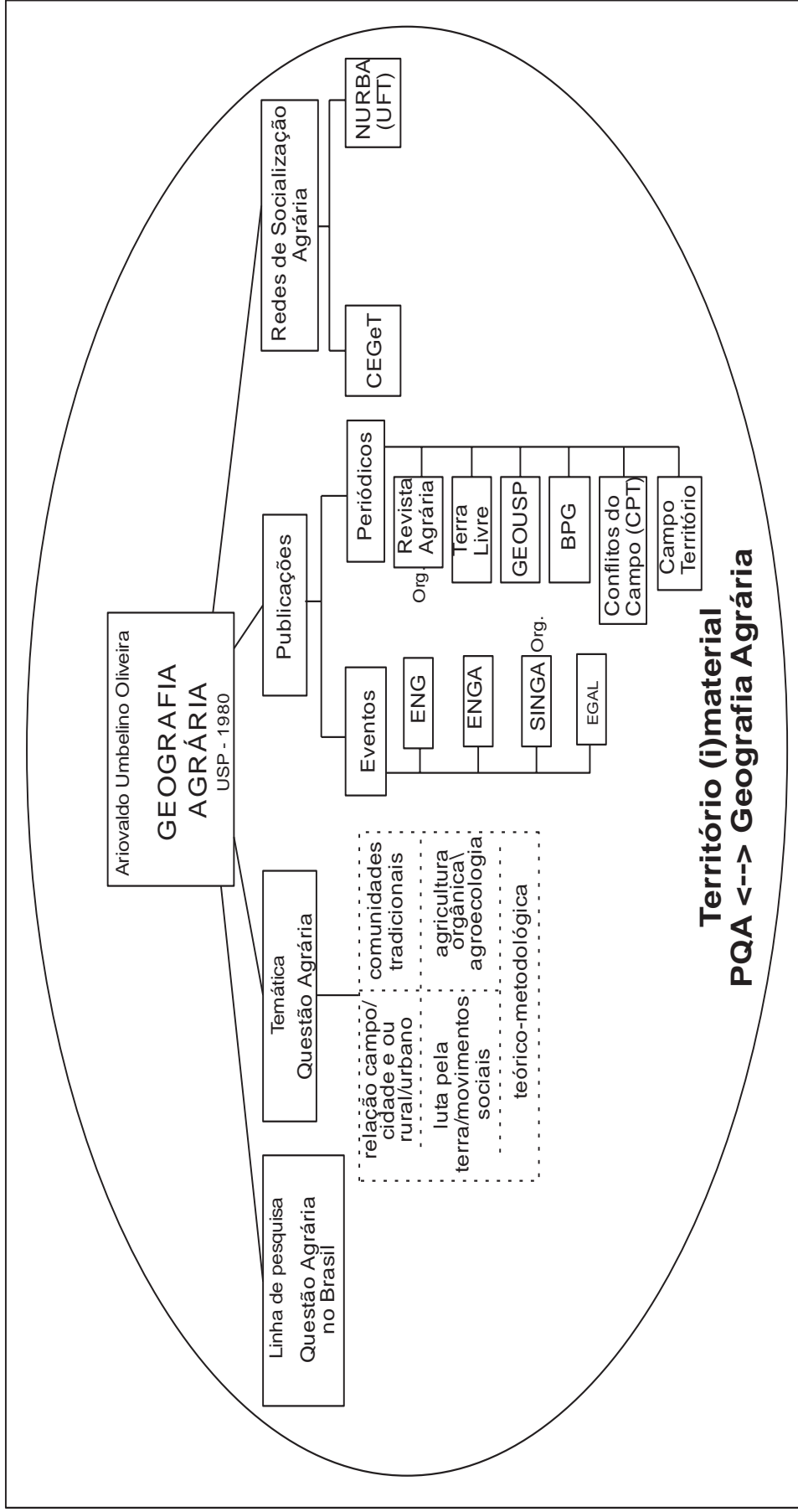
Para o PQA, como exposto no capítulo quatro, a questão agrária é estrutural e inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. Defende que a luta pela terra e pela reforma agrária possibilita a criação e recriação do campesinato, pois mesmo com o aumento da desigual estrutura agrária, o número de camponeses na luta pela terra no Brasil também cresce simultaneamente (FELÍCIO, 2011). A perspectiva de suas pesquisas está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Seus pensadores valorizam o protagonismo do campesinato mediante as lutas de resistência e análise dos processos de recriação do campesinato (FERNANDES, 2005). No final deste capítulo, são tecidas considerações sobre o PQA e PCA e os territórios paradigmáticos.

6.1 PQA

6.1.1 Geografia Agrária

Para o grupo *Geografia Agrária*, a teoria do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do território é elementar, em que a recriação das relações não-capitalistas de produção tem na resistência do campesinato a sua concretização. O enfrentamento ao capital e o projeto de transformação da sociedade é delineado pelos estudiosos. A luta pela terra, a sujeição da renda ao capital, a resistência, a exploração, a subalternidade, a reforma agrária, os movimentos sociais, o anarquismo, a territorialização camponesa e o monopólio

agroindustrial são algumas das discussões selecionadas e compartilhadas pelo grupo que expressam a tendência do *campesinato* do PQA (Organograma 42).

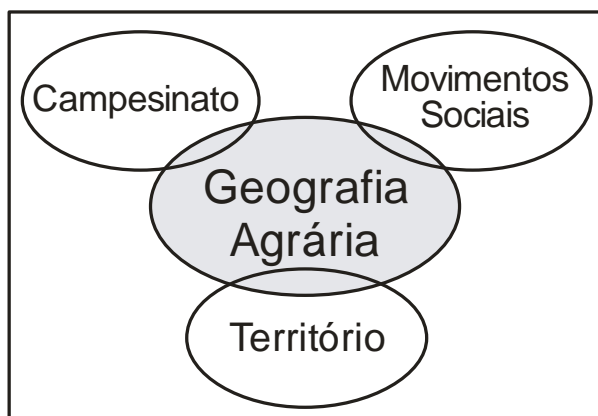


Organograma 42: Grupo, coordenador, ano de criação, linha de pesquisa, temática, publicações e redes de socialização – Geografia Agrária

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Como um dos mais notáveis representantes da Geografia Agrária brasileira, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, fundador do grupo, teve forte influência na construção e propagação do PQA na Geografia. Muitos de seus ex-orientandos hoje atuam como docentes e coordenadores de outros dois grupos de pesquisa: o CEGeT (Antonio Thomaz Júnior) e o NERA (Bernardo Mançano Fernandes). Essa relação poderá ser verificada posteriormente, momento em que analisaremos esses grupos diante dessa leitura paradigmática.

O território ocupou centralidade nas pesquisas do grupo e foi articulado aos conceitos de movimento social e campesinato, interpretados, sobretudo, à luz de pensadores como Karl Marx, Teodor Shanin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg, Vladimir Lenin, José de Souza Martins e do próprio coordenador, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Organograma 43).



Organograma 43: Principais conceitos – Geografia Agrária

Janaina Francisca de Souza Campos

Ariovaldo Umbelino de Oliveira defendeu, em 1978, na FFLCH, a tese intitulada *Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen*, sob a orientação de Pasquale Petrone. O encaminhamento de suas pesquisas, a começar por essa, teve forte influência marxista, na qual o autor centrou críticas à teoria do “Estado Isolado”, de Von Thünen, para o estudo do campo brasileiro. Ao tentar aplicar a teoria de Von Thünen na análise espacial no estado de São Paulo, sua tese comprovou as deficiências dessa proposta teórica.

A partir do método dialético, Oliveira (1978) constatou os entraves dessa teoria à realidade brasileira, o que transformou sua pesquisa numa severa crítica à

Von Thünen e o estudioso no principal representante da dialética e do marxismo na Geografia Agrária (FERNANDES, 1998; BOMBARDI, 2007; BOMBARDI, 2008).

Seu trabalho teve caráter decisivo para os rumos da Geografia Agrária (ETGES, 1989). Baseado numa concepção de ciência na qual as pesquisas geográficas deveriam estar comprometidas com a transformação da realidade, Oliveira (1978) introduziu o materialismo histórico e o materialismo dialético na Geografia Agrária: “Os conceitos básicos utilizados são do materialismo histórico e materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária no Brasil” (OLIVEIRA, 1978, p. 42).

Em tom de denúncia, Oliveira (1978) elucidou o comprometimento com a classe dominante que a teoria de Von Thünen foi associada. O esclarecimento minucioso sobre a base teórico-metodológica de sua obra chamou a atenção para a necessidade do debate e discussão sobre a questão da ideologia na Geografia, salientando a imprescindibilidade do questionamento ideológico da ciência como um passo decisivo para o geógrafo.

Além deixar claro a importância do caráter ideológico, Oliveira (1978) também enfatizou a necessidade de uma Geografia comprometida com a dialética e o materialismo histórico. O materialismo histórico foi a teoria adotada, fundamentado em outros três níveis teóricos guiados, principalmente, pelos conceitos de modo de produção, conjuntura e formação social. Os conceitos de contradição, processo, divisão do trabalho, relações de produção, luta de classes, mais valia, lucro e renda da terra (renda diferencial I e II) também trouxeram à tona a contribuição marxista contida em sua obra. “Todos esses conceitos do materialismo histórico, permite compreender a infraestrutura, ou seja, a esfera econômica da sociedade, que é determinante em todo processo histórico” (OLIVEIRA, 1978, p. 60).

Foram criticados veementemente os métodos e conceitos utilizados por Thünen – renda da terra e os efeitos das distâncias, impostos, salário natural e a relação com as taxas de juros. Para o autor, a teoria da utilidade marginal empregada por Thünen reduziu a vida econômica da sociedade ao consumo. Para os teóricos dessa teoria, as relações sociais não são levadas a cabo, mas à subjetividade de certos indivíduos. Não foi considerada a origem do trabalho e da produção, exprimindo uma relação apática com o mundo que, desprovido de conflitos, contradições e desigualdades, evitou que os fenômenos sociais fossem

revelados. Para Oliveira (1978), a concepção de Thünen não é histórica. Ela impediu que fossem exaltadas as formas históricas de (re)criação do capitalismo e legitimou os interesses e a ideologia burguesa. Para Oliveira (1978), “Thünen procurou mascarar as relações de exploração [...] e tinha como objetivo garantir e defender os interesses da burguesia alemã” (OLIVEIRA, 1978, p. 213).

O intuito de Thünen velou as relações sociais ao fazer de leis gerais teorias inquestionáveis e absolutas. No Estado Isolado, os salários seriam determinados pela média geométrica entre o produto e o nível de subsistência necessária, e não pela subsistência necessária para a reposição da força de trabalho e reprodução da classe trabalhadora, afirmou Oliveira (1978). Para confirmar o comprometimento ideológico de Thünen com a classe dominante, Oliveira (1978) mostrou como esta teoria apropriou-se inadequadamente do conceito de renda da terra, confundindo a renda da terra com a renda diferencial e negando as origens do capital e do trabalho.

Para Oliveira (1978), o método de Thünen não concebeu a contradição no desenvolvimento histórico, o que o deixou extremamente frágil, pois:

[...] se apóia na pseudo-neutralidade, no equilíbrio, na regularidade natural imposta pela precisão matemática. A nível do método, Thünen se insere no debate metodológico de época, num dilema entre o método das ciências humanas e outro das naturais. [...] No plano do método, sua postura é procurar adequar meios objetivos em função da relevância de valores, ou seja, buscar no método a maximização dos seus lucros ao nível de sua prática como agricultor e validando ao nível científico (OLIVEIRA, 1978, p. 234 e 236).

O pressuposto idealista de Thünen fez de sua teoria uma lei universal válida para todos espaços, sujeitos e tempos. Para Oliveira (1978), o Estado Isolado pressupôs a uniformidade das classes sociais, cuja ausência da historicidade fez dessa teoria uma busca pela harmonia e regularidade, componentes que fazem parte de um quadro embriagado de idealismo. O conceito de racionalidade propôs a maximização dos custos, elemento que só existe no interior de uma sociedade harmônica, na qual o trabalhador recebe da natureza a parte que lhe cabe. Para Oliveira (1978), o Estado Isolado explicou a lógica da organização espacial da agricultura no momento de transição e avanço do modo capitalista de produção, garantindo, assim, uma suposta harmonia social, isenta de conflitos ou contradições.

O autor também analisou a relação de alguns estudiosos que se dedicaram ao estudo do campo e que foram influenciados pelo pensamento de Thünen. A Nova Geografia aderiu as suas ideias, validando-as com o emprego da teoria locacional. Dentre os autores que compartilhariam dessa teoria, que para Oliveira (1978) esteve comprometida com a ideologia burguesa capitalista, está José Alexandre Felizola Diniz. “Seu objetivo é contribuir com a reprodução qualificada da força de trabalho, tentando garantir assim as próprias relações de produção capitalista dentro do aparelho ideológico do Estado Escolar” (OLIVEIRA, 1978, p. 343).

Junto com Felizola, na opinião de Oliveira (1978), estão Antonio Olívio Ceron e Pedro Geiger. O primeiro utilizou-se da teoria de Thünen para justificar a adoção da variável distância e da intensidade do uso da terra como aspectos que explicam a localização da mão de obra no campo. Ceron comprometeu-se com a racionalidade do modo de produção capitalista que, envolto a tentativa da realização de uma ciência pura, propagada pelo neopositivismo, formulou conceitos e hipóteses quantificáveis. Assim como Thünen, Ceron não discutiu a questão da propriedade privada da terra. Geiger propôs outro modelo para o estudo da configuração espacial das atividades, o que o aproximou de Thünen, ao elaborar a teoria locacional baseada nos dez anéis.

Através da dialética, Oliveira (1978) questionou as bases da Nova Geografia e efetuou uma reflexão crítica sobre os caminhos trilhados e os “desvios” teóricos. A preocupação com a responsabilidade social teve em Milton Santos, James Anderson, David Harvey e Yves Lacoste os principais interlocutores para evidenciar o caráter ideológico da Geografia e questionar o conhecimento produzido. A Geografia prescinde da práxis que, junto com as reflexões, deve servir a projetos rumo à transformação e superação da sociedade e contra os princípios da ideologia burguesa.

Em sua tese de livre-docência, Oliveira (1998)⁷⁸ permaneceu seus estudos sob os auspícios do materialismo histórico, núcleo teórico base para o entendimento do processo de ocupação da Amazônia, em Mato Grosso. O autor analisou a situação das comunidades dessa região, concebendo o processo desigual e contraditório de formação territorial, empreendido pelo modo de produção capitalista,

78. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. 496 f. Tese (Livre-docência em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

e a luta camponesa pela terra. A grilagem de terras, a corrupção e violência, decorrentes da expansão da fronteira agrícola, foram os principais aspectos destacados pelo autor.

A abertura e o controle da fronteira Amazônica, para Oliveira (1998), revela o caráter contraditório de formação da estrutura fundiária brasileira. Para o geógrafo:

[...] o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira, contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo. Igual, simultânea e contraditoriamente, o mesmo processo que abre acesso aos recursos minerais da região aos grupos econômicos, recoloca a questão do acesso também por parte dos garimpeiros (OLIVEIRA, 1998, p. 15).

Para o autor, o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção e a sua reprodução ampliada evoluem associados às relações sociais não-capitalistas:

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição nos tem colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo o excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física (OLIVEIRA, 1998, p. 20).

Para Oliveira (1998), é nesse cenário de sujeição da renda da terra e ação de grupos monopolistas que o capital se apresenta ao campesinato, efetuando, também, um movimento reverso, em que a união desses camponeses potencializa o processo de luta contra a expropriação privada da terra e de (re)criação do campesinato.

Oliveira (1998) fez uma análise das políticas públicas implantadas na região como parte da lógica do capitalismo mundializado. Tais políticas apoiaram o processo de expropriação camponesa que, com o aparato do Estado, conteve as tensões sociais resultantes desse processo. A propriedade privada da terra comanda o processo de ocupação, o que coloca a Amazônia na fase monopolista do

capitalismo. Junto desse processo empreendido do capital monopolista, Oliveira (1998) reconheceu outra dinâmica, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, cuja luta da agricultura camponesa contra a expropriação gerou inúmeros conflitos por terra.

Ao compreender o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, Oliveira (1988) focalizou o estudo sobre as formas de recriação do campesinato, baseadas na resistência da agricultura camponesa. Outro sujeito parte desse desenvolvimento, analisado pelo autor, são os povos indígenas. A presença desses povos na região foi marcada por um intenso processo de destruição, expropriação e grilagem, fazendo com que esses sujeitos participassem da luta pela terra e do direito de reconquistar os seus territórios.

O autor também denunciou as degradantes relações de produção e trabalho e os mecanismos de exploração, sobretudo o aliciamento de peões, o caráter dos projetos agropecuários e sua íntima relação com o desmatamento. Os projetos de colonização atuaram como um “[...] paraíso para o capital, para os especuladores e para os grileiros que atuaram livremente com o “apoio” do próprio governo” (OLIVEIRA, 1998, p. 369). O processo de colonização repete-se, trazendo os mesmos elementos estruturais do passado: destruição, domesticação e expropriação. A dominação fica por conta das empresas colonizadoras e ao Estado cabe apoiar tal lógica.

Sob uma postura dialética, o professor Ariovaldo passou a centrar suas reflexões no desvendamento das relações não-capitalistas presentes no campo, perspectiva que marcou a sua produção intelectual e cujo compromisso com a transformação social da realidade guiou seus trabalhos. O estudioso tornou-se uma referência para as pesquisas sobre os movimentos sociais no campo, e fez deste o eixo de discussão de seus trabalhos (BOMBARDI, 2007).

Esta mesma perspectiva, de que o desenvolvimento do modo capitalista de produção é inerente a um emaranhado de contradições e processos desiguais que se combinam, comparece no trabalho de Paulino (2003)⁷⁹. A autora argumenta que o desenvolvimento do capitalismo, por ser contraditório, não provocou o desaparecimento do campesinato, mas a sua recriação. O recorte espacial do

79. PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra é Vida - A Geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Presidente Prudente-SP.

estudo deteve-se no Norte Novo do Paraná, uma das regiões agrícolas mais tecnificadas e produtivas do país.

Paulino (2003) teve no estudo do campesinato a grande temática da sua pesquisa. O conceito de camponês é defendido: “[...] não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política, como demonstra Martins” (PAULINO, 2003, p. 8), carrega a coesão de classe que ocupa, controla e produz no território seus próprios meios de vida. A autora invoca para o debate Teodor Shanin ao desvendar teorias e conceitos de Karl Kautsky e Vladimir Lênin, intelectuais que reconheceram os camponeses como classe sujeita à hegemonia política do proletariado e sugerindo o seu desaparecimento.

Para a estudiosa, a classe camponesa perpassa o plano econômico, da renda, e busca a sua reprodução social, que tem no campo a sua vida e existência:

[...] sugerir a sua desimportância é fazer vistas grossas ao projeto histórico do campesinato, que procura na terra muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários, o que lhe permite se colocar no mundo de forma completamente diversa daqueles que vivem a alienação do trabalho (PAULINO, 2003, p. 10-11).

Paulino (2003) também alerta que o processo de recriação do campesinato está intimamente atrelado às questões de posse e uso de propriedade, nas quais “[...] o processo de territorialização camponesa é uma expressão do desenvolvimento contraditório do capitalismo, o qual se manifesta na monopolização do território camponês pelo capital” (PAULINO, 2003). A autora verificou esse processo de monopolização do capital e apropriação da renda ao analisar as formas de integração da atividade baseada na avicultura e sericultura de famílias camponesas com a agroindústria, bem como sua integração ao sistema cooperativista na fruticultura, pecuária leiteira, cafeicultura, policultura e nas culturas mecanizadas.

A partir do conceito de território, a autora argumenta que a recriação do campesinato e a acumulação ampliada do capital são processos intrínsecos e justapostos, em que a determinação do território está nas mãos daqueles que detêm as forças produtivas. Baseada em seu orientador, o território é síntese contraditória, produto da luta de classes no processo contínuo de produção de sua existência, e em que as relações sociais dão usos específicos ao longo da história.

A integração entre campesinato e agroindústria via avicultura e sericicultura é imposta pela agroindústria, sinônimo de intervenção capitalista na produção camponesa. Cabe à família camponesa se adequar às técnicas, métodos e regras definidas pela agroindústria. Paulino (2003) discutiu a integração cooperativista na fruticultura, que no caso estudado atua de forma diversa das agroindústrias convencionais, tendo os próprios cooperados os beneficiados com a renda da terra. A autora também versou sobre os limites apresentados pelas cooperativas, já que a lógica empresarial é a base que determina as suas ações administrativas.

Ao propor uma Geografia do Campesinato, Paulino (2003) discorreu sobre o papel das políticas públicas que vem interferindo negativa e positivamente no processo de recriação do campesinato, fato que amplia e diminui a sua territorialização. Segundo Paulino (2003), essa trajetória de avanços e retrocessos marca tanto a “descamponização” quanto a “recamponização” e não permite que o fim do campesinato seja defendido.

Os bairros rurais e os sítios são parte do processo de territorialização camponesa. Para Paulino (2003), o que mais preocupa nas políticas públicas é a desmobilização da luta pela terra. Além da desmobilização, a autora aponta para a desigualdade de acesso ao crédito, como é o caso do PRONAF: “[...] não se trata de trazer suposições vazias, mesmo porque os dados apresentados são a prova inequívoca de que o PRONAF não veio para tocar nos mecanismos de reprodução das desigualdades no campo brasileiro” (PAULINO, 2003, p. 302).

Etges (1989)⁸⁰ mostrou a realidade dos camponeses produtores de fumo no município de Santa Cruz do Sul (RS), sua inserção no capital monopolista e as diferentes formas de ordenação territorial sob o modo capitalista de produção.

Apoiada em Rosa Luxemburg e José de Souza Martins, a autora também partiu da premissa de que o processo de sujeição ao capital dos camponeses pode dar-se de outras formas que não necessariamente resultem na proletarização. Considerando que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório, ele gera tanto relações capitalistas de produção como relações não-capitalistas de produção. Baseada nas relações não-capitalistas, a produção camponesa, objeto de estudo da autora, não se desenvolve como capitalista, mas é submetida a essa lógica. Revelando-se contraditório, o processo de reprodução

80. ETGES, Virginia Elizabeta. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

ampliada do capital subordina a classe social camponesa e engendra relações não-capitalistas necessárias a sua sobrevivência, pensamento este influenciado pelas premissas do seu orientador.

A autora retomou o conceito de território, em que o trabalho social qualifica o espaço e o transforma em território. A autora compreendeu a especificidade do processo de territorialização do fumo e desvendou a essência da organização territorial da região fumicultora, desvelando hábitos, costumes e a visão de mundo dos camponeses. Etges (1989) mostrou que a região de estudo, além de monocultora, abriga pequenas unidades de produção de outras culturas. Tanto para os produtores como para aqueles que não produzem, assistiu-se “[...] ao processo de sujeição da renda ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (ETGES, 1989, p. 219).

Etges (1989) entendeu que a exploração do campesinato está ligada a circuitos mais abrangentes e obedece a mecanismos impostos por oligopólios de empresas transnacionais de fumo. Esta situação teve a consequente conscientização dos camponeses, com a ação de movimentos que lutaram e contestaram essa ordem, realizando greves, protestos, passeatas e assembleias, manifestações que foram repreendidas com violência.

Marcos (1996)⁸¹ analisou a produção camponesa e suas formas de organização, tendo como recorte espacial a comunidade sinsei do município de Guaraçaí, em São Paulo. Foi estudada a organização interna da comunidade, a utopia que orienta as famílias, as atividades produtivas (cultivo da goiaba, avicultura, podeira, shitake, horta), as atividades de serviços, culturais, educacionais (*ballet*, coral, teatro, educação, cerâmica), as atividades esportivas e de recreação, a administração e a forma de distribuição dos resultados do trabalho, destacando a posição ocupada no conjunto das demais formas de produção – comunitárias, coletivas, cooperação/ajuda mútua e o uso comum da terra.

O debate teórico sobre produção comunitária ganhou sustentação nas escolas anarquistas, em especial, a socialista, escola que congrega a corrente comunista e que referenda a sua análise, discutidas por Piotr Kropotkin e Elisé

81. MARCOS, Valéria de. **Comunidade sinsei: (u)topia e territorialidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

Reclus. A experiência da comunidade sinsei, para Marcos (1996), constitui-se em exemplo para o campesinato brasileiro, tendo na produção comunitária uma saída para a organização da produção.

Defendeu-se a existência e resistência do campesinato brasileiro, no qual o anarco-comunismo, defendido por Kropotkin, é realidade vivenciada pela comunidade (MARCOS, 1996). A democracia, a liberdade e o respeito mútuo são elementos valorizados pela comunidade. As discussões ocorridas nas assembleias, a religião e o caixa comum constituem o tripé sob o qual a comunidade está alicerçada. A estrutura territorial é base para a reprodução econômica e financeira da comunidade na produção, nos serviços e na comercialização, condições elementares para a prática utópica de vida comunitária. É com essas atividades que a comunidade organizou, produziu e reproduziu seus espaços e territórios. A contribuição à Geografia trazida pelo estudo, segundo Marcos (1996), está na articulação contraditória entre espaços individuais e comunitários.

Antonio Thomaz Jr. (1988)⁸², em sua dissertação, discutiu o processo de estruturação e reestruturação do território capitalista das usinas sucro-alcooleiras de Jaboticabal, município do interior de São Paulo. O autor compreendeu as estratégias do capital agroindustrial canavieiro para o controle, direção, ocupação e uso do território, analisando o processo de territorialização do monopólio empreendido pelas agroindústrias deste setor.

O autor partiu da premissa do desenvolvimento desigual e combinado, em que as relações não-capitalistas de produção são a gênese do capital e a internacionalização do modo de produção capitalista no campo se dá de forma contraditória. A apropriação da renda da terra pelo capital teve a unificação do proprietário e do capitalista (Grupo Bellodi) na mesma pessoa e a sujeição da renda da terra ao capital em relações não-capitalistas manifestou-se nas propriedades familiares camponesas. São essas relações não-capitalistas de produção que garantiram a expansão do sistema, apoiado amplamente pelo Estado, principal agente mediador desse processo.

Para Thomaz Jr. (1988), o período de gestação da modernização da agricultura em São Paulo ocorreu entre o final de 1950 e início da década de 1960. Em Jaboticabal, área de estudo, a cana-de-açúcar espacializou-se, territorializou-se

82. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A territorialização no monopólio**: as agro-indústrias canavieiras em Jaboticabal. 1989. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP.

e monopolizou o espaço. O processo de concentração do capital, da terra e da matéria-prima foi acelerado pelo governo brasileiro, pois os decretos, leis e políticas imprimiram outra dinâmica ao processo de modernização, racionalizando o setor e possibilitando maior produtividade e redução de custos aos grupos usineiros.

Segundo o autor, a apropriação crescente da renda fundiária feita por esses grupos foi uma das primeiras evidências de efetivação do processo de territorialização do monopólio. O monopólio da circulação e o monopólio da produção são os dois conceitos principais do autor para discutir o processo de apropriação da renda da terra. A renda da terra direciona a territorialização do monopólio e a monopolização do território, que traduzem, respectivamente, o monopólio na produção e na circulação. A respeito, o autor argumenta:

A monopolização do território (monopólio de circulação) expressa o processo de organização e uso do território pelo capital industrial. Determinada parcela desse território esta sendo ocupada e explorada para a produção de um determinado produto agropecuário por meio de vários produtores (pequenos e médios) que perderam sua autonomia e tornaram-se dependentes das indústrias processadoras [...] O monopólio territorializa-se ao ditar das indústrias. Com a cana, o território é monopolizado pelo empresário industrial, que é, ao mesmo, responsável pela maior parte da matéria-prima e disputas parcelas do território. É a territorialização da monopolização da renda fundiária pelos grupos agroindustriais sucroalcooleiros. É o grupo monopolista se apropriando do lucro e da terra (THOMAZ JR., 1988, p. 102-103).

Para Thomaz Jr. (1988), a territorialização do monopólio é a principal categoria de análise. Ela traduz o aumento de terras sob o domínio de grupos empresariais como uma das formas mais avançadas do capitalismo na agricultura, onde a extração da renda fundiária e as relações de produção e trabalho estão sob o regime industrial usineiro - a usina é a maior produtora de matéria-prima, determina os preços e controla todo o processo de produção.

O território é monopolizado pela expansão das usinas, crescendo e aumentando sua capacidade de produção e promovendo o processo de monopolização do território (reconcentração fundiária) em Jaboticabal. Isso transformou abruptamente o uso e exploração do território e substituiu as demais formas de exploração da terra, expropriando pequenos e médios proprietários com a venda de suas propriedades ou no arrendamento/parceria para os grupos usineiros.

Em razão das alterações ocorridas nas relações técnicas de produção, as relações de produção também sofreram um profundo rearranjo, impactando diretamente nas relações de trabalho. O autor fundamentou-se numa visão dialética, pois ao passo que o monopólio agroindustrial se territorializou, o trabalho especializado também homogeneizou a organização em sindicatos e proporcionou o enfrentamento contra o capital, estendendo as lutas para a cidade.

Fernandes (1999)⁸³ contribuiu com o estudo do campesinato brasileiro, cuja análise fincada na espacialização e na territorialização do MST permaneceu como foco de seu estudo⁸⁴. Seu objetivo pautou-se na compreensão da gênese do movimento em todos os estados brasileiros em que esteve organizado, apresentando uma *Geografia da Luta pela Terra*. Com este estudo, o autor tratou as ocupações de terras como uma importante forma de acesso e conquista da terra e no processo de (re)criação do campesinato.

Fernandes (1999) preocupou-se em relatar as lutas pela terra nas mais diferentes regiões do país, com destaque para os conflitos e eventos que construíram a história da formação camponesa no Brasil e que expressaram a resistência. É diante desse processo de conflito que Fernandes (1999) compreendeu o processo de formação do MST para a (re)criação camponesa. O autor enfatizou desde a importância das formas de ação e resistência empreendidas pelo povo guarani, no século XVI, até a repressão que o governo militar exerceu sobre os camponeses e que ocasionou a intensificação das lutas no Brasil.

Para o autor, o processo de modernização agrícola apostou no fim do campesinato, todavia, mesmo com a repressão e expropriação de tal modelo, o estudioso partiu do mesmo pressuposto exaltado em seu trabalho de mestrado: o desenvolvimento do modo capitalista de produção é interpretado como desigual e contraditório, característica essa que concebe a recriação do campesinato. É dentro deste movimento desigual e contraditório que Fernandes (1999) entendeu a gênese do MST.

Ainda, conforme o autor, o período de 1985-1990 efetivou-se como um momento de consolidação e territorialização do Movimento. Isso possibilitou a

83. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

84. Como será discutido, o pesquisador iniciou o estudo (dissertação) na mesma temática, os movimentos sociais, contudo, neste trabalho, a escala de análise foi estadual – São Paulo.

constituição de novos espaços de lutas em praticamente todos os estados brasileiros. O autor debateu o processo de espacialização e territorialização do MST no Brasil, tornando-se um movimento de abrangência nacional em todas as regiões brasileiras. Para Fernandes (1999), a formação do MST foi entendida por meio da espacialização da sua luta, em que a socialização política dos trabalhadores dimensionou a realidade e uniu forças na busca por uma sociedade mais justa.

Fernandes (1999) baseou-se em Claude Raffestin ao conceber os assentamentos como parte da dimensão que consolida a luta pela terra, isto é, o processo de territorialização do MST, no qual o território é compreendido como trunfo. Além da territorialização, Fernandes (1999) apontou para a consolidação da estrutura organizativa do MST, responsável pela construção de um importante espaço político de organização, berço de práticas e ações que auxiliaram significativamente a consolidação e a formação identitária desses camponeses na década de 1990.

Se neste período (1985-1990) o MST se territorializou, Fernandes (1999) afirma que no período posterior (1990-1999) não ocorreram mudanças expressivas de cunho estrutural. As alterações estiveram no campo da expansão das atividades e das representações, em que o movimento enfrentou novos desafios para a sua territorialização. É também neste período que o movimento passou por forte repressão no Governo Collor, no entanto, a luta e a resistência persistiram, fazendo da ocupação de terras e da criação de assentamentos uma prática decisiva para a transformação da sociedade.

Para o autor, a luta pela terra e a reforma agrária são elementos centrais da questão agrária. A ocupação, a resistência e o conflito são formas legítimas dessa luta e possibilitam a (re)produção do campesinato:

Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais. Ao apresentar a ocupação como forma de acesso à terra, compreendo-a como uma ação de resistência inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1999, p. 268).

A luta pela terra faz parte de um processo contraditório, desigual e combinado. Sob o aporte de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins, Fernandes (1999) afirmou que é no processo de (re)criação que acontece a

diferenciação do campesinato, o que não implica, necessariamente, na transformação do camponês em capitalista ou em proletariado e na sua consequente desintegração sugerida por Vladimir Lenin e Karl Kautsky. Para o autor, a diferenciação do campesinato leva também a sua (re)criação de duas diferentes maneiras: pela sujeição da renda da terra, com a subordinação da produção camponesa pelo capital, e pelas ocupações de terra, defendida por Fernandes (1999).

Se a ocupação socializa os trabalhadores rurais na luta contra o capital, o Movimento também se subordina ao sistema, pois o fato de conquistar um pedaço de terra os recoloca na produção capitalista das relações não-capitalistas de produção. Nas palavras de Fernandes (1999, p. 274), o “MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção. O Movimento é fruto dessa realidade [...]”. Um dos desafios do MST relaciona-se à industrialização e à inserção no mercado, isto é, a organização camponesa no desenvolvimento do capitalismo, na tentativa de contornar o processo de diferenciação do campesinato e, sobretudo, a sujeição da renda ao capital.

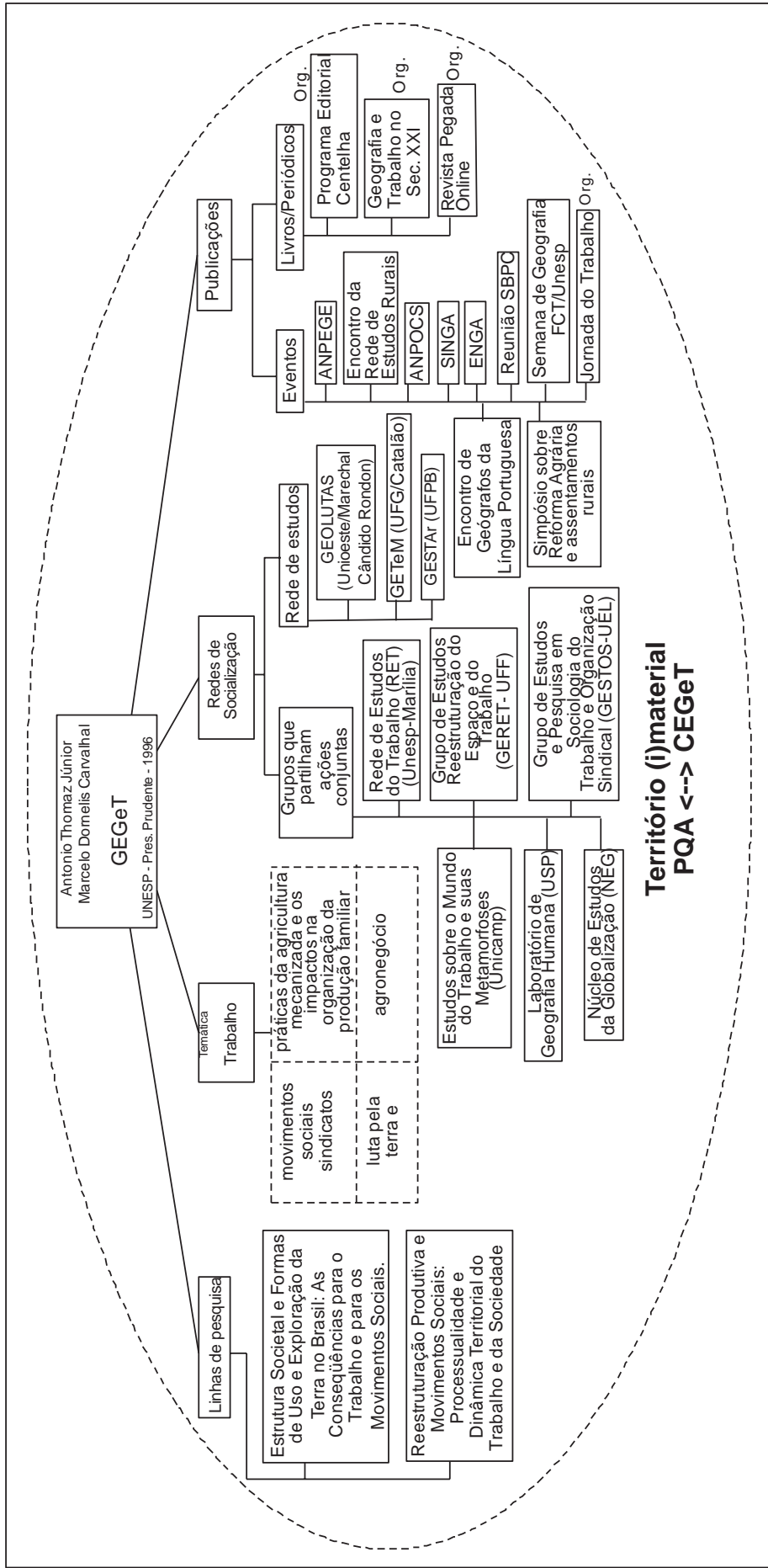
No que se refere às famílias, o autor distinguiu as formas de organização, destacando dois tipos: movimentos isolados e movimentos territorializados. Além de classificar as formas de organização, Fernandes (1999) também classificou as formas de luta e resistência, podendo ser desenvolvidas por meio de experiências espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas ou organizadas e especializadas.

O autor afirma que as ocupações espacializam e territorializam o movimento e a luta pela terra. “Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (FERNANDES, 1999, p. 278).

A espacialização e a territorialização são os principais conceitos da tese do autor. Traçando perspectivas de realização de uma política de reforma agrária, para Fernandes (1999), a luta pela terra, através das ocupações, é a única via que de fato concretiza o acesso à terra, sendo a espacialização e a territorialização o que viabiliza a (re)criação do campesinato brasileiro.

6.1.2 CEGeT

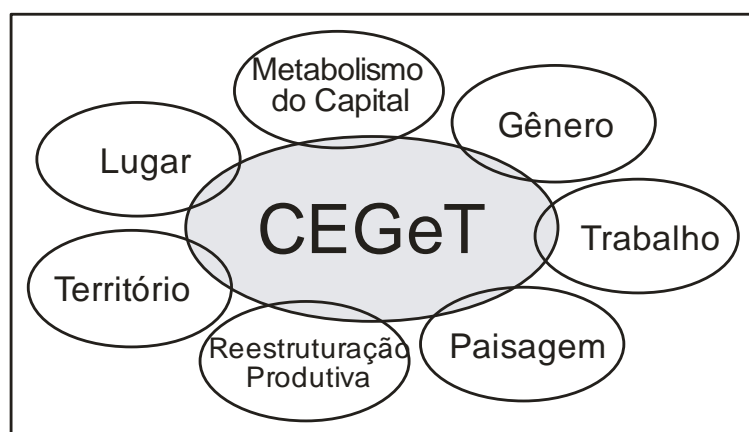
O grupo defende a realização de uma “Geografia do Trabalho”. Seus membros compartilham estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho para ações políticas de viés emancipatório. O objetivo é adentrar no processo metabólico do capital e apreender os seus desdobramentos para o mundo do trabalho. A relação capital x trabalho é o cerne das discussões do grupo, no qual as redefinições do trabalho se constituem como o ponto de partida para discussões relacionadas ao gênero, agroecologia, cooperativismo, movimentos sociais, luta pela terra e ao discurso do agronegócio, por exemplo. A superação do capital e o enfrentamento político colocam os pesquisadores desse grupo junto ao PQA (Organograma 44) e a tendência do campesinato e da proletarização compõem para o grupo.



Organograma 44: Grupo, coordenadores, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – CEGeT

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O referencial teórico-metodológico é bem coeso para a discussão capital x trabalho: Karl Marx, Ricardo Antunes, François Chesnais e István Mészáros são considerados autores centrais, além da interlocução com Giovanni Alves e Ricardo Antunes. Os conceitos de trabalho, gênero, reestruturação produtiva e metabolismo do capital são os que mais aparecem para o grupo. Os conceitos geográficos território, espaço e lugar tem em Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Milton Santos, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Neil Smith, David Harvey, Richard Peet e Doreen Massey, os principais referenciais (Organograma 45).



Organograma 45: Principais conceitos – CEGeT

Janaina Francisca de Souza Campos

Se em sua dissertação, orientada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Thomaz Jr. (1988) analisou os processos de territorialização do monopólio das agroindústrias canavieiras, em sua tese de livre-docência intitulada *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*, defendida em 2009, no Departamento de Geografia da FCT-Unesp, o coordenador do grupo explicou um pouco os limites da dissertação e demonstrou a necessidade de avançar essa perspectiva:

Diferentemente do que referenciam nossas preocupações, quando da pesquisa de mestrado, pois nos amparávamos, naquele momento, na explicação da territorialidade do capital agroindustrial canavieiro ao empreendimento da consolidação do monopólio da produção da matéria-prima e suas dimensões territoriais, reconhecer que os limites explicativos dessa abordagem dificultam a compreensão da rica trama de relações contraditórias que dão sentido e conteúdo ao movimento de realização do capital e do

trabalho foi, para nós, ponto de partida para reconhecer a necessidade de avançar (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 36).

É pensando no avanço da compreensão das relações contraditórias entre capital e trabalho que o estudioso, em seu trabalho de doutorado⁸⁵, transformado no livro “Por trás dos canaviais, os nós da cana”, publicado no ano de 2002, abordou essa questão, fazendo desta a temática central das discussões do CEGeT. A relação capital x trabalho é tratada diante das ações estratégicas de avanço das forças produtivas das unidades agroindustriais e dos rearranjos organizativos em associações e representações políticas do capital (sindicatos), amplamente apoiado pela ação do Estado.

Thomaz Jr. (2002) abordou a articulação dos ordenamentos territoriais que expressam a dinâmica entre capital e trabalho, fruto da materialização da reestruturação produtiva do capital e que produz implicações diversas para o trabalho. O autor defendeu uma Geografia do Trabalho que se preocupa interpretar a dinâmica territorial do metabolismo social do capital que se reordena, a todo momento, para despistar a luta de classes. O capital tem, na unificação orgânica dos trabalhadores, o agente disseminador de uma ação política fragmentada.

Propondo uma leitura geográfica, Thomaz Jr. (2002) preocupou-se em apreender a dinâmica que o trabalho assume no seu movimento de redefinição e, para isso, considerou os sindicatos e a distribuição do capital na agroindústria canavieira. Juntos, o mundo do trabalho e a sociedade, a cada período histórico, promovem rearranjos específicos no espaço, sendo a técnica, movida pela lógica do capital, um elemento importante dessas mudanças. A produção e o trabalho são concretizados em territorialidades distintas e ilustram o confronto capital x trabalho. O autor entende que é a análise desse confronto que permite a compreensão da organização dos trabalhadores ligados à agroindústria canavieira e às implicações do reordenamento tecnológico.

Tendo no movimento da dialética a sua sustentação, o autor entendeu que as ações políticas e organizativas dos sindicatos de trabalhadores fazem parte das intenções do modo de produção capitalista que, através do “fatiamento corporativo”, apoiado pelo aparato jurídico-político, converge os interesses do Estado e do capital

85. THOMAZ JR., Antonio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. (Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). 1996. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

para exercer o controle da sociedade, colocando-se como elemento hegemônico do metabolismo societal.

Assim, a fragmentação do trabalho teve no fatiamento corporativo um aliado, pois não colocou em questão um projeto de transformação da sociedade, isto é, um confronto direto com o capital, mas se restringiu a questões pontuais, como campanhas por reajustes salariais, por exemplo, um tipo de ação que individualiza a luta e o enfrentamento ao capital. Para Thomaz Jr. (2002), a estrutura organizativa fatiada dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro adentrou a representação e a subjetividade dos trabalhadores via sindicalismo. O desenho societal do capital explicitou uma complexa trama de relações contraditórias fundada na alienação do trabalho e no controle territorial do capital e do Estado.

Em sua tese de livre-docência, o coordenador do grupo permaneceu na busca por consolidar uma Geografia do Trabalho. Nesta obra, o autor fez uma compilação detalhada de sua jornada acadêmica e dos propósitos e objetivos do CEGeT. A preocupação do grupo está direcionada para o mundo do trabalho, o que os coloca conectados à investigação de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais - assalariados, proletários, informais, desempregados, assentados, camponeses, etc. O CEGeT busca superar compreensões estanques reguladas pela tradição positivista e que, para Thomaz Jr. (2009), constituem a identidade da maioria dos grupos de pesquisa.

Segundo Thomaz Jr., (2009), os trabalhos do grupo são marcados pela ânsia de transformação radical do sistema, haja vista que é preciso mais do que entender, mas trilhar rumo à transformação, a práxis, priorizando questões que desafiam a perspectiva societária socialista:

Para tanto, é necessário que façamos da práxis da pesquisa e dos demais aprendizados, exercícios constantes de autocrítica e de superação dos limites intelectuais (teóricos, políticos, analíticos e explicativos) sobre a classe trabalhadora, diante da realidade do trabalho do século XXI. Sem isso, ficaremos reféns da possibilidade de construir os passos emancipatórios da classe trabalhadora, ou apenas nos reservarmos à retórica (THOMAZ JR., 2009, p. 33).

Em García (2004)⁸⁶, a partir da dialética, a autora analisou as diferenças na produção e reprodução das relações sociais de gênero nos acampamentos e assentamentos rurais. A estudiosa atentou para a redução da participação da mulher

86. GARCÍA, Maria Franco. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

na vida social e política nos assentamentos e para a consciência da contradição de classe e gênero nos acampamentos.

Ao realizar a interlocução em torno do espaço, gênero e trabalho, com destaque para o gênero, García (2004), assim como Rosa Ester Rossini, revelou a ausência de estudos na Geografia com enfoque para o gênero, mostrando que o debate teórico-conceitual sobre o tema ainda é insípido. “O objetivo pautou-se na realização de um estudo geográfico relativo à “Geografia do gênero” para acrescentar reflexões na ‘Geografia do trabalho’” (GARCÍA, 2004, p. 16).

Todavia, diferentemente dos estudos coordenados pela professora Rosa Ester Rossini, para o CEGeT, o PQA é o paradigma compartilhado, no qual os estudos evidenciam o processo de luta pela terra com vistas à superação e transformação. A perspectiva de luta contra o capital é proeminente na análise de García (2004). Sob o enfoque do gênero, a questão agrária é tratada, e o processo de luta pela terra constrói lugares diferenciados de homens e mulheres no campo. Nas palavras da autora, o CEGeT tem “[...] no caráter relacional de gênero e na sua leitura do espaço o exercício da implementação de uma práxis geográfica que possibilite o entendimento e a superação do campo [...]” (GARCÍA, 2004, p. 48-49).

Ao propor e defender uma Geografia do Gênero, a ideia foi mostrar a diferença entre homens e mulheres na relação com o espaço, isto é, as assimetrias de gênero, resultado do sistema contemporâneo capitalista que oprime e submete a mulher a diferentes espaços e tempos. Para García (2004), embora o MST se esforce em realizar a discussão sobre a opressão sofrida com o Coletivo de Gênero, os movimentos sociais ainda tendem a hegemonizar os sujeitos sociais e ignorar a sua composição social interna.

Ao conceber o conflito nos acampamentos e assentamentos a partir das relações de gênero, a autora trabalhou com a visão global do lugar que os acampamentos e assentamentos estão inseridos - referenciada por Doreen Massey -, uma vez que esses lugares fazem parte de um conflito pluriescalar (internacional, nacional, regional). Como reflexo desse conflito, nos acampamentos e assentamentos, a ideologia hegemônica de gênero também se faz presente. Nos assentamentos isso é mais forte, como mostrou a estudiosa:

A relativa equidade entre homens e mulheres de luta observada nos acampamentos perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita [...] Se

isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguida a partir das relações sociais de gênero e do código de valores que as sustenta e as mantém (GARCÍA, 2004, p. 98).

Além do lugar, a paisagem assumiu-se como categoria de base no seu trabalho, entendida como unidade perceptiva que evidencia a relação capital x trabalho e as relações de gênero. No caso da paisagem, as contribuições advêm de Ruy Moreira. Para observar os papéis sociais de gênero, a autora baseou-se na precarização das relações de trabalho e no conflito pela terra. Fundamentada em Ricardo Antunes, para García (2004), as transformações do campo, como a redefinição das relações de trabalho e produção e a modernização, por exemplo, não podem ser compreendidas fora do quadro da reorganização social efetivada no plano econômico (reestruturação produtiva) e político (ideologia neoliberal).

Tendo em vista o mundo fragmentado do trabalho e fundamentada em Antonio Thomaz Jr., García (2004) alertou que as mulheres acampadas e assentadas devem ser interpeladas, primeiramente, à luz do conceito de classe trabalhadora, pois a complexa trama societária da luta pela terra está intimamente vinculada ao trabalho e perpassa tanto o campo como a cidade.

Tanto nos assentamentos como em acampamentos do MST, García (2004) observou a existência de grupos organizados por mulheres na procura por firmar uma percepção crítica sobre a condição de opressão e desvalorização. No entanto, é no acampamento que as mulheres protagonizam, de fato, essa outra dimensão da luta pela terra.

Ribas (2002)⁸⁷ desnudou os desdobramentos políticos e territoriais da organização da Cooperativa dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema (Cocamp), bem como as suas perspectivas para o mundo do trabalho. A territorialidade dessa cooperativa foi entendida de acordo com o projeto político-territorial do MST-Nacional. Estes desdobramentos, segundo o autor, não qualificou uma diferencialidade social, política, cultural, ideológica e organizativa entre os trabalhadores assentados.

No que tange a fundamentação teórico-metodológica, o autor apontou para duas questões, ambas concernentes às relações entre capital x trabalho: a preocupação em compreender a organização cooperativa diante do movimento

87. RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

contraditório do processo social do trabalho; e a preocupação em dar um enfoque geográfico a esse processo social. A cooperativa, para Ribas (2003), deve ser contextualizada dentro das implicações entre capital x trabalho e diante do movimento dialético. É no mundo do trabalho que o autor compreende o desenho societal dos sem-terra no Brasil. Segundo Ribas (2003), a luta pela terra tem no processo de reestruturação do capital e nos seus desdobramentos para o “mundo do trabalho” o seu âmago, o que inclui debater o neoliberalismo, a precarização do trabalho, as mudanças no controle e a gestão do trabalho.

A Cocamp, cooperativa delineada no seu estudo, é entendida a partir dessa perspectiva teórico-metodológica e como uma das mais variadas expressões desse movimento contraditório do processo social. Para o debate sobre a relação capital x trabalho, Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Antonio Thomaz Jr. são as suas principais referências.

Ao dialogar com István Mészáros, Ribas (2003) defendeu o uso do referencial teórico-metodológico baseado na superação da lógica capitalista: “Com isso, deixamos claro que a Geografia deve se pautar num referencial com vistas a contribuir para a qualificação do debate político acerca da construção coletiva de uma nova base societária, resgatando a humanidade do homem, pensando para além dos limites do capital [...]” (RIBAS, 2003, s/p).

Para o autor, no campo, essa superação reside na política de assentamentos rurais, também considerada uma política extremamente deficiente: “entendemos que no Brasil existe, no máximo, uma política de instalação de assentamentos rurais, ou seja, uma forma paliativa de transferir a centralidade do conflito social, utilizando-se de uma reforma imobiliária, pagando altas indenizações aos fazendeiros” (RIBAS, 2003, s/p). A reforma agrária articula profundas mudanças estruturais, em que a supremacia do capital se coloca em via de superação.

Ribas (2003) afirmou que o projeto de gestão político-territorial do MST, representado pela organização cooperativa, contrapõe-se à política de assentamentos rurais proposta pelo governo que objetivou recriar o pequeno produtor autônomo. O MST tem no projeto de gestão político-territorial o redimensionamento da luta política, deliberado pela sua postura político-ideológica. A gestão territorial da cooperativa é parte do projeto político que o MST estende suas táticas e estratégias de luta. O cooperativismo viabiliza questões sociais, políticas e econômicas nos assentamentos e fortalece sua concepção político-

ideológica, isto é, funciona como um instrumento de luta que perpassa a estrita lógica capitalista de reprodução essencialmente econômica.

Quanto as políticas públicas, Ribas (2003) é contrário, já que ao viabilizar recursos para a pequena propriedade e para os assentamentos, esse mecanismo, controlado pela burguesia e pelo Estado, favorece a integração competitiva, a modernização da agricultura e o fortalecimento do agronegócio. O autor remete-nos a entender que esse processo também envolve a organização da Cocamp, partindo do processo metabólico do capital e de suas implicações para o mundo do trabalho:

Isso significa que os desdobramentos territoriais da luta pela terra e, por conseguinte, da organização cooperativa no Pontal do Paranapanema, estão diretamente vinculados às formas de controle do capital e sua faceta contraditória, acoplando o seu processo de reestruturação produtiva, fundamentado, por exemplo, na intensificação do neoliberalismo e na precarização do trabalho (RIBAS, 2003, s/p).

A dimensão política e de superação da lógica do capital é sobressaltada por Ribas (2003), em que a Cocamp é uma ferramenta de luta política da qual o MST participa. A organização da cooperativa foge da dimensão restrita ao setor produtivo e gerencial e tem um significado político. O cooperativismo é instrumento organizativo do trabalho na perspectiva da luta de classes.

Para Ribas (2003), o projeto político proposto coloca o MST numa encruzilhada: ao passo que é preciso articular a formação política de resistência e superação ao capital, também é preciso garantir a inserção dos seus produtos via mercado, ou seja, ao mesmo tempo em que o MST nega o controle metabólico do capital sobre o trabalho, ele também promove, de forma contraditória, a sua inserção no mercado capitalista. Sem ocultar as dificuldades, o autor aponta para as contradições e limitações da organização cooperativa, a qual considerou “[...] um instrumento político-ideológico insuficiente para a construção coletiva de uma nova sociabilidade, pautada na supressão estrutural do controle do capital sobre o trabalho” (RIBAS, 2003, s/p).

Souza (2011)⁸⁸ desvendou o discurso projetado pelo agronegócio que oculta e suprime a questão agrária brasileira, apresentando-se como uma nova

88. SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

representação da agricultura capitalista. A questão do desenvolvimento rural aparece como uma das formas de controle social do capital no campo, no qual o discurso endossa práticas sociais e arranjos espaciais e territoriais.

Para analisar o discurso veiculado pelo agronegócio, assim como García (2004) e Ribas (2003), a relação capital x trabalho foi selecionada como categoria de análise geográfica. Souza (2011) mostrou como o discurso do agronegócio canavieiro foi gestado, contextualizando-o no seio da luta sociopolítica e discursiva do modelo neoliberal. Essa luta foi entendida no interior do domínio espacial e territorial da agroenergia e do etanol, o qual foi dado ênfase no discurso da necessidade de ampliação da atividade canavieira para a sustentabilidade.

A dialética foi pensada na procura por apreender as contradições que envolvem a expansão dessa atividade. A autora elucidou a força que o discurso do agronegócio exerce na racionalidade técnica, na função para o desenvolvimento do país, na imagem midiática do *glamour* das feiras de *agrobusiness* e nas cidades veiculadas como capitais do agronegócio. Os discursos de desenvolvimento econômico argumentam para a produção de agroenergia e submeteu o território brasileiro à lógica da economia globalizada, dispondo de arranjos territoriais como condição da acumulação capitalista. A autora concebeu o conceito de agronegócio como incremento dessa lógica de expansão do capital, no qual o discurso remete a uma falsa preocupação em produzir fontes de energias limpas e renováveis, desenvolvimento econômico e geração de renda e sustentabilidade ambiental.

O conceito de território foi chave para esta pesquisa, apreendido como produto humano que apropria e domina os recursos. A linguagem incita à territorialização, desterritorialização e reterritorialização e, baseada em Michel Foucault, Souza (2011) considerou o discurso como um elemento importante para entender essa dinâmica. O capital não controla apenas a produção e os trabalhadores, mas também está, frequentemente, renovando as formas de controle social, tendo o discurso como importante instrumento de dominação. Através do discurso, as agroindústrias ampliando seus domínios, transformando o trabalhador em “parceiro”. Esse discurso também impactou os assentamentos e inviabilizou a reforma agrária.

A relação capital x trabalho foi analisada pela pesquisadora. Para que essa relação fosse entendida, a autora discutiu as formas de controle que o capital realiza sobre o trabalho a partir do discurso - especificamente o agronegócio canavieiro. O

resultado da prática discursiva, segundo Souza (2011), é materializado na exploração, subordinação e sujeição do trabalho, enraizado pelo discurso da produtividade, qualificação, parceria e inserção. Esse debate teve em Antonio Thomaz Jr., Ricardo Antunes e Giovanni Alves os seus principais interlocutores.

Souza (2011) abordou o conflito e a disputa territorial provocados pela expansão da monocultura. O capital reconfigura o território, gerando contradições e resistências de grupos sociais descontentes com a acumulação do capital e que são incluídos marginalmente. “[...] O conflito se dá entre as distintas e, não raro, mutuamente excludentes, pretensões de uso e significados atribuídos por diferentes grupos sociais a um mesmo território em disputa” (SOUZA, 2011, p. 242).

Gonçalves (2008)⁸⁹ discutiu como a luta na terra promovida pelo MST atuou no desenvolvimento da agroecologia como estratégia de emancipação camponesa frente ao capital. O autor tratou os avanços e os retrocessos do movimento no processo de construção e territorialização da agroecologia em assentamentos rurais no estado do Paraná. Este movimento mobilizou-se tanto na luta pela terra como na luta na terra. Para o autor, a negação do modelo de desenvolvimento agrícola e a necessidade de reconstrução da agricultura camponesa via Reforma Agrária, são trunfos que mobilizam as ações do MST. A proposição da agroecologia é mecanismo de negação desse modelo e de enfrentamento ao capital.

Pensando na viabilização da produção, a agroecologia, para o autor, coloca-se como instrumento contra o capital e se ancora na sustentabilidade agrícola, na autonomia do campesinato, na soberania alimentar e energética. Todavia, segundo Gonçalves (2008), o MST pouco avançou nesse debate, pois na maioria dos Estados em que está organizado não conseguiu desenvolver, minimamente, um projeto de agroecologia na reforma agrária. Mesmo chamando a atenção para essa defasagem estratégica do MST, o autor vê no Paraná uma importante fração dessa iniciativa, com a realização de encontros, cursos, escolas e de produtores assentados e acampados.

Dialogando com István Mészáros, Gonçalves (2008) tratou o desmonte da agricultura camponesa no contexto do desenvolvimento sócio-metabólico do capital, responsável por utilizar mecanismos de controle do trabalho para garantir a reprodução ampliada do capital. A necessidade de acumulação ampliada de capital

89. GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação:** o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

motiva o seu sistema metabólico e transformou, profundamente, a agricultura mundial. No Brasil, esse processo provocou a industrialização do campo e os articulou à produção, distribuição e consumo de alimentos agroindustriais.

Para o autor, os movimentos sociais vivenciam as contradições do mundo do trabalho, pois envolvem questões que transgridem o campo e a cidade. Sua luta perpassa a organização política na superação da concentração da estrutura fundiária e aponta novas possibilidades de organização da sociedade. Todavia, como parte de um movimento contraditório, o sistema de controle forjado pelo capital coloca barreiras que limitam os avanços na realização de um projeto de emancipação.

Gonçalves (2008) acredita que a luta na terra não tem promovido a territorialização do MST. “A luta na terra é uma contradição para o MST, pois este muitas vezes não consegue engendrar sua territorialização para além das frações de território conquistadas do capital fundiário, salvo em algumas experiências locais/regionais” (GONÇALVES, 2008, p. 214). Ao afirmar que a luta na terra não impulsiona a territorialização camponesa, o autor se contrapôs ao estudo de Bernardo Mançano Fernandes, do NERA, que endossou a posição de que os assentamentos participam do processo de territorialização da luta pela terra, empreendida pelo MST: “Nesse caso, “cai por terra” a tese de Fernandes (2001), sobre a territorialização do MST mediante a construção dos assentamentos rurais, já que em poucos casos o MST tem atuado como agente criador do território” (GONÇALVES, 2008, p. 215). “Como afirmar a existência de um território do MST, se ele não está lá? Que território é este sem o principal agente territorial? Logo, a tese da territorialização deve ser relativizada e não tomada como uma verdade” (GONÇALVES, 2008, p. 216).

Ao discordar de Fernandes, o autor se referenciou em Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza para discutir o território, concebido de acordo com os sentidos jurídico-político, cultural e econômico. O autor exemplificou essa discordância apresentando a desterritorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema que, mesmo tendo comandado o processo de lutas na região, cortou relações com as famílias, já que, após assentadas, muitas abandonaram o movimento. “Nesse sentido, a ação do MST no Pontal do Paranapanema é muito mais efetiva na organização da massa para a luta pela terra, que certamente uma

organização de produtores rurais assentados na luta na terra” (GONÇALVES, 2008, p. 217).

Porém, no Estado do estudo, o pesquisador percebeu um MST distinto, que articulou o processo de lutas e construiu uma base assentada. Entretanto, no que diz respeito à agroecologia, ela não está difundida nos assentamentos rurais, configurando-se num sistema produtivo ainda marginal na reforma agrária paranaense:

Como o Movimento Sem Terra é um agente de estruturação do espaço com força política extremamente limitada, possui um poderio econômico pífio quando comparado ao Estado e aos agentes do capital, sua capacidade de propor e realizar uma reforma agrária agroecológica não tem a mínima perspectiva de ocorrer na dimensão pensada e projetada pelas lideranças do MST, ou seja, em todos os assentamentos rurais (GONÇALVES, 2008, p. 283).

Quanto à reforma agrária, Gonçalves (2008), assim como Ribas (2003), considerou-a insuficiente e incompleta para o processo de recriação do campesinato, uma vez que o Estado não reestruturou as políticas públicas de desenvolvimento do campo destinadas aos pequenos produtores rurais.

Nesta mesma perspectiva, Mendonça (2004)⁹⁰ também propôs uma Geografia do Trabalho. O autor fez uma releitura da processualidade histórica e social a partir do metabolismo social do capital, de István Mészáros, em que o processo de reestruturação produtiva do capital, a flexibilização das relações sociais de produção e de trabalho, a mundialização do capital e a reinvenção das relações sociais submetidas ao mercado, conformam o que Mendonça (2004) chamou de “urdidura do capital e do trabalho” no Sudeste do estado de Goiás. Capital e trabalho compõem o par dialético, resultado das formas sociais modernas de produção hegemônicas pelo capital. Os povos cerradeiros são contradição e essência da urdidura espacial.

Através da trama do capital x trabalho, o autor compreendeu a urdidura espacial e suas implicações nas áreas do Cerrado, além de focalizar a “externalização do trabalho” e as ações políticas dos trabalhadores diante do processo de modernização do campo. O autor elaborou uma leitura do território, a partir do enfrentamento entre capital x trabalho, com atenção às ações dos movimentos sociais. Para o autor, é necessário que as capilaridades que garantem a

90. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

existência de tramas espaciais hegemônicas pelo capital, Estado e trabalho sejam devidamente compreendidas.

Ao apreender a dinâmica do capital x trabalho e sua materialização no território, Mendonça (2004) endossou a unidade temática e paradigmática do CEGeT ao desnudar a ação da classe trabalhadora, que mesmo explorada, disputa o seu lugar no território, à procura de ações que lhe concedam a emancipação política e a superação do capital.

No que diz respeito aos conceitos geográficos, Mendonça (2004) apropriou-se do conceito de território, proposto por Claude Raffestin e Rogério Haesbaert, na medida em que o encara como parte das relações sociais e enseja o sentido de pertencimento.

Mendonça (2004) fez uma crítica ao “esquecimento” que os trabalhadores da terra (camponeses e trabalhadores rurais) sofreram no meio acadêmico. Tal “esquecimento”, em parte, reflete aquilo que estamos denominando de PCA, em que os pesquisadores não selecionam e compartilham o conflito em suas pesquisas, muito menos propõem um projeto de transformação política para a sociedade:

Esses sujeitos sociais pouco aparecem como protagonistas nas reflexões e discussões sobre as mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade capitalista. As análises não contemplam as suas especificidades, tampouco, os colocam como portadores e executores de uma ação política transformadora. [...] não compreenderam as contradições e as formas societais de negação e re-Existência [...] (MENDONÇA, 2004, p. 48-49).

Ao endossar uma Geografia do Trabalho, o centro da reflexão de Mendonça (2004) são os trabalhadores que, nas suas mais variadas facetas, representam uma possibilidade de novas ações políticas de cunho revolucionário. Para o autor, é imprescindível partir da materialização das relações sociais, estabelecidas nos territórios, para que ações políticas sejam fomentadas. A territorialização da relação capital x trabalho expressa a contradição para se pensar outra sociedade para além dos ditames do capital.

O autor também se colocou contrário em designar a criação de assentamentos rurais como política de reforma agrária. Para Mendonça (2004), as políticas agrárias foram substituídas por políticas públicas de desenvolvimento rural que propõem estratégias ainda mais excludentes. A diversificação do espaço rural,

as atividades não-agrícolas e a agricultura *par time* são reconhecidas pelo autor, no entanto, constitui-se como realidade que não atinge todos os espaços do campo e, por isso, não merece ser alvo de estudo.

6.1.3 NERA

Os estudiosos vinculados ao NERA entendem a luta pela terra, a disputa territorial e a conflitualidade como as principais discussões que questionam a ordem vigente para superação da lógica do capital. Como alternativa de (re)produção social camponesa, as ocupações de terra, os acampamentos, os assentamentos rurais, as cooperativas, os movimentos socioterritoriais e a reforma agrária constituem-se como estratégias de resistência e enfrentamento ao capital.

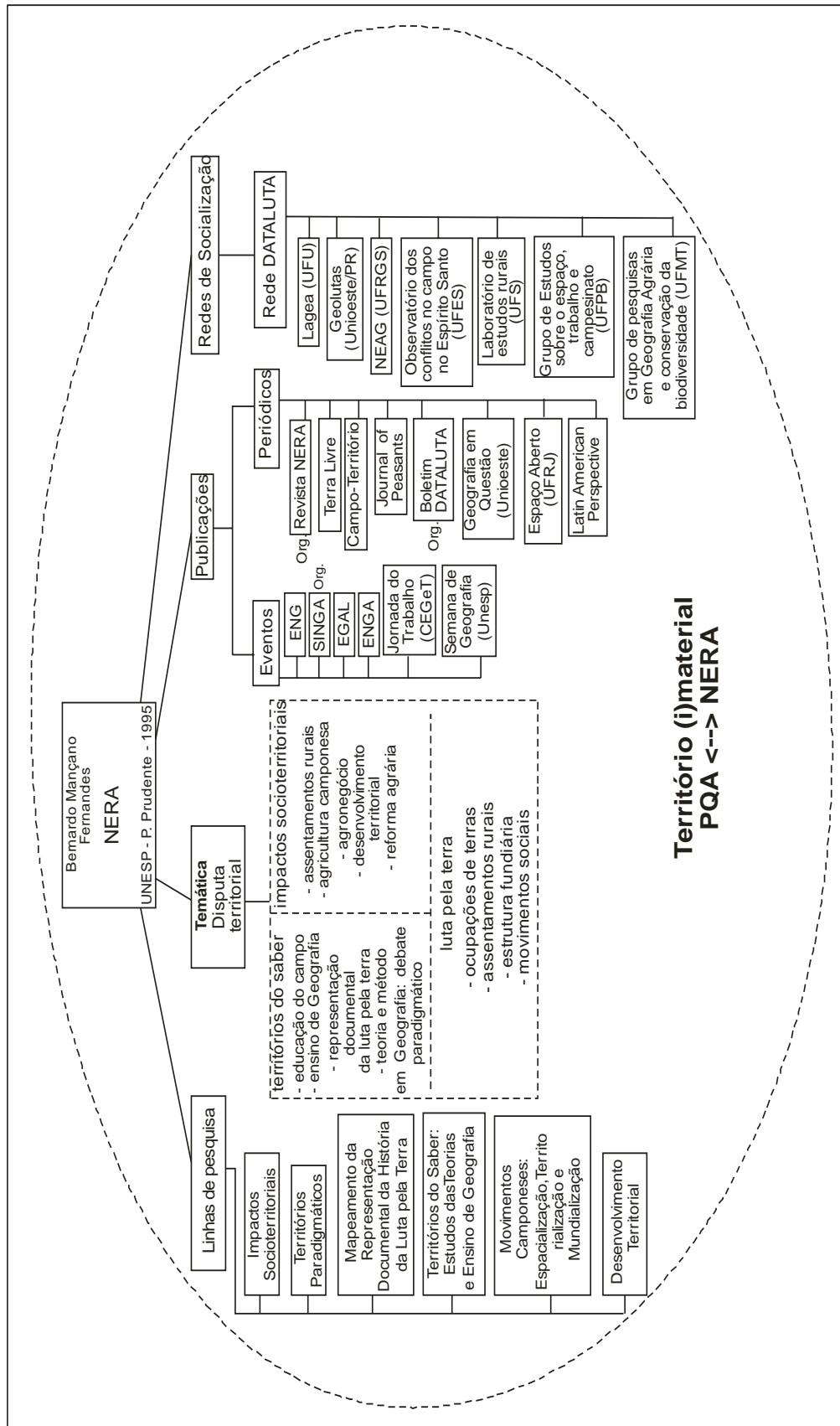
Expressa pela disputa territorial, a conflitualidade é concebida como elemento inerente ao desenvolvimento do campo, em que a (re)produção social camponesa não é vista, apenas, pelo viés produtivo e econômico, mas pela consciência política de luta como instrumento de transformação da realidade. São focalizados estudos que não veem, apenas, a integração ao mercado e a comercialização dos produtos, mas espaços que contestam as relações capitalistas de produção que expropriam, das mais variadas formas, as famílias camponesas. O debate paradigmático e a cartografia crítica também são temas que transparecem a conflitualidade no tratamento da questão agrária (Organograma 46).

Espaço, território e movimentos socioterritoriais são os conceitos compartilhados pelo grupo e que se interligam a outros, como campesinato, reforma agrária, ocupações, assentamentos e cooperativismo (Organograma 47).

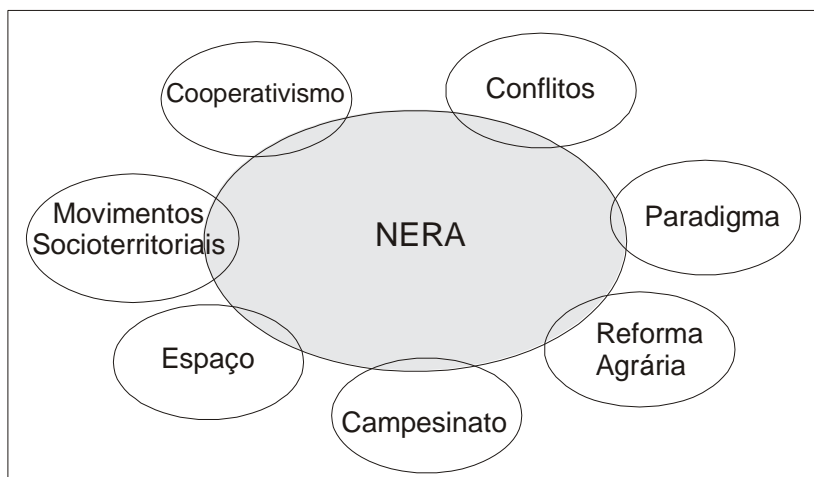
O principal referencial teórico está nas obras de Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Teodor Shanin, Vladimir Lenin José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes e Arioaldo Umbelino de Oliveira, leituras que trazem a perspectiva de superação e enfrentamento à lógica capitalista e defendem a (re)criação do campesinato através da luta pela terra. O campesinato é a tendência predominante deste grupo.

Bernardo Mançano Fernandes, fundador e coordenador do NERA, defendeu, em 1994, a dissertação *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*, na FFLCH (USP), orientado pelo professor Arioaldo Umbelino de Oliveira. Neste trabalho, Fernandes (1994) já apontava os primeiros auspícios do

que seria a sua tese e, por conseguinte, seu interesse no estudo dos movimentos sociais. O estudo focalizou o processo de espacialização e territorialização do MST, no qual a gênese e a formação desse movimento foram estudadas (FERNANDES, 1994).



Organograma 46: Grupo, coordenador, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – NERA
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos



Organograma 47: Principais conceitos – *NERA*

Janaina Francisca de Souza Campos

Fernandes (1994) partiu a mesma postura do seu orientador, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ao romper com uma Geografia “neutra”. Para o autor, é preciso avançar frente à questão agrária brasileira, ou seja, contra a dominação e alienação que o desenvolvimento do modo capitalista de produção impõe. É necessário entender as formas de resistência, exploração e expropriação do capitalismo, que se desenvolve num processo desigual e contraditório de reprodução ampliada (FERNANDES, 1994). José de Souza Martins também comparece na discussão, em que a propriedade da terra é concebida enquanto uma relação social que envolve a sua apropriação e dominação por uma determinada classe. Para Fernandes (1994), é diante desse contexto que o campesinato vem criando inúmeras formas de resistência ao longo de sua história, repercutindo nas lutas sociais e no enfrentamento com a classe dominante.

Para o autor, a luta pela terra é também uma luta contra a essência do capital, representado pela expropriação e exploração. Para superar essa condição e partindo da premissa de que o desenvolvimento capitalista é desigual e contraditório, Fernandes apostou na construção de novas formas de organização social, tal como as ações organizadas pelos movimentos sociais:

Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai

em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. Entender esse processo é o nosso desafio (FERNANDES, 1994, p. 46).

A ineficácia dos projetos de reforma agrária só acentuaram a luta pela terra e o número de ocupações, o que, de acordo com Fernandes (1994), são ações que vem, historicamente, contribuindo para a realização da reforma agrária no país. O MST espacializou suas práticas na territorialização da luta pela terra por quase todo o estado de São Paulo.

Com base em Henri Lefebvre, o autor preocupou-se em discutir os conceitos de espaço social e lugar social para entender o processo de construção das formas de organização dos movimentos sociais, sendo estes conceitos fundamentais do seu estudo. Para Fernandes (1994), o conjunto de práticas empreendidas na relação entre o lugar social e o espaço social faz parte do processo de construção das formas de organização dos movimentos sociais e é inerente ao movimento de espacialização. A partir do momento que o território é conquistado na espacialização da luta, representada pelos assentamentos rurais, abre-se a possibilidade da territorialização camponesa.

Para Fernandes (1994), a espacialização e territorialização são fenômenos geográficos importantes para o multidimensionamento dos espaços de socialização política. Para analisar a construção do espaço de socialização política, os conceitos geográficos de território (Claude Raffestin) e espaço (Henri Lefebvre) são os principais empregados no seu estudo, em que a espacialização e a territorialização servem como referência para a leitura do MST. É também na espacialização e na territorialização que Fernandes (1994) analisou a formação do MST em escala nacional na sua tese.

Fabrini (2002)⁹¹ incorporou a luta pela terra como temática de estudo ao centralizar os assentamentos rurais do centro-oeste do Paraná como território de luta e resistência camponesa. O autor estudou as formas de cooperação nos

91. FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 244f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

assentamentos e a organização dos núcleos de produção e grupos de assentados. Fabrini (2002) enfocou o posicionamento político que os núcleos de produção realizaram, defendendo que, nesses espaços, a luta e a conscientização política são mais expressivas que a dimensão econômica.

Tal como o coordenador do grupo, Fabrini (2002) apostou no conceito de campesinato, baseado tanto na visão marxista como não-marxista. Os mecanismos de subordinação às relações capitalistas de produção, a organização familiar e, sobretudo, a capacidade de luta e resistência, são destacados pelo autor. É através desta última característica, a resistência, que os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos.

De acordo com Fabrini (2002), se a linha marxista decretou a intensificação das relações capitalistas e determinou o fim do campesinato, ao mesmo tempo, essa mesma linha concebeu o desenvolvimento desigual e a luta de classes como possibilidades de existência. Na visão de Fabrini (2002), a ideia de desenvolvimento desigual, apontada por Karl Marx, permite outra interpretação sobre o campesinato.

Vladimir Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov também são referências importantes para que a ideia da diferenciação social fosse desenvolvida. O autor dialogou com Friedrich Engels para a compreensão do campesinato, pois embora tenha afirmado que os camponeses estavam próximos do fim como classe trabalhadora, também postulou que eles se firmavam como sujeitos sociais e políticos de peso nas lutas revolucionárias. Teodor Shanin compareceu como referencial teórico, cuja influência política do campesinato questiona a ordem vigente.

José de Souza Martins também foi exaltado por Fabrini (2002). A luta pela terra e a resistência camponesa são instrumentos de transformação social e política. Outra referência são os estudos de Arioaldo Umbelino de Oliveira sobre o desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas para compreender a existência e reprodução do campesinato. O estudo de seu orientador é outra referência, no qual se debate o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra no Paraná.

Fabrini (2002) mostrou que a existência do campesinato se encontra no desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção. Este é o caso da luta nos assentamentos, territórios de luta e resistência camponesa, realizada por

sujeitos sociais ativos. O contexto político perpetua-se na luta social pela sua reprodução e existência.

Para Fabrini (2002), as cooperativas implantadas nos assentamentos são formas de ação coletiva, entretanto, enfrentam dificuldades, pois, para o MST, são encaradas como empresas que comercializam produtos, na qual a condição camponesa deve ser superada. Esta compreensão direcionou as propostas de cooperativas nos assentamentos de sem-terra, como é o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA. Contudo, o autor argumenta que a resistência camponesa extrapola a produção e comercialização e adentra o plano político e ideológico, isto é, são capazes de construir espaços de participação política. De acordo com o autor, é necessário que as cooperativas agrícolas empresariais sejam substituídas por propostas que façam parte do contexto de luta dos trabalhadores do campo. Elas devem ter a resistência como instrumento de luta contra a subordinação às relações capitalistas de produção.

O trabalho de Fabrini (2002) fornece evidências do PQA para o NERA. A contradição e resistência são os parâmetros elegidos para compreender o campesinato. Por isso, o autor discordou de Ricardo Abramovay, intelectual que não considerou a luta como estratégia de reprodução, visando essencialmente o mundo da mercadoria.

A luta dos sem-terra nos assentamentos não busca, apenas, à integração da produção como camponeses subordinados, mas procura superar essa condição. A luta das famílias assentadas está representada pelas cooperativas, uma proposta forjada no processo de resistência pela e na terra. Portanto, o surgimento da cooperação nos assentamentos, inclusive as cooperativas, não está dissociado da luta dos trabalhadores sem-terra, mas dá continuidade à elas após a conquista do território.

Mesmo diante de um tipo de organização que viabiliza a produção e a integração ao mundo da mercadoria, Fabrini (2002) considera que as cooperativas vinculadas ao MST se destacam no campo político, pois subsidiaram condições para o enfrentamento do capital. Se entendida essa lógica, as cooperativas fazem parte do processo de espacialização e territorialização dos assentamentos rurais. As iniciativas que focaram a inserção via mercado não garantiu a sobrevivência dos assentados. Para Fabrini (2002), é preciso criar alternativas para que os “assentados dependam cada vez menos de produtos externos ao lote de terra,

produzindo para o mercado apenas aqueles produtos que gerarem renda elevada, sejam eles industrializados ou não” (FABRINI, 2002, p. 171).

Fabrini (2002) fez severas críticas ao discurso da pluriatividade e das atividades agrícolas e não-agrícolas, no qual o campo é entendido dentro de um processo de crescente urbanização e industrialização. Para o autor, considerar essa mudança pormenoriza o debate sobre a reforma agrária. Ao adotar essa posição, o autor diverge do paradigma disseminado pelo PCA, em que estas mesmas atividades são concebidas como estratégias que possibilitam a (re)produção da agricultura familiar.

Fabrini (2002) argumentou a favor do conceito de camponês, portador de conteúdo político-ideológico. O autor afirmou que o conceito de produção familiar está ligado a uma dimensão econômica, diferente do conceito de camponês que não tem, necessariamente, sua natureza aliada à eficiência e racionalidade da produção de mercadorias:

[...] agricultura familiar remete à proposição de que a reprodução dos pequenos agricultores passa pela sua própria capacidade de mobilizar recursos econômicos para garantir sua existência. O projeto de agricultura familiar está inserido na reformulação da política agrária que afirma que “a passagem da economia capitalista para fase socialmente articulada de desenvolvimento, dificilmente poderá ocorrer sem liberar o potencial da agricultura familiar. (Novo Mundo Rural, Incra, 1999, p. 03) (FABRINI, 2002, p. 229).

O autor discordou de Sergio Schneider e Ricardo Abramovay, duas das referências dos grupos analisados pelo PCA. A agricultura familiar considera a pluriatividade como estratégia de reprodução familiar e a conjuga a uma dimensão puramente econômica:

Autores como Abramovay, (1992), Schneider (1999), dentre outros, demonstram que o camponês não tem lugar no modo de produção capitalista porque analisam a produção camponesa prioritariamente pela dimensão econômica e da produção de mercadorias. Os camponeses eficientes na produção de mercadoria deixam de ser camponeses para se tornarem agricultores familiares (FABRINI, 2002, p. 233).

Fabrini (2002) corroborou a concepção postulada por seu orientador sobre a agricultura familiar, argumentando que conceito está imerso a um paradigma neutralizador, que compreende o Estado como estância responsável em gerenciar

os projetos referentes à questão agrária, substituindo a luta pela terra por ações de cunho estatal e de integração da produção familiar às relações capitalistas.

O trabalho de Pedon (2009)⁹² estudou as diferentes formas que a Geografia retratou os movimentos sociais, indicando a construção de uma proposta geográfica para compreendê-los. O autor fez uma análise conceitual e mostrou, desde a introdução do tema na Geografia, os estudos precursores e as bases teóricas que acompanharam os estudos dos movimentos sociais.

Para o autor, as décadas de 1960 e 1970 apresentam uma lacuna no debate sobre os movimentos sociais – com exceção dos trabalhos de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro. É somente com a proposta de renovação da Geografia, com a introdução de uma Geografia Crítica, entre as décadas de 1970 e 1980, que os movimentos sociais ganharam evidência. “O [...] interesse dos geógrafos pelos movimentos sociais, enquanto temática a ser pesquisada e teorizada, acompanhou o processo de renovação da geografia na passagem da década de 1970 a 1980” (PEDON, 2009, p. 16).

Segundo Pedon (2009), o contexto de efervescência da abertura política proporcionou motivações que clamaram por transformações políticas e sociais na década de 1980. É neste período, com a Geografia Crítica, que a disciplina inicia esse debate, a partir do tema das mobilizações populares no campo e na cidade. Para o autor, a década de 1980 e início de 1990 foi caracterizada pela ausência de estudos propositivos de contribuição teórico-conceitual. O autor destaca o papel assumido pelas revistas Terra Livre e Boletim Paulista de Geografia (BPG) na segunda metade da década de 1980, periódicos que contribuíram decisivamente na disseminação dos estudos geográficos e que trouxeram os movimentos sociais para a discussão.

Contudo, é somente na metade da década de 1990 que uma nova fase adentrou a Geografia, em que os estudos propositivos passaram a incorporar a dimensão espacial para a compreensão dos movimentos e manifestações sociais. Nas principais referências desse período estão Carlos Walter Porto Gonçalves, Emerson Renato dos Santos e Bernardo Mançano Fernandes, que “[...] têm em comum o fato de que as teorizações e os conceitos procedem diretamente dos

92. PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 240f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

movimentos sociais, entendidos como expressão da dialética sociedade-espço e constituindo uma categoria geográfica” (PEDON, 2009, p. 167).

A partir desses autores, com diferentes ênfases, foram elaboradas propostas teórico-conceituais sobre os movimentos sociais. Segundo Pedon (2009), é o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, seu orientador, quem assume, de forma mais explícita, o compromisso na construção conceitual geográfica dos movimentos sociais. Segundo o autor, é a partir dos estudos de Fernandes que o movimento social passa a ser entendido numa perspectiva geográfica, no qual são construídos os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Pedon (2009) assevera que essa reconceitualização dos movimentos sociais reside no campo epistemológico, em que a formulação de teorias e conceitos ganhou uma leitura geográfica para o entendimento das relações sociais, representada pela luta de classes. Movimento social e socioterritorial fazem parte de um mesmo grupo social que realiza ações na defesa de seus interesses. O que existe, na realidade, são perspectivas diferentes, em que uma tem como referência a abordagem sociológica (movimentos sociais) e a outra a abordagem geográfica (movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais).

Pedon (2009) também contribuiu para a construção de uma abordagem socioterritorial das manifestações sociais, utilizando os movimentos socioespaciais e socioterritoriais como conceitos centrais. O autor deu continuidade à proposição de Fernandes, seu orientador. Para o estudioso, constituídos predominantemente por camponeses, os movimentos definem suas agendas baseados na construção de seus espaços, na luta pelo território e na sua reprodução social, promovendo a sua territorialização. O que diferencia os movimentos socioterritoriais das outras formas de manifestações populares é a conquista do território, responsável pela existência, identidade e luta camponesa contra o capital.

Felício (2011)⁹³ realizou um estudo teórico-metodológico que demonstrou a imprescindibilidade do debate paradigmático. O autor apresentou uma proposta metodológica para compreender as leituras que alguns pensadores fizeram sobre o campo e os situou em dois paradigmas: o PQA e o PCA. Essa proposta teve em Bernardo Mançano Fernandes, seu orientador, a principal interlocução, pois foi

93. FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Fernandes quem iniciou estudos diante da abordagem paradigmática na Geografia Agrária.

O autor analisou a subalternidade e a resistência do campesinato no contexto do avanço do capitalismo no campo, a partir da conflitualidade que diversas leituras proporcionaram ao compreender os diferentes processos de fim e (re)criação do campesinato. Segundo Felício (2011), a complexidade da questão agrária possibilita diversas análises ao pesquisador e, de acordo com a sua leitura paradigmática, ele elege métodos, referenciais teóricos, ideologias, intencionalidades e opções políticas, tendo nessas o respaldo necessário para o desenvolvimento de suas análises sobre o campo.

Para o PQA, a questão agrária deve ser entendida como uma questão estrutural engendrada pelo avanço do capital na agricultura, sendo Karl Kautsky e Vladimir Lenin os principais representantes que fundaram esse pensamento. Eles partiram do pressuposto de que o campesinato seria extinto em decorrência do avanço do capitalismo no campo, no entanto, para esses dois autores, também havia a perspectiva de superação do campesinato dentro do sistema socialista, através da subalternidade. Mesmo apontando o fim do campesinato, esses autores, na visão de Felício (2011), enaltecem o protagonismo do campesinato por meio de práticas heterogênicas, onde a luta pela reforma agrária e pela resistência foram práticas defendidas. A perspectiva está na luta e superação do capital. As tendências desse paradigma são a proletarização e o campesinato.

Quanto ao PCA, o autor afirmou que Henri Mendras e Hugues Lamarche são os estudiosos fundadores desse paradigma. Não há questão agrária neste paradigma, uma vez que é possível solucionar todos os problemas dentro do capitalismo. Estes mesmos autores apontaram, assim como Karl Kautsky e Vladimir Lenin, para o fim do campesinato, mas com perspectiva distinta, pois, para Mendras e Lamarche, o fim do campesinato é consequência do processo de industrialização da agricultura, do processo de tecnificação e dos diferentes níveis de integração ao mercado, momento no qual o camponês é transformado em agricultor familiar. Para esse paradigma, não há antagonismo entre agronegócio e campesinato, sendo a manutenção do capitalismo a visão de mundo. As tendências internas desse paradigma são a agricultura familiar e o agronegócio.

A diferença fundamental entre esses dois paradigmas é que para o PCA, a subalternidade é a maneira de entender a permanência do campesinato, no qual o

seu futuro é interpretado na direção da lógica do capital. Para o outro, o PQA, a resistência é a maneira de entender o campesinato, como sujeito que enfrenta e luta contra o capital. Como visto, é diante dessa mesma concepção que nosso trabalho analisa os grupos de pesquisa.

O conceito de paradigma tem em Thomas Kuhn a interlocução, no qual o autor o emprega com o sentido de visão de mundo que os pesquisadores elegem para fundar suas pesquisas. Felício (2011) afirma que um paradigma é um modelo que orienta as pesquisas, elege quais fenômenos serão analisados e define os problemas que serão abordados. Felício (2011) também enxergou os limites do pensamento de Thomas Kuhn, entendendo que, na transição paradigmática, o paradigma antigo não é suplantado para dar vida ao novo, mas que ambos convivem, como acontece com o PCA e PQA. Para o autor, a multiplicidade paradigmática é condição para entender as visões de mundo que os estudiosos elaboram para o campo.

Ramos Filho (2008)⁹⁴ discorreu sobre a questão agrária no estado de Sergipe no período de 2003-2006, verificando, confrontativamente, o processo de implantação da reforma agrária e da reforma agrária de mercado (RAM). O processo de (des)(re)territorialização dos camponeses mutuários da reforma agrária de mercado e dos beneficiários da reforma agrária foi debatido, no qual o autor observou a construção de espaços distintos de socialização política e distintas territorialidades no processo de (re)criação do campesinato.

Para o autor, a RAM, ação vinculada aos interesses do Banco Mundial (BM), foi implementada no governo FHC no intento de forjar uma pacificação para os conflitos do campo. Ramos Filho (2008) colocou-se contrário à RAM e a outras políticas governamentais, uma vez que não tratam a fundo a questão agrária, excluindo-a da agenda política do Estado. Para ele, as políticas de desenvolvimento rural sustentável e de desenvolvimento territorial rural foram as soluções encontradas para os problemas do campo, a partir da lógica do capital. Ainda, para Ramos Filho (2008), criou-se um instrumento de aquisição de terras ditado por uma lógica estritamente mercantil, na qual foram descentralizadas as competências fundiárias e deslocou-se para o mercado a questão agrária, protegendo o capital da luta pela terra e eliminando a pressão exercida pelos movimentos sociais:

94. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Os novos instrumentos foram implantados sob o argumento de que, com sua expansão, haveria uma pacificação do campo, um barateamento dos custos e a agilização da reforma agrária, por meio da eliminação da burocracia. Todavia, o que está por detrás deste corpo argumentativo e das táticas midiáticas de sua difusão é uma ação prática de que, mediante a universalização de um interesse individual, torná-lo um falso interesse coletivo (MARX & ENGELS, s/d, p. 18). A classe dos proprietários utiliza-se do Estado para forjar um consenso coletivo entorno das soluções para o campo, cooptar a base social das organizações camponesas que lutam pela terra, e, assim, eliminar os mecanismos de pressão que ameaçavam, a todo o momento, a legitimidade do governo e do capital (RAMOS FILHO, 2008, p. 5).

Como a maioria dos estudos do CEGeT analisados, o autor também atentou para a banalização que o conceito de reforma agrária sofreu: “[...] chegou-se à criação da esdrúxula expressão “reforma agrária de mercado”. Mesmo uma simples política de assentamentos rurais tem sido denominada de reforma agrária, contribuindo com a banalização do conceito” (RAMOS FILHO, 2008, p. 364).

Para Ramos Filho (2008), a “reforma agrária” passou a ser feita mediante a compra e venda de terras cujo discurso do Estado e do BM defende esse modelo para a diminuição da desigualdade social e promoção da distribuição da riqueza. Tal política deve ser repensada, já que a reforma agrária redistributiva se realiza quando o rentismo fundiário é contestado, o que a RAM não realiza. Neste tipo, apenas são criadas ações que fomentam a compra de terras que dificilmente seriam vendidas em outras condições.

Para o autor, a reforma agrária, a regularização fundiária e o crédito fundiário são as principais formas de criação e recriação do campesinato brasileiro na última década. O pesquisador também esclareceu que a reforma agrária e a regularização fundiária foram ações impulsionadas pelos trabalhadores sem-terra por intermédio da luta pela terra e pela reforma agrária. Já a reforma agrária via crédito fundiário foi instituída para frear a luta pela terra, desmobilizando os movimentos sociais.

O autor entendeu que os assentamentos oriundos da reforma agrária são territórios políticos. Neles, a capacidade de organização dos sujeitos permitiu a construção de alianças e colaborou com a permanência no campo. Nos assentamentos de RAM, o território teve na renda absoluta da terra a sua materialização, o que acarretou no endividamento e fez da dimensão econômica o principal ativo, tornando-os territórios econômicos em que o capital subordina com

mais intensidade os camponeses. Para Ramos Filho (2008), é preciso que os camponeses voltem suas bases rumo ao enfrentamento:

Neste contexto, advogo a necessidade de reativação de campos de luta política na agenda da Via Campesina Brasil, entorno do enfrentamento radical às políticas fundiárias neoliberais. Ao mesmo tempo em que prossigam com o enfrentamento ao agronegócio, e exigindo a realização de um programa de reforma agrária multidimensional, com centralidade no governo federal e sobre o controle dos trabalhadores com vistas a alterar o pacto político que sustenta o Estado brasileiro há pelo menos 500 anos. Com vistas a possibilitar a construção de uma sociedade que elimine a fúnebre e vergonhosa realidade daqueles que encenam os diversos códigos sociais da miséria, nos diversos circuitos marginais Brasil, adentro e afora (RAMOS FILHO, 2008, p. 393).

Girardi (2008)⁹⁵ tratou da questão agrária com base na cartografia. O autor propôs a realização de uma Cartografia Geográfica Crítica (CGC), cuja aplicação teve no Atlas da Questão Agrária brasileira a sua concretização. Seu intuito foi trazer a cartografia, que outrora teve grande difusão na chamada Geografia Tradicional, à Geografia Crítica, servindo como instrumento analítico e discursivo para o entendimento da questão agrária:

O mapa é o elo pragmático que falta para que a crítica e a proposição geográfica brasileira possam participar de forma efetiva na reorganização do território nacional na produção de um espaço mais igualitário. Esses são fortes argumentos que contribuem para o nosso objetivo de valorizar o mapa na Geografia brasileira (GIRARDI, 2008, p. 319).

Segundo o estudioso, o CGC tem na teoria crítica do mapa, a partir da leitura desconstrucionista proposta por John B. Harley, o seu fundamento principal. Para tanto, três abordagens cartográficas foram adotadas no CGC: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica. O viés crítico dessa proposta assumiu os fundamentos da Geografia Crítica, no qual o mapa denunciou as desigualdades e contradições do campo brasileiro.

O Atlas da Questão Agrária Brasileira evidenciou uma concepção crítica, em que as contradições e os conflitos no campo foram dimensionados. O conflito camponês/latifúndio/agronegócio, a estrutura fundiária concentrada, a desenfreada ocupação da Amazônia, a luta pela terra, a reforma agrária e a

95. GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

violência no campo, foram alguns dos temas trabalhados por Girardi (2008) que desvelaram a questão agrária latente em que o campo brasileiro está mergulhado.

Os conceitos de espaço e território foram as referências geográficas mais importantes empregadas em sua tese. No que tange à questão agrária, o autor deixou expresso que o conceito de camponês ganha espaço e o PQA é a sua opção paradigmática:

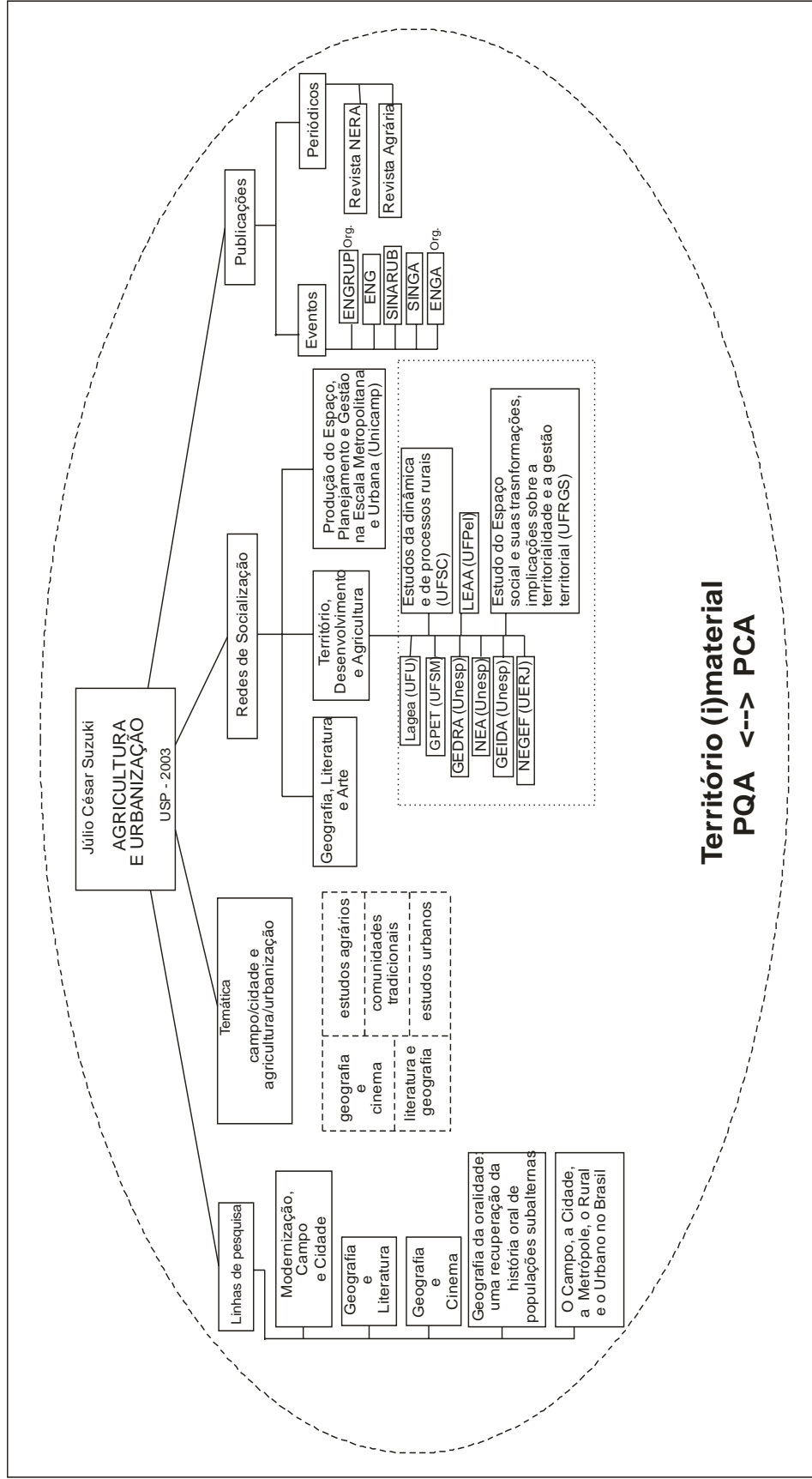
Os pressupostos do paradigma da questão agrária serão condutores de nossas análises, de forma que nos empenharemos para enfatizar os conflitos e desigualdades do campo brasileiro [...] em nossa opção teórica, camponês e agricultor familiar são equivalentes e não estabelecemos diferenças entre essas duas formas de designação. [...] nosso objetivo é analisar a configuração dos problemas da questão agrária no território brasileiro através do mapeamento dos seus diversos temas (GIRARDI, 2008, p. 122).

6. 2 PQA <--> PCA

6.2.1 Agricultura e Urbanização

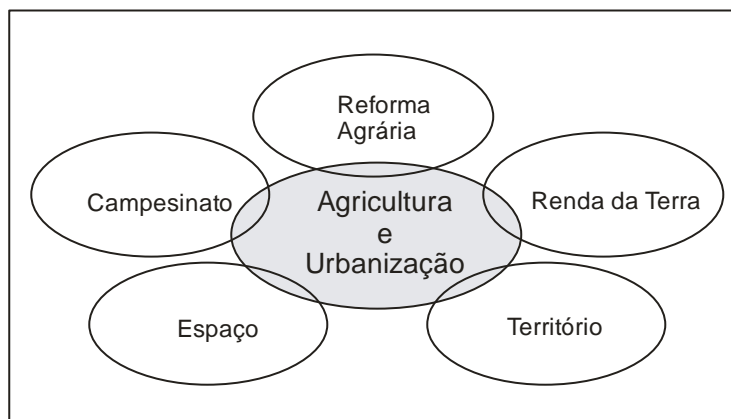
Nesse grupo, a análise paradigmática é emblemática, pois transita na *faixa de contato* dos dois paradigmas (PCA e o PQA). Dentre os trabalhos analisados, existem aqueles que discutiram as formas de resistência e recriação das relações não-capitalistas, exaltando a força do campesinato e a luta pela terra, como trabalhos que se abstiveram desse debate e não questionaram a lógica do capital. Neste último, os trabalhos se dedicaram a descrever o processo de modernização do campo, a relação cidade/campo e a mercantilização e apropriação do espaço (Organograma 48).

O referencial teórico está fundado em Karl Marx, Teodor Shanin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg, José de Souza Martins, Claude Raffestin, Rogerio Haesbaert, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes. Os conceitos de campesinato, reforma agrária e renda da terra são os que mais compareceram. O espaço e o território são os conceitos geográficos predominantes (Organograma 49).



Organograma 48: Grupo, coordenador, ano de criação, linhas de pesquisa, temáticas, publicações e redes de socialização – Agricultura e Urbanização

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos



Organograma 49: Principais conceitos – Agricultura e Urbanização

Janaina Francisca de Souza Campos

Orientado pela professora Sandra Lencioni no Departamento de Geografia da USP, o professor Júlio César Suzuki, coordenador do grupo, estudou, em 1997, o processo de urbanização do município de Rondonópolis-MT. Suzuki (1997) superou as análises demográficas e incorporou reflexões que reportaram à expansão da propriedade privada para explicar a transição de povoado a cidade que o referido município sofreu. Esse processo está vinculado à transição do rural ao urbano e no desenvolvimento de um mercado de terras urbanas realizado em conjunto com o processo de ampliação e (re)criação do capital.

O autor fez uma importante contextualização histórica para apreender a ocupação territorial e, posteriormente, analisar o movimento de transição rural-urbano, processo marcado por condições pretéritas e futuras, na qual os tempos históricos coexistem. A expansão da propriedade privada da terra é o eixo de discussão travada pelo autor para que a transição rural/urbana fosse estudada, tendo José de Souza Martins como interlocutor nessa discussão. O autor dedicou-se a compreender o processo de apropriação e mercantilização do espaço na transição rural/urbano, mas não incorporou o enfrentamento e a superação da lógica do capital.

Fundada na expansão da propriedade privada da terra, a capitalização do campo conformou uma nova relação entre sociedade e a natureza: transformações nas relações sociais de produção, incentivos estatais, ampliação do mercado, alteração das culturas e melhorias na comunicação e transporte. Essas transformações engendraram o processo de produção do espaço urbano e, para Suzuki (1997), ao “aprisionar” a terra, o capital transformou o ritmo lento do

povoado no ritmo acelerado da cidade, que passou a se desenvolver dentro da lógica capitalista.

Pautada por essa lógica, segundo Suzuki (1997), a mercantilização foi realizada através da apropriação das terras urbanas doadas pelo governo e, foi devido a essa diferenciação na forma de acesso à terra urbana, que Rondonópolis apresenta características distintas no processo de urbanização. O instrumento de análise eleito por Suzuki para compreender o processo de expansão e transição do espaço urbano (de povoado a cidade) foi o arruamento e a malha urbana.

Para Suzuki (1997), esse processo de transição teve, no aumento do ritmo de expansão urbana, nos loteamentos, no uso do solo e na migração do capital agrário e comercial para o mercado imobiliário, as principais características. Com isso, uma nova etapa de reprodução do capital iniciava-se, com o estabelecimento de bancos, lojas revendedoras de máquinas agrícolas e o desenvolvimento do mercado imobiliário. O processo de privatização do espaço urbano empreendido pela lógica capitalista expropriou os segmentos sociais menos abastados, o que resultou na eclosão de vários movimentos sociais na década de 1980.

Em sua tese, Suzuki continuou orientado por Sandra Lencioni (USP). Com mais foco à Geografia Urbana, o autor permaneceu tratando da mercantilização da terra no processo de urbanização, assim como na dissertação. Suzuki (2002) centralizou a discussão na transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada de imóveis e na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, como novos fundamentos na gênese da cidade de São Paulo. Para o estudioso, a renda capitalizada assentou-se em duas possibilidades: a propriedade de escravos e de imóveis. O século XIX marcou essa transição, em que o predomínio da renda capitalizada escravista deu lugar à renda capitalizada em imóveis, modificando, profundamente, o fundamento de reprodução das relações sociais:

Entendemos que a mudança na forma predominante de apropriação de imóveis, da concessão para a compra, conduziu a uma outra forma de conformação das cidades brasileiras. Dessa maneira, para nós, há então, durante o século XIX, uma nova cidade de São Paulo sendo conformada: a moderna cidade de São Paulo. Uma cidade cuja reprodução das relações sociais esteja fundada, sobretudo, no imóvel como mercadoria. Não mais na propriedade de escravos. Nesse período, há, então, uma mudança, marcada pela transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada em imóveis, na forma predominante de apropriação de riqueza do escravo ao imóvel (SUZUKI, 2002, p. 5).

Dialogando com Karl Marx e José de Souza Martins, Suzuki (2002) discutiu a renda capitalizada na transição da renda capitalizada escravista (relativa) à renda capitalizada da terra (absoluta), conceitos importantes em sua tese. O autor deixou claro que as reflexões pairam sobre a renda capitalizada de imóveis, lógica que permitiu a produção capitalista da cidade de São Paulo e a constituição de um mercado imobiliário. “A abolição progressiva da escravidão requereu a montagem do cativeiro da terra, ou seja, a terra deixava de ser livre para ser aprisionada pelo capital: a transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada em imóveis” (SUZUKI, 2002, p. 51-52). A capitalização da renda da terra produziu uma nova cidade, em que a mercantilização da terra, a valorização do espaço, e a geração de renda incorporaram-se ao modo capitalista de produção.

Para delinear essa transição para a lógica capitalista, Suzuki (2002) recorreu à morfologia e ao traçado das ruas da cidade. Antes da absolutização da terra, predominou uma forma de expansão marcada pela irregularidade das ruas, leito carroçável estreito, terrenos com áreas de fundo de vale e construções bem próximas à testada. Com o advento de uma nova lógica, as ruas passaram a ser retilíneas, o leito carroçável foi ampliado, introduziu-se a noção de lote ao invés de terreno – e, com isso, a figura do loteador – e foram construídos recuos laterais das construções. A área influencia cada vez mais o preço do lote, sendo o alinhamento das ruas e dos lotes elementos marcantes dessa nova lógica capitalista de urbanização que valorizou o espaço, aumentou o preço dos imóveis e permitiu o aumento da renda, progressivamente.

Nos dois trabalhos do autor, as relações campo/cidade e rural/urbano foram analisadas, nas quais foi mantida a interlocução com o sociólogo José de Souza Martins e Karl Marx, principais referências que serão compartilhadas pelos demais estudiosos do grupo analisados. Como será observado, essa temática permaneceu para os demais integrantes e cimentou o estabelecimento da unidade temática sobre campo/cidade e rural/urbano. Entretanto, assim como na dissertação, o coordenador do grupo não tomou em sua análise o debate sobre a questão agrária e nem o enfrentamento e superação da lógica do capital, o que pode ser explicado pela sua aproximação com os estudos urbanos, ramo que o debate paradigmático não transitou.

A postura de enfrentamento compareceu nos trabalhos de seus orientandos, o que mostra o movimento do conhecimento e o avanço dos estudos desenvolvidos pelos demais membros rumo à mudança de leitura e edificação no PQA. Lopes (2009)⁹⁶ tratou a escravidão por dívida no norte de Tocantins. Ele estudou a organização das forças produtivas sob o enfoque das contradições da acumulação primitiva do capital, caracterizadas pela violência no campo e o trabalho escravo por dívidas. A expansão das propriedades destinadas ao pasto e a expansão de áreas ao agronegócio contribuíram para o avanço da escravidão que, apoiado pelo Estado e com a participação de políticos, aumentou o quadro de degradação e exploração humana em favor da acumulação de capital.

O conflito entre capital e trabalho é exaltado. Segundo Lopes (2009), a escravidão é resultado da concentração fundiária existente no interior de latifúndios e no agronegócio, incorporando mão de obra não especializada na criação de gado, no cultivo da cana e soja. Para o autor, a questão agrária é latente, já que a pobreza, a miséria e a degradação humana são frutos da expansão capitalista.

Fundado em José de Souza Martins, Lopes (2009) salientou que a escravidão por dívida faz parte das relações de produção não-capitalistas que se realiza por meio do trabalho forçado, desprovido de remuneração e de direitos trabalhistas. Esse problema, segundo Lopes (2009), é resultado da expansão capitalista em uma das mais novas fronteiras do país, com mão de obra desqualificada e barata, aliada à superexploração do trabalhador. A baixa escolaridade, o analfabetismo, a falta de moradia, emprego e terra favorecem a permanência do trabalho escravo no Brasil. Esta situação coloca o trabalhador num processo degradante que, associado à falta de políticas públicas para o campo e a precariedade dos projetos de reforma agrária, contribuem para a superexploração e expansão do capital:

Pensar o trabalho escravo por dívida é nos remeter às novas formas de expansão do capital em áreas de fronteiras de ocupação recente, em que as condições sociais se utilizam da mão-de-obra para compor a força de trabalho necessária para a composição do capital. Esta nova forma de exploração do trabalho humano se justifica pela grilagem e expulsão de posseiros, pequenos trabalhadores e outras populações tradicionais, sobretudo na Amazônia. Não que isso seja resquício de um período colonial em que o trabalhador escravo se

96. LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. 300f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

constituía como mercadoria valorativa; ao contrário, é um instrumento do próprio capital para facilitar seu processo de expansão e acumulação (LOPES, 2009, p. 161).

Para apreender o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, o autor utilizou das categorias trabalho escravo por dívida, aliciador/aliciado, fazendeiro, camponês, trabalhador rural e peonagem. Além de Martins, que o auxiliou a discutir as relações de produção não-capitalistas inseridas no modo de produção capitalista, essas categorias também estão articuladas às discussões de Marx sobre renda da terra. O referencial teórico de Lopes (2009) espelhou-se nos trabalhos de Suzuki explicitados anteriormente, ao incorporar a renda da terra e as relações não-capitalistas de produção ao seu estudo. Foram abordados, também, enquanto categorias geográficas, lugar, espaço e território.

Além dos programas de erradicação do trabalho escravo, Lopes (2009) afirmou que é dever do Estado investir na reforma agrária. Todavia, o campo o poder ainda está centrado nos grandes proprietários de terras e oligarquias agrárias que exploram o trabalhador e lhe extrai a mais-valia. O Estado comparece como intermediador dessa relação de exploração, dando políticas de apoio à classe dominante nas áreas de fronteira e com o descomprometimento de parlamentares na aplicação de leis contra o trabalho escravo. O enfrentamento político e a reforma agrária são condições necessárias para que a ordem seja subvertida.

Nabarro (2010)⁹⁷ analisou a reforma agrária de mercado (RAM) e estudou como a inserção desse modelo se materializou em dois municípios do Paraná (Londrina e Tamarana), lugares que apresentaram os maiores índices de assentamentos rurais do Estado, criados através deste modelo. O autor avaliou as políticas de desenvolvimento rural do BM e a inviabilidade de assentamentos rurais formulados sobre a lógica neoliberal para o desenvolvimento rural.

O autor entende o conceito de camponês como chave para a compreensão da questão agrária, concebido enquanto classe social e não como sujeito fadado ao desaparecimento. Ficam claros os marcos ideológicos existentes entre campesinato e agricultura familiar e o seu referencial teórico, firmado em Rosa Luxemburg, Alexander Chayanov, Teodor Shanin, José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino

97. NABARRO, Sergio Aparecido. **Reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana-PR**. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

de Oliveira. Os camponeses não estão em vias de desaparecimento, o capitalismo os recria contraditoriamente no seu desenvolvimento.

Para Nabarro (2010), ao se aliar ao BM, o Estado brasileiro, sob uma visão neoliberal, implantou uma reforma agrária de mercado que, ao invés de desapropriar, pagou aos latifundiários por terras de baixa qualidade ou desgastadas, fato que endividou e explorou ainda mais os camponeses. O BM visa expandir o capital no campo, garantir a reprodução ampliada e subordinar os camponeses às múltiplas dimensões do capital. A realização da reforma agrária fica a cargo do mercado, pois, para o governo, o modelo tradicional é ineficiente.

Mesmo sabendo que a criação de assentamentos rurais provoca desapropriações e gera uma série de benefícios às famílias e ao seu entorno, quando criados no interior da reforma agrária de mercado, os assentamentos colocam-se como resposta do governo frente os movimentos sociais. A política conhecida como “Novo Mundo” Rural fez da reforma agrária uma reforma agrária de mercado que objetivou criminalizar as ações dos movimentos sociais e desqualificar o modelo tradicional. A responsabilidade foi transferida aos estados e municípios, isto é, ao poder oligárquico local, e a luta pela terra foi fragmentada, descentralizando a reforma agrária. Por meio do financiamento bancário, a visão neoliberal guiou as políticas para o campo, momento em que foi implantado os programas de desenvolvimento rural e estimulou à mercantilização da terra. O que fica assegurado não é uma equilibrada distribuição da terra ou a promoção do desenvolvimento social, mas o aquecimento do mercado de terras.

Segundo Nabarro (2010), percebeu-se um processo contraditório, em que o BM expandiu o capital financeiro no campo ao mesmo tempo que as relações camponesas foram recriadas através da intensificação das ações dos movimentos sociais contra a reforma agrária de mercado. No entanto, a médio e longo prazo, notou-se que o objetivo do governo foi concretizado, uma vez que houve o enfraquecimento das ações dos movimentos. Esse enfraquecimento não repercutiu, apenas, na reforma agrária de mercado, mas em outras variantes, como, por exemplo, a introdução de outras estratégias de luta.

Para Nabarro (2010), a reforma agrária de mercado postulou por um agricultor familiar. Os conceitos de pequeno produtor ou agricultor familiar remetem a uma dimensão econômica, afastando-se da dimensão política que envolve a questão agrária, representado pelo conflito entre territorialidade capitalista e territorialidade

camponesa. Mesmo assim, nem sob o ponto de vista econômico os assentamentos criados com a RAM alcançaram suas metas, pois não conseguiram inserir as famílias em mercados competitivos integrados e/ou modernizados.

Silva (2007)⁹⁸ versou sobre o processo de territorialização e reestruturação da produção e do trabalho na agroindústria canavieira no município de Santa Rita do Viterbo-SP. Foi dada atenção às consequências sociais no processo de reestruturação da produção e no trabalho nos canaviais.

O autor partiu das considerações de Claude Raffestin, nas quais o território é interpretado como espaço político, mediado por relações de poder, expresso por lutas e contradições vividas pela sociedade. Ele é dinâmico, flexível, aberto e está em permanente construção e reconstrução pelos sujeitos sociais que disputam a sua apropriação. A territorialização é o processo de materialização do espaço e das relações sociais e de produção. Fundamentado em Ariovaldo Umbelino de Oliveira, seu orientador na graduação, Silva (2007) discorreu sobre o processo de territorialização do capital monopolista da agricultura brasileira.

O processo de territorialização do capital canavieiro no município, além de intensificar o processo de urbanização da cidade, também se constitui num espaço de lutas dos trabalhadores que se dedicam à atividade canavieira. A cidade supera a característica de espaço de reprodução da força de trabalho do campo ou de espaço de controle do capital, tornando-se, também, um espaço que materializa práticas, concepções e modos de vida que, mesmo precárias e em conflito com as formas atuais, sustenta múltiplas possibilidades de vida e ultrapassa o mundo do trabalho e da produção. Trazendo novamente a contribuição de Ariovaldo, o processo de territorialização do capital sucroalcooleiro, de acordo com Silva (2007), deu-se de forma desigual e combinada, permitindo a existência de territórios distintos, marcados tanto por relações capitalistas e não-capitalistas de produção.

As contribuições elaboradas por Antonio Thomaz Jr. sobre a territorialização do monopólio foram empregadas no estudo de Silva (2007). É através da construção do monopólio industrial que o capital assegurou o poder político e econômico, processo que permaneceu na região ao dar continuidade a reprodução do capital e

98. SILVA, André Eduardo Ribeiro da Silva. **A territorialização da agroindústria sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP.** 2007. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

territorialização do poder das agroindústrias canavieiras. Com nova roupagem, essa territorialização fundiu-se com determinados setores industriais e promoveu a ampliação industrial por meio da difusão territorial das agroindústrias. Esta nova roupagem está presente na continuidade da lógica de reprodução ampliada do capital sucroalcooleiro, readequada ao processo de reestruturação produtiva e a acumulação flexível do capital. O referencial da reestruturação produtiva tem em Ricardo Antunes, Giovanni Alves e David Harvey a interlocução.

O processo de mecanização do corte da cana e as alterações na forma de organização do trabalho fez parte do pacote que o processo de reestruturação produtiva trouxe à região estudada, e refletiu em sérias consequências sociais para os trabalhadores desse ramo, com a redução dos postos de trabalho, desemprego e precarização do trabalho. Ao se territorializar e impor o seu modelo de desenvolvimento, o capital canavieiro controlou e dominou a produção agrícola e industrial, apropriando-se do lucro agroindustrial e da renda da terra. A parceria entre Estado e usinas, por meio de políticas públicas voltadas ao setor sucroalcooleiro, dotou esse segmento de subsídios e recursos que foram decisivos para a permanência da concentração fundiária e a precarização dos trabalhadores.

Nogueira (2007)⁹⁹ compreendeu os conflitos no interior das práticas sociais e nas estratégias de luta nos assentamentos rurais, bem como as implicações sociais entre trabalhadores e lideranças no município de Porto Feliz (SP). O assentamento foi concebido como espaço social, expresso por conflitos e tensões que transparecem no bojo das práticas sociais e nas estratégias de lutas que trazem símbolos e culturas para a conformação do espaço.

As práticas sociais e as estratégias de luta – reuniões, assembleias, passeatas, associações e cooperativas – questionam a lógica capitalista e possibilitam aos camponeses o acesso e a participação em conteúdos democráticos que estruturam identidades coletivas, redimensionando aspectos simbólicos, culturais, econômicos e políticos. É a partir dessas práticas que o autor discute a essência de ser camponês assentado, atribuindo-lhe uma concepção política. Para Nogueira (2007), ser camponês é estar territorializado pelas práticas e estratégias de luta do grupo.

99. NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da fazenda Jupira no município de Porto Feliz**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

O autor propôs uma ampliação do conceito de democracia diante das relações sociais que permeiam os assentamentos. O conflito é “[...] uma perspectiva analítica das práticas sociais e estratégias de luta, fruto das relações socioespaciais no interior do assentamento, produzindo, assim, uma redefinição do uso do espaço social, que passa a ser construída com o advento do assentamento, expressão da complexidade política, social, econômica, cultural, organizativa e produtiva” (NOGUEIRA, 2007, s/p). Por conter essa complexidade, o assentamento é um espaço de conflitos e contradições, com projetos econômicos, culturais e políticos distintos, ou seja, o conflito é elemento presente entre lideranças, técnicos, engenheiros e assentados.

Portanto, segundo Nogueira (2007), a democracia obriga os sujeitos sociais a enfrentarem tanto avanços (na tentativa de incorporar valores cada vez mais democráticos) como tensões (concretizadas nos avanços das práticas democráticas e que podem levar ao questionamento e à percepção das relações de poder, momento em que os sujeitos tomam consciência e se identificam com a sua classe). Não existem dominados e dominantes, mas uma correlação de forças que atuam na mediação de conflitos:

Estudar os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta é ver para além dos interesses, necessidades e carências, mas, sobretudo, investigar se daí surge algo mais profundo, isto é, a instituição de direitos, participações efetivas nas práticas e estratégias, as formas de negociações entre os envolvidos no processo (NOGUEIRA, 2007, s/p).

O autor partiu de uma abordagem culturalista para o estudo dos movimentos sociais, tendo no conceito de totalidade concreta, de Karel Kosik, um dos cerne da pesquisa. O conceito reflete a teoria da realidade e o método fundado na história, a dialética. O assentamento é um espaço forjado historicamente, um momento da totalidade social que se constitui nas relações produtivas, culturais e políticas, e não pode ser analisado de forma fragmentada, mas como um fenômeno produto das relações sociais.

A construção do território do assentamento considera o conflito no interior das práticas sociais e estratégias de luta, isto é, parte de relações contraditórias. O autor usa o conceito de território, de Rogerio Haesbaert, a partir da dimensão simbólica, responsável por fomentar o plano político, econômico e cultural. O assentamento é um território repleto de simbolismo, lugar de encontro de culturas, de tensões e

conflitos no processo de formação e organização. Possui caráter multiescalar e multidimensional, material e imaterial.

Ávila (2008)¹⁰⁰ examinou dois tipos de territorialidades conflitantes: a comunidade indígena-camponesa e o Estado. O autor tratou da complexidade socioespacial e da relação dialética entre camponeses-indígenas e o Estado colombiano. Através da análise do componente social do Plano Colômbia, a disputa territorial foi colocada em discussão pelo autor, em que a territorialização da comunidade indígena-camponesa é entendida como resposta ao processo de formação territorial promovido pelo Estado colombiano.

O conceito de território ganhou destaque na sua dimensão simbólica (Rogério Haesbaert), utilizado para explicar a relação de conflito estabelecido entre camponeses e Estado. É um conflito que decorre da expansão do Estado em suas fronteiras e das relações de produção capitalistas. Além da contradição entre a territorialidade camponesa e a territorialidade do Estado, o autor discutiu o espaço apropriado e espaço dominado (Henri Lefebvre) e o território como hegemonia de poder e como produto do processo de construção social.

O processo de territorialização é consequência do processo de formação territorial do Estado que, à medida que avança, cria a desterritorialização e a reterritorialização de comunidades indígenas e camponesas. Apesar da gradativa expansão e territorialização das relações capitalistas de produção através do Plano Colômbia, o autor discute a territorialização das relações camponesas. Ávila (2008) corrobora José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira ao afirmar que os camponeses, mesmo integrados no processo de reprodução ampliada do capital, têm sofrido uma sujeição formal e não real.

O modo de produção estatista e a propriedade formal da terra foram consolidados com a entrada maciça do Estado que, através de estratégias e repressões, expropriou os camponeses de seus meios de sobrevivência com a fumigação de cultivos e o patrocínio à entrada de grupos paramilitares para retirar os camponeses e apropriar seus territórios. Para garantir a sua legitimação, esses

100. ÁVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do Departamento do Putamayo (Colômbia)**. 2008. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

camponeses apelaram para a ascendência indígena para permanecerem na terra e territorializarem-se:

[...] existe uma contradição entre a Formação territorial do Estado Nação e a territorialidade das comunidades locais, já que o Estado busca a generalização no seu território das relações capitalistas de produção, enquanto que as comunidades locais mantêm formas não capitalistas de viver e produzir. Portanto, a reetnização e a conformação de um território indígena são uma forma de resistência ante a necessidade imposta pelo Estado capitalista de assegurar a *propriedade* para a reprodução do modo de vida tradicional camponês. Tal estratégia necessária para obter os benefícios decorrentes do desenvolvimento do Componente Social do Plano Colômbia (ÁVILA, 2008, p. 42, grifo do autor).

Para o autor, a verticalidade do Plano Colômbia tanto reproduziu contradições como assegurou novas estratégias aos camponeses. O plano também exerceu controle territorial e, através do Componente Social, um conjunto de políticas organizaram a comunidade através da racionalidade capitalista - cultivo de coca imposto aos camponeses e indígenas. Esse conjunto de políticas trouxe tanto a territorialização indígena como a marginalização e perseguição às comunidades camponesas tradicionais.

6.3 Territórios paradigmáticos da Geografia Agrária paulista

A abordagem territorial e paradigmática dos grupos de pesquisa permitiu analisar a Geografia Agrária paulista a partir de dois paradigmas que também estão presentes em diversas outras áreas do conhecimento, o PCA e o PQA. Concordamos com Fernandes (2005) que estes dois paradigmas geram espaços políticos que decidem os caminhos para o desenvolvimento da agricultura e desenvolvem a conflitualidade na teoria e na realidade. O PCA destacou o papel da participação familiar na agricultura, embora a dicotomia agricultura camponesa x agricultura familiar represente a condição de integração subalterna ao capital. O PQA não avançou nas teorizações sobre a economia camponesa junto ao mercado, entretanto, tem sido capaz de compreender os processos de criação e recriação do campesinato, evidenciando outras alternativas para resistir ao processo de territorialização e desterritorialização do capital e do campesinato.

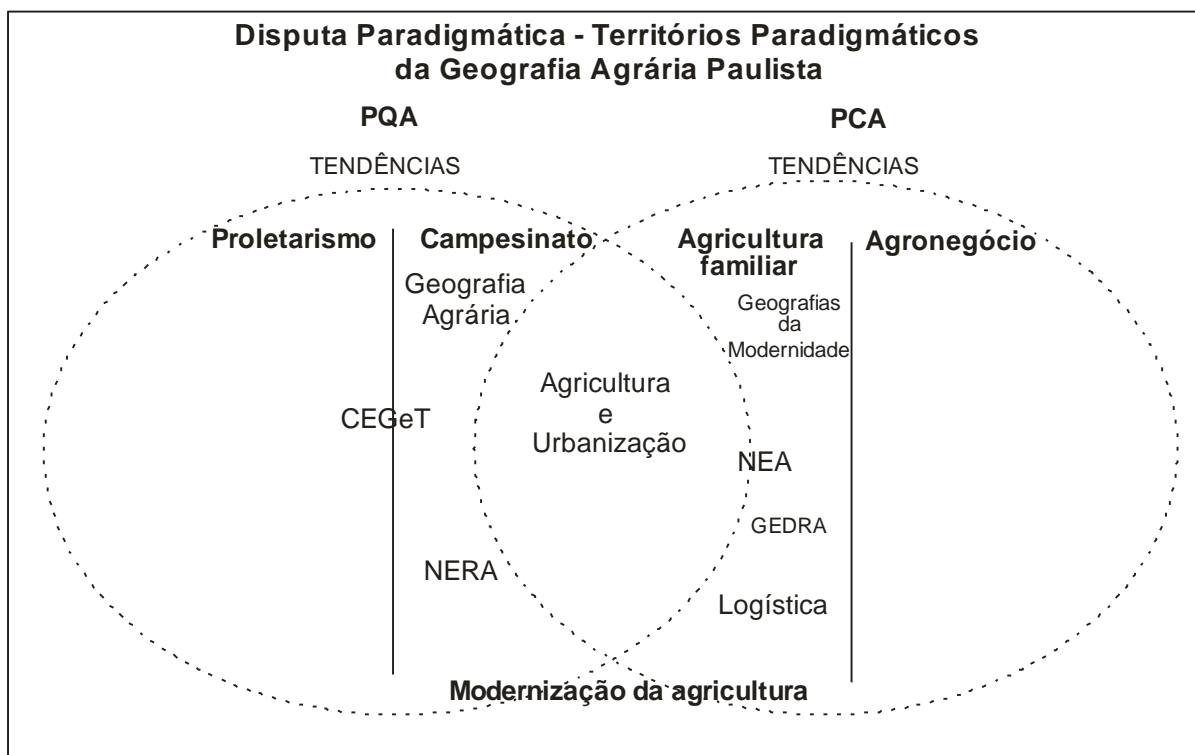
Com visões de mundo que acreditam em diferentes modelos de desenvolvimento do campo, há grupos que direcionaram suas análises para o enfrentamento e superação da sociedade capitalista: *Geografia Agrária*, CEGeT e NERA, selecionando, compartilhando e orientando estudos atinentes a recriação do campesinato e a luta pela terra (PQA); e grupos que defenderam estratégias no âmbito da diversificação produtiva, das novas ruralidades, das atividades agrícolas e não-agrícolas e da pluriatividade, em que os problemas do capitalismo são solucionados pelo próprio sistema: NEA, *Logística*, *Geografias da Modernidade* e GEDRA (PCA). Alguns grupos do PCA desenvolveram suas pesquisas mantendo-se na imparcialidade, o que também demonstra o posicionamento político-ideológico, de forma que uma parte destes pesquisadores não está disposta a refletir sobre a problemática estrutural do campo e acabam por manter a ordem vigente. Dentro dessa análise dos territórios também encontramos um grupo localizado na *faixa de contato* entre estes dois paradigmas, o *Agricultura e Urbanização*. Essas duas visões reafirmam a multiplicidade e a conflitualidade paradigmática, traduzida pela unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento geográfico, expresso pela leitura do PCA e PQA.

Através desta pesquisa, recolhemos dos grupos as dimensões paradigmáticas: referências teóricas e conceituais, temáticas, políticas, ideológicas, estruturas de socialização, práticas e ações que sustentaram os *poderes explicativos* desses dois territórios.

Na construção dos diferentes *territórios paradigmáticos*, ainda que dentro de um mesmo paradigma, a leitura demonstrou que os grupos não são homogêneos, já que cada um possui seu próprio lugar dentro das tendências que os diferenciaram. É a diversidade dentro da unidade. As duas tendências do PCA, a *agricultura familiar* e o *agronegócio*, demonstram a heterogeneidade desse paradigma. O GEDRA, *Logística*, NEA e *Geografias da Modernidade* foram analisados dentro da agricultura familiar, não havendo nenhum grupo dentro da tendência do agronegócio. As políticas públicas de Estado, a pluriatividade, as novas ruralidades e a diversificação e integração produtiva estão para a agricultura familiar como parte do sistema capitalista. A solução dos problemas está na própria lógica do capital. O *Geografia Agrária*, o CEGeT e o NERA também construíram suas pesquisas dentro de territórios heterogêneos no PQA, cuja postura foi de enfrentamento e superação a lógica capitalista. O CEGeT participa, ao mesmo tempo, da tendência da

proletarização e do *campesinato* e o *Geografia Agrária* e o NERA da tendência do *campesinato* (Organograma 50).

Estruturados pelas suas temáticas, linhas de pesquisa, publicações e redes de socialização, os grupos disseminam seus estudos e constroem *poderes explicativos* distintos para interpretar o espaço geográfico. Entender esses *poderes explicativos* é reconhecer a disputa paradigmática da qual a Geografia Agrária participa, da mesma forma que acontece em outras áreas do conhecimento (Organograma 50).



Organograma 50: Territórios paradigmáticos da Geografia - grupos de pesquisa e paradigmas da Geografia Agrária de São Paulo

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

O organograma ilustra em quais grupos os paradigmas estão territorializados. Ao lerem as referências dos respectivos paradigmas, os pensadores dos grupos foram influenciados por estes *poderes explicativos* e passaram a produzir *territórios paradigmáticos*. Da mesma forma como os paradigmas foram territorializados nos grupos, os grupos territorializam os paradigmas. No caso do *Agricultura e Urbanização*, por exemplo, o grupo participa dos dois paradigmas, o PCA e o PQA.

Embora ajudem na delimitação de *territórios paradigmáticos*, as mesmas temáticas podem comparecer tanto para grupos analisados no mesmo paradigma como para grupos de paradigmas distintos. O Geografia Agrária, o CEGeT, o NERA e o *Agricultura e Urbanização* tem em comum o estudo das formas de (re)criação do campesinato e a luta pela terra. O *Geografia Agrária*, o NERA e o *Agricultura e Urbanização* expressam melhor essa afinidade temática, pois ambos empregam o conceito de campesinato na maior parte das suas pesquisas. O mesmo foi observado entre o GEDRA e o NEA, grupos que direcionaram seus olhares para a influência das novas ruralidades e o estudo dos impactos das políticas públicas no campo.

Grupos analisados em *territórios paradigmáticos* distintos também compartilharam as mesmas temáticas. A questão do gênero e do trabalho são compartilhadas tanto pelo grupo *Geografias da Modernidade* como pelo CEGeT. Ainda há temáticas que só os grupos analisados a partir do PQA selecionaram em seus estudos, como a luta pela terra, por exemplo.

Nessa disputa paradigmática, existem territórios militantes que declararam abertamente o compromisso de realizar ciência como instrumento de transformação da sociedade, como é o caso do CEGeT, NERA e Geografia Agrária. Estes três grupos possuem a mesma afinidade paradigmática (PQA), sendo que os coordenadores (Bernardo Mançano Fernandes e Antonio Thomaz Jr.) foram orientados pelo mesmo estudioso, o fundador do *Geografia Agrária*, Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

No grupo *Agricultura Urbanização*, embora demonstre em suas pesquisas a tônica de enfrentamento e superação ao capital, este posicionamento não ficou marcado na dissertação e tese do coordenador do grupo, que não teve o objetivo questionar a lógica do capital e/ou discutir as formas de luta e resistência, fato que indica as transformações paradigmáticas pelas quais o grupo vivencia. Os projetos de extensão mostram essa atuação militante, em que a pesquisa atravessa o ambiente acadêmico e adentra o campo, nos quais os grupos atuam junto a movimentos sociais e em projetos de desenvolvimento para o campo.

Por ser um saber plural que abarca a multiplicidade (“Geografias”), a Geografia contribui para afirmar ou negar posições teóricas e políticas (MENDONÇA, 2004). Os *territórios paradigmáticos* estão repletos dessas posições e demonstram o nível de comprometimento teórico, social, político e ideológico dos

pesquisadores. A Geografia constrói territórios (i)materiais, nos quais os grupos produzem e reproduzem *poderes explicativos* que lhes conferem *status* e legitimidade na forma de interpretar a realidade. Essa busca pela legitimidade, nos quais *poderes explicativos* emanam, as disputas paradigmáticas se materializam nos grupos de pesquisa cujo potencial pode repercutir no modelo de desenvolvimento rural brasileiro - políticas públicas e privadas, movimentos socioterritoriais e partidos políticos, por exemplo -, criando novos territórios.

Considerações finais

“Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir os apenas homens, estranhos à sua cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, é partidário” (Antonio Gramsci).

Apresentamos nossas reflexões para apreender o movimento realizado pelo pensamento geográfico. A unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária foram demonstradas pelo processo de construção do conhecimento realizado pelos grupos de pesquisa. Grupos de pesquisa e paradigmas constituem *territórios paradigmáticos* que, edificados em suas estruturas de socialização, práticas, ações, temáticas e paradigmas, difundem e disputam *poderes explicativos* para a interpretação do campo. Ao identificar e analisar os principais temas e paradigmas, esta pesquisa propôs um método e uma metodologia para compreender esse movimento de construção do conhecimento que a Geografia participa.

A partir dos conceitos de paradigma e estilo de pensamento foi realizado um diálogo crítico sobre a abordagem paradigmática para a leitura dos grupos de pesquisas. O compartilhamento, direcionamento, orientação, seleção e coesão do pensamento foram considerados *propriedades estruturais do paradigma* e as teorias, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades consideradas *dimensões do paradigma*. O diálogo entre as teorias kuhniana e fleckiana ajudou a forjar um método de análise para os grupos de pesquisa: o método dos *territórios paradigmáticos*.

A dimensão institucional dos grupos de pesquisa também foi outro elemento discutido. Apresentamos o contexto histórico que subsidiou a implantação da atividade científica no Brasil, a organização do sistema universitário e da pós-graduação e o processo de institucionalização dos grupos de pesquisa do país. Essa institucionalização foi tratada tanto pela importância que esses espaços trouxeram para a socialização do conhecimento, quanto pelo processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1990, mesmo período que o DGPB oficializou os grupos junto ao CNPq. A educação e a pesquisa incorporaram as redefinições do mundo do trabalho e a ideologia neoliberal, transformando a ideia de grupos, já existente nas universidades, em uma ideia moldada pelo mundo corporativo do trabalho.

Na procura de construir uma leitura geográfica, a unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa foram interpretados à luz do conceito de território (i)material, isto é, dos *territórios paradigmáticos*. Ao identificar as temáticas dos grupos de pesquisa, iniciamos o mapeamento e a análise dos *territórios paradigmáticos* que, sustentados por

estruturas de socialização, práticas e ações, grupos e paradigmas propagam e disputam *poderes explicativos* para explicar o espaço geográfico. A conflitualidade marcada pela disputa territorial entre o PCA e PQA guiou o nosso estudo: para o PCA, a questão agrária e a conflitualidade não é reconhecida, é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais. A solução está na integração da organização camponesa ao sistema capitalista. Diferentemente, o PQA orienta seus estudos diante da ideia de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista e tratam a conflitualidade como uma das formas de desenvolvimento do campo.

Para deslindar como essa disputa territorial e paradigmática está presente na Geografia Agrária, mostramos os principais referenciais teóricos, conceitos e, sobretudo, as tendências paradigmáticas utilizadas pelos grupos. Com diferentes temáticas, os grupos que direcionaram suas pesquisas para o PCA foram o NEA, *Logística, Agricultura e uso do Território Brasileiro*, *Geografias da Modernidade* e GEDRA. A tendência manteve-se na agricultura familiar e, em nenhum desses grupos, o enfrentamento, a luta de classes e a conflitualidade foram questões debatidas. Embora a subalternidade do campesinato seja reconhecida, a perspectiva de superação do capitalismo não compareceu como preocupação dos grupos analisados a partir desse paradigma. Os grupos analisados a partir do PQA, o *Geografia Agrária*, CEGeT e NERA, tiveram suas pesquisas voltadas a perspectiva de superação do capital e ao enfrentamento político. Os estudos refletiram para a transformação da sociedade, o enfrentamento e a superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. As tendências da proletarianização e do campesinato caracterizam este paradigma. O grupo *Agricultura e Urbanização* situou-se na *faixa de contato* desses dois paradigmas. Os pesquisadores discutiram tanto as formas de resistência e recriação das relações não-capitalistas, efetuado pelos membros, como se privaram desse debate e não questionaram a lógica do capital, a exemplo da dissertação e tese do coordenador do grupo.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia através do debate paradigmático e da leitura dos *territórios paradigmáticos*, mostramos que o conhecimento não é neutro e não pode ser considerado qualitativo, mas como detentor de múltiplas leituras para o tratamento do espaço. Na Geografia Agrária, a partir dos paradigmas e grupos, os *territórios paradigmáticos* evidenciaram a

pluralidade do pensamento geográfico. Desvendar as temáticas, linhas de pesquisa, publicações e redes de socialização que os grupos difundem seus paradigmas e constroem *poderes explicativos* e *territórios paradigmáticos*, é admitir a posição político-ideológica e a conflitualidade do processo de construção do conhecimento. Como parte da comunidade científica, grupos de pesquisa e paradigmas são *territórios paradigmáticos*, compostos por sujeitos dotados de ideologias e intencionalidades e que tomam partido perante a realidade. Mesmo quando optam pela imparcialidade, pesquisadores e grupos também assumem posicionamento, ou seja, *tomam partido*, pois permanecem dispostos a manter a ordem vigente.

Dentre as dimensões paradigmáticas, a dimensão primária político-ideológica ganhou destaque e diferenciou substancialmente os dois paradigmas. Compartilhar, selecionar e orientar pesquisas que se posicionam ou não ao lado da superação e transformação do capitalismo, coloca o pensamento geográfico à serviço da sociedade. Igualmente, ao “vestir as lentes” analíticas embasadas no PCA e no PQA, a conflitualidade e a diversidade paradigmática foram incorporadas. Foi possível mapear grupos e pesquisadores que trataram o espaço agrário diante da transformação e superação do sistema e os que tratam essa mesma questão dentro do próprio sistema, desprovido de uma perspectiva de embate, luta e resistência.

Ao analisar os grupos de pesquisa e a sua relação com o PCA e PQA, ao contrário das estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo de cada grupo, os aportes teóricos, os métodos, os conceitos e as categorias geográficas não apresentaram unidade, mas a diversidade. Para os grupos analisados pelo PQA, o conceito de camponês apresentou maior homogeneidade, trazendo consigo a dimensão política. Entretanto, realizar a leitura paradigmática levando em conta essas dimensões paradigmáticas, permitiu desvendar as interpretações do campo efetuadas pelos grupos que os ligam ao PCA e ao PQA.

Ao trazer a leitura dos *territórios paradigmáticos* com base nos grupos de pesquisa paulistas, será possível elaborar apontamentos sobre as temáticas e os paradigmas da Geografia Agrária brasileira através da ligação entre orientadores e orientandos mapeados neste trabalho. Grandes estudiosos brasileiros que se dedicam a Geografia Agrária são fundadores/coordenadores destes grupos de pesquisa. Eles formaram pesquisadores que deram continuidade aos seus estudos e disseminaram seus paradigmas em outros estados e instituições acadêmicas, conformando novos grupos e territórios de pesquisa. Com isso, verificar as

influências e os desdobramentos temáticos e paradigmáticos dos grupos de pesquisa de São Paulo em outros estados, instituições e grupos estabelecidos é outro escopo analítico que poderá ser futuramente efetuado.

A leitura territorial e paradigmática indicou uma mudança importante: o epicentro da Geografia Agrária, que esteve por muito tempo na USP e na Unesp-Rio Claro, foi descentralizado para outras universidades e faculdades, fazendo da Unicamp e da Unesp-Presidente Prudente outros dois centros difusores. Dos 8 *territórios paradigmáticos* reunidos, metade estão na Unesp, o que demonstra a representatividade da referida universidade junto a Geografia Agrária. Só Presidente Prudente aglomera 3 grupos – CEGeT, NERA e GEDRA.

As redes de pesquisa estabelecidas entre os grupos evidenciados também são fontes analíticas que permitirão o mapeamento temático e paradigmático da Geografia Agrária brasileira e poderão servir como instrumento de leitura do pensamento geográfico. Os grupos não deixam expressos apenas as suas ligações, mas a tentativa de extensão de seus projetos, pesquisas e paradigmas para além de seus limites territoriais.

Estudar políticas públicas e projetos implantados em municípios, estados e regiões é outra forma de verificar a extensão e os impactos dos *territórios paradigmáticos* dos grupos de pesquisa no espaço geográfico. As políticas públicas e projetos, por exemplo, utilizam fundamentações teórico-metodológicas de pesquisas acadêmicas e portam paradigmas e concepções político-ideológicas distintas.

Longe de ser final, a proposta dos *territórios paradigmáticos* contida nesta tese tenta promover a autorreflexão e permanece em contínuo movimento. “O processo de conhecimento tem que ser dialético, o conhecimento não é absoluto, nada é estabelecido de uma vez para sempre [...] o conhecimento está em movimento e seu desenvolvimento tem contradições internas, inerentes ao próprio conhecimento” (OLIVEIRA, 1978, p. 33).

Se viver significa tomar partido, cabem aos estudos sobre o pensamento geográfico refletir e discutir o conteúdo político-ideológico que as pesquisas empreendidas pelos grupos trazem à Geografia Agrária, tal qual a leitura dos *territórios paradigmáticos* preocupou-se promover. Toda forma de conhecimento é adepta a uma posição político-ideológica e, desvendar de que forma o pensamento geográfico está inscrito neste processo, tendo em vista os grupos de pesquisa e

paradigmas, é mostrar que toda Geografia, seja ela ou não analisada pelo debate paradigmático, é constituída por geógrafos que *tomam partido* sobre o mundo e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ALVES, Flamarion Dutra. **Trajectoria teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira**: a produção em periódicos científicos de 1939-2009. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. O espaço agrário e as transformações capitalistas: uma leitura dos clássicos rurais e o caso brasileiro. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Estudos rurais e o pensamento geográfico brasileiro: do positivismo clássico ao neopositivismo. ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

ALVES, Flamarion Dutra; MAIA, Adriano Côrrea. Teorias sobre o espaço e a questão rural-urbano. In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente. (orgs.). **Estudos Agrários**. Conceitos e práticas. Rio Claro: IGCE/Unesp, 2009.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Praxis, 2007. 288 p.

ALVES, José; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A atuação da Cooperativa de Laticínios de Mandaguari (COLARI) no Município de Ortigueira (PR): uma Análise da Sujeição da Produção Leiteira nas Comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

ANDRADE, Flávio Andrade. Reestruturação Produtiva, Estado e Educação no Brasil de Hoje. Trabalho apresentado na 24ª Reunião Anual da ANPED (2001). In: ANPED, **25 anos, CD-ROM histórico**, 2002.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a agroindústria canavieira do nordeste oriental**: modernização e proletarização. 1990. 381f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. 143 p.

_____. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 72, p. 63-82, 1994.

_____. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

_____. **Globalização e Geografia**. Recife: UFPE, 1996. 127 p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARANIBAR, Claudia Pilar Lizárragar. La descolonización del territorio: visiones de país y la configuración del estado plurinacional em Bolivia. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

ARAÚJO, Anna Luisa; FERNANDES, Bernardo Mançano. Metodologia DATALUTA: versão ocupações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.
ARMELIN, Hugo Aguirre. Universidade de pesquisa. In: SILVA et al. **Reflexões sobre universidade, ciência e pós-graduação**. Ribeirão Preto: Holos, 2001. 162 p.

ASSIS, Antônio Moreira de et al. Produção e circulação do artesanato na Aldeia Indígena do Krukutu: revalorização dos saberes tradicionais. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 113-164, set./dez. 1993.

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. Movimentos Sociais no Campo e a Ordem Moral Camponesa. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

ÁVILA, Camilo Alejandro; SUZUKI, Júlio César. Conseqüências do componente social do “plan colombia” no âmbito territorial da étnia awá do departamento do Putumayo (Colômbia). In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

ÁVILA, Camilo Alejandro. A identidade “indígena” como base para aceder à terra no paradigma rural colombiano: o caso das comunidades camponesas -indígenas do meio Putumayo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

ÁVILA, Camilo Alejandro. O componente social do plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento do Putumayo (Colômbia). In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São

Paulo. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

BACELAR, Renata Moura et al. Fenômeno Migratório no Quilombo de Poça, no Vale do Ribeira/SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

BARRETO, Maria Joseli; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Agronegócio e expansão do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

BATISTA, Ederval Everson. Vilas rurais: uma nova maneira de conceber a relação campo – cidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007a, Londrina. **Campesinato em movimento. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.**

BATISTA, Ederval Everson. As vantagens sociais da agricultura familiar desenvolvida em projetos de assentamentos. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 3., 2007, Porto Alegre. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007b. CD-ROM.

BELLACOSA, Julia Marques. Expansão dos agrocombustíveis em terras paulistas: estudo de caso em Araçatuba-SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

BELUSSO, Diane. Relação cidade-campo e desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

BERNINI, Carina Inserra. O diálogo com a teoria política de Hanna Arendt no estudo do campesinato: o caso da comunidade do Guapiruvu, Sete Barras –SP. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.**

BERNINI, Carina Inserra. A problemática ambiental e seu complexo encontro com a luta pela terra. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

BERRY, Brian. Geographical theories of social change. In: BERRY, Brian. **The nature of change in geographical ideas**. Illinois: Northern Illinois University, 1978, p. 17-36.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Territórios do trabalho aprisionado: mutações históricas a partir da produção de frutas no Nordeste. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão**

da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

BIUDES, Fabiano. **Tecnologias da informação e novos usos do território brasileiro**: uma análise a partir do zoneamento agrícola de riscos climáticos da soja. 2005. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

BOABAID, Jeani Martha. **Os meandros da sobrevivência**: previdência social rural (Mato Grosso – Brasil). 1996. 351f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência. São Paulo, **Terra Livre**, v. 12, n. 21, p. 41-53, 2003.

_____. Movimentos Sociais no Campo e a Ordem Moral Camponesa. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

_____. A dialética e a Geografia Agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al.. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo, Expressão Popular, p. 315-338, 2007.

_____. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008.

_____. O avanço dos agrocombustíveis no estado de São Paulo e suas implicações territoriais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

BORGES, Elaine Ferreira do Vale. **Uma reflexão filosófica sobre abordagens e paradigmas na constituição da sub-área Ensino-Aprendizagem de LE/L2 na Linguística Aplicada**. 2009. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Tucuman: Montessor, 2002, 126 p.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, 320 p.

BRASIL, MEC. **I Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1975.

BRASIL, MEC/CAPES. **III Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1986.

BRASIL. Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998. **Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual**

institucionalizada, para fins de credenciamento. Brasília, DF, 15 de abril de 1998. Seção I, p. 32.

BRASIL, MEC/CAPES. **V Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, 2004.

BRASIL, MEC/CAPES. **IV Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, 2010.

BRASIL/CAPES. **Crterios de avaliao:** Avaliao Trienal 2007 (triênio 2004 - 2006). Disponvel em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetria-metodolgica da geografia agrria no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRRIA, 8,1987, Barra dos Coqueiros. **Comunicaes...** Barra dos Coqueiros, UFS, 1987.

BRUZZULLINI, Andr Luís; SUZUKI, Jlio Cesar. Jovens caiaras: dilemas na construo de sua Identidade na prainha branca (Guaruj-SP). In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformaes socioespaciais.** Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

CAMACHO, Rodrigo Simo. A educao do campo e o processo de territorializao, desterritorializao e reterritorializao do capital e do campesinato. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questo da (re)forma agrria na Amrica Latina. Balano e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009a. CD-ROM.

CAMELINI, Joao Humberto. **Regies competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil:** o caso emblematico de Quirinpolis/GO. 2011. 137 f. Dissertao (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociencias. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Manano. A metodologia do DATALUTA jornal: uma contribuio para os estudos em geografia agrria. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento.** Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

_____. Territrios efmeros: ocupaes de terra e acampamentos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questo da (re)forma agrria na Amrica Latina. Balano e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009a. CD-ROM.

_____. Um novo olhar para geografia: a importncia dos grupos de pesquisa em geografia agrria na atualidade do pensamento geogrfico - prticas de pesquisa e extenso no NERA. . In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformaes socioespaciais.** Santa Maria: UFSM, 2009b. CD-ROM.

CAPEL, Horcio. **O nascimento da cincia moderna e a Amrica.** O papel das comunidades cientficas, dos profissionais e dos tcnicos no estudo do territrio. Maring: Eduem, 1999. 198 p.

CAPES (Brasil). **História e missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

CARDOSO, Irene. O lugar da crítica na universidade pública. [2002]. São Paulo: **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 9, 2º sem. 2002, p. 181-196. Entrevista concedida a Celina Bruniera, Liana de Paula, Mauricio Trindade e Vanuzia Rodrigues.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões**. São Paulo, Terra Livre, n. 18, p. 161-178, 2002.

CASTRO, Eduardo. Assentamentos rurais e a relação cidade-campo: o caso do assentamento Ipanema. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005a, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas. Presidente Prudente**: Unesp, 2005. CD-ROM.

CASTRO, Eduardo. Aspectos da relação cidade campo: o Assentamento Ipanema. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005b, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

CAVALCANTE, Matuzalém Bezerra et al. O agronegócio da soja e as mudanças na estrutura fundiária brasileira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

CAVALIERI, Lúcia; SILVA, Jorge J. Araujo da. Etnoconservação como paradigma nascente e a contribuição da geografia nas políticas de conservação. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

CAVALIERI, Lúcia. Marxismo ocidental, Lukács e o campesinato. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento. Londrina**: UEL, 2007. CD-ROM.

CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 9, nº. 17/18, p. 59-68, 1979.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHAYANOV, Alexander Vasilovich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. São Paulo, **Terra Livre**, n. 17, p. 99-118, 2001.

CLEMENTE, Evandro César; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do programa de microbacias hidrográficas e a questão do desenvolvimento rural no município de Jales – SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009b, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

CLOZIER, René. **História da Geografia**. Coleção Saber. 3 ed. Lisboa: Europa-América, 1972, 140 p.

CNPQ. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#3>>. Acesso em: 17 set. 2008.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. Metodologia DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: versão assentamentos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

_____. Assentamentos rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009a, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência”. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão et al. (org.) **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p.123-146.

CORNETTA, Andrei. A mata atlântica privada: conflitos agrários na apa de Guaraqueçaba – PR. As ruralidades da metrópole. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 115-121.

COUTO, Luccas Ribeiro do; SUZUKI, Júlio Cesar. Pesque-pague: a origem do capital na região metropolitana de São Paulo. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Rios e lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

DA ROS, M. A. **Estilo de pensamento em educação médica: um estudo da produção da FSP-USP e ENSP -FIOCRUZ entre 1948 e 1994, a partir de epistemologia de Ludwik Fleck**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DELIZOICOV, Demétrio. et al. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 19, n. especial, p.52-69, jun. 2002.

DEMO, Pedro. **Ciência, ideologia e poder**. Uma sátira às ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1988. p. 110.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Metodologia científica no caminho de Habermas. 2 ed.. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, 125 p.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. p. 278.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das Ciências Humanas**. Tomo 1: Positivismo e hermenêutica. Durkheim e Weber. (primeira parte). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ECKEBERG, D. L., HILL, H. L. **The paradigm concept and sociology**: a critical review. *American Sociological Review*, n. 44, p. 925-937, dec. 1979.

ESTEVES, Marcel Petrocino. **Tecnologias da informação e organização do território brasileiro**: as implicações do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ETGES, Virginia Elizabeta. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. 1990. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 244f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. "Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão". **23ª. Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: outubro/2000. Disponível em: <www.anped.org.br>.

FEHR, Johannes. Fleck, sua vida, sua obra. CONDÉ, Mauri Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 35-50.

FELICIANO, Carlos Alberto. O Movimento Camponês Rebelde no Governo FHC. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

_____. Por uma geografia dos “feios, sujos e malvados”. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

_____. “Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

FELÍCIO, Munir Jorge; FERNANDES, Bernardo Mançano. A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994 207 f. (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, nº. 2, dez. 1998.

_____. **A questão agrária no limiar do século XXI**. Presidente Prudente: NERA, 2000.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. 20, 2006.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Anderson Antonio; VALENCIANO, Renata Cristiane. **Relatório de impactos socioterritoriais dos assentamentos de Teodoro Sampaio**. Presidente Prudente: Unesp, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Mapeando os conflitos pela terra no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

FERNANDES, Evandro Noro. As ruralidades da metrópole. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas.** Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

FERNANDES, Evandro Noro. O rural e o agrícola na metrópole. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais.** Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **A persistência da unidade familiar de produção e a sericicultura em Charqueada.** 1988. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

FERREIRA, Darlene Aparecida. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90.** 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro.

FERREIRA, Darlene Aparecida. **O Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil de 1930-1990.** São Paulo: Unesp, 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. (et al.). A agricultura familiar em Araraquara-SP, uma ilha familiar no mar de cana. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas.** Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. A Geografia Agrária brasileira: Dinâmica, variada e complexa. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 83-96, jan./jul. 2011.

FERREIRA, Darlene Aparecida (et. al.). Geografia agrária na pós-graduação brasileira a partir dos anos 1970: uma proposta de leitura teórico-metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2008, São Paulo. **“Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socioespaciais”.** São Paulo: USP, 2008. p. 912-926. CD-ROM.

FERREIRA, Enéas Rente. **A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço.** 1987. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

FERREIRA, Enéas Rente. **Trólebus, espaço e sociedade.** 1995. 122 f. Tese (Doutorado em Transportes). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo (USP).

FERREIRA, Enéas Rente. **O transporte coletivo intermunicipal no Estado de São Paulo: as linhas suburbanas.** 2006. 161 f. Tese (Livre-docência em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

FERREIRA, Enéas Rente; ALVES, Flamarion Dutra. Algumas considerações sobre os métodos sistêmico e dialético na Geografia Agrária. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.**

FERREIRA, Enéas Rente; ALVES, Flamarion Dutra. Organização espacial da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: Uma análise evolutiva. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais.** Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

FERREIRA JÚNIOR, Antonio Carlos; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A cana-de-açúcar nos assentamentos rurais Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata no município de Teodoro Sampaio – SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais.** Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

FERRO, Talita Luiza de Medeiros; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Os Coredes na perspectiva do desenvolvimento regional. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais.** Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FLECK, Ludwik. **Genesis and Development of a Scientific Fact.** Chicago: University of Chicago, 1979. 203 p.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. 244 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 19 ed. São Paulo: Loyola, 2009. 74 p.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A construção de barragens para geração de energia elétrica no Brasil e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.**

FOUREZ, Gérard. **A Construção das ciências.** Introdução à Filosofia e à ética nas ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995. 319 p.

FREDERICO, Samuel. **Sistemas de movimentos do território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja.** 2004. 210 f. Dissertação (Mestrado em

Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

FREDERICO Samuel; CASTILLO Ricardo Abid. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010.

FREITAS, Renan Springer de. Des-naturalizando Kuhn. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 12, n. 33, 1998.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. **GeoNordeste**, Aracaju, ano 6/7, p. 15-21, 1989-1990.

GAMA, Nilton César de Oliveira. A Produção Doméstica da Moradia na Periferia Urbana do Município de Guarulhos. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

GEORGE, Pierre. **Os métodos em Geografia**. São Paulo: Difel, 1972. 119 p.

GARCÍA, Maria Franco. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GERMANI, Guiomar Inez. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. A territorialidade das comunidades de quilombos no Vale do Ribeira: da luta pelo direito a terra a posse definitiva do território. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE

GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

GOERGEN, Pedro. Educação superior na perspectiva do sistema e do plano nacional de educação. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, p. 895-917, jul.-set., 2007.

GOLDFARB, Yamila. Os desafios da recriação camponesa através de uma nova relação campo-cidade nas comunas da terra. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas.** Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. Povos Indígenas do Cerrado, Territórios Ameaçados – Uma proposta de Implantação de Corredor Ecológico na Bacia do Rio das Mortes (MT) entre as Terras. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI.** São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: Teoria e Crítica.** Petrópolis: Vozes, 1982, p. 93-113.

GONÇALVES, Elienai Constantino. Disputa territorial: a “parceria” entre os assentados e usinas de açúcar e álcool. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação:** o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341 p.

GRINNEL, Frederick. **A atitude científica.** Londres: Westview Press, Boulder & London, 1992.

GUERRERI, Natalia Ribas. Encruzilhadas um giro entre caboclos, quilombolas e ambientalistas na Baixada Maranhense. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: **CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3, 1978, Fortaleza. **Sessões Dirigidas.** Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.

GUSSONATO, Leon (et al.). Formação da associação quilombola do bairro da Poça. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais.** Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

HARLEY, John Brian. "Hacia una desconstrucción del Mapa". In: HARLEY, John Brian. *La Nueva Naturaleza de los Mapas*. Cidade do México: Fundo Econômico, 2005. p. 185-207.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** – Uma Pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HAURESKO, Cecília. **Entre tradição e modernidade**: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis-PR). 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

HAURESKO, Cecília; FERREIRA, Enéas Rente. A Multifuncionalidade da agricultura familiar em áreas especiais de uso regulamentado (ARESUR) – Faxinais. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O programa LEADER e o desenvolvimento rural na região centro oeste da Bretanha – França. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; NORONHA, Elias Oliveira. Poder local e agricultura: descentralização político-administrativa, desenvolvimento local e experiências de articulação. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 26, p. 65-90, dez. 2004

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Ação coletiva no meio rural: as associações de produtores na região de Presidente Prudente. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JESUS, Isamara Lima de. **As "Marias" canavieiras e a participação sindical**: Sertãozinho (SP) ontem e hoje. 1999. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

JOHNSTON, Ronald John. **Geografia e Geógrafos**. São Paulo: Difel, 1986. 359 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 279 p.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260 p.

KUHN, Thomas. **A Tensão essencial**. São Paulo: Unesp, 2011. 408 p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 1988. 133 p.

LAUDAN, Larry et al..Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n. 7, vol. 19, 1993.

LEAL, Gleison; FERNANDES, Bernardo Mançano. Impacto Socioterritorial: uma nova Abordagem das Mudanças provocadas pelos Assentamentos Rurais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. 454 p.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2009. 214 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899).

LIMA, Edvaldo Carlos de. Formas de ocupações: materialização de uma ação política. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

LIMA, Márcio de Jesus. Quilombo da Poça: do reconhecimento à concretização do território. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

LINDNER, Michele. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades**: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

LINDNER, Michele; WANDSCHEER, Elvis Albert Robe. **Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 147-165. Disponível em:

<www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=320&article=128&mode=pdf>
Acesso em: 06 de agosto. 2010.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A geografia, o território capitalista e o território indígena. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis-SP. 423f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

LOPES, Alberto Pereira. Araguaína-TO: a principal cidade econômica do estado e a periferia que esconde as vítimas do trabalho escravo por dívida. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

LOPES, Alberto Pereira. A mulher na cadeia do trabalho escravo por dívida no norte do Tocantins. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

LOWY, Ilana. Fleck no seu tempo, Fleck no nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento. CONDÉ, Mauri Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 11-33.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. Elementos para uma análise marxista. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1991. 112 p.

LUCKESI, Cipriano. et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 1987, 231 p.

MACHADO, Lia Osório. As origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1879-1930). CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografias: conceitos e temas**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 352 p.

MACHADO, Maria Rita Ivo de; SILVA JÚNIOR, José Plácido da. A mesorregião da mata pernambucana e os impactos socioambientais gerados em função do monocultivo da cana-de açúcar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

MACHADO, Monica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **Revista eletrônica Scripta Nova**, Barcelona, n. 69, 1. ago. 2000. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-5.htm#trintadois>>. Acesso em: 27. abr. 2009.

MAIA, Adriano Corrêa; ALVES, Flamarion Dutra. Categorias e epistemologia: Reflexões teórico-metodológicas na ciência geográfica. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

MAIA, Newton Freire. **A ciência por dentro**. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 262 p.

MARAFON, Gláucio José. A importância dos grupos de pesquisa na formação dos profissionais da geografia agrária: a experiência do NEGEF. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 284-290. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=320&article=128&mode=pdf> Acesso em: 25. ago. 2008.

MARCOS, Valéria de. **Comunidade sinsei: (u)topia e territorialidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

MARTIN, André Roberto. A pós-graduação no Brasil: dilemas do crescimento. In: SILVA, José Borzacchiello et al.. **Panorama da Geografia brasileira 2**. São Paulo: Anna Blume, 2006. 208 p.

MASSARETTO, Nívea; FERNANDES, Bernardo Mançano. Metodologia DATALUTA– Banco de Dados da Luta pela Terra: versão movimentos socioterritoriais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

MASTERMAN, M. A Natureza de um Paradigma. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A (org.). **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

MATTOS, JÚNIOR, José Sampaio de. Resistências e rupturas: As experiências do P. A Entroncamento – MA. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 3., 2007, Porto Alegre. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. CD-ROM.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. Compensação social ou desenvolvimento regional: contribuição dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira et al. Impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

MEDINA, Gustavo Cuter et al. Modelagem e aperfeiçoamento do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: mudança de sistema de gerenciamento e automação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

MELO, Silas Nogueira de (et al). Desenvolvimento rural e pluriatividade: o turismo rural em Itapé, Rio Claro – SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A Territorialização do Capital nas Áreas de Cerrado e os Impactos sobre o Trabalho. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Modernização tecnológica e ocupação destrutiva do cerrado em Goiás: os povos cerradeiros por um território livre. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

MENEGATI, Regiane Aparecida; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. A Busca pelo Desenvolvimento Rural: o Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Indiana-SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

MENEGATI; Regiane Aparecida; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Perspectivas da agricultura familiar: a questão sucessória e o envelhecimento dos produtores familiares no Município de Indiana/SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

MESSIAS, Fernando Firmino et al. O pesque-pague como atividade de lazer no município de São Paulo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

MESSIAS, Fernando Firmino; SUZUKI, Júlio Cesar. A viabilidade dos pesque-pagues na região metropolitana de São Paulo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, PRESIDENTE PRUDENTE. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

MIORIN, Vera Maria Favila. Novas motivações na formação dos profissionais em geografia agrária proveniente dos grupos de pesquisa e do comprometimento das IES com o desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **“Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socioespaciais”**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 1-20. CD-ROM.

MIRALHA, Wagner; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. A implantação de assentamentos rurais e sua importância social e econômica no município de Presidente Bernardes – SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

MOCELIN, Daniel Gustavo. Concorrência e alianças entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. **RBPG**. Brasília, v. 6, n. 11, p. 35-64, dez. 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977): um apelo à Filosofia da ciência para esclarecer o papel do método na solução de uma crise de identidade epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. Anais...São Paulo: USP, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Ideologias geográficas**. Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988, 156 p.

_____. Histórias do pensamento geográfico: instituições, institucionalização e produção do conhecimento. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 113-117, jul./dez, 2000.

MORAES. Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 12 ed. Campinas: Papyrus, 1997, 228 p.

MORAIS, Caroline de Oliveira (et al.). Comunidade de Peropava: Resistências e Permanências. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

MOREIRA, Erika Vanessa Moreira; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Retratos de um Bairro em Transição Rural-Urbano: Contexto do Bairro Aeroporto, Município de Presidente Prudente-SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. O campo no século XXI. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

_____. Relação campo-cidade: um estudo dos bairros rurais do município de Presidente Prudente. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

_____. As variáveis metodológicas no estudo das atividades não-agrícolas e da pluriatividade: uma aplicabilidade aos Bairros Rurais do Município de Presidente Prudente-SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

_____. O perfil produtivo diversificado e a força do rural na MRG de Piedade/SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Primeiros Passos 48).

_____. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

_____. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no período 1978-1988). **Revista Geographia**, Niterói, Ano 2, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_03/edicao3.htm>. Acesso em: 26. abr. 2009.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2000. 118 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 350 p.

MOROSINI, Marília; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Gestão de Redes de Pesquisa em Educação Superior: questão de Princípios e Ethos. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Redes Acadêmicas e produção do conhecimento em educação superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

NABARRO, Sergio Aparecido. **Reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana-PR**. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

NEA. **Relatório das atividades desenvolvidas (2009)**. Rio Claro, Unesp, 2009. Disponível em: < <http://www.neaunesp.tk/>>. Acesso em: 03 de junho de 2010.

NERY, Saulo Ivan; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O programa de microbacias hidrográficas no município de Presidente Prudente-SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

NEVES NETO, Carlos de Castro; MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de. Estado, modernização conservadora da agricultura e a formação de um complexo agroindustrial sucroalcooleiro na região de Assis. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O programa de microbacias hidrográficas no Estado de São Paulo: o projeto Pavão/Matão e adjacências no município de Assis/SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

NEHMY, Rosa Maria Quadros et al.. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspec. Ci . Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa; SUZUKI, Júlio César. O ser camponês assentado na interface rural e urbano. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 3., 2007, Porto Alegre. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. CD-ROM.

NORONHA, Elias Oliveira. **O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiá (SP)**. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

NUNES, Flaviana Gasparotti. **O econômico na Geografia**. Influências do pensamento econômico na Produção geográfica (1970-2001). 2004. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente (SP).

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O associativismo e o desenvolvimento territorial rural do Pontal do Paranapanema-SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 3., 2007a, Porto Alegre. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. CD-ROM.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

_____. Desenvolvimento territorial e associativismo rural: elementos para a dinamização da região do Pontal do Paranapanema-SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007b, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007b. CD-ROM.

_____. As federações de agricultores como espaços de mediação organizativa e gestão territorial no Pontal do Paranapanema-SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009a, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

_____. As federações de agricultores como espaços de mediação organizativa e gestão territorial no Pontal do Paranapanema-SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009b, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen**. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP.

_____. Trajetória e compromissos da Geografia brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba (mimeo).

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

_____. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. 496 f. Tese (Livre-docência em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004a. p. 27-64.

_____. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

OLIVEIRA, Gerson de Souza. O trabalhador migrante para a cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema/SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de; ORIGUELA, Camila Ferracini. Ocupações de terras: confrontação e a territorialização camponesa no estado de São Paulo no período de 1988-2008. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A integração agricultura-indústria: uma análise do conflito de interesses na cadeia agroindustrial da borracha natural da microrregião geográfica de São José do Rio Preto-SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas.** Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço: o caso da soja no Mato Grosso do Sul. 1994.** 217 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP).

PARREIRAS, Márcia Maria Martins. **Ludwick Fleck e a historiografia da ciência: diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida.** 2006. 204f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra é Vida - A Geografia dos camponeses no norte do Paraná.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Presidente Prudente-SP.

PAVAN, Débora Heliza. Breve análise sobre as relações sociais camponesas e sua territorialização no bairro rural Santo Antonio do Sapezeiro. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica.** 2009. 240f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, 2005.

PFUETZENREITER, Marcia Regina. Epistemologia de Ludwik Fleck como referencial para a pesquisa nas ciências aplicadas. **Episteme**, Porto Alegre, n. 16, p. 111-135, 2003.

POLANCO, Xavier. "Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales." In: POLANCO, Xavier (dir.) **Naissance et Développement de la Science-Monde.** Paris, Ed. La Découverte/Unesco, 1989. p. 10-53.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972. 567 p.

PÓVOA, Carlos Alberto. **A Territorialização dos judeus na cidade de São Paulo - SP: a migração do Bom Retiro ao Morumbi**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 158 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas - uma revisão de perspectivas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 340-348, set./dez. 1994.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

REGO, Josoaldo Lima Rego; SUZUKI, Julio César. “Uma eterna noite sobre Alcântara”. A representação da decadência e o uso de padrões explicativos consagrados na estrutura do pensamento social – uma abordagem a partir da produção romanesca de Josué Montello. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

RIBEIRO, Miguel Angelo. Algumas considerações sobre grupos de pesquisa: Agricultura e desenvolvimento regional - relatos de experiências. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 89-92, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=1>> Acesso em: 09 de janeiro de 2007.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 172 p.

RIVERO, Carlos Vacaflores. La lucha por la tierra es la lucha por el territorio: una perspectiva decolonial de la lucha campesina, indígena y originaria en América Latina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. Produção acadêmica em grupos de pesquisa em educação – o perfil dos GPs do Sistema ACADE/SC. In: ALMEIDA, Heleuza Carrilho Tuka de et al. (Org.). **Desafios da educação neste século**: pesquisa e formação de professores. Cruz Alta: UNICRUZ, v.2, 2003. p. 262-271

ROCHA, Herivelto Fernandes; FERNANDES, Bernardo Mançano. Análise da implantação de assentamentos rurais no Brasil entre 1985- 2006. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

ROCHA, Herivelto Fernandes; DRUZIAN, Tomás Sombini. Formas de origem dos assentamentos rurais no gov. LULA (2003-2008). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

RODRIGUES, Suelen de Leal. **O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento rural**: Território da Cidadania Região Central/RS. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

RODRIGUES, Ivete Oliveira. Geografia agrária no IBGE: considerações gerais. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Org.: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 41-48.

ROLA, Anderson Marioto; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros . Desenvolvimento local e políticas públicas nos municípios de Euclides da Cunha Paulista – SP e Terra Rica – PR. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

ROMÊO, José Raymundo Martins; ROMÊO, Christiane Itabaiana Martins; JORGE, Myr Lombardo. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. Unesco, 2004. Disponível em: <<http://www.ccpq.puc-rio.br/nucleodememoria/textosfinais/romeo2004.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: a Força de Trabalho de Homens e de Mulheres na Agricultura altamente Tecnicada e Capitalizada na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

SALES, Elias Júnior Câmara Gomes. O Turismo como alternativa pluriativa no espaço campestre: Um Estudo sobre o Roteiro de Turismo Rural no Município de Holambra – SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Impactos territoriais da monocultura canieira: o exemplo do município de Morro Agudo (SP). In: SIMPÓSIO

INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

SANTANA, Antônio Carlos da Paz. Ocupação, união e luta dos posseiros no cinturão verde paulista. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005a, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

SANTANA, Antônio Carlos da Paz; MARQUES, Marta Inês Medeiros. A organização do sistema agrícola de pequenas unidades agrícolas localizadas em regiões metropolitanas. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005b. CD-ROM.

SANTANA, Rosiete Marcos. Formação e uso do território em uma comunidade quilombola. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1988.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação Social**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003.

SANTOS, Cátia Pereira dos. Movimentos Sociais no Campo e a Ordem Moral Camponesa. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos. O pastoreio comunitário nos fundos de pasto de oliveira dos Brejinhos –BA. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SANTOS, Joelma Cristina dos. Reestruturação do sistema agroindustrial do leite e exclusão dos pequenos produtores na região de Presidente Prudente – SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

SANTOS, José Antonio Lobo dos. Reflexões sobre os impactos do programa nacional de produção e uso do biodiesel na produção do espaço rural brasileiro. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. São Paulo, **Terra Livre**, n.5, s/p, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Thiago Araújo. A feira agroecológica da UFPB e a busca por autonomia camponesa. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

SANTOS, Thiago Araújo. Agroecologia como prática social: resistência política e autonomia camponesa. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SAQUET, Marcos Aurelio. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 2005. Universidade de São Paulo, p. 13882. CD-ROM.

SAQUET, Marcos Aurelio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A implementação de projetos de microbacias hidrográficas no município de Irapuru-SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas/SP: Autores Associados, Histedbr, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

SCHÄFER, L.; SCHNELLE, T.. Los fundamentos de la vision sociologica de Ludwik Fleck de la teoria de la ciencia. In: FLECK, Ludwik. **La génesis y el desarrollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SCHOR, Tatiana. Da ciência como vocação à ciência como profissão: a institucionalização da pós-graduação no Brasil. **Geosp**. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP. n. 1, 1997, Departamento de Geografia. p. 15-19.

SCHWARTZMAN, Simon; PAIM, Antônio. **A Universidade que não houve: antecedentes da ciência e educação superior no Brasil (uma perspectiva comparada)**. 1976. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/paim.htm>> Acesso: 05 de abril de 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia**. A política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 p. 166.

SEARLE, John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986. 106 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A política de pós-graduação no Brasil: avaliando a avaliação**. 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/.../seantoniojoaquimseverino.doc>. Acesso em: 19 fev. 2010.

SILVA, Anderson Antonio da et al. Banco de Dados da Luta pela Terra – DATA LUTA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - 2000 – 2004. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Renata Cristiane (coords.). **RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais**. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: [s.n.], 2006, 378 p.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. Compreendendo os diferentes movimentos camponeses e as ocupações de terras no Brasil 2000 – 2006. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campe sinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

SILVA, Anderson Antonio. **Multidimensionalidades dos assentamentos rurais de Teodoro Sampaio**. 2008. 232 f. Dissertação (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

SILVA, André Eduardo Ribeiro da; SUZUKI, Júlio César. Reestruturação Produtiva, Estrutura Fundiária e Trabalho: Um Estudo Sobre o Processo de Modernização da Agricultura Canavieira e as Transformações Sociais no município de Santa Rosa de Viterbo-SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

SILVA, Antônio Marcos da et al. Comunidade da poça: dilemas e perspectivas de construção da identidade quilombola. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

SILVA, Carlos Batista da et al. O agronegócio e a questão agrária na região de Ribeirão Preto – SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

SILVA, Dianice Oriane. **Transformações no espaço rural do Norte Pioneiro Paranaense**: Estratégias de resistência e/ou permanência dos agricultores familiares no município de Jacarezinho/PR. 2008. 283f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

SILVA, Elias. Formação territorial, urbanização e modernização agrária, num panorama sobre Mato Grosso. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

SILVA, Marlene Maria da. **A Linha de Subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano**. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. O espaço da cultura camponesa na esteira do tempo: discussão de pesquisa. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UERJ, 2005. CD-ROM.

SILVA JÚNIOR, Jovelino José da. MST & FHC: Faces de um Embate Sociopolítico na Construção do Espaço Rural. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **O campo no século XXI**. São Paulo: USP, 2003. CD-ROM.

SILVEIRA, Renata Ferreira da. Autogestão e geografia: os territórios no viés das resistências. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SILVEIRA, Samira Calil. Super-exploração do trabalho em tempos de modernidade tecnológica. O avanço do agronegócio da cana no Pontal do Paranapanema. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

SOARES, Fernando Custódio; SUZUKI, Julio Cesar. Fotografia e história oral: imagem e memória na pesquisa com comunidades tradicionais. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

SOARES, Maria Susana Arrosa (et al). (org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002. 304 p.

SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária antiga e a questão agrária atual. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.**

SOBREIRO FILHO, José. Ocupações de terras e assentamentos rurais: a luta pela e na terra diante do avanço do capital sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema – 1988-2007. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SOBRINHO, José de Sousa. As intervenções desenvolvimentistas nos brejos da Barra-BA: as reorientações das expectativas dos brejeiros e seus aspectos ambientais. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, Elenira de Jesus; FERNANDES, Bernardo Mançano. A espacialização dos movimentos socioterritoriais da luta pela terra no Brasil no início do século XXI. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

SOUZA, José Gilberto de. A dimensão social e política do conhecimento (ciência ou consciência). **Revista Formação**, n. 15, vol.1, 2008, 1, p- 167-172.

SOUZA, Paulo Cesar de. O restabelecimento das políticas públicas e a retomada da dinâmica produtiva da região de presidente prudente a partir dos anos 1990. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais.** Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

SOUZA, Sérgio Pereira de; HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Algumas considerações sobre os impactos dos assentamentos rurais nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio no Pontal do Paranapanema. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas.** Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira:** estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp).

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O MST na leitura dos jornais o Imparcial e Folha de S. Paulo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE

GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Luta pela terra: movimento constituidor de sujeitos. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2007, Londrina. **Campesinato em movimento**. Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, **Terra Livre**, n. 16, p. 99-112, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 218 p.

STODDART, David Ross. Ideas and interpretation in the history of geography: In: STODDART, David Ross. **Geography, Ideology and social concern**. Oxford: Blackwell, 1981, p. 1-17.

SUZUKI, Júlio César. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Org.: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 17-39.

TAVARES, Luis Almeida. As formas de propriedade da terra nos faxinais do Paraná. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2005, Presidente Prudente. **Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. CD-ROM.

TAVARES, Luis Almeida. Terras de uso comum no Brasil. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

TEIXEIRA, Marcos Antonio de Castro Marques. **Agricultura urbana na cidade de Teresina**: hortas comunitárias – políticas públicas ou segurança alimentar? 2011. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

TEIXEIRA, Fabiano Felix et al. Geografia e literatura: uma alternativa para o ensino da questão indígena nas salas de aula. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Santa Maria: UFSM, 2009. CD-ROM.

TERRA, Ademir. A modernização agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações socioespaciais**. Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992. 108 p.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A territorialização no monopólio: as agro-indústrias canaveiras em Jaboticabal**. 1989. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 2009. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Presidente Prudente.

TOLEDO, Márcio; CASTILLO, Ricardo Abid. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul**. Florianópolis, v. 23, n. 46, p-79-93, jul. dez, 2008

TSUKADA, Claudia Yuri Pereira de Sousa; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro sobre o desenvolvimento de municípios da região administrativa de Marília. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

VALENTIM, Marta. Instrumentos integradores do ensino, pesquisa e extensão: o caso dos grupos de pesquisa. **Revista F@ro: Revista Teórica Del Departamento de Ciências de la Comunicacion e de la Información, Valparaíso (Chile)**, ano 8, n. 5, p. 1-8, 2007.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da geografia agrária. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=1>> Acesso em: 09 de janeiro de 2007.

VERHINE, Robert E.. Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: uma análise comparativa. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p.166-172, maio/agosto 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2767/2114>>. Acesso em: 11 set. 2009.

VENCOVSKY, Vitor Pires. **Ferrovia e logística do agronegócio globalizado: avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro**. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

VIEIRA, Noemia Ramos. **As questões das geografias do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região: um estudo da Diretoria Regional de Ensino de Marília-SP**. 2007. 199 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

VITTE, Antonio Carlos. Teorias do método científico e geografia. Um ensaio a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn. In: MENDOÇA, Francisco de Assis (et. al) (org). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 91-106.

WELCH, Clifford Andrew. História é um território: a luta pela reforma agrária. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

XAVIER, Carlos Vinicius. A expansão da canavicultura no contexto do desenvolvimento dos agrocombustíveis: transformações territoriais e relações de trabalho. Estudo de caso DO EDR – Andradina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Rio de Janeiro. **A questão da (re)forma agrária na América Latina. Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. CD-ROM.

YOSHIOKA , Reimei. **Porque migramos do e para o Japão. O exemplo das alianças e dos atuais dekasseguis**. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.